

REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 22	n. 1	341 p.	Abril 2025
----------------	-----------	-------	------	--------	------------

DIRETORIA DO GEL / 2023 - 2025 (UNICAMP - Campinas)

Presidente: Livia Oushiro

Vice-Presidente: Dayane Celestino de Almeida

Secretária: Erica Luciene Alves de Lima

Tesoureiro: Thiago Oliveira da Motta Sampaio

REVISTA DO GEL

revistadogel@gel.org.br | <https://revistas.gel.org.br/rg>

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto

Prof. Dr. Eduardo Penhavel

Prof. Dr. Oto Araújo Vale

Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Marcelo Módolo

ASSISTENTE EDITORIAL

Milton Bortoleto

**REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO,
EDIÇÃO E ARTE****CONSELHO EDITORIAL**

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp)

Carlos Subirats Rüggeberg (Universitat de Barcelona)

Danilo Marcondes Souza Filho (PUC/RJ)

Evani Viotti (USP)

Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)

Helena Nagamine Brandão (USP)

Ieda Maria Alves (USP)

Jacques Fontanille (Université de Limoges)

José Borges Neto (UFPR)

Kanavilil Rajagopalan (Unicamp)

Marco Antonio de Oliveira (PUC/MG)

Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp/FCLAr)

Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp)

Marta Luján (The University of Texas)

Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla (USP)

Otto Zwartjes (University of Amsterdam)

Pierre Swiggers Katholieke (Universiteit Leuven)

Raquel Santana dos Santos (USP)

Renata Coelho Marchezan (Unesp/FCLAr)

Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp)

Catálogo na Publicação elaborada por
Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Revista do GEL. – v.1, n.1 (2004-). – São Paulo, SP: Grupo de Estudos
Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-
1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 13, 2016 (atual).

Periodicidade semestral até volume 12, 2015.

Periodicidade anual até 2006.

e-ISSN 1984-591X (online).

Publicada no formato impresso ed. especial n. 0, 2002.

Disponível online a partir do volume 1, 2004.

Título abreviado: Rev. GEL

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

1. Linguística (Teoria e análise) – Periódicos. 2. Linguística aplicada –
Periódicos. 3. Literatura – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do
Estado de São
Paulo.

20-018

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

SUMÁRIO | CONTENTS

- 8 **A LINGUÍSTICA EM MOVIMENTO: DISCURSOS, FORMAS E FRONTEIRAS**
APRESENTAÇÃO
Marcelo Módolo
- 11 **EXPRESSÕES NOMINAIS ANAFÓRICAS E MEMÓRIA DISCURSIVA: REPRESENTAÇÕES DE LULA E DE BOLSONARO EM EDITORIAIS DE UM JORNAL**
ANAPHORIC NOUN EXPRESSIONS AND DISCURSIVE MEMORY: REPRESENTATIONS OF LULA AND BOLSONARO IN NEWSPAPER EDITORIALS
Bruna Atalla e Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
- 37 **JULGAMENTO DA VALÊNCIA EMOCIONAL DE *BLENDS* A PARTIR DE SUAS BASES**
JUDGMENT OF THE EMOTIONAL VALENCE OF BLENDS BASED ON THEIR BASE
Rafaelly Bezerra, Rafael Dias Minussi, José Ferrari Neto e Gustavo Lopez Estivalet
- 62 **O FONE NA SÍLABA E O VERSO NA CANÇÃO: INTERFACE LÍRICO-FONÉTICA EM ADRIANA CALCANHOTTO**
THE PHONE IN THE SYLLABLE AND THE VERSE IN THE SONG: LYRICAL POETIC INTERFACE IN ADRIANA CALCANHOTTO
Bruno Cabral, Júlio César de Araújo Cadó e Carla Maria Cunha
- 88 **O COMPARATIVO DE INFERIORIDADE EM LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA: UMA AUSÊNCIA MOTIVADA?**
THE COMPARATIVE OF INFERIORITY IN PORTUGUESE SIGN LANGUAGE: A MOTIVATED ABSENCE?
Pedro Balaus Custódio e Isabel Correia
- 105 **TERMINOLOGIA DE MATERIAIS BILÍNGUES: ANÁLISE LINGUÍSTICA E REGISTRO DE SINAIS-TERMO EM LIBRAS**
TERMINOLOGY OF BILINGUAL MATERIALS: LINGUISTIC ANALYSIS AND RECORDING OF TERM-SIGNS IN LIBRAS
Gildete da S. Amorim Francisco, Gláucio de Castro Júnior e Daniela Prometi

- 131 **REFLEXÕES DE BASE DISCURSIVO-CARTOGRÁFICA SOBRE ENUNCIADOS ACERCA DA BNCC-EM**
REFLECTIONS ON A DISCOURSE-CARTOGRAPHIC BASIS REGARDING STATEMENTS ABOUT THE BNCC-EM
Shayane França Lopes
- 164 **O RELATÓRIO DO ESTÁGIO NAS ÁREAS DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO**
THE INTERNSHIP REPORT IN THE FIELDS OF HISTORY AND BIOLOGICAL SCIENCES: AN ANALYSIS OF PRODUCTION CONDITIONS
Juliana Marcelino Silva e Regina Celi Mendes Pereira
- 192 **MEMÓRIA E SILÊNCIO: (INTER)DISCURSOS DE LICENCIANDOS BRASILEIROS EM LETRAS SOBRE O CACEROLAZO ARGENTINO E O PANELO BRASILEIRO**
MEMORY AND SILENCE: (INTER)DISCOURSES OF BRAZILIAN LICENTIATE STUDENTS IN LANGUAGE REGARDING THE ARGENTINE CACEROLAZO AND BRAZILIAN PANELO
Priscila Marinho
- 220 **SABERES LINGÜÍSTICOS COTIDIANOS NO INSTAGRAM: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO**
CONNAISSANCES LINGUISTIQUES QUOTIDIENNES SUR INSTAGRAM : UNE ANALYSE DES PUBLICATIONS SUR LE LANGAGE INCLUSIF
Laís Virginia Alves Medeiros
- 239 **PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM MARINGÁ: O USO DE ARTIGOS POR UM INTEGRANTE DA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA**
FOR THE HISTORY OF BRAZILIAN PORTUGUESE IN MARINGÁ: THE USE OF ARTICLES IN THE JAPANESE-BRAZILIAN COMMUNITY
Hélcio Batista Pereira, Neiva Maria Jung e Gabriela Fujita
- 265 **A CORRELAÇÃO CONSECUTIVA TÃO/TANTO... QUE, SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**
THE CONSECUTIVE CORRELATION “TÃO/TANTO... QUE” (“SO/SO MUCH... THAT”) FROM THE PERSPECTIVE OF FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR
Erotilde Goreti Pezatti

- 291 **LITERATURA E FRONTEIRA SOB A PERSPECTIVA TRANSLÍNGUE NO CONTO “LOS DESTERRADOS” DE HORACIO QUIROGA**
LITERATURA Y FRONTERAS DESDE UNA PERSPECTIVA TRANSLINGÜÍSTICA EN EL CUENTO “LOS DESTERRADOS” DE HORACIO QUIROGA
Jorgelina Tallei e Juliana Medeiros de Farias
- 307 **O DISCURSO BÉLICO DO FUTEBOL BRASILEIRO: EM PAUTA OS PRÉ-DISCURSOS**
THE WAR SPEECH OF BRAZILIAN FOOTBALL: PREDISCOURSES ON THE AGENDA
Manuel Veronez
- 329 **FRANCISCO, FELIPE BENJAMIN: THE ARABIC DIALECT OF ESSAOUIRA (MOROCCO): GRAMMAR AND TEXTS. PRENSAS DE LA UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA, 2023 (ESTUDIOS DE DIALECTOLOGÍA ÁRABE, VOL. 20), 160 P.**
RESENHA
Terlan Djavadova
- 334 **PRISCIEN. GRAMMAIRE. LIVRE VIII – LE VERBE. 1. CARACTÈRES GÉNÉRAUX. TEXTE LATIN, TRADUCTION INTRODUITE ET ANNOTÉE PAR LE GROUPE ARS GRAMMATICA. PARIS: J. VRIN, 2023. 369 P.**
RESENHA
Marcos Martinho

A Linguística em Movimento: discursos, formas e fronteiras

Os textos reunidos neste volume configuram um conjunto representativo da diversidade de abordagens que caracteriza os estudos linguísticos contemporâneos. Eles tratam de temas que vão da análise do discurso político e da semântica de novas formações lexicais à fonética da canção, à terminologia bilíngue e às práticas de linguagem em contextos educacionais, literários e digitais. Em sua variedade teórica e metodológica, iluminam diferentes modos de compreender as relações entre linguagem, sociedade e cultura, contribuindo para o avanço das reflexões no campo da Linguística e áreas afins.

No artigo “Expressões nominais anafóricas e memória discursiva: representações de Lula e de Bolsonaro em editoriais de um jornal”, Bruna Atalla e Manoel Luiz Gonçalves Corrêa examinam, em perspectiva discursiva, o funcionamento das expressões nominais anafóricas em editoriais de *O Estado de S. Paulo*, mostrando como essas formas remetem aos candidatos Lula e Bolsonaro e mobilizam a memória discursiva na constituição de sentidos e posicionamentos.

O trabalho “Julgamento da valência emocional de *blends* a partir de suas bases”, de Rafaelly Bezerra, Rafael Dias Minussi, José Ferrari Neto e Gustavo Lopez Estivalet, investiga a relação entre a valência emocional de palavras-valise (*blends*) e suas bases, buscando entender a influência da estrutura e demografia nesse julgamento.

Em “O fone na sílaba e o verso na canção: interface lírico-fonética em Adriana Calcanhotto”, Bruno Cabral, Júlio César de Araújo Cadó e Carla Maria Cunha analisam a articulação entre organização sonora e construção poética nas canções de Adriana Calcanhotto, destacando como procedimentos fonéticos e recursos líricos se combinam na elaboração de efeitos expressivos.

Pedro Balaus Custódio e Isabel Correia apresentam “O comparativo de inferioridade em Língua Gestual Portuguesa: uma ausência motivada?”, um estudo sobre os processos de gradação nos adjetivos na Língua Gestual Portuguesa e a ausência do comparativo de inferioridade, comparando-o com línguas orais e outras línguas de sinais.

Mudada a perspectiva para os estudos terminológicos voltados à Libras, o artigo “Terminologia de materiais bilíngues: análise linguística e registro de sinais-termo em Libras”, de Gildete da S. Amorim Francisco, Gláucio de Castro Júnior e Daniela Prometi, examina a terminologia de materiais bilíngues e a criação de sinais-termo em Libras, analisando sua organização e registro em diversas áreas do conhecimento.

Em seguida, Shayane França Lopes, em “Reflexões de base discursivo-cartográfica sobre enunciados acerca da BNCC-EM”, discute as disputas discursivas em torno da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e estabelece um contraste entre os discursos de segmentos privatistas e as vozes de resistência.

Outra vertente contemplada neste volume diz respeito aos estudos de escrita acadêmica e letramento docente. Em “O relatório do estágio nas áreas de História e Ciências Biológicas: uma análise das condições de produção”, Juliana Marcelino Silva e Regina Celi Mendes Pereira investigam as condições de produção de relatórios de estágio nessas áreas, analisando suas implicações para a formação docente e as diferentes contribuições desse gênero.

A discussão sobre percepções estudantis e representações midiáticas ganha espaço em “Memória e silêncio: (inter)discursos de licenciandos brasileiros em Letras sobre o *cacerolazo* argentino e o *panelaço* brasileiro”, no qual Priscila Marinho compara as interpretações dos licenciandos sobre esses movimentos e observa de que modo a imprensa, nas duas línguas, os enquadra discursivamente.

O estudo “Saberes linguísticos cotidianos no Instagram: uma análise de publicações sobre linguagem inclusiva de gênero”, de Laís Virginia Alves Medeiros, analisa como conhecimentos científicos da Linguística são reproduzidos e mobilizados em publicações de Instagram sobre linguagem inclusiva de gênero, explorando a interação entre saberes especializados e não especializados.

Entre as contribuições que exploram contato linguístico e identidade social, o artigo “Para a história do português brasileiro em Maringá: o uso de artigos por um integrante da comunidade nipo-brasileira”, de Hércius Batista Pereira, Neiva Maria Jung e Gabriela Fujita, investiga o uso de artigos por Kenji Ueta e discute o que esse padrão revela sobre sua trajetória linguística e sobre a experiência de aquisição do português como L2.

A descrição de padrões correlativos também compõe este volume, com o artigo de Erotilde Goreti Pezatti, “A correlação consecutiva *tão/tanto...* que, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional”, que analisa as estruturas consecutivas no português falado e diferencia os valores e alcances sintáticos de “tão” e “tanto”.

No penúltimo artigo, “Literatura e fronteira sob a perspectiva translíngua no conto ‘Los Desterrados’ de Horacio Quiroga”, de Jorgelina Tallei e Juliana Medeiros de Farias, reflete sobre os conceitos de fronteira e translinguagem a partir da análise do conto de Horacio Quiroga, destacando a transculturação e a identidade fronteiriça expressa noportunhol.

No término da sequência de artigos, “O discurso bélico do futebol brasileiro: em pauta os pré-discursos”, Manuel Veronez investiga como o discurso do futebol brasileiro se entrelaça com pré-discursos de guerra e conflitos armados, analisando a linguagem e as metáforas que conferem um tom bélico ao futebol no Brasil.

Além dos 13 artigos que compõem este volume, a edição apresenta duas resenhas críticas.

Na primeira, Terlan Djavadova resenha a obra Francisco, *Felipe Benjamin: The Arabic Dialect of Essaouira (Morocco): Grammar and Texts*, de 2023. A resenha destaca a importância deste trabalho na descrição da variedade muçulmana do dialeto árabe de Essaouira, preenchendo uma lacuna na pesquisa sobre os dialetos marroquinos e oferecendo uma análise linguística detalhada.

Por fim, Marcos Martinho resenha *PRISCIEN. Grammaire. Livre VIII – le verbe. 1. Caractères généraux. Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica*, publicado em 2023. A resenha aborda esta importante tradução e anotação do oitavo livro da Gramática de Priscien, focado no verbo e seus “acidentes”, contextualizando o trabalho do Grupo Ars Grammatica.

Este volume reúne treze artigos e duas resenhas, distribuídos em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores e com as resenhas apresentadas ao final. O conjunto oferece um retrato amplo e atualizado das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no campo da Linguística, refletindo a diversidade temática e metodológica que caracteriza a *Revista do GEL* ao longo de suas duas décadas de existência. Cada contribuição, à sua maneira, participa da construção desse mosaico, renovando questões, ampliando debates e sugerindo caminhos para investigações futuras.

Registro meus agradecimentos à Letraria e a toda a equipe envolvida na produção editorial, em especial a Milton Bortoleto – nosso assistente editorial –, bem como aos autores e pareceristas, cuja atuação criteriosa e dedicada sustenta a qualidade deste periódico.

Que cada leitor encontre, nestes textos, oportunidades de reflexão e descoberta.

Marcelo Módolo¹, Editor da *Revista do GEL*.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
modolo@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

Expressões nominais anafóricas e memória discursiva: representações de Lula e de Bolsonaro em editoriais de um jornal

Bruna ATALLA¹

Manoel Luiz Gonçalves CORRÊA²

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| bruna.atalla@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0079-9177>

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| mcorrea@usp.br | <https://orcid.org/0000-0003-3638-7086>

Resumo: Neste artigo, analisamos, numa perspectiva discursiva (da Análise do Discurso Francesa) em Linguística Aplicada, editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*. O objetivo é compreender como as *expressões nominais anafóricas* (Koch, 2001; Jubran, 2011) referem-se a Lula e Bolsonaro, candidatos à Presidência da República nas eleições de 2022, ao remeterem à *memória discursiva* (Pêcheux, 2015a; Brandão, 2012), permitindo indagar sobre o dito, o já dito e o silenciado. O recorte do *corpus* obedeceu a essa escolha temática e ao período da propaganda eleitoral. Quanto ao gênero, foram escolhidos os editoriais, porque eles apresentam posicionamentos discerníveis, o que permitiu tratar as expressões nominais anafóricas como pontos de emergência de processos discursivos, indiciários de *acontecimentos* (Foucault, 2008) remissíveis a séries históricas (Foucault, 2008) e de *acontecimentos discursivos* (Pêcheux, 2015b), remissíveis a *formações discursivas* (Pêcheux, 2014a). Os resultados indicam que, em seu funcionamento discursivo, elas representam cada um dos candidatos ora como sujeito, ora como representante da instituição Presidência da República. Particularidades consideradas, esse funcionamento pode ressoar em outros gêneros, temáticas e em possíveis aplicações em sala de aula. O ensino é, pois, um dos interesses aplicados do trabalho, visando à qualidade de leitura do professor e do pesquisador em formação.

Palavras-chave: Acontecimento. Editorial. Expressões nominais anafóricas. Memória discursiva.

Anaphoric Noun Expressions and Discursive Memory: Representations of Lula and Bolsonaro in Newspaper Editorials

Abstract: This article analyzes, from a discursive perspective grounded in French Discourse Analysis within the field of Applied Linguistics, editorials from the newspaper *O Estado de S. Paulo*. The aim is to understand how anaphoric noun expressions (Koch, 2001; Jubran, 2011) refer to Lula and Bolsonaro, candidates for the Presidency of the Republic in the 2022 elections, as they evoke discursive memory (Pêcheux, 2015a; Brandão, 2012). This approach allows us to question what is said, what has been said, and what is silenced. The corpus was selected based on this thematic focus and the electoral campaign. Editorials were chosen for their genre-specific characteristics, as they present discernible stances, enabling us to treat anaphoric noun expressions as points

of emergence of discursive processes-signs of events (Foucault, 2008) that can be linked to historical series (Foucault, 2008) and discursive events (Pêcheux, 2015a), traceable to discursive formations (Pêcheux, 2014a). The results indicate that, in their discursive functioning, these expressions represent each candidate at times as individuals, and at other times as representatives of the Presidency. Considering their particularities, this functioning may resonate across other genres, themes, and potential classroom applications. Teaching is one applied interest of this study, aiming to enhance the reading competence of educators and developing researchers.

Keywords: Event. Editorial. Anaphoric noun expressions. Discursive memory.

Introdução

Este artigo analisa editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* do período pré-eleitoral do ano de 2022, por ocasião das eleições presidenciais daquele ano, no Brasil. O ponto de partida foi a percepção do relevo das ligações anafóricas nesses editoriais. Esse destaque foi favorecido pelo trabalho dos editores em operar, com certo escárnio, na construção de personagens para os dois principais concorrentes ao cargo – Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro –, no contexto sociopolítico em que os editoriais foram produzidos, considerada a incômoda posição de aparente rejeição a ambos os candidatos, assumida pelo jornal.

O interesse aplicado deste trabalho é o de oferecer uma análise concebida como um ato de produção de leitura. Considerando a importância das contribuições da Linguística Textual, parte-se do papel das *expressões nominais anafóricas* (Koch, 2001; Jubran, 2011) no processo de *referenciação* (Mondada; Dubois, 2003) para se conceber a produção de leitura de uma perspectiva discursiva, com o propósito de contribuir para a formação do leitor ao esboçar alguns contornos sobre essa maneira de ler. Como parte das contribuições esperadas, apesar de limitar-se a investigar um único jornal, um único gênero, uma temática e um determinado período, a expectativa é que o funcionamento discursivo das *expressões nominais anafóricas* em editoriais de jornal possa ser expandido, consideradas as devidas especificidades, para outras instituições, outros gêneros, outros momentos históricos e outras temáticas, assim como para possíveis aplicações em sala de aula.

As *expressões nominais* são concebidas, do ponto de vista formal, como “constituídas, minimamente, de um determinante (que pode ser \emptyset) seguido de um nome (substantivo)”(Koch, 2011, p. 75). Ainda do ponto de vista da

forma linguística, o núcleo nominal, que é um substantivo, pode ser precedido por determinantes (artigos, pronomes adjetivos, numerais) e seguido por modificadores (adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas).

Do ponto de vista textual, mas pensando na remissão fórica, as “expressões nominais anafóricas”, em seu papel de retomada de algo já dito no texto, são concebidas a partir de sua relação com outras formulações linguísticas no interior do texto. Participam dessa remissão sentidos que, inscritos nessas formas e na relação entre elas, apontam para processos discursivos de que umas e outras participam. Trata-se, portanto, de considerar que uma ocorrência linguística recai sempre em processos discursivos, registrando, mas, ao mesmo tempo, reatualizando uma memória, marcando, desse modo, o registro de uma memória e uma diferença em relação a ela. Em outras palavras, as formas anafóricas dos editoriais, tal como consideradas neste trabalho, não remetem apenas ao próprio texto. Pelo contrário, sua especificidade é a de que, ao fazê-lo, produzem reatualizações marcadas por determinações sócio-históricas dos candidatos, do jornal e da própria sociedade brasileira.

Em síntese, na perspectiva discursiva adotada neste trabalho, toda enunciação se concretiza por sua inserção em processos discursivos e, nesse sentido, nos beneficiamos de uma visão em que o foco recai no modo como, no processo de referenciação, as *expressões nominais anafóricas* e as relações que elas estabelecem entre si, inscrevem marcas de processos discursivos, num encontro entre trabalho linguístico e determinações sócio-históricas. Limitando-nos aos processos de referenciação efetivados por meio de expressões nominais anafóricas nos editoriais analisados, concebemos, portanto, essas formas como pontos de emergência de processos discursivos, indiciários de *acontecimentos discursivos* (Pêcheux, 2015b, p. 7-24), passíveis também de serem situados em termos de acontecimentos históricos, segundo *séries* históricas (Foucault, 2008, p. 282 e segs.).

Buscando essas particularidades, o objetivo do artigo é compreender o funcionamento discursivo das expressões nominais anafóricas, verificando como, ao referirem-se a cada candidato, recorrem à *memória discursiva*. Esse movimento torna-se apreensível no enunciado, como se pode constatar na formulação de Brandão (2012, p. 99):

[a memória discursiva] separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua

na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos [...]

Para dar conta dos objetivos propostos, propõe-se o seguinte procedimento no tratamento das *expressões nominais anafóricas*: a) consideração do contexto de disputa eleitoral acirrada; b) consideração da mobilização de *acontecimentos discursivos* (anteriores, contemporâneos ou presumidos para o futuro); c) articulação entre o fato histórico da disputa eleitoral com eventuais mobilizações de *acontecimentos discursivos*, de modo a apreender a materialidade de sentido das *expressões nominais anafóricas* em sua constituição.

Nesse sentido, as expressões nominais anafóricas, para além das tendências quanto à valoração de fatos e pessoas e da explicitação dessas tendências, remetem a acontecimentos discursivos e, sobretudo, a relações interdiscursivas que põem em confronto diferentes posições no *espaço discursivo* (Maingueneau, 2008, p. 35), no qual, quando se consideram ao menos duas *formações discursivas*, uma delas se opõe àquela definida como o seu outro.

As contribuições e o interesse aplicado visados neste trabalho estão, como adiantado acima, em operar com as expressões nominais anafóricas como mobilizadoras da memória discursiva na leitura do texto e na formação do leitor.

| Sobre o material

O material³ foi coletado de 16/08/2022 (quando o Tribunal Superior Eleitoral autorizou a propaganda eleitoral, inclusive na internet) a 30/10/2022 (dia do 2º turno das eleições e do último editorial em que os candidatos são mencionados), reunindo um total de 75 editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, no contexto das eleições presidenciais: 13 no mês de agosto; 35 em setembro e 27 em outubro de 2022. Por falta de espaço, selecionamos, para o presente artigo, apenas três editoriais modelares quanto ao funcionamento discursivo das expressões nominais anafóricas no conjunto do material: um em que o antecedente é *Bolsonaro*; outro em que o antecedente é *Lula*.

3 O *corpus* aqui analisado integra a dissertação de mestrado intitulada *Expressões nominais anafóricas em editorial de jornal* (Atalla, 2025), da primeira autora.

| Observações preliminares sobre o material em sua relação com a eleição presidencial, a opinião pública e os presidencialíveis

Tomada de uma perspectiva histórica, a eleição presidencial de 2022 destaca-se por ter sido a mais acirrada da história brasileira⁴, fato vinculado à conjuntura nacional e internacional. Em termos foucaultianos, um fato como as eleições presidenciais brasileiras de 2022 seria um *acontecimento* quando posto em relação com outros acontecimentos de uma *série* histórica. Por exemplo, para propor um recorte generalizante, é um acontecimento por tomar parte das relações postas pela série histórica da ascensão da extrema direita no mundo. A disputa, protagonizada por Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Bolsonaro, então filiado ao Partido Liberal (PL), não representou apenas o embate entre a esquerda e a direita políticas, o petismo e o antipetismo. Como parte daquela série histórica, foi também objeto de apropriação pelo discurso de líderes da extrema direita ligados a igrejas evangélicas, nesse particular, ganhando sua materialidade da relação de oposição entre o que seria “o bem” e o que seria “o mal”⁵. No Brasil, a reação conservadora, edificada sobre a cisão entre o “bem” e o “mal”, escalou para uma guerra cultural, manifestada entre os eleitores não apenas como violência verbal, mas também como violência física⁶.

Escapando das instituições tradicionalmente responsáveis por sua formação, a opinião pública também desafiou a compreensão, sobretudo porque instituições da esfera política e meios de comunicação passaram a ser contestados⁷,

4 Conforme divulgação do site do TSE, no primeiro turno, Lula obteve 48,3% dos votos e Bolsonaro, 43,2%, ainda que houvesse mais 6 candidatos. No segundo turno, Lula obteve 60.345.999 votos e Bolsonaro, 58.206.354, uma diferença pouco relevante em números percentuais e a maior votação de um segundo colocado. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?session=11291452815781>. Acesso em: 04 jan. 2024.

5 Em discurso de campanha em 22 de outubro de 2022, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, membro da Igreja Batista Atitude (de orientação neopentecostal, apesar do nome “Batista”), declarou, aos 9 segundos do vídeo: “Estamos vivendo, sim, uma guerra espiritual”. Em seguida, aos 48 segundos, referindo-se ao PT, afirmou: “Esse mal não vai voltar, esse câncer do partido das trevas vai ser dissipado de nossa nação”, reforçando a construção de uma oposição moralizada entre seu grupo político e o adversário.

6 Sobre o assassinato de um petista por um bolsonarista, ver: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/12/petista-morto-por-bolsonarista-disse-ha-2-meses-que-policiais-da-esquerda-seriam-primeiras-vitimas-de-violencia-politica-diz-amigo.ghtml>. Acesso em: 04 jan.2024.

7 Estudos de monitoramento de redes sociais mostraram que a campanha de Jair Bolsonaro e seus apoiadores disseminaram um volume significativo de *fake news* associadas à confiabilidade das urnas eletrônicas, à credibilidade da imprensa, a questões de gênero e família, entre outros. Conferir o mapeamento de “narrativas de desinformação” em trabalho feito pelo NetLab, laboratório de estudos de internet e mídias sociais da UFRJ. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376609809_Acompanhamento_da_Desinformacao_Durante_as_Eleicoes_2022. Acesso em: 09 mar. 2025.

especialmente por eleitores bolsonaristas, responsáveis de forma majoritária, mas não exclusiva, pela disseminação de *fake news* que põem em risco a democracia⁸.

Para o cientista político Felipe Nunes e o consultor de risco político Thomas Traumann (2024), “as opiniões políticas passaram por um processo de engessamento e se transformaram em parte da identidade de cada eleitor.” Nesse cenário, produzido para ser beligerante e de opiniões *calcificadas* (Nunes; Traumann, 2024), os meios de comunicação de massa manifestaram suas preferências eleitorais.

Essa breve contextualização sobre a formação da opinião pública não exclui, porém, o papel das instituições tradicionalmente responsáveis por essa formação, tendo sido justamente uma delas a que nos forneceu a possibilidade de escolha do material para análise: o jornal *O Estado de São Paulo* e, particularmente, um dos gêneros em que a opinião do jornal é mais presente: o editorial. No decorrer do processo eleitoral, particularmente durante o 1º turno, a ideia de uma terceira via circulou pelo país pelos meios de comunicação tradicionais. Embora não se explicitasse nos editoriais, é preciso considerar que o não posicionamento do jornal em relação a A ou a B não significa imparcialidade ou indiferença quanto ao resultado. Parece ter havido, de fato, uma terceira via computada nessa ausência de posicionamento em relação a um dos candidatos, uma vez mais, como parte do não-dito. Vale salientar que o posicionamento do jornal contra os dois principais candidatos aconteceu antes mesmo que eles estivessem confirmados no pleito pela justiça eleitoral. Ilustra essa posição o editorial de 06/03/2022, intitulado “O roto [Bolsonaro] e o rasgado [Lula]”⁹ (colchetes nossos), em cujo texto o título é ratificado: “um e outro são o que há de pior”. Destaque-se, portanto, que, embora o processo de referenciação, por meio de expressões nominais anafóricas, marque distinções entre um e outro, é no interior de sua indiferenciação que essas distinções são produzidas.

Num contexto de ascensão da extrema direita no mundo, produziu-se também uma qualificação para a disputa local, para a qual se cunhou o termo “polarização”, que, segundo Nunes e Traumann (2024, p. 15), “é um fenômeno [...] ligado à volta do populismo mundial”.

8 Essa tendência foi identificada no último ciclo eleitoral por Felipe Bailez e Luis Fakhouri, fundadores da Palver, plataforma que integrou a força-tarefa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no combate à desinformação durante a campanha de 2022. O depoimento dos fundadores está disponível em reportagem da BBC que analisa a mobilização de eleitores por meio de *fake news*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ceq55vxe9leo>. Acesso em: 09 mar. 2025.

9 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/o-roto-e-o-rasgado/>. Acesso em: 02mar.2024.

Embora não seja a posição dos autores, a ideia de polarização vem sendo usada pelos meios de comunicação não só para marcar como extremistas as ações da direita, mas também para retomar uma cristalização histórica sobre um suposto extremismo do partido dos trabalhadores, identificando ambos os polos como correspondendo ao da radicalidade e da inconsequência. Essa é uma posição que consideramos discutível. Por um lado, é preciso lembrar que sempre há chance de polarização em período eleitoral, mesmo quando concorrem dois partidos de centro. Por outro lado, a divisão em dois polos que teriam em comum a irracionalidade sugere a falta de algum lugar em que a razão predomine. Desse modo, não parece haver grande diferença também entre a suposta falta de racionalidade no confronto – sua polarização radical – e a busca de um lugar próprio por parte dos tradicionais meios formadores de opinião. Estes últimos, críticos ao que denunciavam como o efeito nefasto da “polarização”, apoiam-se inteiramente nela para buscarem ocupar o lugar do suposto bom senso, o da chamada “terceira via”, modo contraditório de se apropriar da crítica à polarização e, ao mesmo tempo, dela se utilizarem para se situar no campo de uma suposta racionalidade. Orientam-se, porém, fortemente, para o enaltecimento do que, depois, a mesma imprensa passou a chamar de “direita liberal”, espécie de direita supostamente não aventureira: nem em termos econômicos, nem em termos do respeito às instituições democráticas, alçadas então, não sem alguma conveniência, à posição de destaque.

| Dados de base do material na produção de um objeto do discurso: Jair Messias Bolsonaro como “o roto”

Prometendo defender pautas relacionadas aos militares, Bolsonaro estreou na política como vereador em 1988, após deixar o Exército. Entre 1990 e 2014, foi eleito sete vezes deputado federal, tendo apenas dois projetos de sua autoria aprovados nesse período de 27 anos. Famoso por suas declarações polêmicas em relação a raça, sexualidade, gênero e violência urbana, ganhou notoriedade por sua defesa da Ditadura Militar e de torturadores. Ainda que tenha concedido entrevistas a vários programas exibidos na televisão aberta, Bolsonaro é refabricação própria das redes sociais¹⁰. Nunes e Traumann (2024) relacionam o uso de vídeos e memes, incomuns à época, à popularidade que levou Bolsonaro a ser o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro em 2014: 464.572 votos, 4 vezes mais do que nas eleições de 2010.¹¹

10 Já em 2020, Bolsonaro exibia seu prestígio nas redes sociais: 35 milhões de seguidores. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1793499684132343>. Acesso em: 14 jan. 2024.

11 Informação disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_uf=RJ&session=307189659675779. Acesso em: 13 jan. 2024.

Partidário da antipolítica e da posição antissistema, encaixa-se nesse fenômeno que a socióloga Esther Solano (2019, p. 309) classifica como mundial. Caracteriza-se, por um lado, por marcar o enfraquecimento dos partidos tradicionais e de sua institucionalidade em função de crises econômicas e sociais. Por outro, caracteriza-se pelo recrudescimento de “grupos de extrema direita [que] se fortalecem explorando a retórica antissistema”, tomando como argumento outro tipo de crise, marcado pela relação entre a revolução tecnológica e suas causas: “desemprego, perda de poder aquisitivo, crises migratórias, insegurança pública, desesperança no futuro” (Solano, 2019, p. 308). Eis, portanto, uma explicação menos local do que seria um modelo de candidatura populista que se alimenta de produzir e explorar crises para se fortalecer.

| Dados de base do material na produção de um objeto do discurso: Luiz Inácio Lula da Silva como “o rasgado”

Lula, quando sindicalista, liderou greves de trabalhadores no ABC Paulista e desempenhou um papel fundamental na fundação do PT em 1980, no período de abertura política. Tornou-se uma figura proeminente no movimento *Diretas Já* durante a redemocratização, marcando assim o início de sua carreira política. Em 1986, obteve uma vitória expressiva ao ser eleito deputado federal por São Paulo. Sua primeira tentativa presidencial ocorreu em 1989, quando chegou ao 2º turno, mas foi derrotado por Fernando Collor de Mello. Posteriormente, concorreu novamente à presidência em 1994 e 1998, mas perdeu ambas as eleições no 1º turno para Fernando Henrique Cardoso.

Em 2002, Lula alcançou a presidência do Brasil e foi reeleito na eleição de 2006. Apesar de seu alto índice de popularidade no final de seu segundo governo, em 2010, o antipetismo já vinha sendo gestado nos meios tradicionais de comunicação em virtude do escândalo do Mensalão, uma espécie de compra de apoio parlamentar no Congresso Nacional. A história de Lula não se desvincula da história do PT e a rejeição ao político coincide, em parte, com a rejeição ao partido. Em 2013, na esteira das manifestações de junho, encabeçada pelo *Movimento Passe Livre*, um outro movimento, entre parasitário e oportunista, mas articulado ao primeiro e muito bem planejado, se sobrepôs e evoluiu, mobilizando a população para ir às ruas em manifestações contra a presidente Dilma Rousseff, do PT. O antipetismo encontra, então, respaldo na insatisfação com os rumos da economia e argumento nas condenações do passado recente. Recrudescem acusações de corrupção ao partido, ao governo Dilma e, embora nunca comprovadas, à própria presidenta. Vestindo camisetas amarelas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e exibindo pautas difusas, manifestantes foram às ruas. Essas manifestações acabaram por se desdobrar

em pedidos de *impeachment* da presidenta, o que, de fato, se concretizou, resultando no mandato tampão de Michel Temer, que abriu caminho para a ascensão da extrema direita.

No mandato de Michel Temer, vice-presidente na gestão Dilma Rousseff, outro fato insuflou o antipetismo: o ex-presidente Lula, investigado pela operação Lava-Jato da Polícia Federal, foi acusado e condenado por corrupção. Depois de preso por 580 dias, teve os processos que o levaram à prisão anulados pelo Supremo Tribunal Federal. A prisão de Lula serviu para insuflar o ódio ao PT. Mesmo assim, na eleição de 2022, Lula se tornou o primeiro candidato a derrotar um presidente em exercício que tentava a reeleição. No seu discurso de posse, ele parece sintetizar sua história de condenação: “Tentaram me enterrar vivo, mas eu ressuscitei”.¹²

Para encerrar este item, lembramos que o material analisado foi, até este ponto, caracterizado em função das *condições de produção* (Pêcheux, 2014b, p. 76-86) atuantes quando da publicação dos editoriais investigados. Trata-se, pois, de uma primeira direção para a constituição do material analisado como parte de um *arquivo* muito mais amplo. Voltando-nos para o jornal que publicou esses editoriais, outros elementos das *condições de produção* entram em ação, ligados ao próprio gênero do discurso e à linha editorial, ambos com histórias que remetem também ao *discursivo prévio* que, a partir daquele arquivo, fala no material de análise.

| O editorial e a linha editorial

Trabalho do editor, representando o próprio jornal, o editorial, em diálogo com antecipações sobre as expectativas de patrocinadores e assinantes, apresenta o ponto de vista do jornal como uma possibilidade de acordo a respeito de uma questão em foco, tecendo, na persuasão buscada no âmbito de diferentes auditórios particulares (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 29-30), a universalização pretendida da opinião pública. Sua natureza opinativa e sua abrangente circulação são elementos importantes na formação da opinião pública.

Considerando-se que o editorial apresenta a opinião do próprio jornal e que o Estadão ocupa o 3º lugar em circulação (na versão “*on-line*” e impressa),

¹² Conferir em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/discurso-vitoria-lula.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

em relação aos veículos tradicionais¹³, nunca é demais insistir que os veículos de imprensa, bem como seus editoriais, participam da formação da opinião pública.

No contexto específico do início da campanha eleitoral de 2022, já se consolidara um cenário em que grande parte do eleitorado havia se decidido entre dois candidatos com posições de campanha muito distintas e em que a mídia tradicional já não era mais a principal fonte de informação e de formação de opinião. Nessa conjuntura, o *Estado* se posicionou explicitamente contra os dois candidatos no editorial de 02/10/2022 intitulado “Nem Bolsonaro, nem Lula”¹⁴; no editorial de 03/10/2022 intitulado “O pior dos pesadelos”¹⁵ e no editorial de 08/10/2022 intitulado “Nem mensalão, nem orçamento secreto”¹⁶. No dia, 21/10/2022, no entanto, o *Estado* considera Lula um “mal menor” à nação, no editorial intitulado “As piruetas retóricas de Lula”¹⁷.

| Uma perspectiva discursiva para a análise dos dados: a questão da escolha

Para situar a perspectiva teórica de modo objetivo e voltado para a análise dos dados, nos limitaremos à noção de *seleção*, cara tanto a Saussure quanto, modificada, a Jakobson. Este último defende que o “arranjo por seleção atua tanto em relação ao código, como em relação à mensagem dada, ao contrário de Saussure, que o concebe como um arranjo dos signos em ausência, numa série mnemônica virtual, ou seja, apenas no código” (Jakobson, *apud* Corrêa, 2009). Jakobson (1975, p. 39), além de propor essa atuação da seleção também na mensagem, defende ainda uma “escala ascendente de liberdade do sujeito na combinação de unidades linguísticas, de tal modo que na combinação de enunciados em frases, cessa a ação das regras coercitivas da sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente”. Valhamo-nos, a propósito, da indagação de Corrêa (2009, p. 44), feita a partir de Pêcheux (2014a), a esse respeito: “como conciliar essa liberdade com as

13 Conforme matéria da *Folha de São Paulo*, o Instituto Verificador de Comunicação, ao mudar o cálculo de assinaturas, confirma que a mesma *Folha* é líder em circulação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2023.

14 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/nem-bolsonaro-nem-lula>. Acesso em: 14 ago. 2024.

15 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/o-pior-dos-pesadelos>. Acesso em: 14 ago. 2024.

16 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/nem-mensalao-nem-orcamento-secreto>. Acesso em: ago. 2024.

17 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/as-piruetas-retoricas-de-lula>. Acesso em: 14 ago. 2024.

restrições contextuais e comunicativas, propostas pelo próprio autor? Qual seria, por exemplo, o efeito da presença do destinatário quanto ao modo de arranjo dos signos por seleção?”¹⁸.

A conclusão de Corrêa (2009), baseada em Pêcheux (2014a), e sua crítica à “escala ascendente de liberdade” interessa a este trabalho por lembrar que a escolha pode fazer parte de procedimentos de controle do discurso (Foucault, 1996), já que, na realização da mensagem (do “discurso”), devem ser consideradas as condições de possibilidade do próprio ato de comunicação, fora, portanto, do que Jakobson chama de *código*. Essas considerações levam Corrêa (2009, p. 46) a propor uma distinção entre o domínio do código e o domínio da mensagem: “o eixo da seleção visto como possibilidade de uma “escala ascendente de liberdade” pode ser reconhecido “no âmbito do código, mas, no âmbito das mensagens, uma espécie de mutação semântica se oculta sob o mesmo rótulo da seleção”. E o autor especifica essa mutação semântica:

Trata-se, neste segundo caso, mais de exclusões que de escolha, como se o remetente e o próprio código se pusessem à prova, a cada vez, diante do destinatário, modo de se recolocar o código no circuito de sua própria gênese. “Estar no erro”, nesse caso, é deixar de fazer as devidas exclusões (Corrêa, 2009, p. 44).

Pêcheux (2014b) reúne toda uma tradição de estudos da linguagem sob o rótulo de “ciência clássica da linguagem”. Segundo o autor,

[a ciência clássica da linguagem] pretendia ser ao mesmo tempo ciência da expressão e ciências dos meios desta expressão, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os ‘meios de expressão’ estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender) (Pêcheux, 2014b, p. 61).

Na visão do autor, a preocupação dessa ciência pré-saussuriana voltava-se para a função e não para o funcionamento da língua, como pretendia Saussure. Mesmo que distante no tempo e das pretensões da Teoria da Comunicação,

18 Diversas teorias linguísticas abordam a questão da escolha, e a Linguística Sistemico-Funcional (LSF), proposta por Halliday, é um exemplo. Nessa perspectiva, a linguagem é vista como um sistema de escolhas paradigmáticas, no qual cada seleção exclui outras. Essas escolhas se organizam em sistemas inter-relacionados e são orientadas por três metafunções: ideacional (representação da experiência), interpessoal (relações entre interlocutores) e textual (organização do discurso). Assim, variações como a ordem das palavras, o uso de voz ativa ou passiva e diferentes níveis de formalidade refletem as possibilidades de escolha dentro desse sistema. Cf. Halliday e Matthiessen (2004).

o tema da seleção linguística na “ciência clássica da linguagem” é concebido como de natureza plenamente consciente, sendo as escolhas das formulações linguísticas atribuídas a uma decisão centralizada no sujeito, que teria à disposição, por um lado, a gramática da língua – o “código” para Jakobson (1975) –, e por outro, via faculdade humana da memória, os conhecimentos adquiridos por experiência, sempre disponíveis à ativação individual, mesmo quando se admite, como em Jakobson, que o elemento propulsor dessa escolha é a relação entre os seis elementos do ato comunicativo, dentre os quais os interlocutores. A se considerar esse sentido, mesmo em casos limites, quando o sujeito é submetido à injunção de dizer (e até à injunção de enunciar algo em particular), a formulação linguística guardaria a liberdade de escolha do sujeito. A centralidade do sujeito mais a ênfase no papel de uma faculdade humana distribuída igualmente entre os diferentes indivíduos – a da memória junto com a capacidade de sua ativação – permitiriam mobilizar, em âmbito individual, conhecimentos prévios na seleção de elementos para a formulação linguística.

Para a “ciência clássica da linguagem”, tal como descrita por Pêcheux (2014a), a escolha sempre se confunde com o domínio da gramática da língua. Bastaria, portanto, esse domínio para compreender e ser compreendido. Posição diferente é a da perspectiva discursiva que concebe a escolha sempre sob a ação das *condições de produção do discurso* (Pêcheux, 2014b) e da *memória discursiva* (Brandão, 2012; Pêcheux, 2015).

Pode-se, pois, concluir que, como o discurso sempre remete ao *discursivo prévio* – uma das facetas das *condições de produção do discurso*: a das *relações de sentido* (Pêcheux, 2014b, p. 76) –, nunca se faz uma escolha diretamente na memória linguística individual (“no tesouro guardado na memória de todo indivíduo”, na formulação saussuriana), impondo-se sempre uma exclusão, um esquecimento – fragmento de um não dizível –, formalizado em um lugar distinto daquele em que o discurso atual se realiza. Não se trata, portanto, de uma recusa do que é exclusivamente linguístico, mas de algo que, embora sempre linguístico (tendo efetivamente uma materialidade linguística), marca-se também pela historicidade de seus (não) usos – e não simplesmente por imposição de convenções sociais. Dito de outro modo, marca-se também por conter uma materialidade histórica, não apreensível apenas pelas convenções, já que pode situar-se fora do campo do dizível numa dada conjuntura.

Como se vê, na atuação da *memória discursiva*, não basta considerar a memória como faculdade humana, nem a memória individual concebida como aquela introjetada pelo indivíduo. Entre lembrança e esquecimento, é sempre pela atuação da *memória discursiva* que a escolha no já produzido é feita. Não basta,

portanto, reconhecer que tudo quanto se cristaliza na língua é, antes, trabalhado no discurso, já que a formulação prevista pela língua é também, em cada reapresentação, atravessada pela experiência (o “mesmo” que se disponibiliza pela cristalização) e pela novidade (a “diferença” de toda reapresentação) do discurso.

Restaria ainda uma questão: sendo escolha, que diferença faria escolher um elemento linguístico (uma expressão nominal anafórica) na língua ou na historicidade dos seus (não) usos? Conforme Pêcheux (2014a, p. 161), a *memória discursiva* pressupõe um tipo de esquecimento que seleciona, de modo inconsciente, uma sequência de enunciados no interior de uma *formação discursiva*. A consideração do não-dito envolve, portanto, não só a *memória discursiva* como também as relações interdiscursivas e, nestas, as *formações discursivas*, já que a escolha de uma expressão nominal anafórica pode ser vista como a exclusão de uma outra e, portanto, de um outro. Ora, ao se definir em relação a esse outro excluído, do qual precisa se distanciar, delineia-se o território de uma *formação discursiva*. O que “pode e deve ser dito” é, pois, definido em relação a um interdito, sempre situado numa posição “numa dada conjuntura”. A *formação discursiva* determina, portanto, “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura (Pêcheux, 2014a, p. 147).

Maingueneau (2008, p. 14) atenta para o fato de que esse excerto poderia ter dupla interpretação, pois estar *articulado sob a forma de* pode ser compreendido de duas maneiras: “É a posição, que é determinante, e o gênero de discurso parece ser exatamente o lugar onde se manifesta alguma coisa que, por essência, está escondido, seguindo nesse aspecto o modelo psicanalítico dominante na época” (Maingueneau, 2008, p. 14). Portanto, estar *articulado sob a forma de* pode ser entendido como se o gênero discursivo (*arenga, sermão*) fosse determinante para a realização da *formação discursiva*, ou como se fosse um acessório, um suporte em que se realizam tais formações. Maingueneau defende a segunda interpretação, com a qual assentimos.

| Análise

Para a análise, selecionamos três editoriais dentre aqueles que compõem o *corpus* da pesquisa da primeira autora, Atalla (2025): dois em que o objeto do discurso é *Bolsonaro*, um em que é *Lula*. Escolhemos analisar uma expressão nominal anafórica em cada editorial, pois essas formas, por um lado, refletem bem a posição do jornal em relação a cada um. Por outro lado, contemplam a

possibilidade de apreender, dentro da aparente indiferenciação – a avaliação negativa comum –, as distinções, com matizes específicos, atribuídas a um e a outro a partir da *memória discursiva*.

| “O chefão petista” e o posto de observação de quem vê o “espírito divisor”

O editorial “As consequências do ódio”, do dia 10/09/2022, discute a conduta de Lula e Bolsonaro na campanha eleitoral. Para o enunciador, os candidatos são responsáveis por “sangue derramado por divergência política”. Vejamos a expressão nominal anafórica definidora do posto de observação ocupado pelo jornal e assim manifesto no editorial (grifos e colchetes próprios):

(1) Se Bolsonaro não colabora nem um pouco para acalmar os ânimos de seus camisas pardas, Lula da Silva [1] também não ajuda. A despeito de seus cabelos brancos e do fato de já ter governado o País por dois mandatos, ainda demonstra ter enorme dificuldade para conter seu espírito divisor, sobretudo quando sobe em um palanque.

Interpretando o funcionamento da linguagem a partir da noção de arquivo, Guilhaumou e Mالدیدیر (2016, p. 116) propõem que o sentido não é dado, mas regido por uma lógica de opacidade. Nesse quadro, ainda que a expressão nominal anafórica pareça remeter a um sentido já estabilizado e, portanto, prontamente compartilhado pelos interlocutores, seu funcionamento discursivo revela uma espessura semântica que escapa à transparência esperada. Ao mesmo tempo, os autores lembram que “o arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações conflitantes”.

Dessa forma, ao buscar o já-dito nas relações interdiscursivas, não se pode menosprezar o papel do não-dito na constituição do sentido do texto. As relações interdiscursivas devem, pois, ser consideradas não apenas em relação ao exemplar do *arquivo* que temos em mãos (um documento material e concreto – no nosso caso, o texto analisado), mas, a partir dele, considerar também o não-dito, interpretável, conforme adiantamos, como parte da *memória discursiva*, já que esta tem uma *função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera* (Brandão, 2012, p. 99).

Nesse sentido, do ponto de vista discursivo, faltaria considerar as determinações do que *pode e deve ser dito* e, portanto, também da parte silenciada do não dito. Nesse viés, o território do dizer, marcado pela exclusão de um outro (pela

“escolha”), dá os contornos de uma *formação discursiva*. Nesse movimento de marcar um posicionamento e não outro, é que buscamos compreender o uso das expressões nominais anafóricas. Portanto, é a *formação discursiva* que determina o aparecimento da forma remissiva – o *chefão petista* [1'] –, importando, pois, da perspectiva discursiva, não só a posição que ela representa, mas também a posição que ela exclui.

O fato de sua aparição se dar num editorial de um jornal de grande circulação aponta para uma leitura específica do arquivo. Em primeiro lugar, porque o jornal privilegiava dois posicionamentos no conjunto dos candidatos; em segundo lugar, porque, ao fazê-lo, se supunha a defesa de uma “terceira via” como efeito argumentativo. Ora, como essa defesa está ligada a um público específico – clientes e assinantes –, supõe-se que a forma anafórica o *chefão petista* [1'] se dirija a esse público que, supostamente, tenderia a aderir a um terceiro posicionamento, nem *roto*, nem *rasgado*, fora da radicalização criticada pelo jornal.

Desse modo, no acontecimento discursivo do encontro entre leitor/formador de opinião, ficaria sugerida a posição do jornal e favorecida a fidelização dos leitores. É preciso considerar, porém, o papel do contexto de polarização que, então, marcava o país. Não frustraria ele o efeito previsto desse encontro?

No sintagma nominal o *chefão petista* [1'], o nome apresenta como modificador o adjetivo “petista”. O jornal sempre se opôs às candidaturas de esquerda, como bem atestam seus próprios editoriais e outras publicações, entre elas uma reportagem que considera que a ascensão da esquerda na América Latina seja um “risco”¹⁹. Vale lembrar, ainda, que após as acusações de corrupção envolvendo o PT, desde o Mensalão até as investigações da Lava-Jato, os veículos de imprensa tradicional exploraram amplamente o tema da corrupção, de tal modo que essa marca se fixou como o antipetismo engendrado sobretudo nos grandes meios de comunicação. Não é de espantar, portanto, que tenha sido esse um recurso amplamente explorado na campanha de Jair Bolsonaro. “Petista”, nesse sentido, materializa uma memória de corrupção e apaga uma memória de atuação do partido – principalmente, quanto à sua atenção ao campo social – cara à população que avalia positivamente os governos do partido, principalmente em seus dois primeiros governos com Lula à frente,

19 Conferir, por exemplo: o *Estado* deu início a uma série de publicações intitulada “Os riscos da ascensão da esquerda na América Latina”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/os-riscos-da-ascensao-da-esquerda-na-america-latina>. Acesso em: 01 mar. 2024.

que, segundo o Datafolha, encerrou o segundo mandato em 2010 com 83% de aprovação²⁰.

Além da restrição de sentido no modificador “petista” do sintagma nominal “o chefão petista”, em que é o partido que é visado, há que se considerar também o seu núcleo: “chefão”. O nome, individualmente, poderia ser valorado de modo positivo se considerássemos um sentido em que o cargo de chefe representasse simplesmente uma posição que marcasse merecimento de reverência ou apenas ocupação de um lugar de decisão e poder. No entanto, nesse caso, “chefão” pode referir-se a um indivíduo criminoso ou estabelecer uma relação intertextual com o título do filme *O Poderoso Chefão*, de Francis Ford Coppola, baseado no romance homônimo de Mario Puzo, que retrata as tramas da máfia italiana.

Por fim, ainda na estrutura do sintagma nominal no qual se especifica a expressão nominal anafórica o *chefão petista* [1’], o determinante artigo “o”, muito longe de ser apenas um “definidor” do nome, restringindo-se a marcar certa familiaridade entre os interlocutores quanto à pessoa do “chefão”, indica – ao mesmo tempo em que produz esse efeito de familiaridade – centralização do poder em uma única pessoa, eliminando, já no primeiro elemento da expressão nominal anafórica, qualquer possibilidade de coletivização da instituição partidária referida no modificador. Portanto, na exclusão dos sentidos: a) de simples determinativo para o artigo; b) de ocupante de lugar de decisão para o nome; e c) de filiação a um partido político para o modificador do nome, a forma assim constituída indica algo como: *centralização num único indivíduo* (“o”) *de poder mafioso* (“chefão”) e de corrupção (“petista”).

Por sua vez, o tom jocoso do editorial, marcado todo ele por encadeamento de ironias e alusões, é o que promove o acordo e conduz o leitor em sua leitura, remetendo a vários sentidos possíveis. Esse efeito pode ser observado no excerto analisado, em que a expressão “seus camisas pardas”, em referência a Bolsonaro, alude aos membros do grupo paramilitar nazista *Sturmabteilung* (SA), também conhecidos como “camisas pardas” (cf. Arendt, 2013, p. 420). No mesmo trecho, a ironia também se manifesta na afirmação de que Lula da Silva teria “enorme dificuldade para conter seu espírito divisor, sobretudo quando sobe em um palanque”. Considerando a reconhecida habilidade discursiva de Lula nesse contexto, a suposta dificuldade mencionada deve ser interpretada não como uma limitação, mas como uma escolha estratégica para acirrar a

20 Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2024.

discórdia entre os eleitores. Dessa forma, o editorial equipara Lula, com seu “espírito divisor”, a Bolsonaro, líder dos “camisas pardas”, estabelecendo uma equivalência que dilui as distinções entre suas posições políticas.

Todas essas qualificações que constroem o objeto do discurso “candidato Lula” estão na memória discursiva do leitor, e a qualidade de sua leitura dependerá sempre do distanciamento que ele alcançar em relação ao que lhe é permitido/imposto escutar e ler. O modo como as ironias e alusões são recebidas têm relação direta, portanto, com a qualidade de leitura e não se explicam apenas por uma capacidade individual do leitor, mas pela posição que lhe é dado ocupar no interior de uma *formação discursiva*. É, pois, significativa a atenção do professor e do pesquisador em formação ao modo como podem ser interpretadas as expressões nominais anafóricas quando se adota uma perspectiva discursiva. Da mesma maneira, ao formador desses estudantes, a atenção não só ao já-dito mas também ao não-dito (que também integra a memória discursiva) pode ser um elemento de discussão no ensino de modo a produzir deslocamentos de posição e distanciamentos em relação ao que é lido e produzido como escrita acadêmico-científica.

Pode-se, neste ponto, discutir o efeito das construções argumentativas a partir do editorial analisado. Pelo efeito de diluição do coletivo no partido político (e não por sua afirmação); pelo destaque da corrupção (e não das realizações de seus dois mandatos e de sua aprovação como presidente da república), a retomada de Lula como objeto do discurso é feita, ainda que disforicamente, por referência a instituições de que faz/fez parte.

| “Esse falso profeta” do posto de observação do “transe místico”

O editorial “E Bolsonaro venceu”, de 24/10/2022, aparece a seis dias do 2º turno das eleições e três dias após o editorial “As piruetas retóricas de Lula” ter considerado Lula “um mal menor”. A tese central do editorial em questão é de que, ainda que pudesse perder as eleições, Bolsonaro já tinha obtido uma vitória ao arruinar o debate público, em virtude do “terrorismo religioso” de pastores bolsonaristas que divulgaram a informação falsa de que Lula fecharia igrejas, se eleito. Observemos este excerto (grifo e colchetes próprios):

(2) Ungido por sua formidável máquina de agitação e propaganda como o “messias” que salvará os cristãos da imoralidade esquerdista, Bolsonaro [1] foi dispensado de explicar os inúmeros erros de seu governo e de dizer o que pretende fazer nos próximos quatro anos. Ao tentar manter

os eleitores em transe místico, esse *falso profeta* [1'] escapou do julgamento moral sobre sua criminoso transformação do Estado brasileiro em máquina a serviço de seus interesses eleitorais.

Nele, há um encadeamento de temas do campo religioso: “ungido”, “messias”, “salvará”, “cristão”, “transe místico”, que é encerrado com a expressão nominal anafórica esse *falso profeta* [1'], também do campo religioso, recuperando o objeto do discurso “Bolsonaro”. O *marketing* pessoal de Bolsonaro forjou a representação do então presidente como o “messias”, personagem que, no cristianismo, foi materializado na figura de Jesus Cristo. Por extensão, Bolsonaro – tendo também “Messias” no nome – seria o messias capaz de salvar a nação e redimi-la de seus pecados. Bolsonaro é a versão brasileira de candidaturas de extrema-direita, que assumiram o papel de “*outsiders*”, ou seja, de candidatos antissistema. De acordo com Solano (2019, p. 309), trata-se de uma “tendência política” construída “a partir da negação” e não de “questões programáticas ou propositivas”. Para a autora, o movimento é “não apenas antipetista, mas antipartidário; não apenas antipartidário, mas antissistêmico”.

É importante salientar que, embora “antissistema” não corresponda necessariamente às práticas de governantes eleitos sob essa categorização, muitos líderes da extrema-direita foram eleitos com o auxílio desse tipo de rotulação política. Neste editorial do *Estado*, o enunciador, em um jogo de palavras entre a política e a religião, afirma que Bolsonaro foi “ungido” pela máquina publicitária que o vendeu como “messias”, forma aporuguesada de origem hebraica que significa, literalmente, “ungido”.

O comentário do jornal, ao reduzir a figura de Bolsonaro a mera propaganda, não polemiza – como se esperaria de uma posição crítica em face das complexidades estruturais da sociedade – com posicionamentos que defendem a figura do líder populista como uma saída para um país com sérias deformações sociais. A retomada anafórica a partir da expressão nominal esse *falso profeta* [1'] tem efeito contemporizador, pois a provocação dominante na voz do enunciador nunca chega a marcar uma região argumentativa distinta da dos dois candidatos. Em outras palavras, o editorial se aproxima do modo como os candidatos se interpelam, sob o freio da comunidade votante que sempre pode vir a ser um apoiador. Nesse sentido, embora desloque, de forma despectiva, a condição postiga de profeta, ocupa o mesmo espaço da interpelação de palanque entre adversários. Nesse sentido, ao escolher um argumento cúmplice da memória de construção de um líder messiânico, mais se aproxima do que se distancia do interlocutor, ou seja, da *persona* caricata de Bolsonaro e de seu tom farsesco. Desse modo, mesmo vendendo rancor por sabedoria e embuste por regramento

político; mesmo não correspondendo nem a um homem do povo (porque não associável a nada parecido com a sabedoria popular), nem ao que se espera de uma figura da elite política (porque sempre posicionado, simultaneamente, dentro e fora do jogo político), o candidato ganha uma cumplicidade morna no editorial.

Nesse editorial, a expressão nominal anafórica *esse falso profeta* [1'] é um aspecto de um *acontecimento discursivo* (Pêcheux, 2015b) inscrito em uma *série histórica* (Foucault, 2008) transnacional por meio da qual líderes populistas performam a figura de um profeta. A significação dessa retomada anafórica só é possível porque a memória discursiva garante sua materialidade – na língua e na história – como um acontecimento discursivo. A expressão nominal anafórica *esse falso profeta* [1'], tal como “acontece” no editorial, marca o *ponto de encontro entre uma atualidade* [o aparecimento dessa anáfora na construção do objeto do discurso “Bolsonaro”] e *uma memória* [a dos líderes messiânicos]” (Pêcheux, 2015a, p. 16).

Além da memória discursiva, que guarda a opacidade do arquivo, essa expressão nominal anafórica permite interrogar qual *esquecimento* (Pêcheux, 2014a, p. 160-162) autoriza o seu aparecimento, firmando-o na memória de um redentor cristão, mas desprezando outras referências messiânicas distantes da representação cristã.

No interior da *série* (Foucault, 2008)'em que Bolsonaro seria uma versão brasileira de líderes extremistas mundiais, existem outros *acontecimentos* (Foucault, 2008) menos visíveis que poderiam ser considerados nos editoriais, mas que não o são ou por serem menos convenientes para seus apoiadores, ou menos inteligíveis no convencimento dos antagonistas ou, por fim, por serem menos recomendados para os meios de comunicação, como o jornal em questão. Este último parece não ir além de uma dissonância entre o discurso cristão de Bolsonaro e suas ações, atitudes e depoimentos às mídias.

Bolsonaro e seus aliados políticos frequentemente promovem eventos políticos com discursos que incorporam elementos religiosos. Nesses discursos, há uma outra série, ligada à *teologia do domínio*, importada dos Estados Unidos, teologia que, segundo alguns teólogos, como Eliseu Pereira (2023), teria substituído a *teologia da prosperidade*, fato que, no material analisado, nem sempre parece cumprir-se. O fato político relevante dessa nova série é sua associação com a ascensão de líderes de extrema direita em âmbito mundial. A *teologia do domínio* é um traço de denominações religiosas que defendem uma teologia de dominação política pela imposição de palavra de Deus, correspondente,

em termos políticos, à passagem do estado laico para o estado teocrático (cf. Pereira, 2023). O professor João César de Castro Rocha, em entrevista ao canal Opera Mundi IGL Notícias²¹, sugere que o messias mais próximo desses discursos é, na verdade, Davi, senhor do Império e do exército.

O lugar do messias estaria, portanto, em disputa. De um lado, o messianismo espelhado na figura de Cristo, de outro, o que se espelha em Davi, reis dos exércitos. Os protagonistas dessa disputa, frequentemente representados por líderes de extrema direita, identificam a beligerância com o bem.²²

A expressão nominal anafórica *esse falso profeta* [1], que é interpretada pelo jornal por oposição à figura de Cristo, pode, na verdade, ser vista como a emergência de uma nova *série* histórica, em que a figura do messias é posta em disputa. Desse modo, embora o jornal promova uma indiferenciação entre os dois candidatos do ponto de vista da valoração, o tratamento dispensado a eles é diferente, o que pode ser mostrado por meio das expressões nominais anafóricas. Enquanto Bolsonaro é tratado discursivamente como sujeito (um *outsider*), Lula é discursivamente tratado como representante de uma instituição política (um partido), em que pese a pesada crítica feita a ele.

| “Sua alardeada virilidade” do ponto de observação de quem vê o obsceno

O editorial “Bolsonaro envergonha o País no Bicentenário” critica Jair Bolsonaro por transformar as comemorações dos 200 anos da Independência em um ato de campanha, utilizando a estrutura pública para fins partidários. O *Estado* aponta seu desrespeito ao decoro ao priorizar apoiadores em detrimento de autoridades diplomáticas e ao protagonizar cenas incompatíveis com a dignidade do cargo. Um dos aspectos dessa crítica manifesta-se na expressão nominal anafórica *sua alardeada virilidade* [1’], conforme a seguinte passagem:

(1) Jair Bolsonaro [1] simplesmente provoca asco. Para que não houvesse dúvida do seu caráter, ainda puxou um indecoroso coro a respeito de *sua alardeada virilidade* [1’]. Em respeito ao leitor, não reproduziremos aqui o que disse o presidente, mas é o caso de perguntar: há limites para este senhor? (*O Estado do S. Paulo*, edição de 8 de setembro de 2022).

21 Conferir a entrevista, a partir do minuto 31:26. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Xjp9u5BXsjk?si=tsqWL-XYUGs-lj8o>. Acesso em: 12 out. 2024.

22 Uma mostra dessa nova *série* histórica parece ter sido dada na manifestação pela “Defesa do Estado Democrático de Direito”, inusitado nome da manifestação do dia 25/02/2024, convocada por Bolsonaro.

O jornal evita explicitar que o coro fazia referência ao suposto desempenho sexual de Bolsonaro, evidenciando sua posição ao sugerir que certos temas não devem circular na esfera pública. Essa interdição discursiva, de cuja ruptura se nutre o discurso de Bolsonaro, reflete um jogo de *exclusões*, validado nesse particular pelo jornal, e define o que pode ou não ser dito publicamente (Foucault, 1996, p. 12). A fim de examinar essa forma *sua alardeada virilidade [1']*, importa lembrar que o já-dito de discursos inscritos na memória discursiva pode emergir como novidade no acontecimento discursivo da expressão nominal anafórica. Assim, o núcleo do sintagma nominal “virilidade”, selecionado pelo editorial, ancora-se em uma memória socialmente construída sobre o ser viril, historicamente vinculada ao masculino. Tal construção dialoga com a formulação de Baubérot (2013, p. 189) – “não se nasce viril, torna-se viril” –, que, por sua vez, remete ao pensamento de Beauvoir (2009, p. 361): “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Ambas as proposições sintetizam a ideia de que o gênero é uma construção sócio-histórica e, nesse contexto, a virilidade se estabelece como um de seus pilares normativos.

No caso de Bolsonaro, contudo, a própria ruptura da interdição ao falar de sua virilidade é vista como uma sua suposta comprovação, apresentada aos eleitores como um traço necessário de sua força e combatividade²³. Ao longo de sua trajetória, ele recorreu a discursos que reforçam esse argumento, como demonstram declarações midiáticas emblemáticas, as quais, tendo sido midiaticizadas²⁴, inscreveram-se na história e dão materialidade à expressão nominal anafórica *sua alardeada virilidade [1']*, cujo sentido ultrapassa a menção ao famigerado coro de “imbrochável”, que está, portanto, no plano do que foi linguisticamente expresso.

As declarações mencionadas neste artigo não esgotam o repertório de falas machistas, racistas, violentas e homofóbicas de Bolsonaro, mas são representativas da memória discursiva que se reatualiza no retorno de certa noção de virilidade. E há vínculos com a história transnacional do populismo de extrema direita, também ancorado num ideal de masculinidade combativa. Na formação discursiva em que o editorial se inscreve, a interpretação de *sua*

23 Conferir em vídeo um dos momentos em que Bolsonaro faz menção à sua virilidade e heterossexualidade a apoiadores que questionaram seu estado de saúde: https://www.youtube.com/watch?v=-GTIirymemw&ab_channel=UOL. Acesso em: 23 nov. 2024.

24 Em diferentes contextos, em declarações, amplamente divulgadas pela mídia, Bolsonaro associa masculinidade à violência (“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”), à homofobia (“Tem que deixar de ser um país de maricas”), à objetificação sexual com conotação racial (“Tudo pequenininho aí?”) e à misoginia (“Dei uma fraquejada e aí veio uma mulher”).

alardeada virilidade [1'] é precisamente aquela que o *Estado* não se autoriza a mencionar.

A recusa em tratar sua conduta dentro dos marcos convencionais da crítica política sugere uma deslegitimação simbólica: Bolsonaro não é enquadrado como um agente institucional cujas ações demandam um debate formal, mas como uma figura cuja conduta ultrapassa os limites da política e recai no domínio da pessoalidade. Esse deslocamento opera um duplo efeito: ao mesmo tempo em que expõe sua inadequação à esfera pública, evita que seu comportamento seja debatido nos termos tradicionais do embate político, reforçando sua posição de *outsider*.

| Considerações finais

Considerando a opacidade do *arquivo*, o objetivo central deste trabalho foi compreender como as expressões nominais que referenciam anaforicamente os candidatos, ao remeterem a *memórias discursivas*, permitem indagar sobre o já dito e também sobre o não dito. O uso de expressões nominais anafóricas remete aos candidatos Bolsonaro e Lula à Presidência da República em 2022 e revela, por vezes, de modo evidente, a opinião do jornal, embora ele assuma um posicionamento mais reservado em outras ocasiões. As expressões nominais anafóricas são um aspecto do *acontecimento discursivo* dos editoriais, os quais respondem não só a uma *série* histórica interna, em que o tema dominante são as eleições à presidência da República de 2002 e a ascensão da extrema-direita no Brasil, mas também a uma *série* que, em termos mais gerais, se integra a um movimento extranacional da extrema direita, envolvendo estratégias articuladas e suporte tecnológico específico. Desse modo, sempre indiciam pontos de emergência de processos discursivos, ligados às *condições de produção do discurso*, articulando *memória discursiva* e relações interdiscursivas e delineando territórios para a *formação discursiva* a partir da qual os sentidos se produzem.

A esse respeito, vale destacar, por fim, que os editoriais analisados, da perspectiva da valoração, tratam os dois candidatos sem distinção, isto é, ambos foram representados de modo negativo, ainda que o jornal tivesse manifestado sua preferência por Luiz Inácio Lula da Silva na reta final da campanha eleitoral, no segundo turno. É notável, portanto, que, no processo de referência, os editoriais apresentem um tratamento igualmente disfórico em relação a ambos, o que poderia levar a pensar em indistinção valorativa no tratamento discursivo dos candidatos. No entanto, é no interior da indiferenciação que as distinções são produzidas. As *expressões nominais anafóricas* indicam que os objetos de discurso construídos resultam em dois papéis distintos para os candidatos.

Lula foi representado em sua função institucional, seja como candidato seja como ex-presidente filiado a um partido político. Em contraste, Bolsonaro, embora ocupasse o cargo de presidente da República, foi caracterizado como um indivíduo separado desse papel social, fato que não impediu, por exemplo no editorial analisado, certa cumplicidade entre o tom jocoso do jornal e o aspecto do *acontecimento discursivo* dos editoriais destacado pela expressão nominal anafórica analisada esse *falso profeta* [1'], entre o farsante e o apenas cômico.

Referências

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ATALLA, B. M. **Expressões nominais anafóricas em editorial de jornal**. 2025. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: 10.11606/D.8.2025.tde-19052025-094645.

BAUBÉROT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org.). **História de virilidade**: a virilidade em crise. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 189-220.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CORRÊA, M. L. G. **Linguagem & comunicação social**: linguística para comunicadores. São Paulo: Parábola, 2009.

DATAFOLHA. Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. *In*: **Datafolha**, São Paulo, 17 dez. 2010. Disponível em: datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 12 out. 2025.

ESTADÃO. **Os riscos da ascensão da esquerda na América Latina**. São Paulo, 11 ago. 2022. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 12 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRESTON, P. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. 307f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581014>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

JUBRAN, C. C. A. S. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, p. 93-104, 2011.

KOCH, I. G. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 41, p. 75-90, 2001. DOI: 10.20396/cel.v41i0.8637002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637002>. Acesso em: 6 ago. 2022.

KOCH, I. G. V. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, p. 93-104, 2011.

KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. São Paulo: Harper Collins, 2023.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **Papel da memória**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 59-106.

PEREIRA, E. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 76, p. 147-173, 2023. DOI: 10.23925/2176-2767.2023v76p147-173. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em: 5 mar. 2024.

OPERA MUNDI. **Bolsonarismo e religião**: entrevista com João Cezar Rocha [Vídeo]. YouTube, 4 mar. 2024. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 12 out. 2025.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: SOLANO, E. **Democracia em risco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Como citar este trabalho:

ATALLA, Bruna; CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Expressões nominais anafóricas e memória discursiva: representações de Lula e de Bolsonaro em editoriais de um jornal. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 11-36, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 16/08/2024 | Aceito em: 16/10/2024.

Julgamento da valência emocional de *blends* a partir de suas bases

Rafaelly BEZERRA¹

Rafael Dias MINUSSI²

José FERRARI NETO³

Gustavo Lopez ESTIVALET⁴

1 Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil;
| rafaellyfb@gmail.com | <https://orcid.org/000-0002-0026-7392>

2 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil;
| rafael.minussi@unifesp.br | <https://orcid.org/0000-0003-4103-8796>

3 Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil;
| joseferrarin1974@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-2734-7197>

4 Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil;
| gustavoestivalet@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3462-4156>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v22i1.3968>

Resumo: Este trabalho investiga como a valência dos *blends* está associada às valências de suas bases. Pesquisas recentes trazem apontamentos acerca da influência da valência das palavras no processamento lexical. Os seguintes questionamentos guiaram nossa pesquisa: quais as relações entre a valência dos *blends* e de suas bases? Qual é a influência das estruturas dos *blends* no julgamento de sua valência? Quais as diferenças demográficas em relação ao julgamento da valência dos *blends*? *Blends* são um tipo especial de palavras formadas a partir de pelo menos duas palavras, ou uma palavra e um *clip* ou dois *clips*, que são partes truncadas de palavras. Eles possuem uma estrutura de constituintes e uma estrutura semântica, sendo muitas vezes efêmeros, uma vez que surgem e podem, ou não, serem aceitos e utilizados por uma comunidade de falantes. A valência, por sua vez, refere-se à agradabilidade emocional de um estímulo e pode ser associada diretamente às sensações relacionadas às palavras. Dito isso, 95 participantes realizaram um experimento psicolinguístico de julgamento de valência em *blends* e de suas bases numa escala Likert de 9 pontos. Os resultados apontaram diferenças de julgamento de valência em três níveis: demográficas, distribuição dos *blends* em comparação às palavras e estruturas dos *blends*. Assim, este trabalho contribui para uma melhor compreensão da influência semântica das bases no processamento dos *blends*.

Palavras-chave: Psicolinguística. Morfologia. *Blends*. Julgamento. Valência.

Judgment of the emotional valence of *blends* based on their bases

Abstract: This study aims to investigate how the valence of *blends* is associated with the valence of their bases. Recent research has shown evidence of the influence of word valence on lexical processing. The following questions guided our research: What are the relationships between the valence of *blends* and their bases? What is the influence of the structures of *blends* on the judgment of their valence? What are the demographic differences in the judgment of the valence of *blends*? *Blends* are a special type of words formed from at least two words, or one word and one clip or two clips, which are truncated parts of words. They have a constituent structure and a semantic structure, and are often ephemeral, since they emerge and may or not be accepted and used by a community of speakers. In turn, valence refers to the emotional pleasantness of a stimulus and can be directly associated with sensations related to words.

That said, 95 participants performed a psycholinguistic experiment to judge the valence of *blends* and their bases on a 9-point Likert scale. The results showed differences in valence judgment at three levels: demographic, distribution of *blends* in comparison to words, and structures of *blends*. Thus, this work contributes to a better understanding of the semantic influence of the bases during the processing of *blends*.

Keywords: Psycholinguistics. Morphology. *Blends*. Judgment. Valence.

| Introdução

As informações sobre o significado afetivo de palavras têm sido utilizadas em diversas pesquisas sobre emoções, memória, representação e processamento lexical (Warriner; Kuperman; Brysbaert, 2013). Em relação às representações afetivas das palavras, três componentes são tradicionalmente investigados: a valência, a excitação e a dominância. A valência está relacionada a agradabilidade do estímulo, a excitação refere-se à intensidade do estímulo e a dominância trata do grau de controle exercido pelo estímulo.

Assim, uma série de estudos vêm sendo realizados para compreender a relação entre afetividade e linguagem. Autores como Barriga-Paulino (2023), Kousta et al. (2019), Dolan (2002), Guerreiro (2019), Oliveira et al. (2013), Vigliocco et al. (2014), Kuperman et al. (2016) e Kuperman et al. (2021), trazem estudos relacionados a evidências de que a carga emocional semântica das palavras impacta sua representação e seu processamento. Diante disso, verifica-se que a valência, positiva ou negativa, está diretamente relacionada ao processamento das palavras.

A partir desses estudos, compreende-se que a valência seria uma característica semântica importante para o processamento das palavras, destacando que a informação afetiva é um componente da representação de itens no léxico mental, estando disponível desde os estágios iniciais do processo de reconhecimento, ativação e acesso às palavras. Outro elemento importante é que os indivíduos interpretam a valência como um aspecto de sua experiência individual com as palavras; logo, ela é uma propriedade intrínseca que não pode ser significativamente separada dos processos psicológicos e cognitivos do sujeito que a usa em um enunciado.

Não obstante, o reconhecimento de palavras não consiste apenas da identificação de um item como pertencente ao léxico de uma língua. Ainda que essa identificação seja basilar, para que o processamento da palavra ocorra

plenamente, é preciso a ação de mecanismos complexos de acesso lexical, que permitem o acesso às bases representadas no léxico mental. O estudo do reconhecimento de palavras está, portanto, no âmbito dos estudos sobre os modelos de léxico mental e de processamento morfológico.

Nesse sentido, uma investigação sobre *blends* pode simultaneamente contemplar tanto aspectos do processamento morfológico quanto seu significado afetivo. Dadas as especificidades das formações dos *blends* em relação às características estruturais e semânticas, importantes questões para os modelos de léxico mental e para as teorias morfológicas se colocam. Essas questões incidem sobre a descrição da estrutura interna dos *blends*, isto é, sobre a determinação de seus elementos constituintes e sobre o modo como se combinam, bem como sobre a maneira como estão representados no léxico e são nele acessados. No que tange aos significados afetivos, as questões não são menos interessantes, recaindo no modo como se formam esses significados, se por ação isolada de cada base de um *blend*, ou se por combinação deles e como esses significados são percebidos quando do processamento de um *blend*.

Sendo assim, a presente pesquisa traz os seguintes questionamentos: qual é a relação entre o julgamento da valência dos *blends* e de suas bases? De que forma as estruturas do *blends* influenciam sua valência? Quais as diferenças demográficas do julgamento da valência dos *blends*?

Arelado a esses questionamentos, a pesquisa tem como foco os *blends* morfológicos e fonológicos, conforme definem Minussi e Nóbrega (2014). Esses autores descrevem que os *blends* fonológicos apresentam um ou mais segmentos fonológicos idênticos sobrepostos como, por exemplo, “roubodízio” <roubo + rodízio>. Já os *blends* morfológicos não apresentam quaisquer segmentos fonológicos semelhantes nas palavras-fonte e há o truncamento de uma ou de ambas as palavras-fonte como, por exemplo, em “cariúcho” <carioca + gaúcho>. Diferentemente dos compostos, nesse processo formador de palavras não há encadeamento linear das bases devido aos truncamentos e sobreposições.

Nota-se que o estudo sobre *blends* se assemelha ao processo de formação de nomes compostos, uma vez que as mesmas relações semânticas internas que são verificadas nos compostos também são verificadas nos *blends*, como, por exemplo: coordenação (quando há dois núcleos), subordinação (quando há uma relação de predicado e argumento) e atribuição (quando há uma relação de núcleo e modificador). Entre os desafios do estudo dos *blends*, estão a) a baixa frequência dessas palavras, pois apresentam uma frequência perto de

zero, salvo algumas exceções de *blends* que são largamente utilizados, como “portunhol” (Villalva; Minussi, 2022), b) a dificuldade de encontrar um contexto para interpretação, uma vez que os *blends* são efêmeros, ou seja, têm pouco tempo de uso na língua e logo são esquecidos ou substituídos, c) a dificuldade para explicar onde e qual das bases dos *blend* são truncadas em sua formação, d) a baixa produtividade dos processos irregulares de formação de palavras e e) a característica de serem forjadas a partir de contextos pragmáticos específicos.

Assim, este trabalho visa a avaliar a carga semântica emocional relacionada aos *blends*. Desse modo, foi realizado um teste de julgamento de valência, no qual foram analisados os *blends* e suas bases. Assim, a valência dos *blends* foi analisada em função de suas bases para uma melhor compreensão de como elas contribuem para o julgamento dos *blends* em si. A hipótese desse trabalho é que a valência de cada uma das bases dos *blends* afeta significativamente e diretamente sua valência em função de sua estrutura.

Como metodologia, utilizou-se um experimento de julgamento de valência com escala Likert de 9 pontos (Frankenthal, 2022) em 300 palavras, 100 *blends* e 200 bases. Com isso, estabeleceu-se uma escala de classificação que corresponde à opinião do participante em relação à agradabilidade da palavra, sendo 1 para baixa agradabilidade, 5 para neutra e 9 para alta.

O artigo está organizado da seguinte forma, a seção 2 apresenta uma revisão da literatura relacionada aos processos de formação de palavras com foco nos *blends* e dos efeitos de valência em psicolinguística, a seção 3 descreve a metodologia utilizada nesta pesquisa para seleção dos materiais, criação e aplicação do experimento psicolinguístico de julgamento de valência, a seção 4 apresenta os resultados das análises estatísticas, a seção 5 discute o julgamento da valência dos *blends* a partir dos resultados experimentais e da descrição teórica na perspectiva do reconhecimento de palavras, e a seção 5 traz as conclusões, as limitações e os futuros desdobramentos da pesquisa.

| Fundamentação teórica

Blends

O *blending*, processo de formação de palavras que dá origem aos *blends*, também pode ser chamado de cruzamento vocabular e fusão, entre outros nomes. Como já foi dito anteriormente, há autores que aproximam os *blends* dos nomes compostos, mostrando semelhanças como, por exemplo, Kubozono (1989), Pham (2011) e Sandmann (1990), que ressaltam que tanto *blends* quanto

compostos são formados por dois elementos e podem ser copulativos ou determinativos, ou seja, podem ser coordenativos “Suicíndia” (Suíça + Índia), subordinativos “uísqerda” (uísqe + esquerda, em que *esquerda* é o núcleo determinado por *uísqe*). Outros autores, no entanto, como Piñeros (2000) e Gonçalves (2003) defendem que o *blending* e a composição são dois processos distintos, pois o *blending* é um processo não concatenativo, caracterizado como um caso de interseção de bases, enquanto os compostos mantêm a ordem linear de suas bases.

Minussi e Nóbrega (2014), com base em Basílio (2005), propõem uma classificação dos *blends*, com base na sua estrutura interna, consistindo em: a) fonológicos, *blends* que apresentam uma sobreposição de segmentos fonológicos idênticos como, por exemplo: *matel* (**m**ato + **m**otel); b) morfológicos, em que a sobreposição dos segmentos não se dá por meio de segmentos fonológicos, mas por meio de um truncamento de uma ou das duas palavras fontes como, por exemplo, *portunhol* (português + espanhol) e c) semânticos, nos quais há uma reanálise semântica de uma parte dos segmentos fonológicos de uma das palavras fontes, seguida de uma substituição desse segmento reanalisado por outros segmentos fonológicos (idênticos ou não), mas com uma interpretação semântica diferente como, por exemplo, *bebemorar* < (~~come~~)morar, em que há uma reanálise de “come” em comemorar e substituição por “bebe” formando o *blend* *bebemorar*. Como já dissemos, neste estudo, tomaremos os *blends* dos tipos fonológico e morfológico.

Por sua vez, os estímulos que foram utilizados neste estudo levam em consideração a descrição da estrutura de constituintes e a estrutura gramatical (semântica) proposta por Minussi e Villalva (2020) e Villalva e Minussi (2022) para a formação do *Corpus de blends* do português, que foi coletado e descrito no âmbito do projeto B&C proalex (Formação, processamento e acesso lexical dos *blends* e compostos no PB e PE).

A estrutura de constituinte descreve os tipos de constituintes que formam os *blends*, ou seja, se palavras (P) ou *clips* (C), entendendo *clips* como sendo qualquer truncamento de uma palavra, sem *status* ou natureza morfológica. Desse modo, o *clip* pode ser considerado como uma parte de uma palavra que se sobrepõe, ou não, à palavra adjacente. O *clip* pode ocorrer tanto na primeira quanto na segunda posição do *blend*, ou seja, tanto a primeira quanto a segunda base do *blend* podem ser clipadas, gerando quatro subtipos de estruturas:

1.
 - a. (PP) quando ambas as palavras que formam o *blend* são visíveis, com sobreposição da periferia direita das palavras bases. Exemplo: *diligentil* [diligent]_e [gentil]_{Adj}
 - b. (CC) quando nenhuma das duas bases que formam o *blend* é visível, havendo um truncamento das periferias internas das palavras. Exemplo: *namorido* [namo[rado]]_N + [[ma]rido]_N
 - c. (CP) quando apenas a segunda base que forma o *blend* é visível, havendo um truncamento da periferia direita da base esquerda. Exemplo: *maravilindo* [maravi[lhoso]]_{Adj} + [lindo]_{Adj}
 - d. (PC) quando apenas a primeira base que forma o *blend* é visível, havendo um truncamento da periferia esquerda da base direita. Exemplo: *batatalhau* [batata]_N + [[baca]lhau]_N

A estrutura gramatical observou as relações semânticas estabelecidas entre as bases dos *blends*, ou seja, se as relações eram de coordenação ou atribuição/modificação. Desse modo, foram encontrados três tipos de relações:

2.
 - a. Núcleo-Núcleo (NN): em que as duas palavras bases são interpretadas como núcleo. Exemplo: *atacarejo* [ata[cado]]_N + [[va]rejo]_N, lugar que vende a atacado e também a varejo.
 - b. Modificador-Núcleo (MN): em que a segunda base funciona como núcleo. Exemplo: *cãominhada* [cão]_N + [[ca]minhada]_N, uma caminhada com/de cães.
 - c. Núcleo-Modificado (NM): em que a primeira base funciona como núcleo. Exemplo: *manifestoche* [[manifest[ante]]_N [[fant]oche]_N]_N, interpretado como um “tipo de manifestante”, o “manifestante que é manipulado (politicamente) como um fantoche”.

Neste estudo, foram selecionadas as estruturas mais prototípicas dos *blends*, segundo Villalva e Minussi (2022), com base na estrutura de constituintes e na estrutura gramatical. São elas: CP/NM, CP/NN, PC/MN e CC/NN.

| Valência

A valência emocional, segundo Warriner, Kuperman e Brysbaert (2013), é uma componente emocional ligada a outras duas componentes da emoção, que são a excitação e a dominância, estando relacionada ao prazer ligado ao estímulo. Nesse sentido, os autores apontam que ela indica valores emocionais que possibilitam a inclusão do afeto nos estudos de memória e semântica. Em

consonância a esses achados, Barriga-Paulino (2023) menciona que a valência é a primeira característica semântica a ser recuperada durante o reconhecimento de uma palavra. Diante disso, a autora destaca que a informação afetiva é um componente da representação linguística do léxico estando disponível precocemente durante o reconhecimento de palavras e impactando os estágios iniciais de reconhecimento delas.

Nessa direção, Guerreiro (2019) investigou os efeitos da valência no processamento da palavra escrita, mediante o acesso ao léxico mental, destacando que as palavras de valência positiva demonstram vantagem no reconhecimento, quando a frequência das palavras é controlada, contudo, com menores efeitos para palavras de alta frequência. Esta análise permite comprovar uma vantagem da emoção positiva, pois a resposta mais rápida para as palavras positivas é mais relevante do que o impacto das palavras negativas.

Ainda nesse sentido, Vigliocco *et al.* (2014) evidenciaram que palavras emocionais, sejam elas positivas ou negativas, são processadas mais rapidamente do que palavras neutras. O estudo sugeriu que as conotações emocionais teriam viés facilitador quanto ao processamento em virtude da experiência emocional. Já Kuperman *et al.* (2016) apontaram influências de conotações afetivas e sensório-motoras encontradas nos contextos das palavras. Nesse sentido, mostraram que há uma grande tendência que palavras concretas, positivas e estimulantes ocorram em contextos afetivos e sensório-motores semelhantes, sugerindo que os significados conotativos transmitidos pelo contexto da palavra indicam a conotação da própria palavra.

Kousta *et al.* (2019) apontam que a emoção tem influência na cognição humana, reforçando a proposta de que a valência emocional está representada juntamente com as palavras no léxico mental. De acordo com Dolan *et al.* (2002), a valência é o elemento básico de construção da vida emocional que deriva da capacidade humana de se envolver no processo de avaliação. O autor destaca que esta é uma propriedade que não pode ser significativamente separada da situação psicológica, sendo um dos alicerces básicos da vida emocional.

Kuperman *et al.* (2021) apontam normas de valência para 3.600 palavras em inglês e destacaram que os participantes mais velhos determinavam classificações de valência mais altas no geral do que seus colegas mais jovens antes e especialmente durante a pandemia, com classificações de valência e um aumento após os 65 anos. Nesse sentido, os resultados fornecem novas evidências para a regulação emocional ao longo da idade adulta.

Para o português, Oliveira *et al.* (2013) coletaram normas e valência de 908 palavras utilizando a escala de julgamento SAM (*Self-Assessment Manikin*), no qual participaram 4.359 estudantes universitários oriundos de quatro universidades. Os resultados evidenciaram palavras em todos os quadrantes do espaço afetivo.

No tocante ao léxico, Kenedy (2022) afirma que é indiscutível que ele corresponde a uma grande fração da cognição linguística humana e que essa grandeza diz respeito não só ao complexo de informações que são carregadas pelos itens lexicais, mas também às relações que o léxico estabelece com os demais componentes da linguagem e com o restante da cognição humana. É no léxico que encontramos uma relação intrincada entre som e significado, dentre os quais os emocionais, que devem ser combinados durante a derivação linguística. O autor destaca também que os valores e informações estão codificadas no léxico de uma língua através de traços semânticos, fonológicos e formais. Nesse sentido, traços semânticos são aqueles que estabelecem relações com a língua e o sistema conceptual.

Frente a isso, a interpretação de *blends* decorre de abstrações bem específicas em relação ao processamento semântico das palavras, dependendo das experiências pessoais pragmáticas para serem compreendidos. Visando compreender a motivação das combinações lexicais em *blends* como “abreijo” (abraço + beijo), “namorido” (namorado + marido) e “delegata” (delegada + gata), torna-se pertinente investigá-las considerando-se aspectos linguísticos e emocionais através do julgamento de valência.

Sendo assim, o estudo do modo como avaliam a valência emocional de itens lexicais pode ser revelador não apenas da maneira como certos traços linguísticos e semânticos representados em entradas no léxico são reconhecidos e processados, mas também das inter-relações entre o sistema linguístico e outros sistemas cognitivos com os quais a linguagem faz interface.

| Metodologia

A metodologia deste trabalho explorou um experimento psicolinguístico *offline* de julgamento de valência das palavras através de uma escala Likert de 9 pontos. Cada participante recebeu uma lista com 100 palavras do PB para serem julgadas em relação à agradabilidade das palavras, sendo 1 para baixa agradabilidade, 5 para neutro e 9 para alta agradabilidade. O experimento foi

desenvolvido na plataforma jsPsych⁵ e foi enviado aos participantes através de um *link* na Web da plataforma Cognition⁶ (de Leeuw, 2015).

Para tanto, foram escolhidos 100 *blends* (com 200 bases formadoras, base 1 + base 2). No total, o experimento possuiu 300 palavras. Estas 300 palavras foram distribuídas no quadrado latino em 3 listas para evitar efeitos de *priming*.

| Participantes

No total, 95 participantes realizaram o experimento de julgamento de valência das palavras. Os participantes ficaram distribuídos da seguinte forma: 70 participantes do sexo feminino e 25 participantes do sexo masculino; 29 participantes com educação básica completa, 51 participantes com educação superior completa e 15 participantes com pós-graduação completa; a média de idade foi de 30,5 anos com desvio-padrão de 15,3 anos; 48 participantes com menos de 24 anos foram considerados “jovens” (média = 19,4, desvio-padrão = 2,1) e 47 participantes com 24 anos ou mais foram considerados “velhos” (média = 42,6, desvio-padrão = 12,5). Dois participantes foram retirados porque apresentaram desvio-padrão = 0 para as suas respostas, ou seja, assinalaram sempre o mesmo valor para todas as palavras. No total, 6,32% dos dados foram retirados para as análises estatísticas dos dados.

| Materiais

Os estímulos linguísticos do julgamento de valência foram compostos por 100 *blends* e as 200 palavras bases formadoras dos *blends*. Sendo assim, foram selecionados inicialmente 100 *blends* a partir do Corpus de *Blends* do Português, sendo distribuídos 25 *blends* em quatro categorias: CP/NM, CP/NN, PC/MN e CC/NN (Villalva; Minussi, 2022). Em seguida, foram selecionadas as 200 palavras formadoras dos 100 *blends*.

Assim, os 300 estímulos foram distribuídos através de quadrado-latino em três listas de 100 estímulos. As listas foram pseudorandomizadas e cada participante realizou o experimento de apenas uma lista, impossibilitando que os participantes julgassem estímulos relacionados aos *blends* e evitando qualquer efeito de *priming* ou de enviesamento no julgamento das palavras. As listas foram pseudorandomizadas com o programa MIX (van Casteren; Davis, 2006) a partir dos seguintes critérios: i) palavras consecutivas não poderiam

5 <https://www.jspsych.org/latest/>

6 <https://www.cognition.run/>

começar com a mesma letra, ii) no máximo três palavras repetidas do mesmo tipo (*blend*, base1, base2) e iii) estrutura da palavra (CP/NM, CP/NN, PC/MN, CC/NN para *blends*; CN, PN, PM para bases).

Logo, primeiramente os materiais foram divididos por tipo de palavra, sendo 100 *blends*, 100 palavras base1 e 100 palavras base2. Em seguida, os *blends* foram divididos a partir da estrutura dos constituintes em CC, CP e PC, e, em estrutura gramatical NN, NM e MN, conforme os exemplos do Quadro 1.

Quadro 1. Exemplos de estímulos do experimento psicolinguístico

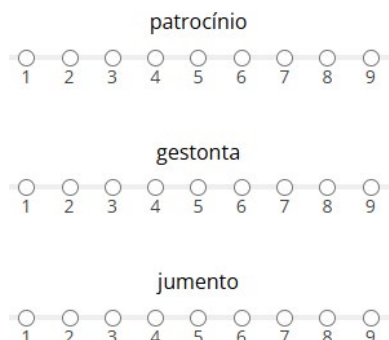
Blend	Estrutura	Base1	Base2
abreijo	CC/NN	abraço	beijo
preguisonso	CP/NN	preguiçoso	sonso
atrapalhaço	CP/NM	atrapalhado	palhaço
coponheiro	PC/MN	copo	companheiro

Fonte: Elaboração própria

| Procedimentos

Após a seleção dos estímulos e da criação das listas pseudorandomizadas, o experimento de julgamento de valência foi construído na plataforma jsPsych e aplicado através do envio de um *link* na *Web* da plataforma Cognition (de Leeuw, 2015). Primeiramente, era apresentada uma tela com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido na qual o participante deveria confirmar sua participação no experimento de forma voluntária. Em seguida, era apresentado um formulário sobre as informações dos participantes: nome, idade, sexo, escolaridade, *e-mail*. Logo após eram apresentadas as instruções do experimento, “sua tarefa é utilizar a escala para avaliar a agradabilidade que sente enquanto lê as palavras. A escala vai de 1 (agradável) a 9 (desagradável) (Warriner Kuperman; Brysbaert, 2013). Depois, era apresentada uma tela de treino do experimento com cinco estímulos conforme a Figura 1. Finalmente, era apresentada a tela do experimento propriamente dito com 100 estímulos distribuídos entre *blends* e bases correspondentes distribuídas entre as três listas de forma a evitar qualquer tipo de *priming* e enviesamento do julgamento (Estivalet; Meunier, 2017). Destaca-se que a marcação de algum valor na escala de valência era obrigatória para a finalização do experimento.

Figura 1. Exemplo dos estímulos do treino do experimento de julgamento de valência



Fonte: Experimento em jsPsych na plataforma Cognition

Resultados

Para a análise dos dados, foram realizadas três etapas, a primeira com as análises das diferenças demográficas de idade, sexo e estudo dos participantes, a segunda em relação às distribuições das valências dos *blends* e das bases dos *blends*, e a terceira em relação as correlações entre a valência dos *blends* e de suas bases em função das estruturas dos *blends*.

Em relação às diferenças de julgamento de valência das palavras testadas em função das características demográficas, os participantes foram distribuídos por sexo, idade e escolaridade, assim como por tipo de palavra, com a intenção de se verificarem se essas características influenciam no julgamento de valência das palavras. Para tanto, foram calculadas as médias das valências por participantes em função desses fatores, em seguida, foi aplicado um teste de Análise de Variância (ANOVA). Os resultados apontaram apenas uma diferença significativa entre o tipo de palavras (*blends* e bases) $F(1, 78) = 60,62, p < 0,001$, mas nenhuma diferença significativa de idade (jovens e velhos) $F(1, 78) = 0,60, p = 0,44$, sexo (masculino e feminino) $F(1, 78) = 2,19, p = 0,14$ e estudo (ensino médio, ensino superior, pós-graduação) $F(2, 78) = 1,06, p = 0,35$. Também não houve nenhum efeito de interação entre estas variáveis ($p > 0,1$), conforme pode ser observado na Tabela 1 e na Figura 2.

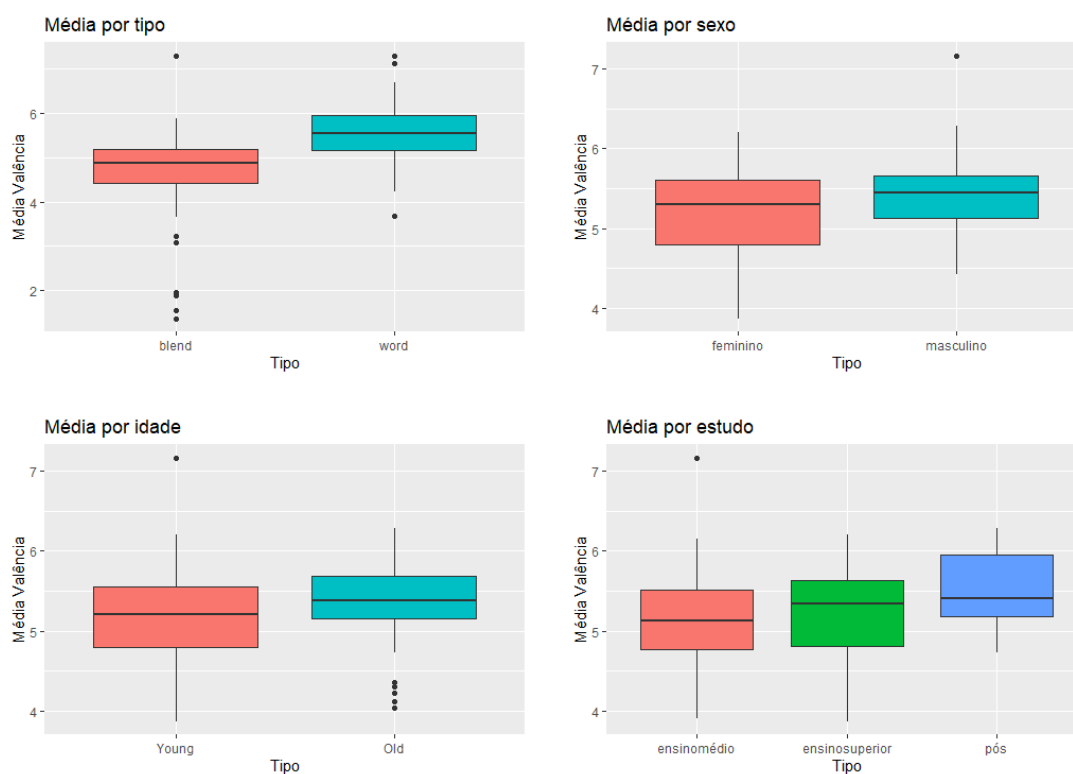
Tabela 1. Médias das características demográficas dos participantes

Variável	<i>Blends</i>	Palavras	Total
Geral	4,91 (1,84)	5,23 (2,41)	5,24 (2,27)
Masculino	4,89 (1,87)	5,67 (2,44)	5,18 (2,25)
Feminino	4,61 (1,82)	5,47 (2,39)	5,41 (2,30)

Jovem	4,71 (1,70)	5,41 (2,34)	5,18 (2,17)
Velho	4,67 (2,00)	5,68 (2,49)	5,34 (2,39)
Ensino Médio	4,69 (1,83)	5,43 (2,48)	5,19 (2,31)
Ensino Superior	4,60 (1,89)	5,53 (2,34)	5,22 (2,24)
Pós-Graduação	5,06 (1,58)	5,76 (2,49)	5,52 (2,25)

Fonte: Elaboração própria

Figura 2. Médias das características demográficas dos participantes



Fonte: Elaboração própria

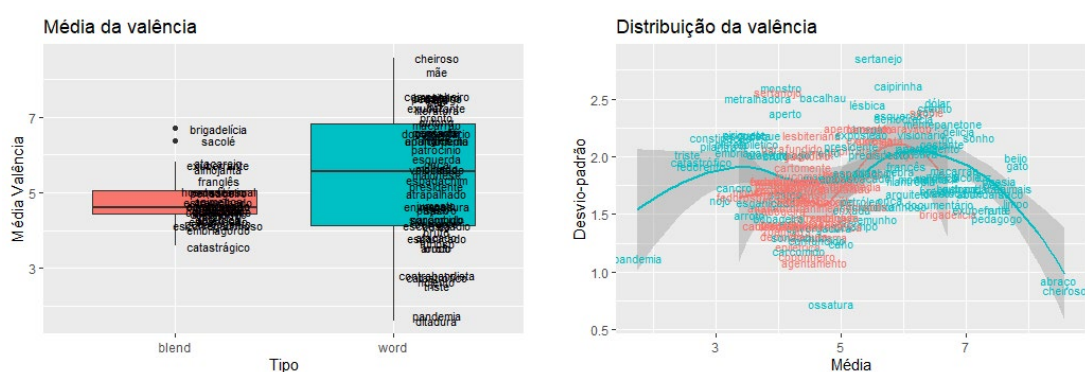
Em seguida, para a segunda análise, foi compilado um *corpus* dos *blends* e palavras bases utilizados no experimento com as seguintes informações: i) palavras testadas (100 *blends* e 200 bases), ii) tipo de palavra (*blend*, base), iii) média da valência e iv) desvio-padrão da valência. De uma forma geral, o

corpus foi compilado a partir dos dados de 95 participantes, totalizando 9500 observações. A média de valência geral foi 5,24 com desvio-padrão de 1,37; a média do desvio-padrão foi 1,81 com desvio-padrão de 0,36.

Em seguida, observamos as médias de valência em função do tipo de palavra, a média de valência dos *blends* foi 4,69 com desvio-padrão de 0,65 enquanto a média de valência das bases foi 5,52 com desvio-padrão de 1,55. Enfim, a média do desvio-padrão das valências dos *blends* foi 1,74 com desvio-padrão de 0,31 enquanto a média do desvio-padrão das valências das bases foi 1,85 com desvio-padrão de 0,37 (Warriner; Kuperman; Brysbaert, 2013). Assim, o teste-*t* das médias de valência em função do tipo de palavra apontou uma diferença significativa $t(290) = 6,51, p < 0,001$, assim como o teste-*t* dos desvios-padrão em função do tipo de palavra $t(290) = 2,82, p < 0,01$.

A Figura 3 abaixo permite uma visualização das médias, desvios-padrão e distribuição das valências dos *blends* e suas bases. Ambos os tipos de palavras apresentam uma distribuição em “M” que tem como características desvios-padrão mais baixo para médias extremas (baixas e altas), assim como para a neutralidade, e desvios-padrão mais altos para valores de valência intermediários. Nota-se claramente a média mais baixa e a menor variabilidade das valências dos *blends* mais concentrada em médias mais baixas com menor variabilidade do que as valências de suas bases.

Figura 3. Médias e distribuição das valências dos *blends* (verde) e das palavras (vermelho)



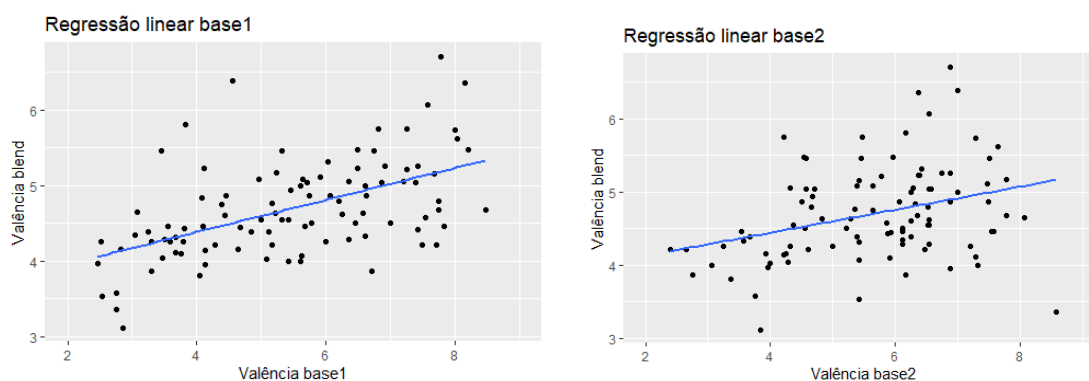
Fonte: Elaboração própria

Enfim, a terceira análise teve como foco, primeiramente, as diferenças de valência entre as estruturas dos *blends* e, em seguida, a influência das valências das bases nas valências dos *blends*. A ANOVA não apontou nenhuma diferença

significativa das médias de valência em função das estruturas de constituintes $F(2, 96) = 0,59, p = 0,55$ ou estrutura gramatical $F(1, 96) = 0,44, p = 0,51$.

Em seguida, foram realizados testes de correlação de Pearson entre as médias das valências dos *blends* e as médias das valências de cada uma de suas bases. Os resultados apresentaram uma correlação significativa positiva entre a valência dos *blends* e suas bases1 $r = 0,54, t(98) = 6,32, p < 0,001$, assim como entre a valência dos *blends* e suas bases2 $r = 0,33, t(98) = 3,50, p < 0,001$, conforme a Figura 4. Enfim, uma regressão linear da média das valências do *blends* em função das médias das valências da base1 e da base2 foi realizada conforme a Figura 5, indicando que estas duas variáveis explicam 35% da variação dos dados de julgamento dos *blends*.

Figura 4. Correlações entre a valência dos *blends* e as base1 e base2



Fonte: Elaboração própria

Figura 5. Regressão linear da valência dos *blends* em função das base1 e base2

Medidas de Ajustamento do Modelo

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Teste ao Modelo Global			
				F	gl1	gl2	p
1	0.600	0.360	0.347	27.3	2	97	< .001

Coeficientes do Modelo - mean_blend

Preditor	Estimativas	Erro-padrão	t	p
Intercepto	2.947	0.2561	11.51	< .001
mean_base1	0.198	0.0322	6.15	< .001
mean_base2	0.119	0.0363	3.28	0.001

Fonte: Análise realizada no programa Jamovi

Discussão

Conforme os resultados demográficos de idade, sexo e escolaridade da primeira análise, observamos não encontrar evidências de diferenças significativas entre estes subgrupos. Contudo, em relação ao sexo, as mulheres apresentam julgamento de valência dos *blends* e das palavras bases ligeiramente mais negativo do que os homens. Em relação à idade, pessoas mais velhas julgaram as palavras com valência mais positiva, replicando um efeito conhecido na literatura de que pessoas mais velhas tendem a julgar as palavras com maior valência de uma forma geral (Warriner; Kuperman; Brysbaert, 2013). Porém, as pessoas mais velhas julgaram os *blends* com valência mais negativa, possivelmente por não conhecerem algumas dessas palavras e terem dificuldade de processamento de seus significados.

Quanto ao nível de escolaridade, pessoas com pós-graduação julgam a valência das palavras e dos *blends* mais positivamente do que pessoas com Ensino Superior e Ensino Médio. Este resultado pode ser explicado devido ao maior conhecimento de vocabulário de pessoas com maior formação, aceitando mais facilmente as palavras e dando-lhes maior liberdade de interpretação.

A segunda análise procurou observar as diferenças das médias e dos desvio-padrão dos julgamentos de valência dos *blends* e das palavras bases deles. Os resultados apontaram diferenças significativas entre o julgamento de *blends* e de palavras, com *blends* apresentando valência mais negativa do que as palavras. Isso possivelmente se deve a dois fatores, o desconhecimento e a dificuldade de interpretação geral dos *blends*, induzindo a uma resposta mais negativa, assim

como o caráter irônico presente nos *blends* (Luquetti; Caetano, 2015). As palavras obtiveram um julgamento significativamente com maior variabilidade do que os *blends*, possivelmente demonstrando maior percepção e julgamento individual das palavras bases do que dos *blends*, com interpretação e reconhecimento mais restritos. Nesse sentido, o maior desvio-padrão das palavras em relação aos *blends* indica uma maior variação do julgamento entre os participantes a partir de suas experiências pessoais com as palavras (Kuperman *et al.*, 2021).

Logo após, a terceira análise procurou avaliar como as estruturas de constituinte e as estruturas semânticas dos *blends* influenciam seus julgamentos de valência. Nenhuma diferença significativa foi encontrada, não permitindo nenhum tipo de inferência sobre a influência das estruturas dos *blends* em seus julgamentos de valência. De qualquer forma, observa-se que dentre os *blends* com menor valência, está a estrutura PC/MN, enquanto dentre os *blends* com maior valência está a estrutura CP/NM, enquanto as estruturas CP/NN e CC/NN encontram-se em alta e baixa valência. Não é possível fazer uma afirmação sobre o porquê desses julgamentos, contudo, em trabalhos anteriores (Minussi *et al.*, 2024), observou-se, em um teste de associação/reconhecimento de palavras, que os participantes reconhecem melhor e interpretam melhor as palavras bases em estruturas do tipo CP/NM. Nessa estrutura, o reconhecimento da base 1 é de 56,1%. A Tabela 3 apresenta os cinco *blends* com maior e menor média de valência, menor e maior desvio-padrão, assim como suas bases e estruturas de constituintes e semântica.

Tabela 3. *Blends* com maior e menor média de valência e desvio padrão

Média	Blend	Base1	Base2	Estrut.	Média	DP
Menor	arrogancioso	arrogante	ansioso	CPNN	3,12	1,83
	fedoroso	fedorento	cheiroso	CCNN	3,36	1,66
	tristemunho	triste	testemunho	PCMN	3,54	1,77
	catastrágico	catastrófico	trágico	CPNN	3,58	1,39
	monstruação	monstro	menstruação	PCMN	3,81	1,7
Maior	brigadelícia	brigadeiro	delícia	CPNM	6,71	1,51
	sacolé	saco	picolé	PCMN	6,38	2,39
	satisfeição	satisfação	feição	CPNN	6,36	2,13
	maravitop	maravilhoso	top	CPNN	6,06	2,25

	atacarejo	atacado	varejo	CCNN	5,81	2,02
Desvio-padrão	Blend	Base1	Base2	Estrut.	Média	DP
Menor	agentamento	ajuntamento	gente	CPNM	4,61	1,09
	coponheiro	copo	companheiro	PCMN	4,46	1,14
	epilétrico	epilético	elétrico	CCNN	4,32	1,22
	docudrama	documentário	drama	CPNM	4,64	1,31
	democradura	democracia	ditadura	CCNN	4,25	1,32
Maior	sertanojo	sertanejo	nojo	CPNM	4	2,57
	sacolé	saco	picolé	PCMN	6,38	2,39
	atrapalhaço	atrapalhado	palhaço	CPNM	5,08	2,32
	pãodemia	pão	pandemia	PCMN	4,42	2,3
	gratiluz	gratidão	luz	CPNN	5,74	2,28

Fonte: Elaboração própria

A segunda parte da análise procurou compreender como o julgamento de valência das bases dos *blends* contribuem para o julgamento de valência dos *blends*. A regressão linear apontou que ambas as palavras bases dos *blends* influenciam significativamente a valência dos *blend*, com influência no mesmo sentido, ou seja, quanto maior a valência das palavras bases, maior a valência dos *blends*. Ainda, valência da base1, a base esquerda, oferece uma maior contribuição para a valência dos *blends* em todas as estruturas de constituintes e semânticas testadas, sugerindo que a base mais à esquerda é efetivamente a palavra base de acesso lexical do *blend*. Tal resultado está de acordo com outros trabalhos já citados, que mostram que a base 1 é a base mais reconhecida/recuperada (Minussi *et al.*, 2024; Minussi; Villalva, 2020).

Assim, conforme a Tabela 3, palavras como “arrogancioso” e “catastrágico” obtiveram médias de valência baixas, sugerindo uma relação direta com a valência negativa das palavras bases “arrogante” e “ganancioso” para a primeira, e “catástrofe” e “trágico” para a segunda, influenciando, portanto, diretamente o julgamento emocional dos *blends*. Em contrapartida, palavras como “brigadelícia” e “satisfeição” obtiveram as maiores médias de valência, sendo formadas pelas palavras bases com valência positiva “brigadeiro” e “delícia” para a primeira, e “satisfação” e “feição” para a segunda.

Em seguida, o *blend* “democratura” formado pelas palavras bases “democracia” e “ditadura” apresentou menor desvio-padrão, sugerindo coerência entre os julgamentos dos participantes. Já o *blend* “gratiluz” formado pelas palavras bases “gratidão” e “luz” apresentou alto desvio-padrão, sugerindo divergência entre os julgamentos dos participantes. O desvio-padrão indica a dispersão dos dados, ou seja, indica o quão uniformes são os dados. Assim, quanto maior o desvio-padrão, mais dispersos são os dados do conjunto (menos regular, menos homogêneo), quanto menor o desvio-padrão, menos dispersos são os dados do conjunto (mais regular, mais homogêneo).

| Considerações finais

Esta pesquisa investigou o julgamento da valência dos *blends* e suas palavras bases a partir de características demográficas de sexo, de idade e de escolaridade dos participantes, das estruturas de constituintes e da estrutura semântica dos *blends*, e a partir da influência das valências das palavras bases dos *blends*. Foi aplicado um experimento de julgamento de valência em 100 *blends* e 200 palavras bases formadoras dos *blends*.

Os resultados não apontaram diferenças significativas em relação às características demográficas de sexo, de idade ou de escolaridade. Já em relação ao julgamento de valência dos *blends* e suas palavras bases, houve diferença significativa das médias de valência e dos desvios-padrão dos *blends* comparados às palavras bases, com *blends* apresentando valências mais negativas e menores desvios-padrão. Os resultados não evidenciaram diferenças de valência significativas em função das estruturas de constituintes e de estruturas semânticas dos *blends* testados. Contudo, os resultados apresentaram efeitos significativos de contribuição da valência de ambas as bases dos , com a base1 à esquerda contribuindo de forma mais efetiva para a valência dos *blends*.

As principais limitações deste estudo foram inerentes da pesquisa com *blends* como palavras isoladas devido à sua baixa frequência e à necessidade de contextos pragmáticos para sua interpretação. Para pesquisas futuras, sugere-se que os julgamentos e o processamento dos *blends* seja investigado em contextos semânticos específicos, permitindo sua completa interpretação de julgamento e processamento para o acesso lexical. Finalmente, espera-se que esta pesquisa contribua para uma melhor compreensão da interpretação semântica dos *blends* a partir de suas bases, assim como da importância do aprofundamento dos aspectos cognitivos emocionais no funcionamento da linguagem.

| Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de Doutorado da primeira autora e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de Pesquisador de Produtividade do terceiro e do quarto autores, assim como pelo projeto de pesquisa MCTI/CNPq do segundo autor.

| Referências

BARRIGA-PAULINO, C. I. *et al.* Does emotional valence modulate recognition? A behavioral study manipulating frequency and arousal. **Acta Psychologica**, v. 223, p. 2-9, 2022.

BASILIO, M. A fusão vocabular como processo de formação de palavras. **Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN**, 2005.

DE LEEUW, J. R. Psych: A JavaScript library for creating behavioral experiments in a Web browser. **Behavior Research Methods**, v. 47, n. 1, p. 1-12, 2015. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13428-014-0458-y>.

DOLAN, R. J. Emotion, Cognition, and Behavior. **Neuroscience and psychology**, v. 298, p. 1191-1104, 2002.

ESTIVALET, G. L.; MEUNIER, F. Corpus psicolinguístico Léxico do Português Brasileiro. **Revista SOLETRAS**, v. 33, n. 1, p. 212-229, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/soletras.2017.29702>.

FRANKENTHAL, R. Entenda a escala Likert e saiba como aplicá-la em sua pesquisa. **MindMiners/Blog**, São Paulo, 2022.

GONÇALVES, C. A. V. Cruzamento vocabular em português: a questão das fronteiras com outros processos de criação de palavras. **III Congresso Nacional da ABRALIN**. Niterói: UFF, v. 1, p. 824-831, 2003.

GUERREIRO, M. G. **O efeito da valência emocional no reconhecimento das palavras durante a leitura**. Pós-Graduação em Neurociências Cognitivas e Neuropsicologia. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2019.

KENEDY, E. **Curso Básico de Linguística Geral**. São Paulo: Contexto, 2022.

KOUSTA, S. T. *et al.* Emotion words, regardless of polarity, have a processing advantage over neutral words. **Cognition**, v. 112, n. 3, p. 473-481, 2009.

KUBOZONO, H. Syntactic and rhythmic effects on downstep in Japanese. **Phonology**, v. 6, p. 39-67, 1989.

KUPERMAN *et al.* It's all in the delivery: Effects of context valence, arousal, and concreteness on visual word processing. **Cognition**, v. 156, p. 135-146, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2016.07.010>.

KUPERMAN, V.; SNEFJELLA, B. Valence norms for 3,600 English words collected during the COVID19 pandemic: Effects of age and the pandemic. **Behavior Research Methods**, v. 54, p. 2445-2456, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13428-021-01740-0>.

LUQUETTI, E. C. F.; CAETANO, J. M. P. O processo formador de palavras “blend” lexical como difusor ideológico no Facebook. **XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Fraseologia, Terminologia e Semântica**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015.

MINUSSI, R. D.; NÓBREGA, V. A. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. **Veredas**, v. 18, n. 1, p. 161-184, 2014.

MINUSSI, R. D.; VILLALVA, A. M. S. M. Reconhecimento e acesso lexical dos *blends* em português europeu e português brasileiro. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, v. 22, n. 1, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD02012839>.

MINUSSI, R. D.; VILLALVA, A.; FERRARI NETO, J.; ESTIVALET, G. **O status morfológico dos blends no léxico mental**: perspectivas a partir de testes de associação de palavras. Comunicação apresentada no 70º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Campinas, 2024.

OLIVEIRA, N.R. de; JANCZURA, G.A.; CASTILHO, G.M. DE. Normas de alerta e valência para 908 palavras da língua portuguesa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 2, p. 188-200, 2013.

PHAM, M. Idiomatic Root Merge in Modern Hebrew *blends*. **Proceedings of the Arizona Linguistics Circle 4, Coyote Papers: Working Papers in Linguistics**, v. 18, n. 1, 2011.

PIÑEROS, C.-E. Word-blending as a case of non-concatenative morphology in Spanish. **Rutgers Optimality Archive**, 2000.

SANDMANN, A. J. **Morfologia Lexical**. São Paulo: Contexto, 1990.

VAN CASTEREN, M.; DAVIS, M. H. Mix, a program for pseudorandomization. **Behavior Research Methods**, v. 38, n. 4, p. 584-589, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.3758/BF03193889>.

VIGLIOCCO, G. *et al.* How does emotional content affect lexical processing? **Cognition and Emotion**, v. 28, p. 733-746, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/02699931.2013.851068>.

VILLALVA, A. M. S. M.; MINUSSI, R. D. Description and analysis of a Portuguese *blend* corpus. **Corpus**, v. 23, p. 1-24, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/corpus.6436>.

WARRINER, A. B.; KUPERMAN, V.; BRYSAERT, M. Norms of valence, arousal, and dominance for 13,915 English lemmas. **Behavioral Research Methods**, v. 45, p. 1191-1207, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13428-012-0314-x>.

Anexo

Palavra	Base1	Base2	Val_ blend_m	Val_ blend_dp	Val_ base1_m	Val_ base2_m	Est_ blend
furiabundante	furioso	abundante	4,11	1,79	3,67	7,29	CPNN
octolescente	octogenário	adolescente	4,50	1,40	5,77	5,21	CCNN
lambaeróbica	lambada	aeróbica	4,79	1,40	6,21	6,52	CPNM
améfrica	américa	áfrica	4,29	1,94	6,35	6,11	CCNN
arrogancioso	arrogante	ansioso	3,12	1,83	2,86	3,84	CPNN
apertamento	aperto	apartamento	5,23	2,25	4,12	6,39	PCMNN
anarquiteto	anarquista	arquiteto	4,87	1,52	4,46	6,07	CPNN
sarroto	solução	arroto	4,46	1,77	4,10	3,54	CPNN
cantriz	cantora	atriz	4,50	1,50	7,00	6,12	CCNN
batatalhau	batata	bacalhau	5,04	1,73	7,39	4,71	PCMNN
bestarel	besta	bacharel	3,96	1,77	4,13	6,88	PCMNN
boilarina	boi	bailarina	4,87	1,34	6,07	7,50	PCMNN
contrabandoleiro	contrabandista	bandoleiro	4,16	1,97	2,83	4,25	CPNN
abreijo	abraço	beijo	4,68	1,49	8,48	7,79	CCNN
exuberrante	exuberante	berrante	5,75	1,80	7,26	4,21	CPNN
babogeira	baboseira	bobageira	4,03	1,54	5,08	4,00	CCNN
embasbocado	embasbacado	bocado	4,64	1,62	5,21	5,29	CPNM
bregasil	brega	brasil	4,00	1,41	5,42	7,32	PCMNN
baratechó	barato	brechó	4,62	1,41	6,25	6,55	PCMNN
analfabuto	analfabeto	bruto	3,97	1,56	2,46	3,96	CPNN

cabisburro	cabisbaixo	burro	3,86	1,41	3,29	2,75	CPNN
gachorro	gato	cachorro	4,46	2,01	7,83	7,55	CCNN
escaniçado	esganiçado	cano	4,26	1,55	3,79	5,00	CPNM
acãoxonado	apaixonado	cão	4,68	2,04	7,75	6,35	CPNM
cancromido	cancro	carcomido	4,25	1,85	3,29	4,32	PCMNN
precauteloso	precavido	cauteloso	5,25	1,86	6,92	6,74	CPNN
suchá	suco	chá	4,21	1,64	7,71	6,48	CPNN
fedoroso	fedorento	cheiroso	3,36	1,66	2,75	8,58	CCNN
coponheiro	copo	companheiro	4,46	1,14	5,67	7,58	PCMNN
barafundido	baralhado	confundido	4,21	2,08	4,29	4,61	CCNN
crébito	crédito	débito	5,48	1,57	6,50	5,96	CCNN
brigadelícia	brigadeiro	delícia	6,71	1,51	7,79	6,88	CPNM
presidengue	presidente	dengue	4,21	1,42	5,17	2,39	CPNM
quotidiário	quotidiano	diário	4,54	1,74	5,00	6,52	CPNN
democradura	democracia	ditadura	4,25	1,32	6,00	1,61	CCNN
petrodólar	petróleo	dólar	4,54	1,64	5,32	6,54	CPNN
docudrama	documentário	drama	4,64	1,31	6,58	4,83	CPNM
ossadura	ossatura	dura	4,39	1,42	4,84	5,38	CPNM
epilétrico	epilético	elétrico	4,32	1,22	3,67	5,43	CCNN
diciopédia	dicionário	enciclopédia	5,23	1,75	6,50	6,38	CCNN
imaginaria	imaginação	engenharia	5,16	1,85	7,68	5,42	CCNN
enxadachim	enxada	espadachim	4,77	1,48	5,17	5,36	PCMNN
brasinhol	brasileiro	espanhol	4,58	2,02	7,55	5,86	CCNN
uisquerda	uisque	esquerda	4,10	1,64	3,75	5,92	PCMNN
satisfeição	satisfação	feição	6,36	2,13	8,16	6,38	CPNN
pilantropia	pilantra	filantropia	4,35	1,74	3,04	6,11	PCMNN
caipifruta	caipirinha	fruta	5,11	2,06	5,92	7,48	CPNM
pagofunk	pagode	funk	4,50	2,02	6,46	4,55	CPNN
agentamento	ajuntamento	gente	4,61	1,09	4,43	6,25	CPNM
envergadura	envergadura	gorda	4,16	1,71	4,64	3,92	CPNM
embriagordo	embriagado	gordo	4,04	1,79	3,46	4,29	CPNN
pirigótica	piriguite	gótica	5,46	2,19	3,45	4,57	CPNM
escopetarra	escopeta	guitarra	4,29	1,57	3,50	6,55	PCMNN
franglês	francês	inglês	5,32	2,18	6,03	6,42	CCNN
almojanta	almoço	janta	5,62	2,14	8,03	7,64	CPNN
pirilimpo	pirilampo	limpo	5,17	1,79	5,23	7,79	CPNM
lixeratura	lixo	literatura	4,25	1,80	2,52	7,21	PCMNN
loucomotiva	louco	locomotiva	4,46	1,84	3,55	6,12	PCMNN
gratiluz	gratidão	luz	5,74	2,28	8,00	7,29	CPNN
volumaço	volumoso	maço	4,94	1,39	5,46	4,67	CPNN
mãedrastra	mãe	madrasta	5,48	1,86	8,21	4,54	PCMNN

macarronese	macarrão	maionese	5,75	2,17	6,82	5,48	CCNN
namorido	namorado	marido	5,46	2,24	6,74	5,46	CCNN
animenos	animais	menos	4,79	1,56	7,75	4,65	CPNM
monstruação	monstro	menstruação	3,81	1,70	4,04	3,36	PCMNN
cartomente	cartomante	mente	4,39	1,91	5,11	6,25	CPNM
pistralhadora	pistola	metralhadora	4,39	1,50	3,25	3,67	CCNN
estremolhado	estremunhado	molhado	4,75	1,48	4,39	5,65	CPNN
amontanhado	amontoado	montanha	4,84	1,79	4,08	6,32	CPNM
brutamontanoso	brutamontes	montanhoso	4,43	1,43	3,81	5,88	CPNM
pedagogento	pedagogo	nojento	4,21	1,77	7,50	2,65	CCNN
sertanojo	sertanejo	nojo	4,00	2,57	5,61	3,06	CPNM
crionça	criança	onça	5,21	1,96	7,25	5,77	CPNM
verono	verão	outono	5,25	1,36	7,42	6,89	CCNN
constipação	constipação	paixão	4,65	1,62	3,08	8,07	CPNM
atrapalhaço	atrapalhado	palhaço	5,08	2,32	4,97	5,39	CPNM
pãodemia	pão	pandemia	4,42	2,30	7,43	1,74	PCMNN
vegantone	vegano	panetone	4,86	1,41	5,74	6,88	PCMNN
pensageiro	pensador	passageiro	5,00	1,89	6,61	6,26	CCNN
participassivo	participativo	passivo	5,04	2,18	7,39	4,57	CPNN
tiotrocínio	tio	patrocínio	3,86	1,48	6,71	6,17	PCMNN
sacolé	saco	picolé	6,38	2,39	4,55	7,00	PCMNN
exoesia	exposição	poesia	5,46	2,15	5,32	7,52	CPNM
lesbiteriana	lésbica	prebiteriana	4,54	2,19	5,42	4,36	CCNN
predispronto	predisposto	pronto	5,00	1,34	5,61	7,00	CPNN
zoomião	zoom	reunião	4,07	1,36	5,62	5,42	PCMNN
homossensual	homossexual	sensual	5,04	1,37	5,71	6,58	CPNM
sonhâmbulo	sonho	sonâmbulo	5,06	1,48	7,21	4,32	PCMNN
preguisonso	preguiçoso	sonso	4,26	1,67	3,58	3,25	CPNN
tristemunho	triste	testemunho	3,54	1,77	2,54	5,42	PCMNN
escorregatinoso	escorregadio	tinioso	4,14	1,38	4,13	4,21	CPNN
gestonta	gestante	tonta	4,33	1,71	6,61	3,57	CPNM
maravitop	maravilhoso	top	6,06	2,25	7,58	6,54	CPNN
catastrágico	catastrófico	trágico	3,58	1,39	2,75	3,75	CPNN
estuditário	estudante	universitário	5,04	1,76	6,86	6,55	CCNN
atacarejo	atacado	varejo	5,81	2,02	3,82	6,17	CCNN
novelha	novela	velha	4,87	1,80	6,62	4,50	CPNM
velhocidade	velho	velocidade	5,08	1,89	5,65	5,64	PCMNN
vozeanário	voz	visionário	5,06	1,71	6,36	6,29	PCMNN
jumebra	jumento	zebra	4,45	1,61	4,67	5,93	CCNN

Como citar este trabalho:

BEZERRA, Rafaelly; MINUSSI, Rafael Dias; FERRARI NETO, José; ESTIVALET, Gustavo Lopez. Julgamento da valência emocional de *blends* a partir de suas bases. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 37-61, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 27/10/2024 | Aceito em: 27/12/2024.

O fone na sílaba e o verso na canção: interface lírico-fonética em Adriana Calcanhotto

Bruno CABRAL¹

Júlio César de Araújo CADÓ²

Carla Maria CUNHA³

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Natal, Brasil;
| araujoc.bruno@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-4153-7114>

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Natal, Brasil;
| julioccado@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-3304-8022>

3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Natal, Brasil;
| cmcunha63@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-9405-2992>

Resumo: Este trabalho busca investigar os procedimentos composicionais empreendidos por Adriana Calcanhotto, com enfoque sobretudo nos recursos sonoros. Para tanto, mobilizamos como aporte teórico a estilística (Cardoso, 2018; Martins, 1989), os estudos sobre canção (Cícero, 2012; Tatit, 2004, 2012) e a fortuna crítica sobre a artista (Aragão, 2013; Ferraz, 2016). O *corpus* de análise consiste em dois textos: “O surfista” e “Uns versos”. O primeiro se limita à composição escrita, enquanto o segundo conta com letra e música. A escolha foi feita com o intuito de observar como o estrato sonoro é trabalhado na letra sem registro fonográfico e como ele é explorado na canção que apresenta contraparte musical. O estudo permite confirmar a imagem de Calcanhotto como artista que prioriza a dimensão linguística da tessitura composicional. Esse cuidado transparece na seleção de sons, nos arranjos silábicos e nas possibilidades de desagregação vocabular, todos associados à constituição de sentidos no poema e na canção.

Palavras-chave: Linguística. Fonoestilística. Canção. Adriana Calcanhotto.

The phone in the syllable and the verse in the song: lyrical poetic interface in Adriana Calcanhotto

Abstract: This paper aims to investigate the compositional strategies employed by Adriana Calcanhotto, mainly focusing on her use of language sounds. Therefore, our theoretical framework is based on stylistic studies (Cardoso, 2018; Martins, 1989), song studies (Cícero, 2012; Tatit, 2004, 2012), and the artist’s critical reception (Aragão, 2013; Ferraz, 2016). The corpus of analysis includes two texts: “O surfista” (The surfer) and “Uns versos” (Some verses). The first one consists only of a written composition, whereas the second one features music and lyrics. This selection was made to observe how linguistic sounds are utilized in lyrics without a phonographic record and how they are explored in a song featuring a musical counterpart. As a result, this study allows us to confirm the image of Calcanhotto as a singer-songwriter who prioritizes the linguistic dimension of compositional construction. This meticulous care is visible through the selection of language sounds, the syllable arrangements, and the possibilities of word disaggregation, all associated with the constitution of meanings in both poem and song.

Keywords: Linguistics. Phonostylistics. Song. Adriana Calcanhotto.

| “Poetas para quê?”: introdução

A área dos Estudos da Linguagem, na qual se insere o campo de formação do profissional de Letras, é, por vezes, segmentada em dois grandes ramos disciplinares. De um lado, os Estudos Linguísticos, concernentes às discussões de natureza teórica, descritiva ou aplicada que cercam a língua e a linguagem; de outro, os Estudos Literários, os quais verticalizam reflexões de cunho teórico, crítico e historiográfico, cujos objetos de análise são percebidos a partir da dimensão estética que os enforma.

Sem apagar as singularidades constituintes de cada um desses campos disciplinares, tomamos aqui, como premissa, o imbricamento entre os galhos da ramificação. Consideramos que essas áreas podem contribuir para o desenvolvimento mútuo, ao permitir a aproximação entre diferentes perspectivas teórico-metodológicas de investigação da linguagem (Lucena, 2020). Assim como os textos literários podem ser tomados como *corpus* para os estudos linguísticos, uma vez que tencionam a materialidade e a maleabilidade da língua com vistas à construção de significações, a compreensão aguçada dos mecanismos da língua auxilia a embasar as leituras dos textos literários.

Nesse sentido, tendo como objeto de investigação o gênero discursivo canção, especificamente a poética musical de Adriana Calcanhotto, nosso estudo procura desvelar os procedimentos estéticos engendrados por essa artista na construção de algumas composições, com ênfase na manipulação do substrato sonoro.

De acordo com Ceia (2009), são múltiplas as acepções para o verbete “canção”, que variam de acordo com o cenário histórico observado, transpondo, assim, os limites da fórmula-síntese “Composição poética destinada ao canto” (Ceia, 2009). Ainda conforme o autor, embora a origem histórica da canção esteja relacionada a formas poéticas codificadas, o gênero, na contemporaneidade, está intrinsecamente atrelado à “realização musical” (Ceia, 2009). Neste trabalho, consideramos que a noção de realização musical abrange, também, a performance⁴, seja ao vivo, seja registrada em dispositivos materiais.

Entendemos, ainda, a canção como um gênero originário da fusão entre a frase melódica e a frase verbal (Tatit, 2004). Desse modo, ela acaba envolvendo a produção oral de quem canta. Assim, a massa fônica dos textos torna-se

4 O termo performance será aplicado na sua acepção de “Exercício de atuar, desempenhar; atuação e desempenho” (Houaiss; Villar, 2001, p. 2187).

um dos elementos mais explorados pelos compositores. Por isso, em nossa investigação, a atenção é voltada tanto à letra quanto à dimensão musical do texto, mesmo no caso da produção da artista gaúcha que não apresenta registro fonográfico.

O nome de Adriana Calcanhotto rebentou no cenário da música brasileira em 1990, quando do lançamento de seu primeiro disco, *Enguiço*, dando início a uma carreira reconhecida que tem se estendido por mais de três décadas. Nesse percurso, segundo Aragão (2013, p. 37), observa-se “um considerável amadurecimento em seu modo de cantar, resultante de conquistas técnicas e também existenciais”.

Um dos traços preponderantes na obra da cantora consiste no intenso diálogo com outras artes, como a literatura e as artes plásticas (Aragão, 2013). Esse diálogo pode ser efetuado por meio de referências a outras obras ou artistas – a exemplo da menção a um livro de Manuel Bandeira em “Vambora” e à pintora Frida Kahlo e ao cineasta Pedro Almodóvar em “Esquadros” –, bem como pelo potencial pictórico das próprias composições. Mesmo com essa amplitude de referências, é ainda a literatura que se mantém como destaque em sua produção, fazendo com que o amálgama entre forma e conteúdo, necessário para a lida com o texto literário, torne-se evidente, também, na poética da artista. Sobre esse aspecto, Ferraz (2016, p. 35) afirma que “Adriana pensa, digamos, literariamente, ou seja, mais inclinada às formas e aos conteúdos das letras que à abstração da linguagem estritamente musical”. Dito de outro modo, entende Ferraz, “a palavra é sempre o norte”.

Na sequência, dedicamo-nos a traçar um desenho teórico-metodológico dos operadores de leitura da canção, destacando aqueles concernentes ao estrato sonoro. Em seguida, analisamos duas composições de Calcanhotto. Por fim, apresentamos as considerações finais.

| “Eu nunca soube o que fazer com as sílabas”: aparato teórico-metodológico

A canção requer a mobilização de ferramentas analítico-interpretativas próprias, na tentativa de compreender o imbricamento entre letra e música. Considerando esse objeto de análise, recorreremos a conceitos da Fonoestilística (Martins, 1989; Cardoso, 2018), da Melopoética (Oliveira, 2002) e da Teoria da Canção de Tatit (2004, 2012).

A atenção aos constituintes sonoros não se restringe à canção, uma vez que é um procedimento metodológico recorrente na análise de objetos literários em sentido amplo, e principalmente poéticos, pois essas composições dão relevo aos diferentes estratos linguísticos entretecidos na materialidade textual. Com interesse substancial à materialidade significativa dos textos, a Fonoestilística representa uma das vertentes de leitura cujo enfoque se direciona para os potenciais sentidos depreendidos dos sons da fala humana. Essa perspectiva interessa-se por diferentes escalas da percepção articulatório-acústica, desde os traços característicos das menores unidades distintivas até aspectos da ordem da prosódia (Martins, 1989).

Para a autora, os artistas da palavra são aqueles que, devotados à lapidação das unidades linguísticas, conseguem extrair vetores expressivos dos sons. Essa operação inicial alarga-se, de acordo com Martins (1989), pelo recurso a três processos básicos, a saber: a imitação sonora, a transferência sonora e a correspondência articulatória. A partir da perspectiva defendida por Porzig (1970), Martins (1989, p. 28) estabelece a seguinte distinção entre essas possibilidades:

A primeira se dá na onomatopeia, em que se procura traduzir sons variados através dos sons da língua. A segunda ocorre pela sugestão de impressões sensoriais não auditivas através dos sons linguísticos [...]. A terceira resulta de uma correspondência entre os movimentos articulatórios da produção do som e a ideia que exprime.

Além das significações que emergem das características individuais dos fones, o conjunto de sons integrantes de um vocábulo também pode funcionar como elemento agregador de sentidos. Isso se evidencia em decorrência do vínculo entre a parte material da linguagem e o significado (Martins, 1989)⁵, que resulta em um signo, ou seja, uma unidade linguística com forma e conteúdo, sendo este potencialmente denotativo ou conotativo.

Na tentativa de abarcar os fenômenos originados do encaixe entre componentes melódicos e verbais, chegamos à Melopoética (Oliveira, 2002). Considerando as vertentes da Melopoética estabelecidas por Scher (*apud* Oliveira, 2002), aproximamo-nos da perspectiva “música e literatura”, que se direciona para o estudo de textos situados na fronteira entre as linguagens, como é o caso da canção. No Brasil, o tratamento dado ao gênero tem como principal referência as pesquisas de Tatit (2004, 2012), o qual desenvolveu procedimentos com

5 Martins (1989) retoma a compreensão de signo conforme Saussure (2012). Para além da arbitrariedade entre significante e significado, a autora evidencia a potencialidade de correspondência entre esses dois constituintes do signo.

grande capilaridade nos estudos da canção. Uma vez esboçado o espaço no qual nos situamos, passemos à delimitação de alguns operadores de leitura.

Tatit (2012) propõe ferramentas teórico-metodológicas que levam em conta o engendramento de linguagens na singularidade da canção. Uma contribuição extraída das proposições do autor diz respeito aos modos de interseção entre o componente melódico e o componente linguístico. Trata-se de três processos que marcam a construção das canções, sendo eles a tematização, a passionalização e a figurativização (Tatit, 2012), que contribuem para a elaboração da dimensão significativa desses textos. Os três processos mencionados, porém, não são mutuamente excludentes e podem comparecer, em medidas variadas, nos diversos textos representativos do gênero.

Para efeito deste artigo, nos deteremos apenas nos dois primeiros processos elencados. Por tematização, entende-se o mecanismo de construção de objetos e de focalização temática efetuado na canção, baseado, principalmente, na repetição de segmentos consonantais e na reiteração rítmico-melódica no verso. Como contraparte, a passionalização se ancora na relação entre frequência e duração dos segmentos vocálicos, o que permite a inscrição do estado expressivo do sujeito da enunciação (Tatit, 2012).

| “Uma canção para guardar o que não tem lugar”: as composições de Calcanhotto

Amparados pelo arcabouço teórico-metodológico delimitado na seção anterior, avançamos em direção ao cancionário de Adriana Calcanhotto. Focalizamos os textos em análise sob diferentes aspectos concernentes ao plano sonoro, a fim de depreender sentidos com base nos traços que os materializam. Desse modo, interessa-nos um feixe de procedimentos que parte do som e de suas características articulatórias até o verso e o modo singular como este é entoado, caso haja registro fonográfico.

Devido à amplitude da obra de Calcanhotto, elegemos como *corpus* de análise dois textos de sua autoria. Adentramos na análise das produções de Calcanhotto a partir de um texto que não foi musicado — ou, pelo menos, do qual não se tem acesso a qualquer gravação da artista —, intitulado “O surfista”. Essa escolha se justifica exatamente pelo fato de que se trata de uma canção em potencial, que assumimos como um texto poético. O segundo texto, por sua vez, é a canção “Uns versos”, lançada no disco *Público* (2000) e assinada, em sua inteireza, pela artista.

| “Flana/ Sobre a prancha/ Plana”: leitura do poema “O surfista”

Segundo Cícero (2012), uma diferença entre letra de música e poema diz respeito à criação de letras de música envolver, em algum momento, sua contraparte musical, enquanto a configuração de poemas não estabelece um vínculo direto com a pauta musical. Desse modo, assumimos “O surfista” como um poema, tendo em vista a valorização da forma composicional na estruturação do texto. Este poema serve, ao presente estudo, como um gerador de pistas e expectativas para investigar, posteriormente, a manipulação do estrato sonoro nas canções efetivamente entoadas pela artista. Ademais, mesmo sem a materialidade da voz, é possível afirmar que a dimensão sonora se faz presente pela própria musicalidade das palavras.

O surfista	Onda após onda
Pelo mar	O tempo passa
Do Arpoador	Ele passeia
O surfista	
Flana	Rasga a água
Sobre a prancha	Desde a crista
Plana	Donde sinistra
Pleno	A espuma espraia
De vagar	O seu prazer
	E ele desliza
Entre a água salgada	À contrabrisa
E a areia	E então
Ele vaga	Vaza
Bundeia	(Calcanhotto, 2016, p. 144).

Num primeiro nível de leitura, entendemos que o texto apresenta a descrição de uma cena: o surfista praticando seu esporte na praia. No entanto, a elaboração poética reveste esse episódio, aparentemente banal, de contornos subjetivos, ao investir a linguagem de elementos capazes de evocar sensações e impressões. Na nossa perspectiva, a materialização das formas, que permite essas evocações, se encontra, sobretudo, na seleção de sons e, conseqüentemente, dos vocábulos por eles constituídos.

| Os efeitos articulatórios de consoantes e vogais

Ao longo de todo o texto de Calcanhotto, o som vocálico mais repetido é [a]. Conforme Martins (1989), por ser articulado com o maior grau de abertura da cavidade oral, este fone vocálico é comumente associado às ideias de amplitude, luminosidade, alegria, entre outras. No poema, essa assonância pode reforçar tais sensações, sugeridas pelo conteúdo: um surfista na praia, provavelmente num dia ensolarado, em meio à imensidão do mar. Logo, embora não haja marcas explícitas nos versos, a repetição do [a] sugere que a cena se passa durante um dia de sol, conferindo, também, luminosidade ao próprio poema.

No terceiro verso – “O surfista” –, destaca-se a vogal tônica [i]. Esse fone é produzido com o avanço e a elevação máxima da língua para a articulação das vogais. Pensando na correspondência entre produção articulatória dos sons e sentidos (Martins, 1989), é possível associar, na palavra “surfista”, a projeção da língua para a produção de [i] ao avanço da própria personagem em direção à onda para alcançar o seu ápice. A articulação da vogal também se harmoniza a essa ideia, pois a altura e o avanço da língua colaboram para criar a impressão – acústica e sensorial – de agudeza. Ou seja, a palavra “surfista” e sua colocação no poema encapsulam o pico da onda, perseguido pelo sujeito a que o vocábulo se refere.

Esse potencial sonoro de [i] também é aproveitado em uma passagem da estrofe final: “Desde a crista/ Donde sinistra [...]”. Nesses versos, o uso da vogal [i] indica o auge da emoção e da adrenalina experimentadas pelo surfista ao alcançar a crista da onda. Esta última, por sua vez, será desmanchada nos versos seguintes: “A espuma espraia/ O seu prazer”. O destaque dado à vogal [a] na palavra “espraia”, ademais, reforça a mudança da altura na qual se encontra o surfista, pois, ao contrário de [i], o segmento vocálico [a] é produzido com o abaixamento máximo e o leve recuo do articulador. Esse jogo entre [i] e [a] se repete nos últimos versos da estrofe, a partir das palavras “desliza”, “contrabrisa” e “vaza”. É possível interpretar que, após o desmanche da onda, o surfista “desliza/ À contrabrisa” para retornar à orla – “Vaza”. Assim, mais uma vez, o movimento articulatório da língua entra em conformidade com o movimento do surfista (neste caso, sua elevação maior ou menor em relação à água).

Além disso, nesta estrofe, as consoantes adjacentes à vogal [i] contribuem para diferenciar o ápice da onda e o momento em que o surfista faz uma manobra para voltar à praia, movimento de menor tensão. Em “crista” e “sinistra”, os segmentos oclusivos e fricativo, [k], [s] e [t], que coocorrem com [i] na mesma

palavra, são desvozeados. Já em “desliza” e “contrabrisa”, as oclusivas e fricativas mais próximas a [i] são vozeadas: [z] e [b]. Considerando essa diferença, Martins (1989) sublinha que as oclusivas desvozeadas causam uma impressão acústica mais forte e violenta do que suas contrapartes vozeadas. Neste trabalho, também aplicaremos essa distinção às fricativas, que apresentam igualmente a oposição entre vozeadas e desvozeadas no português brasileiro (PB). Dessa maneira, a vizinhança da vogal [i] com oclusivas e fricativas desvozeadas, em “crista” e “sinistra”, promove a sensação de tensão vivenciada pelo surfista ao atingir a crista da onda. Além da coocorrência entre os sons destacados, a própria qualificação “sinistra” relativa à onda, antes do espraiamento, leva à percepção do tensionamento. Por sua vez, o uso que se sobrepõe das consoantes vozeadas, em “desliza” e “contrabrisa”, sugere uma movimentação mais suave do surfista após o pico de tensão descrito no início da estrofe.

Martins (1989, p. 33) identifica as vogais nasais como caracterizadoras de sons “velados”, em decorrência da ressonância nasal. A reiteração dessas vogais gera as sensações de “distância, lentidão, moleza, melancolia”. Com efeito, no PB, uma vogal nasal efetivamente tem uma duração mais longa do que uma vogal oral (Moraes; Wetzels, 1992). Desses atributos, o que se aplica ao poema de forma mais evidente é a correlação do efeito de prolongamento da emissão nasal com o marulhar e com a calmaria típica do intervalo entre as ondas desejadas pelo surfista. Esse valor pode ser observado nas palavras distribuídas em diferentes versos: “flana”, “prancha”, “plana”, “pleno”, “onda”, “tempo”, “donde”, “sinistra”, “espuma”, “contrabrisa” e “então”. Soma-se ao efeito das vogais com emissão nasal o das próprias consoantes nasais, quer estejam em *onset* ou em *coda*, redobrando a sensação de calmaria.

Na terceira estrofe, é estabelecida uma relação entre as vogais com traço nasal e as consoantes oclusivas, produzindo um jogo de continuidade e descontinuidade da passagem da corrente de ar, como se nota nos versos: “Onda após onda/ O tempo passa”. Com isso, cria-se a imagem da onda desde seu momento de auge até o seu decaimento.

Um efeito semelhante é evocado, por exemplo, nos quatro primeiros versos da estrofe seguinte, por meio da reiteração da sequência vogal + fricativa + oclusiva, que pode ser vista nas palavras: “rasga”, “desde”, “crista”, “sinistra”, “espuma” e “espraia”. A seu modo, o recurso expressivo da sonoridade entre fricativas e oclusivas também emula a frágil estabilidade da onda, sustentada pelo equilíbrio incerto entre a constituição que lhe dá forma – relacionada à maior obstrução das consoantes oclusivas – e o dinamismo fugaz – captado da movência contínua das fricativas.

Ainda em relação às consoantes, notamos a aliteração das líquidas [l] e [r], assim denominadas devido à impressão de fluidez promovida por sua articulação e por seu efeito acústico (Mattoso Camara Jr., 1986). A repetição dessas consoantes, em versos sequenciados, a exemplo das palavras “pelo”, “flana”, “prancha”, “plana”, “crista”, “sinistra” e “desliza”, reforça a ideia de fluidez, relativa tanto ao movimento do surfista quanto ao movimento da própria água. O bom fluxo de ar que escapa na articulação de [l] e [r] também pode ser associado ao espalhamento das ondas, no momento em que se desfazem.

A impressão de fluidez e de continuidade no poema é corroborada pela repetição das fricativas – [s], [h], [f], [z] e [v] –, a exemplo dos termos “surfista”, “flana”, “sobre”, “passa”, “passeia”, “rasga”, “desde”, “espuma”, “espraia”, “prazer”, “desliza” e “vaza”. No poema, podemos relacionar esta aliteração ao vento que impulsiona as ondas e, conseqüentemente, molda o fluxo do movimento do surfista.

Já o jogo entre as líquidas e as oclusivas acentua o contraste entre a onda formada – correspondente às oclusivas – e seu desmanche – correspondente às líquidas –, como se pode observar, por exemplo, nos vocábulos “pelo”, “sobre”, “prancha”, “plana”, “pleno”, “entre” e “crista”. Além de representar a estabilidade efêmera da onda, a presença desses tipos de sons consonantais pode ser associada ao contato da água com as pedras: as oclusivas traduziriam a colisão inicial, e as não oclusivas expressariam o conseqüente desmanche das ondas.

O destaque dado por Calcanhotto às consoantes no poema configura o caráter mais descritivo da composição, centrada na elaboração de uma cena. Para essa descrição, a autora prioriza os sons consonantais, associados a aspectos que constituem o ambiente e o personagem retratados, como a forma, o ritmo e o movimento das ondas, por exemplo. Esse realce conferido às consoantes resulta numa exploração do sujeito – visto como um “outro”, o que se reflete no uso da terceira pessoa para se referir a ele – e de seu entorno. Embora o texto não apresente contraparte musical, vemos, nesse recurso, indícios do procedimento de tematização proposto por Tatit (2012).

| Os efeitos de manipulação dos vocábulos

De acordo com Cardoso (2018), as palavras podem ser manipuladas em um texto poético de forma a desagregar sua constituição com o intuito de obter múltiplos sentidos. Quando a autora trata da desagregação, ela considera a descoberta de vocábulo(s) a partir da constituição de um mesmo item lexical, tendo em

vista a disposição gráfica no suporte do texto. As diversas possibilidades de segmentação dos constituintes de uma palavra permitem a descoberta de outras palavras nela contidas e, conseqüentemente, a descoberta de novos significados. Ampliando o entendimento de Cardoso (2018), aplicamos, ao nível da estrutura silábica das palavras e a seus constituintes, o conceito de desagregação, a exemplo do uso dos vocábulos elencados: “flana”, “prancha”, “plana”, “pleno”.

Tomemos as três primeiras formas enumeradas, em suas prováveis produções fonéticas – nessa ordem, [ˈflãna], [ˈprãʃa] e [ˈplãna]. Nelas, notamos a repetição da mesma vogal em cada sílaba, assim como a repetição da sequência silábica CCV + CV. A repetição das mesmas estruturas silábicas, transposta para o sentido do poema, sugere o fluxo contínuo das ondas. As duas consoantes iniciais das palavras “flana”, “prancha” e “plana” envolvem um segmento com maior grau de obstrução – [f, p] – seguido de um segmento com baixíssimo grau de obstrução – [l, r]. As palavras em destaque têm em comum, ainda, o fato de serem paroxítonas. O acento tônico na sílaba inicial dos três vocábulos reforça a percepção do ritmo constante das ondas.

A esse conjunto de palavras, pode-se acrescentar, também, o termo “pleno” – [ˈplẽnu] –, que estabelece maior proximidade, quanto ao significante, com o vocábulo que imediatamente o antecede, “plana”. Além da mesma sequência silábica, compartilham os mesmos segmentos em *onsets* complexo e simples – [p, l, n]. No entanto, diferenciam-se em relação às vogais de cada sílaba. Essa aproximação de significantes no poema contribui para a aproximação dos possíveis significados das palavras. “Plana” pode ter valor verbal, relacionando-se a uma ação do surfista ou ao movimento da prancha, e pode ter valor qualificador, relacionando-se à prancha. Já “pleno” se refere ao estado de espírito do surfista enquanto está sobre a onda. O encadeamento dessas palavras conflui para a identificação entre o surfista e a prancha. Ademais, a mudança das vogais entre “plana” e “pleno”, aliada à manutenção das consoantes, realça o auge da tranquilidade do surfista, ao criar um contraste entre os sons vocálicos [ã] e [a], numa palavra, e os segmentos [ẽ] e [u], na outra palavra. Além disso, ao considerarmos a sequência de vocábulos na estrofe, percebe-se que “pleno” é precedido de uma série de itens lexicais que mantêm as mesmas vogais abertas, nas duas sílabas – “flana”, “prancha” e “plana”. Nesse viés, a troca da sequência das vogais – por [ẽ] e [u], fechadas – acompanha uma mudança de perspectiva do quadro descritivo da cena para a subjetividade da figura humana.

No verso “De vagar”, encontramos mais um exemplo de desagregação vocabular. Nesse caso, a manipulação das palavras está mais alinhada ao conceito proposto por Cardoso (2018). No poema de Calcanhotto, a sequência de preposição + verbo se assemelha ao advérbio “devagar”. Enquanto este indicaria a lentidão no movimento do surfista, aquela pode indicar a razão da calma do sujeito, que se sentiria tranquilo justamente por entregar-se a devaneios e/ou desocupar-se, indo ao encontro de algumas das acepções do verbo “vagar”. A essa sequência, também há probabilidade de se aplicar a pronúncia [diva'gah] que corresponde ao verbo “divagar”, cujo sentido converge com o do verbo “vagar”.

Dentre os múltiplos sentidos desse verbo, o texto parece sugerir os de divagação, ócio e lentidão, todos relacionados ao estado do surfista no poema. Há, ainda, os sentidos ligados mais diretamente à movência: perambular, caminhar sem destino certo, e, em especial, movimentar-se ao sabor do vento ou do acaso. Seria, então, essa entrega de si ao acaso e à natureza – representada pelo vento e pelas ondas – que estaria na raiz da plenitude do surfista. Ou seja, há uma convergência entre os significados da sequência “de vagar” com os do advérbio “devagar”, cuja constituição engloba as palavras que aparecem separadas no verso. Assim, a segmentação do vocábulo possibilita a *ampliação* de sentidos.

Outro exemplo do recurso pode ser visto nos versos “Ele vaga/ Bundeia”. Sabendo que os verbos “vagar” e “bundear” partilham significado, há uma reiteração de sentido, quer se tome a sequência “vaga/ Bundeia”, quer se considere a inteireza da palavra “vagabundeia”. O verbo “vagar” é, então, retomado e associado à forma verbal “bundeia”, cuja acepção é andar a esmo, sem rumo. Mais uma vez, a separação acentua os sentidos individuais – embora próximos – de cada palavra, e enfatiza o significado do vocábulo reconhecido a partir de seus constituintes separados.

Considerando ainda a dimensão lexical do texto, a terceira estrofe apresenta alguns recursos interessantes, como a repetição do vocábulo “onda” e a aproximação dos vocábulos “passa” e “passeia”, em relação à formação silábica e a seus componentes: “Onda após onda/ O tempo passa/ Ele passeia”. Quanto à palavra “onda”, sua reiteração em um mesmo verso reforça a impressão de movimento cíclico da água e contribui para o efeito da passagem do tempo, enunciada no verso seguinte. Já na junção dos versos “O tempo passa/ Ele passeia”, os vocábulos “passa” e “passeia” estabelecem uma relação pela proximidade dos significantes. Apesar de não haver convergência direta de significados, é possível depreender uma interseção entre eles: ambos envolvem a ideia de uma passagem. Entretanto, cada um desses vocábulos reporta a

diferentes aspectos no poema: o passar do tempo seria um fator externo, e o passear do surfista, um fator subjetivo.

Sendo um poema, é pertinente analisar, também, a configuração dos versos e sua disposição gráfica na página. Em relação à métrica, o texto de Calcanhotto apresenta heterogeneidade na quantidade de sílabas poéticas por verso – verso livre –, o que associamos à liberdade do próprio surfista e ao seu vagar. O poema é dividido em quatro estrofes de diferentes extensões (respectivamente, com 8, 4, 3 e 9 versos). A distribuição e o tamanho de cada verso conferem ao texto um formato sinuoso, à semelhança das ondas mencionadas no poema.

Contudo, a composição mostra regularidade em algumas passagens. Quanto ao uso de recursos linguísticos, observam-se, por exemplo, a repetição de sequências silábicas, o preenchimento das sílabas com segmentos articulatoriamente próximos, a reiteração do número de sílabas das palavras, o encadeamento de palavras paroxítonas e a aplicação da desagregação vocabular. Esses mecanismos, embora tidos como linguísticos, causam efeitos significativos na composição poética, apontando para a confluência entre significante e significado no texto analisado.

| “Como um silêncio ao contrário”: leitura da canção “Uns versos”

Em relação ao segundo texto, “Uns versos”, sua escolha foi feita considerando, inicialmente, que essa obra representa a artista como compositora – de letra e de música – e intérprete⁶. Calcanhotto considera que, ao atuar na composição de letra e música, realiza com maior liberdade as acomodações necessárias para a construção do texto cancional⁷. Essa visão é corroborada pela perspectiva externa, a exemplo da leitura crítica de Aragão (2013), segundo a qual a musicista apresenta maior destreza ao performar canções inteiramente de sua autoria.

Inserimos “Uns versos” em uma das linhagens de canções propostas pela própria artista, a das “canções sobre canções”, tendo em vista a evidência do caráter metalinguístico ao descrever o processo de construção das próprias

6 Para a análise, foi utilizada a gravação da canção publicada no canal oficial da artista no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2UEG01tfS_0. Acesso em: 15 abr. 2024.

7 As menções no trabalho às falas da própria Adriana Calcanhotto foram extraídas do conjunto de depoimentos “Minha música”. Disponível em: https://youtube.com/playlist?list=PLDrnhEZmGUXtqWh3KDFEPxZWPGvEdXiMs&si=vl2ou--aWtGF9aP_ e <https://www.youtube.com/playlist?list=PLDrnhEZmGUXss4tmH9QvV3qQgYVRUTVds>. Acesso em: 10 dez. 2024.

canções. Esse aspecto demonstra a convergência entre o tratamento conferido à elaboração de uma letra de canção e à escrita de um poema.

A própria Calcanhotto, em relação a seu trabalho autoral, no que tange especificamente aos elementos melódicos sob sua responsabilidade, reconhece a necessidade de atrelar elementos linguísticos à melodia em construção. Nesse sentido, nossa análise se inicia pelo registro escrito – tomado como texto poético – para, na sequência, cotejar os recursos aplicados à composição desse texto com aqueles efetivamente expressos pela voz da intérprete, que podem convergir nas possibilidades ou ser redimensionados pelo modo como o artista decide conduzir a canção.

Uns versos

Sou sua noite, sou seu quarto
Se você quiser dormir
Eu me despeço
Eu em pedaços

Como um silêncio ao contrário
Enquanto espero
Escrevo uns versos
Depois rasgo

Sou seu fado, sou seu bardo
Se você quiser ouvir
O seu eunuco, o seu soprano, um seu arauto
Eu sou o sol da sua noite em claro, um rádio
Sou pelo avesso sua pele, o seu casaco
Se você vai sair, o seu asfalto
Se você vai sair eu chovo sobre o seu cabelo
Pelo seu itinerário
Sou eu o seu paradeiro
Em uns versos que eu escrevo
Depois rasgo
(Calcanhotto, 2016, p. 74).

No que concerne aos movimentos de leitura do segundo texto, a análise seguirá o tratamento já aplicado à leitura de “O surfista”: a observação do uso de certas vogais e certas consoantes, da constituição de vocábulos e da estrutura frasal e/ou métrica, sempre norteada pelos efeitos de sentido, promovidos pelo nível sonoro.

| Os efeitos articulatórios de consoantes e vogais

Dentre os sons vocálicos, os mais recorrentes no texto são [ɔ, o, u], além da semivogal [w] na formação de ditongo decrescente, a exemplo do que se pode observar nas palavras: “sou”, “sua”, “noite”, “como”, “eunuco” e “sol”. Desse conjunto, destacamos a recorrência da palavra tônica monossilábica “sou”, em que se apresenta tanto o som [o] quanto o som [w]. Neste caso, o próprio sentido da palavra é intensificado pela presença dos segmentos que compõem o ditongo – sons posteriores arredondados, que podem ser relacionados à ideia ou ao sentimento de reclusão, de fechamento ou de interioridade. Acrescenta-se a isso o uso do pronome “seu”, que faz referência ao coenunciador. Nesse sentido, os dois significantes, “sou” e “seu”, e os dois significados convergem para a construção de uma cena em que se institui um universo fechado, no qual se fazem presentes apenas esses dois seres. O verso “Sou sua noite, sou seu quarto” condensa essas ideias, com a repetição dos termos “sou”, “seu”/“sua” e o próprio registro da palavra “quarto”, um espaço de intimidade e recolhimento.

Um outro recurso envolvendo essas vogais é o jogo entre [o] e [ɔ], no verso “Eu sou o sol da sua noite em claro, um rádio”. Esse contraste se mostra, mais especificamente, entre os núcleos das palavras monossilábicas “sou” e “sol”. A diferença entre a abertura das vogais reflete a oposição entre luminosidade e escuridão; expressão e resguardo do sentimento do eu lírico. Pensando na interpretação estabelecida por Martins (1989) acerca dos valores associados às vogais posteriores arredondadas, acrescentamos uma gradação a este grupo de sons. Enquanto a autora dimensiona o teor de fechamento e escuridão de maneira homogênea para todas as posteriores arredondadas, aplicamos, com base no texto em análise, um contraste entre as próprias médias, de tal modo que a aberta [ɔ] pode corresponder à ideia de claridade, em oposição à fechada [o], que pode estar atrelada à ideia de escuridão. Esse entendimento é corroborado pela presença da aberta na palavra “sol”, cujo sentido também envolve luminosidade. Tal contraste se apresenta tanto no nível da ambiência constituída no poema quanto no nível da composição psicológica do sujeito poético, polarizado entre a introspecção e a exposição do afeto. Também aplicamos essa diferenciação às vogais [e] e [ɛ]: “Se voc[e] quis[ɛ]r dormir”, “[e]u me desp[ɛ]ço” e “Em uns v[ɛ]rsos que [e]u escr[e]vo”. Nessa perspectiva,

interpretamos que o eu lírico parte de seu ensimesmamento, representado por [e], rumo à exteriorização de seus sentimentos, representada por [ɛ].

A vogal [a], que se faz presente na sílaba poética final de onze dos dezenove versos, sugere claridade, brancura, amplidão e alegria. O texto em análise reflete, na utilização desse segmento, as noções de claridade e amplidão, a exemplo das palavras “arauto”, “claro” e “rádio”. Essa aplicação entra em consonância com o conteúdo da própria canção, que, como já se sabe, é o de expor um afeto. Sua característica articulatória de vogal mais aberta permite a leitura de um movimento expansivo que parte do eu para abarcar a totalidade da vida do outro. No texto, o valor de [a] é reforçado pelo sentido das palavras em que ocorre, como “bardo”, “soprano”, “arauto” e “rádio”, explicitamente relacionadas ao ato de emitir e de expressar algo.

A repetição do [a], ademais, é alternada com a reiteração das vogais [o, u, e]. Quando postos em contraste, esses segmentos acentuam a oposição entre claro e escuro, aberto e fechado, expressão e contenção. Dada a diferença articulatória entre os fones, é possível depreender outros sentidos opositivos. No nível da ambiência da canção, os sons [o, u, e] podem ser associados aos espaços fechados e íntimos, como o quarto. Embora a vogal tônica de “quarto” seja [a], o vocábulo tem, na última sílaba, a vogal [u], que reforça o sentido de recolhimento. Já a vogal [a] pode ser relacionada aos espaços abertos e públicos, nos quais o eu lírico igualmente deseja se fazer presente, como a rua, referida metonimicamente pelo termo “asfalto”. Dessa maneira, a alternância entre esses segmentos corrobora a caracterização do sujeito poético como alguém que busca o envolvimento absoluto na vida do outro. Desdobrando essa leitura, as vogais [o, u, e] atrelam-se ao matiz intimista que tinge o enunciado amoroso, enquanto o [a] atrela-se à necessidade de publicização do sentimento do eu lírico.

Vistos os potenciais expressivos dos segmentos vocálicos, passemos, agora, à observação do manejo das consoantes. A seleção de partes de algumas passagens mostra a repetição de segmentos fricativos: “Sou sua [...], sou seu [...],” “Escrevo [...] versos”, “O seu [...], o seu soprano, um seu [...],” “Eu sou o sol da sua [...]” e “Se você vai sair, o seu asfalto [...]”. O recorte permite observar, sobretudo, a utilização da fricativa [s], considerando sua posição em *onset* – menos propícia à variação –, que promove o efeito de um possível dizer sussurrado (Martins, 1989). Em uma dimensão menor, também identificamos um jogo entre as fricativas [v] e [f], cujo efeito seria o de ecoar essa emissão sussurrada. Esse significante entra em harmonia com o próprio conteúdo do texto: uma declaração de amor em tom confessional e intimista, que se

manifesta pela interação efetiva com o outro, depreendida pelo registro do pronome pessoal “você” e do possessivo “seu”.

Outra categoria de consoantes que se destaca no texto é a das oclusivas, como no uso das palavras a seguir: “quarto”, “despeço”, “pedaços”, “contrário”, “enquanto”, “depois”, “bardo”, “casaco”, “cabelo” e “paradeiro”. A repetição desses sons na canção cria o efeito de estampidos que ecoam ao longo dos versos, como o próprio rádio ao qual o eu lírico faz uma autorreferência. O eu lírico e o rádio se mostram presenças potencialmente audíveis na vida do coenunciador. Um dos mecanismos que reflete esse desejo, na composição do texto, é a reiteração dos sons oclusivos, visto que esses segmentos têm em si uma parte que é perceptível, sem dúvidas, para quem escuta – a explosão –, e outra parte que só é percebida, mais concretamente, por quem enuncia – o silêncio anterior à explosão. Em outras palavras, as oclusivas materializam a ideia do “silêncio ao contrário”. De forma semelhante, quem se declara perceberia a totalidade do que sente, enquanto o ser amado só teria acesso a uma certa dimensão desse sentimento.

Para uma compreensão, na inteireza, do gênero canção, entende-se que é necessário analisar o registro escrito, que já fornece índices significativos para a interpretação, e a performance do artista, que pode imprimir intensidades variadas aos elementos que constituem o texto cancional (Tatit, 2012). Como apontamos anteriormente, os compositores podem se valer de um conjunto de recursos criativos de modo a alcançar os efeitos de sentidos visados. Focalizamos, assim, os procedimentos de tematização e de passionalização (Tatit, 2012) na performance de Calcanhotto.

No caso de “Uns versos”, a força expressiva dos sons se espraia por segmentos vocálicos e consonantais. Porém, enquanto estes se localizam em passagens específicas da canção – contribuindo para a construção da ambiência do texto –, aqueles encontram-se amplamente distribuídos no corpo da composição.

A presença dos sons fricativos, por exemplo, é realçada pelo modo como a cantora os enuncia: percebe-se um andamento mais compassado na canção que permite a escuta apurada desses segmentos. A repetição da fricativa [s] já nos indicou, na escrita, o efeito de um dizer sussurrado. Tal impressão é confirmada pelo canto de Calcanhotto, que entoa a melodia com menor intensidade sonora. A performance da cantora contribui, ainda, para que o segmento [j] ganhe relevância na canção. O fone, que aparece na palavra “chovo”, não parece ter tanta expressividade na escrita, devido ao seu emprego isolado nos versos. Porém, na gravação, Calcanhotto prolonga a emissão desse

som, evocando a potencial relação icônica com o ruído da chuva, na construção de uma onomatopeia.

Ainda acerca das consoantes, é necessário pontuar a ocorrência das africadas [tʃ, dʒ] na pronúncia da artista, em palavras como “noite” – [ˈnojʃi] – e “despeço” – [dʒisˈpɛsu]. Esses segmentos se configuram como possibilidades fonéticas dos fonemas oclusivos /t/ e /d/. Ademais, a articulação dos sons africados envolve uma oclusão, no momento inicial, e, em seguida, a liberação do fluxo de ar por um canal estreitado, de modo similar à produção das fricativas. Dessa maneira, os fones [tʃ] e [dʒ] corroboram o efeito de sentido sugerido pelas consoantes oclusivas: a tensão entre o silêncio da oclusão (o resguardo do eu lírico) e a explosão – ou fricção, no caso das africadas – que se segue a tal silêncio (a exposição do afeto do sujeito poético).

Conforme indicado, o foco da artista parece incidir, sobremaneira, nos segmentos vocálicos presentes na canção. Analisando o cantar de Calcanhotto, percebemos que ela tende a aumentar a duração das emissões das vogais, artifício utilizado para evidenciar a expressividade desses fones. A artista projeta, ainda, maior intensidade na entoação das vogais da última sílaba poética de cada verso.

Em “O seu eun[u]co, o seu sopr[ã]no, um seu ar[a]uto”, por exemplo, o recurso do prolongamento vocálico ganha contornos mais nítidos em razão das respectivas vogais tônicas postas em sequência. No verso, temos o encadeamento entre as vogais [u], [ã] e [a], criando uma espécie de curva ascendente da luminosidade evocada pelo sequenciamento desses sons.

Ainda nesse verso, por exemplo, é possível perceber uma mudança no traço rítmico da canção. Ao cantá-lo, Calcanhotto dá razão ao que entendemos como um andamento mais moderado da canção, o qual permite articular nitidamente – e por extensão ouvir – os vocábulos de cada sequência. Dessa maneira, o valor significativo de cada termo é devidamente considerado na declaração do sujeito poético, que se expressa num misto de “cenar de gestos intensos, dramáticos, que se contam, porém, em escrita e canto desdramatizados” (Ferraz, 2016, p. 16).

A esse falseamento da carga emotiva (Ferraz, 2016), vinculado ao timbre doce e suavizado, contrapõe-se, como destacamos, a manipulação dos componentes fônicos do texto, principalmente quando este é entoado, no equilíbrio tenso entre palavra e música. Esse traço alcança o ápice na passagem final de “Uns versos”, que carrega o título da canção no enunciado: “Em uns versos que escrevo/ Depois rasgo”.

Na gravação, a terceira estrofe da canção é repetida, e essa retomada indica a relevância da passagem. Essa reiteração, no entanto, não ocorre de maneira isomórfica, pois, na parte efetivamente final da performance, a cantora se permite certo jogo com os sons. Esse recurso fica evidente no verbo central das ações desempenhadas pelo sujeito poético: o ato de rasgar aquilo que compõe, seus “uns versos”. Na primeira vez e na segunda, a voz da cantora destaca o verbo do verso ao prolongar a vogal final, [u], realizando, inclusive, solfejos mais agudos que brincam com a melodia da canção. Esse realce da vogal [u] revela um recolhimento ou ensimesmamento do eu lírico. Porém, na última vez, Calcanhotto muda o ponto sobre o qual incide a ênfase entoativa e confere maior expressividade ao primeiro segmento da palavra “rasgo”, intensificando a articulação gutural fricativa. Entendemos que ela tenta plasmar o sentido da palavra “rasgar” – relativo às noções de ruptura, quebra, sendo, por vezes, permeadas por atitude violenta – ao modo como ela modula o som. Essa fricção tenta reproduzir o ruído da destruição dos próprios versos, evento que finaliza a canção.

| Os efeitos das relações paradigmáticas e sintagmáticas

Recuperando as considerações de Cardoso (2018) sobre a manipulação do léxico no texto poético, iniciamos a análise das relações paradigmáticas e sintagmáticas na canção de Calcanhotto pela escolha vocabular. Primeiramente, abordamos as palavras que compõem um campo semântico relacionado à expressividade. Entendendo o campo semântico como um conjunto de unidades lexicais que organizam uma face da experiência humana (Cardoso, 2018), a seleção vocabular supracitada fundamenta o conteúdo global da composição em análise, o de manifestar um afeto. Tal manifestação se apresenta em diversos níveis, como o da fala (“silêncio”, “ouvir”), o da escrita (“escrevo”, “versos”) e o da música (“bardo”, “soprano”). Dentre os vocábulos em destaque, sobressaem-se aqueles relativos ao universo da criação artística, o que aponta para o caráter metalinguístico da canção.

Os termos “fado” e “eunuco” merecem atenção especial. O primeiro, por sua ambiguidade, podendo significar tanto um destino inescapável quanto o gênero musical de origem portuguesa. Ambos os sentidos encontram ressonância no texto, pois o sujeito poético se impõe como o destino do outro e a própria composição assume o tom intimista do fado português. Quanto ao segundo termo – “eunuco” –, a princípio, ele se mostra dissonante no quadro geral dos vocábulos elencados, pois se refere a sujeitos masculinos castrados. Porém, na soma com os termos vizinhos (“soprano” e “arauto”), se depreende um vínculo com a musicalidade desse ser. Nessa perspectiva, a figura em si do eunuco

pode ser relacionada ao *castrato*, um cantor do sexo masculino de registro vocal agudo próximo ao da voz feminina, como resultado de uma castração na infância do indivíduo⁸. Logo, o termo “eunuco” condensa a beleza e o sofrimento, harmonizando-se com o sentimento do eu lírico e com o campo semântico predominante na canção.

Outro procedimento realizado por Calcanhotto na letra é o da desagregação vocabular (Cardoso, 2018). Um exemplo desse recurso é encontrado nos versos “Eu me despeço/ Eu em pedaços”. Embora não configurem um caso de paralelismo sintático, eles apresentam semelhanças formais, como a quantidade de palavras (três) e de sílabas (cinco formais e quatro poéticas) e a própria constituição dos vocábulos, considerando letras e sons. A compositora mantém o pronome pessoal reto “eu” no início do verso e, em seguida, inverte as letras constituintes do pronome “me”, resultando na preposição “em”, o que chama atenção para a dimensão gráfica do texto e implica numa mudança de som.

Além disso, a relação entre a forma verbal “despeço” e o substantivo “pedaços”, nessa ordem, envolve o rearranjo de sons nas sílabas, configurando uma paronomásia. Ao considerar, também, os sentidos dessas palavras, é possível interpretar que sua desagregação encena o processo e o resultado do evento de separação, visto que o segundo vocábulo é, quase na totalidade, formado pelos segmentos resultantes da fragmentação do primeiro. Na performance da canção, Calcanhotto confirma a ênfase na forma verbal “despeço”, com o prolongamento do [ɛ] e, por conseguinte, da palavra, em contraponto à brevidade da pronúncia do substantivo “pedaços”. No nível da construção do sujeito poético, esse procedimento reflete a adaptação pela qual o eu lírico passa para se acomodar à vida do outro.

Percebemos, ainda, que a artista elabora essa composição a partir de uma estrutura basilar, promovendo variações em diversas escalas, ora decorrentes de trocas de palavras, ora de modificações na disposição desses elementos linguísticos na sintaxe do verso. Isso reflete o pendor reiterativo da dicção de Calcanhotto indicado por Ferraz (2016). Esse recurso é visto, por exemplo, nos versos “Escrevo uns versos” e “Em uns versos que eu escrevo”. Tal rearranjo sintático implica também mudanças no nível sonoro. Considerando a sequência [e, ɛ] e sua inversão, vemos uma mudança na trajetória do sentimento do eu lírico. A primeira ordem parte da interioridade do sujeito para a exteriorização

⁸ Conferir verbete *castrato* no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Houaiss; Villar, 2001, p. 648).

do afeto. Ao ser alterada, passa a sugerir uma trajetória ingressiva – o eu lírico desfaz a manifestação pública de seus sentimentos ao rasgar os versos que escreveu.

Na performance, ao empregar a ordem verbo + nome, em “Escrevo uns versos”, Calcanhotto prolonga a vogal tônica do substantivo, [ɛ]. Ao inverter a colocação, nome (pronome) + verbo, no verso “Em uns versos que eu escrevo”, a cantora realça tanto o [ɛ] de “versos” quanto o [e], vogal tônica de “escrevo”. Contudo, cada um desses segmentos é realçado por meio de recursos diferentes: o [ɛ] pela altura e o [e] pela duração. Isto é, ao [ɛ] é aplicada uma nota aguda e breve, enquanto ao [e] é aplicada uma nota grave e longa. Assim, o aspecto musical se configura como mais um recurso para reforçar os sentidos atribuídos, na análise da letra da canção, a cada vogal – o [ɛ], som aberto, relacionado à exposição dos sentimentos do eu lírico, e o [e], som fechado, relacionado ao recolhimento do sujeito poético.

A constituição silábica dos vocábulos também é um elemento manipulado por Calcanhotto no engendramento da letra de “Uns versos”. Sobre esse aspecto, destacamos a estrutura reiterada nos versos 14, 15 e 16: “Se você vai sair, o seu asfalto/ Se você vai sair, eu chovo sobre o seu cabelo,/ pelo seu itinerário”. Neles, a construção “vai sair” nos fornece índices significativos das diferentes formações silábicas encontradas na locução verbal. Aplicando a interpretação sobre o nível fonético, a sucessão das letras vocálicas “a” e “i” corresponde, na primeira palavra, a um ditongo decrescente – [‘vaj], com sílaba do tipo CVC – e, na segunda, a um hiato – [sa’ih], com duas sílabas, CV + VC. Arelamos a essas possibilidades o entendimento de que o ditongo indicaria a proximidade desejada entre o enunciador e o coenunciador, enquanto o hiato indicaria o potencial afastamento.

Esse entendimento sobre a sequência de ditongo decrescente em “vai” e hiato em “sair” é confirmado pela entoação de Calcanhotto na performance de “Uns versos”. A cantora mantém a brevidade do ditongo na forma “vai” e o destaque na segunda vogal do hiato na forma “sair”, inclusive tornando quase imperceptível a produção da consoante fricativa em coda. Dessa forma, o foco, que no texto escrito é dado à letra “i”, é preservado na realização musical, em que a artista prolonga a vogal [i]. Na melodia, a palavra “vai”, antecedente a “sair”, corresponde a uma nota mais aguda, produzida com brevidade, enquanto ao [i]ônico do hiato é aplicada uma nota mais grave. Nesse caso, diferentemente do que vimos antes, a oposição entre grave e agudo (equivalente a apenas um tom) não constitui duas ênfases, havendo destaque somente para o prolongamento do som mais grave. Sendo assim, recupera-se a compreensão de que a mudança

na configuração silábica representa um processo de separação entre o eu lírico e a pessoa amada, num exemplo do recurso de passionalização proposto por Tatit (2012).

Ainda sobre a letra da canção, destacamos a frequência da realização do ditongo constituído pela vogal [e] e pela semivogal [w]. Efetivamente, esses sons combinados formam a palavra “eu”, cuja presença contribui para demonstrar a implicação explícita do sujeito poético no texto. Ademais, a sequência de sons pode, ainda, por desagregação, ser encontrada em outra palavra recorrente na canção: “seu”, uma pista do coenunciador.

Na performance de Calcanhotto, entretanto, não há um destaque especial ao “eu”, quer correspondente ao pronome pessoal, quer como parte constituinte do pronome possessivo “seu”. Contudo, essa ausência de realce à sequência [ew] não anula a interpretação aplicada ao texto escrito, pois a repetição dessa sequência de sons, ainda que discreta, configura uma presença constante na canção, que pode ser relacionada ao desejo do eu lírico de integrar a vida do outro em sua totalidade. Desse modo, como o próprio “eu” ou, ainda, como parte de outro vocábulo, o “eu” parece ecoar, de maneira ininterrupta, na composição, tanto na dimensão escrita quanto em sua realização musical. De forma análoga, o sujeito da enunciação pretende-se plasmado a tudo o que cerca a pessoa amada – “seu” mundo.

| “Minha música não quer pouco”: considerações finais

Este estudo teve o intuito de investigar os recursos estético-composicionais empregados por Adriana Calcanhotto, compositora e cantora, com foco no tratamento do nível sonoro da língua. A análise permitiu um delineamento da poética da artista, em sua forma escrita e musical, partindo da consideração de que sua obra é norteadada por um cuidado com os constituintes linguísticos da canção, conferindo, inclusive, um caráter literário à sua produção (Ferraz, 2016).

Embora num recorte muito restrito (dois textos, sendo apenas um deles musicado), procuramos entender, nesta pesquisa, a aplicabilidade dos recursos expressivos trabalhados pela artista, configurando traços marcantes de seu estilo na elaboração de canções. Esses traços podem ser exemplificados na repetição de certos sons vocálicos e consonantais, na escolha de tipos silábicos, na seleção de palavras com o potencial de arranjo de seus próprios constituintes ou, ainda, no arranjo entre os vocábulos.

Neste trabalho, observamos convergências e divergências entre certos entendimentos da fonoestilística e nossa interpretação da expressividade dos sons nos textos analisados. No campo das convergências, vimos que o tratamento dado às vogais e às consoantes se conforma às expectativas da teoria, tomando como exemplo a construção do sujeito lírico e da ambientação, pela elaboração de possíveis emoções e sensações. No poema “O surfista”, destacamos a reiteração da vogal [i], à qual se atribui a impressão de agudeza (Martins, 1989) e que, no texto de Calcanhotto, pode ser relacionada ao pico da onda almejado pelo surfista. Já na canção “Uns versos”, evidenciamos a repetição das consoantes fricativas, em especial o [s], o qual se vincula à percepção de um sussurro (Martins, 1989) e que tem esse potencial expressivo aproveitado na composição e na performance da artista.

No campo das divergências, sublinhamos um possível efeito de sentido não delimitado plenamente pelo aporte teórico, conforme Martins (1989). Relativizamos o valor de escuridão tradicionalmente atrelado à série das vogais [ɔ, o, u], ao aplicarmos uma gradação entre elas que corresponde a um escalonamento das próprias sensações correlacionadas a fechamento, recolhimento e escuridão.

Comparando os dois textos, atentamos para diferenças quanto ao conteúdo e à sua formalização. Em “O surfista”, a compositora descreve uma figura em determinada cena, que não se confunde com o eu lírico – um “outro”. Por sua vez, em “Uns versos”, a artista constrói um eu lírico autocentrado. Em nossa análise, essa distinção foi determinada sobretudo pela dimensão sonora. No primeiro texto, a seleção de sons contribui para a caracterização da paisagem, a exemplo das fricativas [s, z, f, v], que remetem ao vento, e das líquidas [l, r], que evocam a fluidez e a mobilidade das ondas. No segundo, são enfatizados os sons vocálicos [ɔ, o, u], que configuram o estado emocional introspectivo do eu lírico.

Embora o cerne de nosso estudo seja o trabalho da artista com o estrato sonoro da língua, salientamos que a distinção entre os textos se manifesta, também, por meio de itens lexicais e de constituintes sintagmáticos, o que pode ser aprofundado em estudos futuros. Aparenta ser relevante, em “O surfista”, a valorização de vocábulos nominais e de estruturas oracionais não canônicas, por exemplo. Já em “Uns versos”, destacam-se as formas verbais, em estruturas oracionais tanto simples quanto complexas. Esse contraste reforça a diferença de foco entre os textos: enquanto o primeiro constitui um quadro pictórico, o segundo configura um quadro intimista.

Reconhecemos, também, convergências e divergências na comparação entre o texto escrito da letra de “Uns versos” e sua versão musicada. De convergências, ressaltamos o uso enfático de segmentos fricativos, como promotor do efeito de um dizer sussurrado, e de segmentos vocálicos, como indicador dos sentimentos do sujeito poético. No texto escrito, a dimensão emocional decorre da repetição das vogais [o, u, e]. Já na performance, esse realce advém do alongamento vocálico. De divergências, salientamos os efeitos da desagregação vocabular, visto que foram observados exclusivamente no texto escrito; na canção, a entoação da artista não permitiu a apreensão de tal recurso. Seria possível aplicar um recurso vocal de destaque à sequência de sons [ew], quer na forma pronominal pessoal “eu”, quer na forma possessiva “seu” – neste caso, seria em decorrência da desagregação vocabular. No entanto, o destaque se restringe à repetição dessa sequência no texto, visto que a performance não realça a primeira pessoa do singular.

Com base nessas considerações, reafirmamos a necessidade de contemplar as duas dimensões da canção na análise de sua composição: os elementos linguísticos e os elementos musicais. Na passagem da letra para a performance, o texto pode ter suas potencialidades – de sentidos e de efeitos – redimensionadas, como resultado das escolhas efetuadas pelo artista.

Por fim, retomamos a terminologia de Tatit (2012) referente aos procedimentos composicionais de tematização e de passionalização. Buscamos estender esse entendimento ao texto escrito que não tem contraparte musical, a exemplo de “O surfista”. Embora este não conte com registro fonográfico, é possível identificar a predominância do caráter tematizante em sua constituição, devido à ênfase nos sons consonantais, que levam à conformação de um ambiente, e ao foco na exterioridade, que confirma a sobreposição do exterior em relação ao interior do indivíduo. “Uns versos”, por sua vez, deixa transparecer o caráter mais passional da composição, visto que o destaque incide sobretudo nos sons vocálicos, prolongados na entoação de Calcanhotto e sugestivos da sondagem dos sentimentos do eu lírico, permitindo que a forma se harmonize ao conteúdo expresso na canção.

Referências

- ADRIANA Calcanhotto – Uns Versos. Intérpretes: Adriana Calcanhotto. 2015. (3 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2UEGO1tfS_0. Acesso em: 15 abr. 2024.
- ARAGÃO, D. P. **Voz e performance em Adriana Calcanhotto**. 2013. 225 f. Tese (Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CALCANHOTTO, A. **Pra que serve uma canção como essa?** Letras de Adriana Calcanhotto. Organização e prefácio de Eucanaã Ferraz. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.
- CARDOSO, E. de A. **O léxico no discurso literário**: a criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- CEIA, C. **Canção**. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/cancao#:~:text=Composi%C3%A7%C3%A3o%20po%C3%A9tica%20destinada%20ao%20canto,textos%20de%20%C3%ADndole%20bastante%20diversa..> Acesso em: 14 jan. 2024.
- CÍCERO, A. **A poesia e a crítica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FERRAZ, E. Pra que é que serve um livro como esse? *In*: CALCANHOTTO, A. **Pra que serve uma canção como essa?** Letras de Adriana Calcanhotto. Organização e prefácio de Eucanaã Ferraz. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016. p. 12-41.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LUCENA, N. L. de. Diálogos possíveis entre Linguística e Literatura: o papel da análise linguística para a construção dos efeitos de sentido em textos literários. **Leitura**, Maceió, n. 67, p. 340-353, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11076>. Acesso em: 10 set. 2024.
- MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MORAES, J. A. de; WETZELS, W. L. Sobre a duração dos segmentos vocálicos nasais e nasalizados em Português: um exercício de fonologia experimental. *In*: ABAURRE, M. B. M.; WETZELS, W. L. (org.). **Cadernos de Estudos Linguísticos 23**. Campinas, n. 23, 1992. p. 153-166.

OLIVEIRA, S. R. de. **Literatura e Música**: modulações pós-coloniais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

POUND, E. **ABC da literatura**. Tradução Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

TATIT, L. **O cancionista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

TATIT, L. **O século da canção**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

Como citar este trabalho:

CABRAL, Bruno; CADÓ, Júlio César de Araújo; CUNHA, Carla Maria. O fone na sílaba e o verso na canção: interface lírico-fonética em Adriana Calcanhotto. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 62-87, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 27/10/2024 | Aceito em: 27/12/2024.

O comparativo de inferioridade em Língua Gestual Portuguesa: uma ausência motivada?

Pedro Balaus CUSTÓDIO¹

Isabel CORREIA²

¹ Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), Coimbra, Portugal;
| balaus@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0003-2140-7304>

² Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), Coimbra, Portugal;
| isasofia.cc@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0002-1798-2165>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v22i1.3869>

Resumo: Este breve estudo pretende descrever os processos de gradalização nos adjetivos em Língua Gestual Portuguesa (LGP). A investigação neste campo é escassa, havendo alguns artigos científicos para a *American Sign Language* (Wilbur, 2012; Koulidobrova, 2023). O interesse adveio de não conhecermos estudo semelhante para a LGP e de termos notado que tanto o grau comparativo como o superlativo se socorrem de mecanismos distintos das línguas orais, mas os mecanismos de marcação de grau são semelhantes a outras línguas gestuais/de sinais. Assim, através da consulta a informantes nativos, docentes de LGP, tentámos compreender como se materializam os graus dos adjetivos em LGP. Pedimos-lhes que produzissem frases nos diversos graus e que refletissem sobre essa produção. Este trabalho começa, pois, por uma brevíssima descrição da LGP, do sistema adjetival noutras línguas e, por fim, apresentamos os resultados e apontaremos algumas conclusões que assentam na nossa análise de dados e na reflexão dos informantes.

Palavras-chave: Línguas de Sinais. Graus dos adjetivos. Língua Gestual Portuguesa.

The Comparative of Inferiority in Portuguese Sign Language: A Motivated Absence?

Abstract: This brief study aims to describe the processes of gradation in adjectives within Portuguese Sign Language (LGP). Research in this area remains limited, with some scientific contributions available for American Sign Language (e.g., Wilbur, 2012; Koulidobrova, 2023). Our interest stems from the absence of similar studies focused on LGP and from observations suggesting that both comparative and superlative forms rely on mechanisms distinct from those found in spoken languages—though they share similarities with other sign languages. Through the analysis of example sentences, we seek to provide an overview of adjective gradation in LGP. The study begins with a brief description of LGP and the adjectival system in other languages, followed by our research findings, discussion, and concluding remarks.

Keywords: Sign Languages. Adjective Gradation. Portuguese Sign Language.

| Introdução

A LGP: efeitos da modalidade visual nos processos morfológicos

A Língua Gestual/de Sinais Portuguesa é o segundo idioma mais utilizado em Portugal e caracteriza-se, essencialmente, por ser uma língua de modalidade visuomanual. A grande diferença quando comparada com uma língua oroauditiva é, precisamente, o facto de ser produzida no espaço pelos articuladores manuais e faciais e percebida pelos olhos. Quer o espaço de produção, que os articuladores condicionam à materialização de processos, nomeadamente na organização de unidades sublexicais e na marcação gramatical. Assim, as unidades mínimas das línguas visuais, a configuração de mão (CM); movimento de mão (MM), localização de mão (LM); orientação de mão (OM) e expressões não-manuais (ENM), constituem um número finito de unidades que se combinam entre si para formar uma unidade lexical, o gesto ou sinal. A título de exemplo veja-se o vocábulo MORANGO³, considerando as duas variantes disponíveis no glossário *spreadthesign*, que nos servirá para exemplificar as possíveis combinações segmentais, alguns processos morfológicos e distribuição lexical:

| Organização das unidades mínimas

Variante 1: gesto/sinal unimanual, com CM em U⁴, LM nos lábios; OM para o emissor; MM ligeira rotação do antebraço; ENM Ø. Esta execução é dialetal, característica da região norte.

Variante 2: gesto/sinal bimanual. O primeiro apresenta CM em B; LM no queixo; OM para o emissor; MM de deslize para baixo do polegar no queixo; ENM mordida do lábio inferior. O segundo apresenta mão dominante com CM em garra aberta; LM na mão não dominante; OM palma para a esquerda; MM para baixo com toques alternados; ENM Ø. A mão não dominante tem CM em bico de pato fechado; LM espaço neutro; OM palma da mão para a esquerda; ENM Ø. Esta é considerada a variante padrão por que é usada pela maioria dos utilizadores.

3 Sempre que nos referirmos a um gesto/sinal usaremos maiúsculas. Os exemplos apresentados serão do nosso arquivo ou estarão disponíveis em www.spreadthesign.com.

4 Para consultar as configurações de mão veja-se Carmo (2010).

| Processos morfológicos

b1: a variante 1 é um gesto/sinal simples, pertence à classe dos nomes e não tem marcação de género. O género na LGP é de marcação natural (Correia, 2016), logo este item sendo [-animado] é neutro. O vocábulo está no singular.

b2: a variante 2 é um gesto/sinal composto por derivação, [adj+CL de forma] sendo o primeiro um adjetivo uniforme e o segundo uma estrutura icónica que representa a forma do fruto. Nas línguas gestuais/de sinais, consideramos derivação quando há a adjunção de um afixo a um item lexical (Correia, 2014). A composição é representada pela junção de dois gestos/sinais com significados autónomos que, quando compostos, assumem uma significação diferente, por exemplo, ROMÃ [VERMELHO+REI]⁵.

Como se pode verificar as variantes comprovam a existência de variedades linguísticas na LGP que, ainda que se distribuam por regiões, se relacionam com a localização das escolas de surdos no século passado e a criação de gestos nesses locais (Correia; Queirós, 2016). Neste exemplo, temos duas variedades lexicais, mas também se observam variações adstritas a itens sublexicais, ou seja, gestos/sinais em que apenas muda-se um parâmetro consoante a distribuição regional.

Por último, apenas um apontamento sobre a morfologia verbal nas línguas gestuais/de sinais. Os verbos são pobres em flexão, devido, mais uma vez, aos articuladores e receptores que permitem uma língua mais transparente, mas também com execução simultânea e não-linear mais preponderante. Assim, os verbos alteram o tempo verbal através de mecanismos sintáticos, como advérbios ou outras locuções semelhantes e marcadores não-manuais.

O aspeto verbal é marcado também pelo articulador não manual, por pausa no movimento e expressões lexicais. PN é determinado por pronomes e pelo contexto frásico. Estruturas verbais predicativas ou classificadores são abundantes, tendo muitas vezes amalgamado o sujeito e o predicado no mesmo gesto/sinal:

⁵ Este gesto/sinal pode, também, ser produzido através da composição [MAÇÃ+REI].

Figura 1. Frase: Pessoas sentadas à volta



Fonte: Acervo pessoal

A ordem sintática considerada pura é SOV, mas outras sequências são observáveis quer por topicalização, quer por interferência da língua oral. A concordância género e número não se observa em frases gestuais/de sinais sendo marcada apenas em nomes, o género apenas nos nomes [+animados].

Figura 2. Frase: As meninas escrevem (em cima) e o menino escreve (em baixo)



Fonte: Acervo pessoal

| A classe dos adjetivos nas línguas gestuais/de sinais

No que concerne aos adjetivos, como atrás assinalamos, estes são uniformes e nunca marcados. Não concordam com os nomes, pois, mais uma vez, a nosso ver, pelo facto de a receção visual dispensar o marcador. Esta categoria gramatical não tem tido vastos estudos, mas alguns investigadores questionam a sua integridade. Assim, Schembri (2003), baseando-se no facto de os adjetivos serem estruturas predicatoras, sobretudo aqueles que recorrem à forma,

nas línguas visuais e não atribuindo apenas qualidades, afirma que o que se considera adjetivos em línguas gestuais/de sinais, são, na realidade, verbos:

Sinais não policomponenciais, como, por exemplo, VERMELHO ou GRANDE, podem ser modificados através da combinação com premodificadores como MUITO e MAIS, e também podem ser usados atributivamente (ou seja, podem aparecer antes de um nome). [...] De qualquer forma, também não é totalmente evidente que estas propriedades sejam suficientes para sugerir que tais usos de sinais não policomponenciais se qualifiquem como adjetivais. Como resultado, a inclusão destas formas na categoria de verbos parece ser a análise mais apropriada, sujeita a revisão posterior (Schembri, 2003, p. 4, tradução própria).⁶

Esta posição é secundada por Bernath (2010) que argumenta o facto de estes itens poderem ter modificação aspectual. Não é propósito do nosso estudo analisar a distribuição gramatical ou os traços semânticos dos adjetivos e sua materialização, mas apenas verificar como se forma a comparação em LGP. Não temos elementos suficientes que nos permitam aceitar ou contrapor as propostas dos autores que acabamos de citar e referir, porém, e como também já reconhece Schembri (2003), estes itens podem ser modificados. Assim, seguimos de perto a análise de Koulidobrova, Vera, Kurz e Kurz (2023) que se centra na análise dos graus dos adjetivos em *American Sign Language* (ASL).

| Os graus dos adjetivos: da ENM à lexicalização de estruturas icónico-culturais

Algumas línguas socorrem-se dos graus dos adjetivos para apresentarem comparações entre entidades ou para intensificarem características dessas mesmas entidades. A língua portuguesa, por exemplo, efetiva estruturas de comparação e intensificação através de construções sintáticas que situam os adjetivos numa escala de variação. Na frase exemplificativa *a Maria é inteligente* o adjetivo *inteligente* encontra-se no grau normal. Assim, se nos reportarmos primeiramente ao grau comparativo que estabelece uma relação de comparação entre entidades, podemos formar o grau comparativo de igualdade, isto é, *a Maria é tão inteligente como a Sofia*, o grau comparativo de superioridade,

6 No original: “Nonpolycomponential signs such as RED or BIG, for example, may be modified by combining with premodifiers such as VERY and MORE, and may also be used attributively (i.e. they may appear before a nominal). [...] In any case it is also not entirely evident that these properties are sufficient to suggest that such usages of nonpolycomponential signs qualify as adjectival. As a result, the inclusion of these forms in the category of verbs appears the most appropriate analysis, subject to later revision”.

ou seja, a *Maria é mais inteligente que a Sofia*, e ainda o grau comparativo de inferioridade, nomeadamente, a *Maria é menos inteligente que a Sofia*.

Como vemos, nos três graus é estabelecida uma relação de comparação sempre entre os mesmos dois referentes. Por sua vez, quando formamos o grau superlativo estamos a intensificar as características associadas a uma entidade. Esta forma de intensificar pode ser realizada de maneiras distintas: de forma relativa, isto é, colocando o referente em grau superior ou inferior aos restantes, ou de forma absoluta, atribuindo o maior grau ao referente em questão. Com base na mesma frase, vejamos então como formar o grau superlativo relativo de superioridade – *a Maria é a mais inteligente da turma*, o grau superlativo relativo de inferioridade – *a Maria é a menos inteligente da turma*, o grau superlativo absoluto sintético – *a Maria é inteligentíssima* e, por fim, o grau superlativo absoluto analítico – *a Maria é muito inteligente* (Mateus; Brito; Duarte; Faria, 2003).

Como já dissemos, a modalidade é um factor determinante na materialização de processos morfológicos. Assim, quando observamos a gradualização nas línguas visuais verificamos que, para a intensificação, o recurso à ENM é a estratégia mais usada, nomeadamente a intensificação do sopro, da bochecha inflada ou de marcadores suprasegmentais como as sobranceiras, o movimento do tronco. A amplitude do movimento também é significativa na intensificação. Estes fenómenos foram já observados na ASL por Wilbur, Malaia e Shay (2012, p. 95, tradução própria):

Em nossos dados, observamos modificações em sinais adjetivais sob intensificação:

- Aumento geral da tensão nas mãos e no rosto;
- Modificações de movimento;
 - Adição ou ampliação da trajetória do movimento;
 - [Liberação atrasada] do início do movimento;
- Modificações não manuais (rosto, cabeça, corpo);
 - Sobranceiras franzidas;
 - Inclinação da cabeça para fora da posição neutra.⁷

7 No original: In our data, we observed modifications to adjective signs under intensification:

- Overall increase in tension of the hands and face;
- Movement modifications;
 - Add or enlarge movement trajectory;
 - [delayed release] of the start of the movement;
- Non-manual modifications (face, head, body);
 - Frown on face;
 - Head tilt away from neutral.

Estes autores concluem o seu artigo apontado para o facto de “Sign languages express the boundaries of semantic scales by means of phonological mapping” (p. 100), ou seja, através do uso de unidades sublexicais, como as listadas acima, e o confronto entre duas realidades para expor comparações ou intensificação. Koulidobrova, Vera, Kurz e Kurz (2023) vão mais longe ao considerarem que as línguas visuais não marcam os graus dos adjetivos. Os investigadores começam por apresentar as estratégias usadas em ASL partindo de estudos prévios:

[...] na ASL, os predicados graduáveis podem aparecer em construções que incluem (i) nenhuma marca comparativa explícita, caso em que a interpretação relevante surge por meio de pistas no discurso (justaposição) (22); (ii) a representação comparativa das duas entidades em consideração (23);¹⁸ (iii) um item lexical explícito como MAIS, PIOR, MELHOR, SUPERAR ou MESMO(QUE) (24); e (iv) um marcador de intensificação não manual (chamado assim), que pode envolver inflar as bochechas, arregalar os olhos, uma inclinação do corpo ou aumentar o espaço associado ao sinal manual (entre outros). Koulidobrova, Vera, Kurz e Kurz (2023, tradução própria) [...] ⁸

Não pretendemos questionar a categoria gramatical dos itens em questão, mas apenas descrever as estratégias que abaixo mostramos e que, à semelhança do observado para a ASL, utilizam marcadores da mesma natureza na LGP.

| Estruturas de comparação em LGP

Metodologia

Quando queremos fazer esta mesma análise na LGP deparamo-nos, desde logo, com um entrave: a falta de bibliografia e investigação científica em que nos possamos basear e que sustente as nossas hipóteses. Tendo em conta essa dificuldade, optamos pela estratégia que nos pareceu a mais adequada e fiável: a auscultação de nativos surdos sobre o assunto. Assim, consultámos quatro professores de Língua Gestual Portuguesa, nativos, com idades compreendidas entre os 45 e os 50 anos, três homens e uma mulher, com mais de dez anos de experiência docente.

⁸ No original: in ASL gradable predicates may appear in constructions that include (i) no overt comparative marking, where the relevant interpretation arises via cues in discourse (juxtaposition) (22); (ii) the comparative depiction of the two entities under consideration (23);¹⁸ (iii) an overt lexical item like MORE, WORSE, BETTER, BEAT or SAME(AS) (24); and (iv) a non-manual (so-called) intensification marker, which may involve puffing the cheeks, widening the eyes, a body lean, or increasing the associated space of the manual sign (p. sp).

Estabelecemos uma conversa informal, contextualizámos o assunto *graus dos adjetivos*, soletrámos os diversos graus e pedimos exemplos em LGP. Refletimos com eles sobre a dificuldade em gestuar o comparativo de inferioridade, de forma natural e espontânea, e questionámo-los sobre possíveis motivações para essa ausência de materialização linguística.

Socorremo-nos também do conhecimento e da experiência linguística que possuímos. Abaixo mostramos as execuções, traduzindo-se os resultados para Português e utilizando a glosa, ou seja, transcrevemos para Português os gestos executados, mantendo a ordem de produção na LGP, separados por pontos e em maiúsculas.

Apresentação de resultados

Para a formação do grau comparativo de igualdade, os utilizadores da língua recorrem à produção dos gestos/sinais IGUAL ou EXATAMENTE. IGUAL, gesto/sinal este acompanhado de ENM correspondente a “tá”. Nesse sentido, se pretendermos referir que *a Isabel é tão feliz como a Rafaela* faremos, em primeiro lugar, a produção dos sujeitos entre os quais pretendemos estabelecer a comparação, neste caso recorrendo aos nomes gestuais⁹ das pessoas, para em seguida produzirmos o adjetivo sobre o qual iremos aplicar o grau, neste caso, *feliz*, e, por último, o gesto/sinal que identifica a comparação e que, como vimos, poderá ser o IGUAL ou o EXATAMENTE.IGUAL. Vejamos na figura 3 como é executada a produção do que acabamos de explicar.

Figura 3. Produção: MAIS.DO.QUE



Fonte: Acervo pessoal

No que diz respeito ao grau comparativo de superioridade, este é formado com recurso a um gesto/sinal cujo significado remete para a ideia de MAIS.DO.QUE, também ele acompanhado de ENM sendo, neste caso, a projeção de ar que origina um pequeno tremor dos lábios. Uma vez que a utilização deste

⁹ Sobre a questão, leia-se Carvalho (2019).

gesto/sinal permite uma produção direcional, o emissor terá que, antes da sua produção, localizar no espaço os dois referentes que pretende comparar produzindo posteriormente o gesto/sinal com início no local indicado para o referente a quem se aplica o grau superior e com movimento em direção ao outro referente. Assim, se pretendermos referir que *a Isabel é mais feliz que a Rafaela* temos de nos referir à Isabel e à Rafaela, localizando-as no espaço, posteriormente indicar o adjetivo que se pretende comparar e que é, neste caso, o *feliz* e, por último, produzir o gesto/sinal MAIS.DO.QUE com direção da Isabel para a Rafaela. Caso pretendamos dizer o contrário, ou seja, *a Rafaela é mais feliz do que a Isabel*, bastará alterar a direção da produção do gesto/sinal, iniciando assim na Rafaela e terminando na Isabel. Vejamos a concretização deste exemplo abaixo.

Figura 4. Frase: A Isabel é mais feliz do que a Rafaela



Fonte: Acervo pessoal

Quanto ao grau superlativo relativo de superioridade, segundo o que apuramos, este é produzido através da utilização do gesto/sinal PRIMEIRO que identificará aquele a quem é atribuído o maior grau e cuja produção é feita em simultâneo com uma ENM que se assemelha e labialização de “tu”. Neste sentido, podemos indicar que *a Isabel é a mais feliz* através da produção do nome gestual do sujeito, seguido do adjetivo e posteriormente do gesto/sinal PRIMEIRO que nos remeterá então para o *mais feliz*.

Vejamos na figura 5 esta produção.

Figura 5. Frase: A Isabel é a mais feliz



Fonte: Acervo pessoal

Quando pretendemos produzir frases em que são empregues os graus superlativos absolutos há que recorrer ao uso de ENM que é produzida em simultâneo com a produção do adjetivo e será tão mais intensa quanto for, também, o adjetivo. Neste contexto, estamos perante o uso de uma expressão suprasegmental que indica um acentuar de entoação dada ao discurso e a ENM pode caracterizar-se pela abertura dos olhos que é acompanhada do arquear das sobrancelhas, pelo inflar de ambas as bochechas acompanhadas de sopro ou, ainda, pelo exagero da expressão utilizada através do semicerrar dos olhos e de maior expansão do sorriso. A utilização desta ENM enfatiza a qualidade tornando-a mais intensa do que a original. cremos que este uso terá uma origem no meio cultural envolvente e na gestualidade que caracteriza o ser humano que quando se encontra perante situações intensas mostra o seu sentimento através de uma reação de enchimento das bochechas e de sopro de ar.

Vejamos abaixo a produção da frase *a Isabel é felicíssima*.

Figura 6: Frase: A Isabel é felicíssima



Fonte: Acervo pessoal

Efetivamente, no nosso estudo não conseguimos apurar a existência de formas distintas de produzir os graus superlativos absolutos uma vez que, segundo os nossos informantes, a frase acima apresentada pode, também, ser entendida como *a Isabel é muito feliz*. Na verdade, este é o processo mais puro e natural de expressar o grau superlativo absoluto analítico, com recurso ao uso de ENM. Todavia, foi possível verificar que também é possível marcar este grau através da adição do gesto/sinal MUITO ao adjetivo. Ainda assim, “este tipo de ocorrência é rara sendo apenas frequente naqueles que não dominam a língua, sejam ouvintes ou surdos, por associação à forma um ouvinte produzirá em linguagem gestual ou de mimética, a ideia de uma grande quantidade” (Silva, 2023, p. 101-102).

Nesta investigação não fomos capazes de identificar a produção quer do grau comparativo de inferioridade, quer do grau superlativo de inferioridade o que

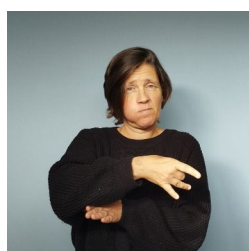
nos levou a crer que estes não são expressos de forma natural na LGP. Assim, a relação é sempre registada num contexto de superioridade. Na verdade, quando queremos expressar uma inferioridade somos obrigados a referir, também, a superioridade. Assim, se pretender referir que *a Rafaela é menos feliz que a Isabel*, temos de indicar que *a Rafaela é pouco feliz e a Isabel é mais feliz*, fugindo assim à produção “pura” do comparativo de inferioridade.

| Discussão dos resultados

Como se verifica, os mecanismos são os mesmos daqueles que foram observados na ASL:

- O uso de ENM como marcador de intensificação que também se observa na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) “a marca de grau dos substantivos e adjetivos é composta por meio da expressão facial” (Rodrigues; Valente, 2011, p. 88) e noutras línguas gestuais/de sinais uma vez que “This is a common strategy, for instance, for expressing the diminutive (‘small x’) and the augmentative (‘big x’)” (Pfau; Quer, 2010, p. 385-386);
- *mouthings*¹⁰, como se verifica no comparativo de igualdade que reteve uma sílaba da expressão portuguesa “**tal** e qual”;
- O recurso a descritores, *depictive structures*, ou seja, colocar o que se pretende comparar em justaposição também foi observado;
- O uso de marcadores lexicais como o sinal MAIS DO QUE. Vamos deter-nos um pouco na morfologia deste sinal para que possamos apresentar alguma hipóteses e fenómenos interlinguísticos.

Figura 7. Gesto/sinal: MAIS.DO.QUE



Fonte: Acervo pessoal

¹⁰ Sobre esta temática, veja-se Silva (2023).

Como se observa e acima descrevemos, a orientação deste vocábulo determina a escala e os termos de comparação. Este sinal, pela sua morfologia, mais concretamente pelo movimento do dedo médio sobre o polegar, transmite a ideia cultural e não-verbal de “repelir”; “afastar”; “excluir”. Na LGP, o gesto/sinal de EXCLUIR/SER EXCLUÍDO/SER DESPEDIDO¹¹ é praticamente idêntico ao de MAIS.DO.QUE. A mudança de orientação é que apenas se verifica nas estruturas de comparação e não nos outros itens lexicais parónimos. Retomando os dados de Koulidobrova, Vera, Kurz r Kurz (2023), em ASL usa-se o gesto/sinal BEAT, ou seja, “ultrapassar”; “vencer”; “exceder”, análogo ao nosso em termos semânticos. Desta forma, as estruturas de comparação em LGP servem-se de um item lexical que possui os traços de “excluir” transformando-o em algo que, ao “excluir”, está, de forma positiva, num ponto mais alto da escala de comparação. Assim, por exemplo, sendo a Isabel mais feliz do que a Rafaela, a primeira “leva vantagem” sobre a segunda, ou seja, exclui-a na escala de comparação, situando-se no nível superior, tal como parece indicar o uso de BEAT em ASL¹².

O uso de LESS THAN para a ASL não foi referido nos estudos que consultámos e desconhecemos se o seu emprego, a existir, é por influência do inglês. Da mesma forma que observámos o registo do uso de MENOS DO QUE na LIBRAS, mas apenas numa consulta em plataformas *on-line*. Consultamos um investigador, professor e intérprete desta língua, Ronaldo Manassés, a quem agradecemos, que nos confirmou que a construção do comparativo de inferioridade também não é produtiva, sendo necessário ou inverter, como em LGP, usar antónimos ou colocar em justaposição, estas duas estratégias também comuns na LGP e na ASL, como vimos.

Como explicar esta ausência?

Os nativos que auscultámos referiram que a não utilização destes graus se prende com motivos de ordem social e histórica. Durante um longo período, a comunidade surda viveu num registo de opressão e de proibição de utilização da sua língua natural, o que gerou nas pessoas surdas sentimentos de rejeição e inferioridade uma vez que eram obrigadas a comunicar na língua da maioria, a língua oral. Na verdade, nem todas as pessoas surdas se identificavam com essa produção de língua, havendo inclusive pessoas que apresentavam dificuldades em oralizar o que resultava em palavras ou frases que eram, muitas vezes,

11 Consulte-se o vocábulo DESPEDIR em www.spreadthesign.com.

12 Não consideramos o uso de VERY uma vez que Wulbur *et al.* (2012) aponta o uso desse gesto como uma interferência do inglês, semelhante, talvez, ao que acontece também na LGP no superlativo absoluto com o uso de MUITO.

incompreensíveis para a maioria ouvinte. Esta situação levava a contextos de humilhação e discriminação das pessoas surdas que, inevitavelmente, se sentiam inferiores perante uma maioria que as julgava. Este tipo de contextos gerou nas pessoas surdas a necessidade de contrariar a ideia de que são inferiores ou que podem ser olhados enquanto seres que não podem estar equitativamente comparados com as pessoas ouvintes. Tal é notório através da ausência de manifestações linguísticas que expressem a ideia de inferioridade. A não identificação dos nativos com esse registo linguístico faz com que a sua produção não seja natural na LGP.

Além da explicação fornecida pelos nativos surdos e surdas, professores de LGP que consultámos, e que importa considerar, cremos que a ausência do “menos do que” pode estar implícita na morfologia do gesto/sinal usado para o comparativo de superioridade: a orientação de mão implica, na relação de comparação, que um dos sujeitos/objetos seja menos do que o outro. Como a receção é visual, está implícito, numa mesma frase as duas posições na escala de comparação.

| Conclusão

Neste breve estudo, cujo foco se prendeu com a formação dos graus dos adjetivos na LGP, começamos por fazer uma apresentação sucinta sobre a organização da língua e das suas unidades mínimas, contextualizando assim o leitor para o desenrolar do trabalho. Além disso, efetuamos uma breve descrição sobre os aspetos morfológicos da LGP reportando-nos à flexão verbal, flexão em número e em género, bem como um leve apontamento sobre a organização sintática da língua. Afloramos a variação lexical apontando a relação que esta apresenta com a questão geográfica e de distribuição da comunidade surda por zonas do país.

Posto isso, reportamo-nos ao assunto em questão neste estudo: a marcação de grau dos adjetivos na LGP. Da nossa análise, concluímos que, independentemente do grau que se pretende formar, este é concretizado com a natural produção manual acompanhada, sempre, da produção não-manual, isto é, com recurso à ENM. Neste sentido:

- O grau comparativo de igual é produzido com recurso aos gestos/sinais de IGUAL ou EXATAMENTE.IGUAL;
- O grau comparativo de superioridade é produzido com recurso ao gesto/sinal MAIS.DO.QUE;

- O grau superlativo relativo de superioridade é produzido com recurso ao gesto/sinal PRIMEIRO;
- Os graus superlativo absoluto sintético e analítico são produzidos através da expressão suprasegmental que intensifica o valor do adjetivo.
- Neste nosso estudo não identificamos explicitamente os graus de inferioridade, quer o comparativo como o superlativo.

Numa perspetiva de análise comparatista, pesquisamos sobre os mecanismos adotados por outras línguas gestuais/de sinais para estes processos e pudemos verificar que há a adoção de mecanismos idênticos: o uso da ENM, a utilização do *mouthings*, o recurso a descritores e a utilização de marcadores lexicais como o gesto/sinal MAIS.DO.QUE. Foi também possível verificar que outras línguas visuais também não recorrem ao uso natural dos graus de inferioridade.

De todas estas observações que constatamos ao longo do nosso trabalho, chegamos à inevitável e curiosa conclusão de que a não identificação explícita dos graus de inferioridade se prendem com motivos históricos e culturais que, pela sua importância e peso para a comunidade surda, extrapolaram o sentimento partilhado pelo grupo e deixaram a sua marca naquilo que é a organização e produção linguística. Além disso, a não marcação explícita deste grau advém da morfologia do sinal MAIS.DO.QUE e do valor semântico que o parâmetro OM lhe confere. Mais estudos sobre a importância desta unidade mínima e dos seus valores semânticos são necessários, assim como os valores gramaticais da iconicidade das línguas gestuais/de sinais.

| Referências

BERNATH, J. Adjectives in ASL. **Theoretical Issues in Sign Language Research Conference**, 10., 2010. Proceedings. West Lafayette, Indiana Purdue University, 2010. p. 162-163.

CARMO, P. **Aquisição da Língua Gestual Portuguesa**: estudo longitudinal de uma criança surda dos 10 aos 24 meses. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Gestual Portuguesa e Educação de Surdos) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2010.

CARVALHO, P. V. A formação e atribuição dos nomes gestuais nas comunidades de surdos em Portugal. In: CORREIA, I. **Línguas de Sinais**: cultura, educação, identidade. Lisboa: Sítio do Livro, 2019. p. 25-39.

CORONEL, M.; MALALEL, D.; MAZUECOS, A. L.; DALMAU, M. de los Ángeles. Comparativas de desigualdad en la lengua de señas argentina: una aproximación descriptiva. **Signo y seña**, n. 45, 2024. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/14495>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CORREIA, I. Descrever a LGP em contexto bilingue: o género. **Revista Leitura – Línguas de Sinais: abordagens teóricas e aplicadas**, Porto. Portugal., n. 57, p. 172-197, 1 out. 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2854/2860>. Acesso em: 24 out. 2024.

CORREIA, I. Morfologia Derivacional em Língua Gestual Portuguesa: alguns exemplos. **EXEDRA: Revista Científica**, Coimbra, v. 9, p. 159-172, 24 out. 2024. Disponível em: <http://exedra.esec.pt/wp-content/uploads/2015/05/n9-C4.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

CORREIA, I.; QUEIRÓS, P. **Um primeiro passo para a História da Língua Gestual Portuguesa: Perspetiva Diacrónica**. Porto. Portugal: FPCEUP, 4 abr. 2016. Digital. Disponível em: http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/PERSPETIVA-DIACR%C3%93NICA_POSTER.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

KOULIDOBROVA, E.; VERA, G.M.; KURZ, C. Revisiting gradability in American Sign Language (ASL). **Glossa: a journal of general linguistics**, [S. l.], ano 8, p. 1-10, 3 nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.16995/glossa.9904>. Disponível em: [doi:https://doi.org/10.16995/glossa.9904](https://doi.org/10.16995/glossa.9904). Acesso em: 24 out. 2024.

MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

PFAU, R.; QUER, J. Nonmanuals: their grammatical and prosodic roles. **Sign Languages**, Cambridge University Press, p. 381-402, 24 mar. 2010. Disponível em: <https://cnlse.es/antiguos/Nonmanuals.their%20grammatical%20and%20prosodic%20roles.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

PROCEEDINGS OF THE 10TH THEORETICA, 2010, Purdue University. **Adjectives in ASL [...]**. West Lafayette.: Purdue University., 2010.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. **Intérprete de Libras**. IESDE. Brasil: [s. n.], 2011.

SANCHEZ-MENDES, L.; SEGALA, R.; XAVIER, A. N. Descrição e análise semânticas da intensidade em Libras. **Revista Linguística**, v. 16, p. 311-331, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/37455>. Acesso em: 24 out 2024.

SANTOS, T. S.; XAVIER, A. N. Recursos manuais e não-manuais na expressão de intensidade em Libras. **Revista Leitura**, v. 63, p. 120-137, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/6828>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SANTOS, T.; XAVIER, A. N. Os efeitos da intensificação no movimento da(s) mão(s) na produção de sinais da Libras. **Revista Entrepalavras**, v. 9, p. 1-19, 2019. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1610>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SCHEMBRI, A. Rethinking ‘Classifiers’ In Signed Languages. **Signed Languages**, Lawrence Erlbaum Associates: Mahwah, NJ, p. 3-34, 7 maio 2003.

SILVA, R. **Para além das mãos:** a expressão não manual na Língua de Sinais Portuguesa. 2023. Tese (Doutoramento em Linguística) – Universidade de Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, [S. l.], 2023.

WILBUR, R.; MALAIA, E.; SHAY, R. Degree Modification and Intensification in American Sign Language Adjectives. *In*: ALONI, M. *et al.* **Logic, Language and Meaning - 18th Amsterdam Colloquim**. Purdue University, 2012. p. 92-101.

Como citar este trabalho:

CUSTÓDIO, Pedro Balaus; CORREIA, Isabel. O comparativo de inferioridade em Língua Gestual Portuguesa: uma ausência motivada? **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 88-104, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 27/10/2024 | Aceito em: 27/12/2024.

Terminologia de materiais bilíngues: análise linguística e registro de sinais-termo em Libras

Gildete da S. Amorim FRANCISCO¹

Gláucio de CASTRO JÚNIOR²

Daniela PROMETI³

1 Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
| gildeteamorim@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0001-5185-2092>

2 Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasília, Brasil;
| librasunb@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3002-5308>

3 Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasília, Brasil;
| danielaprometi@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0133-075X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v22i1.3867>

Resumo: Esta pesquisa analisa a terminologia de materiais bilíngues e sua forma de organização e registro de sinais-termo nas diversas áreas do conhecimento. Como base teórico-metodológica, utilizaram-se os trabalhos de Martins, Stumpf e Martins (2018), Tuxi e Felten (2018) e Prometi e Costa (2018). Os primeiros tópicos apresentam definições e conceitos relevantes à temática, e esclarecem sobre microestrutura e macroestrutura, criação de sinais-termo, assim como suas regras e parâmetros linguísticos. Quanto à escolha dos trabalhos, optou-se pelo uso de obras vinculadas à academia e ao ensino. Portanto, foram selecionadas dissertações e teses do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB), que trazem como resultado materiais bilíngues. Ao todo foram analisados cinco estudos das seguintes áreas de ensino: Ciências, Biologia, Física, História, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Informática. Ao final, constatou-se que o estudo linguístico da Língua Brasileira de Sinais e as etapas que antecedem a criação das fichas terminológicas são fundamentais para gerar bons produtos. Além disso, as diferenças entre os métodos e as estruturas podem ser explicadas com base na variação de termos, intrínseca às particularidades de cada área do conhecimento.

Palavras-chave: Fichas Terminológicas. Glossários Bilíngues. Libras.

Terminology of Bilingual Materials: Linguistic Analysis and Recording of Term-Signs in Libras

Abstract: This research explores different methodologies for structuring bilingual glossaries, drawing a parallel between terminological files and their initial conceptual associations. Theoretical and methodological support was drawn from the works of Martins, Stumpf and Martins (2018), Tuxi and Felten (2018), and Prometi and Costa (2018). The initial sections present definitions and concepts relevant to the theme and provide clarification on microstructure and macrostructure, the creation of term-signs, and their linguistic rules and parameters. Regarding the selection of materials, the study focused on works from academic and educational contexts. Thus, dissertations and theses from the Department of Linguistics, Portuguese and Classical Languages at the University of Brasília (UnB) were selected, as they contribute to the development of bilingual materials. In total, five studies were analyzed, covering the following subject areas: Science, Biology, Physics, History, Portuguese, Mathematics, Chemistry, and Informatics. Ultimately, the study concluded that linguistic analysis of Brazilian Sign Language and the preparatory steps for creating

terminological sheets are essential for producing high-quality bilingual materials. Furthermore, the differences in methods and structures can be explained by the variation in terminology, which reflects the specific characteristics of each field of knowledge.

Keywords: Terminological Sheets. Bilingual Glossaries. Libras.

| Introdução

A Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, validou a língua de sinais no país. Mais tarde, surgiu o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, para regulamentar a referida lei e atribuir os aspectos relacionados à inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular. Além disso, traz em seu escopo outras questões associadas à educação, como a formação do professor de Libras e a formação do tradutor e do intérprete. Dessa forma, ressalta-se que esta pesquisa optou por utilizar a sigla Libras ao longo do texto, uma vez que é uma língua oficializada e outorgada por lei.

A Comunidade Surda ainda enfrenta grandes desafios para compreender e assimilar os conteúdos educacionais, principalmente devido a falhas estruturais no sistema de ensino, que vão desde a ausência de materiais em Libras, sua primeira língua, até a falta de uma abordagem realmente inclusiva e acessível. Essas barreiras começam na Educação Básica, na qual o conteúdo é frequentemente apresentado apenas em Língua Portuguesa, agravando o problema de acessibilidade e gerando um ciclo de dificuldades que acompanha os estudantes ao longo de toda a sua trajetória acadêmica.

Na Educação Básica, a carência de materiais em Libras compromete o processo de aprendizagem dos alunos Surdos. Nessa fase, observa-se que o conteúdo é frequentemente oferecido exclusivamente em Língua Portuguesa, o que representa uma barreira significativa para a acessibilidade. Assim como em outras línguas, existem diferenças entre a Língua Portuguesa e a Libras, a iniciar pelo modo como se dá o signo linguístico, ou seja, a junção entre significado e significante. Além disso, o autor afirma que “[...] não falamos por signos isolados, mas por grupos de signos, por massas organizadas” (Saussure, 2012, p. 177).

A forma de realização da Libras é gestual-visual, ou seja, o remetente envia uma mensagem cujos signos se materializam por meio de sinais, gestos, expressões faciais e corporais. A diversidade que existe entre a Língua Portuguesa e a Libras se dá não só pela natureza do signo linguístico, mas pelo fato de serem duas línguas diferentes. Apesar das divergências entre elas, a Libras se configura

como um meio de comunicação eficaz e sua legalidade enquanto língua natural deve ser respeitada.

O crescimento das pesquisas linguísticas nesse campo do conhecimento tornou possível que diversos materiais em Libras fossem desenvolvidos, em prol de contribuir para a integração do aluno Surdo. Sobre isso, destaca-se a perspectiva saussuriana quanto ao valor linguístico debatida por Santorum e Lebler (2020, p. 3), que explicam a respeito da forma de concepção das línguas como “[...] parte constitutiva fundamental do legado intelectual do linguista”. Essa abordagem também nos leva a refletir sobre como as línguas podem servir como ferramentas de poder e resistência, moldando as relações sociais e identitárias.

Os participantes na comunicação podem usar a linguagem para desempenhar simultaneamente três funções, que são analisadas no nível gramatical. Mas, para entender bem as funções da linguagem, nós, usuários ou pesquisadores da linguagem, devemos ir além da própria linguagem e vê-la como a realização de algo além, que, nas palavras de Halliday, se refere ao que podemos “fazer” ou ao potencial comportamental. Portanto, é necessário explorar e interpretar o significado da linguagem no contexto social a partir da perspectiva social (Liu, 2014, p. 1240, tradução própria)⁴.

Sobre o vocabulário especializado e sua correspondência com o léxico científico, os autores Sousa e Silveira (2011), Costa (2014) e Nascimento (2016) integram o grupo de pesquisadores que trata do registro de repertórios terminológicos em língua de sinais, principalmente nos livros didáticos da educação básica.

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta a língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (Strobel, 2008, p. 44).

Por sua vez, Lara (2004) discursa sobre a complexidade do vocabulário científico, que se constitui a partir dos objetivos de investigação da Terminologia. Quanto

4 No original: “Participants in communication can use language to simultaneously perform three functions, which are analyzed at the grammatical level. But in order to get a good understanding the functions of language, we, language users or researchers, should go outside the language, and see language itself as the realization of something beyond, which, in Hallidayan words, refers to what we ‘can do’ or behavior potential. Therefore, it is of necessity to explore and interpret the meaning of language in social context from the social perspective.”

a esta questão, Barros (2004) afirma que termos e conceitos específicos das áreas de conhecimento são passados para o planejamento linguístico e a normalização terminológica. Assim, surgem os instrumentos de consulta e estudo – que podem ser em forma de glossários, dicionários, entre outros.

De modo a comparar a Libras e a Língua Portuguesa, pode-se afirmar que consistem em dois modos distintos de perceber o mundo. Assim, é fundamental que as instituições de ensino busquem atender às demandas dos alunos em ambas as línguas. Quanto ao plano teórico e metodológico de orientação a práticas e pesquisas, Polato e Menegassi (2019, p. 4) se posicionam com o seguinte argumento:

As práticas pedagógicas de Análise Linguística de estatuto dialógico se ancoram na compreensão de que nenhuma consciência social pode ser expandida se cada “eu” não for constituído a partir do diálogo com outros “eus” e seus valores. Na escola, os outros “eus” do sujeito-aluno estão constituídos e representados, em grande parte, nos textos/enunciados mobilizados em gêneros que lê ou produz, juntamente com o professor e os demais colegas de sala. Essa interação é mediada pela epilinguagem, a expandir, flexibilizar e fortalecer a consciência socioideológica dos sujeitos-alunos para uma vivência social respeitosa e tolerante, balizada pelo diálogo.

Vale lembrar que o público infantil exige, particularmente, o uso de recursos especiais para melhor entendimento do conteúdo. Com relação ao processo tradutório, Carvalho (2021, p. 25) cita que “existem algumas características particulares da tradução de literatura infanto-juvenil que podem igualmente ser aplicadas à tradução de produtos teatrais e audiovisuais infantis”. A autora enumera as três especificidades de autoria de Lozano (2015), sendo elas: a adaptação ao conteúdo cognitivo e pedagógico, a diversificação do leitor, e os diferentes formatos da literatura infanto-juvenil e inclusão da informação em diferentes códigos semióticos (escrito, visual e auditivo).

A tradução dirigida ao público infantil tem características próprias que se adaptam às necessidades deste público. Uma vez que os filmes e séries de animação são muitas vezes baseados em livros infantis, a tradução deste tipo de conteúdo segue parâmetros semelhantes à tradução de literatura infantil [...] A tradução de uma obra infantil tem como finalidade enriquecer o panorama da cultura de destino e aproximar o leitor potencial à cultura original (Carvalho, 2021, p. 24-25).

A adaptação de conteúdo não se limita apenas à tradução literal, mas envolve uma compreensão profunda das referências culturais, linguísticas e emocionais que ressoam com os indivíduos Surdos. Portanto, entende-se a tradução para o público infantil como um campo que exige sensibilidade e criatividade, uma vez que pressupõe equilibrar a fidelidade ao texto original com a adaptação às particularidades do público jovem, contribuindo para uma experiência de leitura enriquecedora e formativa.

Com base no exposto, o objetivo da presente pesquisa compreende analisar a terminologia de materiais bilíngues e sua forma de organização e registro de sinais-termo nas diversas áreas do conhecimento.

| Metodologia

O *corpus* foi definido com base em critérios específicos que garantem a relevância e a qualidade dos materiais bilíngues selecionados. Para isso, foram identificados aqueles amplamente utilizados no contexto educacional em diversas áreas do conhecimento, assegurando a representatividade da diversidade terminológica presente na Educação Básica. Ao todo, foram analisados cinco estudos que envolvem as seguintes áreas de ensino: Ciências, Biologia, Física, História, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Informática.

Optou-se por selecionar dissertações e teses do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB), que trazem como resultado materiais bilíngues. Os trabalhos selecionados a partir do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB se justifica por sua produção acadêmica relevante na área de estudos linguísticos e educacionais voltados à Libras. São estudos que incorporam metodologias de pesquisa com abordagens que favorecem a análise crítica e a reflexão sobre as práticas pedagógicas.

Além disso, a seleção dos trabalhos levou em consideração indicadores que sustentam a relevância acadêmica da UnB nesse campo. Para embasar essa escolha, realizamos uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e identificamos a produção significativa de pesquisas sobre Libras e educação de Surdos no referido programa.

O processo investigativo e as análises críticas se fundamentam nos trabalhos de Martins, Stumpf e Martins (2018), Tuxi e Felten (2018) e Prometi e Costa (2018). Dessa forma, a presente pesquisa se caracteriza como descritiva-exploratória de abordagem qualitativa, com base nos processos linguísticos da Libras sob o aspecto educacional. Inicialmente são apresentadas definições relevantes à

temática proposta e esclarecidos os conceitos que envolvem microestrutura e macroestrutura, criação de sinais-termo, assim como suas regras e parâmetros linguísticos. Ao final, para que os resultados fossem melhor articulados e transmitissem uma visão mais clara das contribuições de cada estudo, foi desenvolvido um quadro com base em cinco critérios principais permitindo uma visão comparativa entre eles.

| Breve explanação conceitual sobre terminologia

As aplicações da terminologia se associam ao ato comunicativo e à concepção da linguagem corporal nas várias áreas de conhecimento. É determinada pelos aspectos do “conhecimento científico, especializado, logicamente estruturado e sistematizado, que tende a unificar o conhecimento, por meio de uma terminologia própria que veicula os conhecimentos especializados” (Mello; Silva; Cardoso, 2012, p. 247). Vale lembrar ainda:

As línguas gestuais-visuais são a única modalidade de língua que permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico e, portanto, seu potencial cognitivo, oferecendo-lhes, por isso mesmo, possibilidade de libertação do real concreto e de socialização que não apresentaria defasagem em relação àquela dos ouvintes. São o meio mais eficiente de integração social do surdo (Brito, 1986, p. 21).

Barbosa (1990) define os seguintes ramos da linguística: lexicologia, lexicografia, terminologia e terminografia. Com relação ao significado da palavra em si, *grafia* se volta para as técnicas de comunicação pela escrita, enquanto *logia* remete ao estudo detalhado de determinado assunto. O conceito de lexicologia é trazido pela autora como o estudo científico do léxico, ou seja, o conjunto de palavras de determinada língua que se articula de modo complexo com as estruturas morfológica, sintática e semântica.

Costa (2012) afirma que a Libras possui um léxico próprio e não adaptado do Português, ou seja, tem fonologia, morfologia, sintaxe e léxico, tornando a língua de sinais autônoma. Com relação à criação de sinais em Libras, o autor explica que “[...] em vista da expansão terminológica que a área do conhecimento exige, utilizamos as palavras comuns da LSB como base para criar novos sinais-termo” (Costa, 2012, p. 47). Em sua pesquisa, Barbosa (1990, p. 7, grifos da autora) diferencia terminografia e terminologia, explicando que:

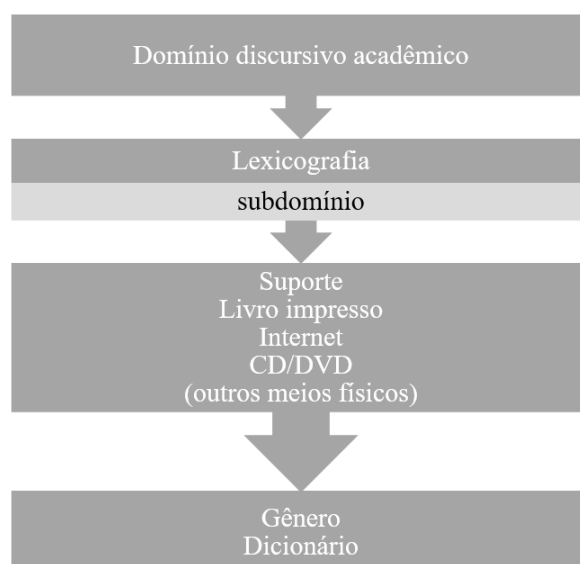
Terminografia é a ciência aplicada à qual cabe a elaboração de modelos que permitam a produção de obras terminológicas/terminográficas, no

que diz respeito à sua macroestrutura, à sua microestrutura, ao seu sistema de remissivas. A *Terminologia*, por sua vez, tem um objeto que contempla as questões precedentes, mas ultrapassa os seus limites, de vez que lhe cabem estudos como os das relações de significações – entre expressão e conteúdo – do signo terminológico, os que concernem à complexa dinâmica da criação desse mesmo signo (neonímia), da renovação e ampliação dos universos de discurso terminológicos, dentre outros. Nesse sentido, as tarefas de uma e de outra são, na verdade, complementares.

No contexto da educação, a Figura 1 abaixo esquematiza a relação entre os níveis hierárquicos que organizam o conhecimento lexicográfico em diferentes suportes e formatos, culminando na produção de dicionários. O domínio discursivo acadêmico representa o contexto mais abrangente, em que a análise terminológica ocorre, englobando o estudo especializado da terminologia de áreas diversas, como a educação de Surdos. O subdomínio da lexicografia envolve a prática de compilação e organização de sinais para a criação de dicionários ou glossários.

Nesse sentido, Pereira e Nadin (2019) demonstram o processo de construção de recursos lexicográficos aplicados à Libras, evidenciando a interconexão entre o domínio acadêmico, a prática lexicográfica, os suportes disponíveis e o gênero final do dicionário, fundamental para o contexto educacional.

Figura 1. Representação de dicionário em sua categorização



Fonte: Adaptado de Pereira e Nadin (2019)

Conforme observado, a sistematização dos sinais que representam termos técnicos ou acadêmicos facilita a padronização e o acesso ao conhecimento. É válido destacar que os materiais bilíngues se organizam conforme sua estrutura, a saber: a macroestrutura engloba todas as partes necessárias da obra terminográfica e/ou lexicográfica, e a microestrutura corresponde à parte interna da obra e se relaciona diretamente ao verbete. Para Faulstich (1995, p. 23), a microestrutura é o local “onde ocorre a organização dos dados”. Por sua vez, Barros (2004) evidencia três importantes aspectos na microestrutura: a quantidade de informações transmitidas no enunciado, a constância de informações dos verbetes numa mesma obra, e a ordem sequencial de tais informações.

Quanto à fonética e à fonologia, Benassi e Padilha (2015) discorrem em seu estudo sobre os parâmetros linguísticos da Libras. Mencionam as pesquisas pioneiras de Stokoe e Battison – autores também citados nos trabalhos de Quadros e Karnopp (2004) e Ferreira (2010). Conforme informado, são cinco parâmetros que se organizam entre primários e secundários.

1) as Configurações manuais (CM); 2) Locação – alguns autores denominam Ponto de contato (PC), Ponto de articulação (PA); 3) Movimentos (M); 4) Orientação (O), que de Barros (2008; 2015) denomina Orientação de Palma (OP) e, por último, 5) Expressões não manuais (ENM), que, na visão desta mesma autora, é uma subcategoria de movimentos que são realizados sem as mãos (Benassi; Padilha, 2015, p. 97).

Para Faulstich (2010, p. 177-178), existem glossários e dicionários de terminologia. A diferença entre eles é explicada da seguinte maneira:

Dicionário de terminologia – apresenta a terminologia de uma ou de várias áreas científicas ou de áreas técnicas, disposta em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, ou, ainda, em ordem alfabética e sistêmica ao mesmo tempo. [...] Glossário – apresenta um conjunto de termos, normalmente de uma área, apresentados em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, seguidos de informação gramatical, definição, remissivas, podendo apresentar ou não o contexto de ocorrência do termo.

Na visão da referida autora (2010, p. 175), o fato de simplesmente registrar duas línguas em uma obra não a configura como bilíngue: “[...] não é somente a presença de duas línguas que torna um dicionário bilíngue, mas principalmente o motivo pelo qual as duas línguas são postas em contato”. Em outras palavras,

não basta apenas registrar as línguas; é necessário que haja uma interação intencional e funcional entre elas, com um propósito específico que justifique essa coexistência.

O simples fato de listar palavras de duas línguas, por exemplo, não implica uma abordagem bilíngue verdadeira, mas sim a criação de um espaço em que as línguas interagem de forma a refletir as necessidades comunicativas, culturais ou pedagógicas de seu público-alvo. No contexto de um dicionário bilíngue, por exemplo, a escolha das palavras e o contexto em que são apresentadas deve considerar as diferenças culturais e linguísticas, o que implica em mais do que um simples mapeamento de equivalências entre termos.

Considerando que o ensino é foco da presente pesquisa, vale lembrar a perspectiva de Costa (2016, p. 70) sobre uma das competências necessárias do docente nesse aspecto.

Uma das competências mais importantes exigidas ao tutor é a comunicativa. É da competência do tutor impedir que se desvele a sensação de “abandono” não raramente verbalizada pelos alunos. Para tanto, o papel do *feedback* constante, nem que seja para dar um “ok, vou olhar seu questionamento e te responderei assim que for possível” (se comprometendo com o aluno) desperta no estudante a sensação de pertencimento, de acolhimento e de conforto.

Assim sendo, é primordial que o educador esteja inteirado sobre as necessidades de aprendizado do aluno Surdo, assim como a instituição possa fornecer subsídios para uma melhor adaptação, permitindo despertar a tão esperada sensação de pertencimento ao ambiente escolar. No próximo item, serão apresentados os materiais didáticos selecionados para análise terminológica, que fazem parte do ementário educacional.

| Pesquisas linguísticas em Libras analisadas no âmbito educacional

Primeiramente, é preciso evidenciar que a escolha dos trabalhos selecionados teve como critério o uso de obras vinculadas à academia e ao ensino. Portanto, optou-se por dissertações e teses do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB, que trazem como resultado materiais bilíngues (Quadro 1). Nele, estão presentes cinco estudos que envolvem as seguintes áreas de ensino: Ciências, Biologia, Física, História, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Informática.

Quadro 1. Estudos selecionados para análise terminológica

Ano	Autor	Área de especialidade	Sinais-termo	Tipo de documento/ Instituição
2012	Costa	Ciências	Corpo Humano	Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília (UnB)
2014	Castro Junior	Ensino Médio	Disciplinas: Biologia, Física, História, Língua Portuguesa, Matemática e Química	Tese de Doutorado Universidade de Brasília (UnB)
2016	Felten	História	História do Brasil	Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília (UnB)
2019	D'Azevedo	Matemática	Equações	Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília (UnB)
2020	Alves	Informática	Informática	Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília (UnB)

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Prometi, 2020)

Os trabalhos selecionados estão diretamente ligados à produção acadêmica voltada ao ensino e à pesquisa em linguística, com ênfase na Libras. O foco em dissertações e teses reflete um compromisso com a qualidade e profundidade das análises, já que esses tipos de documentos são avaliados e validados por comitês acadêmicos especializados. Dessa forma, os materiais escolhidos têm uma base sólida de pesquisa que contempla questões educacionais, o que se alinha com o objetivo de promover uma análise terminológica aplicada ao ensino de Libras.




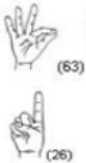
A escolha da UnB como instituição de origem das dissertações e teses selecionadas se justifica por sua tradição e excelência em pesquisas linguísticas, especialmente no campo da educação de Surdos e da Libras. Além disso, a UnB possui um forte Programa de Pós-Graduação, com uma produção acadêmica reconhecida nacionalmente. A delimitação temporal dos estudos (2012-2020) foi baseada na busca por trabalhos contemporâneos e relevantes, refletindo

o estado atual das pesquisas e oferecendo uma análise atualizada sobre a evolução e aplicação da terminologia de Libras.

| Análises terminológicas dos materiais selecionados

Seguindo a ordem cronológica de publicação dos trabalhos, o primeiro a ser analisado é o de Costa (2012), que se delimita aos aspectos terminológicos do corpo humano. Sua metodologia para a coleta de dados se divide em quatro etapas: criação de sinais em Libras que representem o corpo humano; validação dos sinais criados; elaboração de proposta de material didático, com foco no aprendizado da Língua de Sinais Brasileira e do Português; e a criação de material didático ilustrado. No total foram desenvolvidos 126 sinais-termo para compor o Enciclolibras. Na Figura 2, observa-se a terminologia que compõe o vocabulário da obra. A fase de validação contou com 23 alunos Surdos que cursam o Ensino Médio.

Figura 2. Terminologia do Enciclolibras

N.º	Termos	Sinal proposto	Configuração de Mãos	Conceitos como lexicográficos
01	Água			Mão ativa (D) em CM 31, com o polegar tocando o queixo próximo ao lábio inferior (palma da mão para a esquerda). O dedo indicador movimenta-se várias vezes dobrando-se e voltando à posição reta, indicando a diminuição de água no copo quando se bebe.
02	Altura			Mãos em CM 63, com palma da mão ativa (D) voltada para baixo e palma da mão passiva (E) voltada para cima. O sinal começa com as pontas dos polegares e indicadores juntas em frente ao corpo mais para o lado direito. As mãos mantêm a CM 63 e vão afastando-se na vertical. Mão ativa (D) assume CM 26, com palma voltada para dentro do corpo, na altura do tórax e sobe em movimento discretamente espiral até a direção dos olhos.

Fonte: Costa (2012)

A imagem apresentada, que contém o exemplo de dois sinais, “Água” e “Altura”, representa uma proposta de material didático que segue uma estrutura clara: imagens do sinal sendo executado, ilustrações da configuração das mãos e descrições textuais detalhadas. Essa abordagem, embora útil, apresenta pontos

que podem ser discutidos quanto à sua eficácia na transmissão dos significados para a Comunidade Surda, especialmente no contexto educacional.

A proposta de Costa (2012) utiliza uma combinação de três elementos para cada sinal: 1) imagens que mostram um sinalizador executando o sinal em diferentes estágios do movimento; 2) a configuração das mãos (CM) necessária para a produção do sinal; e 3) descrição da configuração das mãos, do movimento e do conceito que o termo representa. Como vantagens dessa abordagem, pode-se mencionar a associação da imagem (recurso visual) com o texto escrito (descrição do termo) como forma de suporte, especialmente para pessoas que estão se acostumando a interpretar sinais complexos ou que ainda estão no início da aprendizagem de Libras.

Ressalta-se que, embora a descrição textual seja útil, ela pode não ser a melhor maneira de transmitir significados para todos os aprendizes da Comunidade Surda. A dependência de explicações em texto pode representar uma barreira para alguns usuários. Uma abordagem multimodal mais robusta, como vídeos ou animações interativas, poderia substituir ou complementar as descrições escritas.

A Libras muito depende do movimento contínuo e fluido das mãos e do corpo para transmitir significados. As imagens estáticas, como as apresentadas, não capturam completamente a essência do movimento. O uso de vídeos, *GIFs* ou outros formatos de animação dinâmica permitiria uma representação mais precisa do movimento e seria mais alinhado com a natureza visual da língua. Muitos glossários e dicionários de Libras já fazem uso de vídeos, tendo como justificativa a natureza visual-espacial da língua.

Dicionários e glossários de Libras podem se beneficiar de elementos interativos, como a capacidade de observar o sinal de diferentes ângulos ou até mesmo testar o conhecimento do usuário por meio de exercícios práticos. A proposta de Costa (2012), aparentemente, se limita a imagens e descrições não demonstrando oferecer esse nível de interação. Além de mostrar como fazer o sinal, seria útil incluir exemplos de uso do sinal em frases ou contextos práticos, a fim de que os alunos possam ver como o sinal é utilizado em uma comunicação fluente e em situações cotidianas.

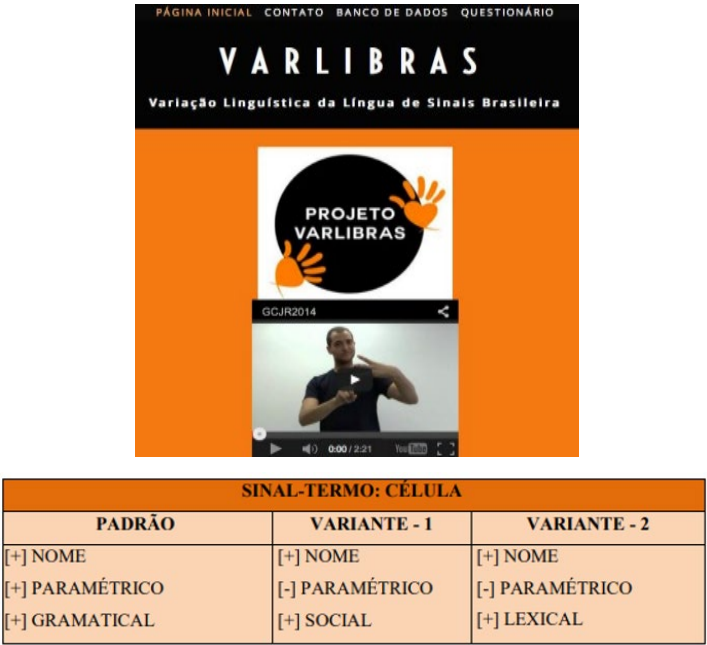
Portanto, a proposta de Costa (2012) para a organização dos materiais didáticos, que inclui imagens, ilustrações e descrições textuais, representa um bom ponto de partida para a criação de glossários e dicionários especializados em Libras.

No entanto, há espaço para melhorias significativas, principalmente no que diz respeito ao uso de tecnologias mais dinâmicas e interativas.

O segundo trabalho analisado é de autoria de Castro Júnior (2014). Em sua pesquisa, o autor avaliou a variação de sinais-termo registrados na Libras, com o intuito de criar um Núcleo de Pesquisa em Variações Regionais dos Sinais da Libras – denominado Varlibras. Sua metodologia se pauta na análise de termos considerados como padrão e que não apresentam registros na análise das variantes regionais/geográficas. Por meio de variáveis estipuladas como critérios que levam sua documentação, constatou-se que a condição de uso paramétrico das expressões faciais e gramaticais contribui para os estudos da variação linguística em Libras.

Além disso, o autor discorre a respeito do processo de criação dos produtos lexicográficos e terminográficos e demonstra a necessidade em estabelecer critérios de seleção dos termos lexicais – abordagem utilizada para compor o banco de dados do Projeto Varlibras (Figura 3). Nela, também é ilustrada a descrição das condições paramétricas do sinal-termo padrão e variantes do sinal-termo CÉLULA, correspondendo ao material de biologia que compõe a obra.

Figura 3. Projeto Varlibras e exemplo das condições paramétricas do sinal-termo CÉLULA



Fonte: Castro Júnior (2014)

Como resultado, verificou-se que “a base paramétrica escolhida dentro do conjunto de léxico das disciplinas analisadas auxiliou na criação e/ou substituição de formas lexicais que passam por diversos processos linguísticos” (Castro Júnior, 2014, p. 139). Dentre os problemas de variação lexical dos termos avaliados pelo autor, podem-se citar os regionalismos, as barreiras linguísticas e outros fenômenos que demandam o domínio de regras lexicográficas e terminográficas.

A análise terminológica do trabalho de Castro Júnior (2014), representado pela Figura 3, foca em um importante aspecto da Libras: a variação linguística regional. O autor explora a variação de sinais-termo em diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de documentar essas variantes e criar um banco de dados, o Varlibras, que possa servir de referência para pesquisadores e educadores. Observa-se que o material possui três elementos importantes para análise: 1) vídeo que demonstra a execução de um sinal, neste caso, o sinal-termo CÉLULA; 2) tabela comparativa entre o sinal padrão e suas duas variantes regionais; e 3) detalhamento das características paramétricas (como nome, parâmetros gramaticais e sociais) de cada variação do sinal.

A maior contribuição do Projeto Varlibras é a sistematização e documentação das variações regionais dos sinais, algo que tem sido uma lacuna na pesquisa em Libras. Essas variantes surgem devido às diferenças culturais e regionais que existem entre as Comunidades Surdas no Brasil, e o fato de Castro Júnior (2014) propor uma comparação entre o sinal-termo padrão e suas variantes regionais é fundamental para criar uma base de conhecimento comum.

O uso de vídeos é outro ponto positivo, pois permite a compreensão clara das nuances da execução dos sinais em suas diferentes formas. A tabela que apresenta o sinal CÉLULA inclui variáveis como “nome”, “parâmetro” e “gramaticalidade”, o que permite uma análise aprofundada de como as variantes diferem do sinal padrão. No entanto, embora o material contemple esses critérios paramétricos, tal informação pode ser complexa e, portanto, recomenda-se incluir uma explicação mais clara ou simplificada desses conceitos, talvez com exemplos visuais.

O projeto foca exclusivamente na variação geográfica, o que é valioso, mas poderia também incluir outras formas de variação linguística em Libras. Além disso, o material poderia ser complementado com exemplos dos sinais e suas variantes, como são utilizados em frases ou em contextos específicos. Em

materiais lexicográficos, muitas vezes vemos sinais sendo aplicados em frases completas, o que facilita o aprendizado.

Por fim, pode-se afirmar que o trabalho de Castro Júnior (2014) no Projeto Varlibras é inovador para a pesquisa sobre variação linguística em Libras. A sistematização das variantes regionais contribui para a padronização e documentação da língua, enquanto o uso de vídeos e a análise detalhada dos parâmetros lexicais e gramaticais aumentam a precisão da análise terminológica. Como um recurso voltado para educadores, pesquisadores e a Comunidade Surda, o Varlibras tem grande potencial para se tornar uma ferramenta de referência, capaz de expandir sua documentação para incluir outros tipos de variação linguística além da regional.

Por sua vez, o trabalho de Felten (2016) aborda termos da História do Brasil em Português e cria sinais-termo correspondentes na Libras para representar conceitos e significados que seguem os fundamentos das teorias lexicais e terminológicas. Sobre a obra, o autor explica:

A terminologia coletada, descrita e organizada segue dividida conforme apresentado anteriormente em três campos temáticos: América Portuguesa, Brasil Império e Brasil República. O glossário proposto objetiva, portanto, contribuir com os profissionais, incluindo-se tradutores e intérpretes de Libras, professores Surdos e não Surdos que atuem na Educação Básica com o ensino para Surdos e alunos Surdos e não Surdos que se interessem pela área da História do Brasil (Felten, 2016, p. 121).

O fato de incluir tanto professores Surdos quanto não Surdos e alunos de diferentes perfis amplia o alcance e a relevância do material, favorecendo o ensino e a aprendizagem em um contexto inclusivo. Nesse escopo, o glossário tem um duplo papel: como uma ferramenta de apoio aos profissionais e educadores, e como método capaz de despertar o interesse e fornecer conhecimento histórico aos alunos Surdos e não Surdos sobre o conteúdo.

Como metodologia, o autor explica ter escolhido o campo semântico relativo à História do Brasil por ser uma área do conhecimento ainda não explorada. Sua macroestrutura está representada na Figura 4 (esquerda), assim como é ilustrada a busca pelo sinal-termo a partir da CM (direita).

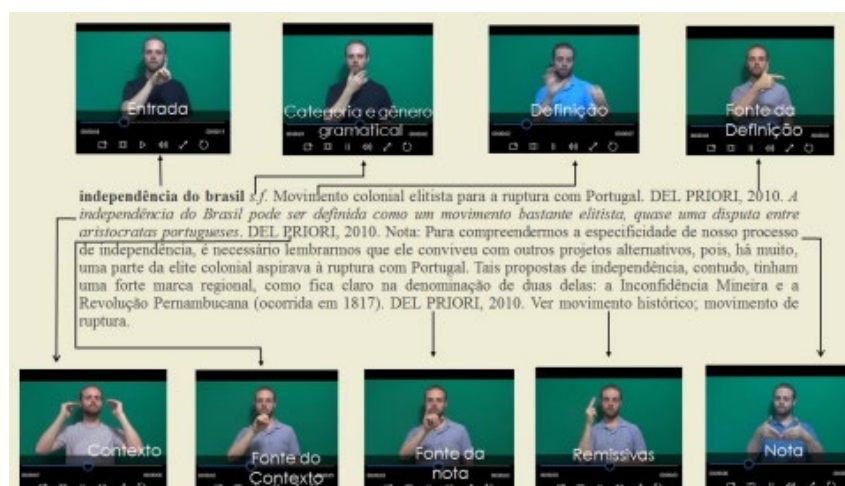
Figura 4. Projeto Varlibras e exemplo das condições paramétricas do sinal-termo Consulta



Fonte: Felten (2016)

Verifica-se o uso de vídeos demonstrando os sinais, que facilita o processo de aprendizagem e entendimento dos conceitos históricos, já que os usuários podem ver a execução do sinal e associá-lo ao conteúdo textual e histórico. No entanto, seria relevante ampliar essas demonstrações para abranger mais exemplos e contextos. Com relação à microestrutura, Felten (2016) detalha terem sido feitas adaptações que consideram a estrutura linguística da língua-alvo Libras (Figura 5). Sobre isso, o autor afirma não haver perdas no conteúdo semântico e dos campos terminográficos do sinal-termo.

Figura 5. Microestrutura do sinal em Libras



Fonte: Felten (2016)

Na análise do trabalho de Felten (2016), as imagens fornecidas complementam a descrição terminológica e estrutural do glossário voltado para a área de História

do Brasil em Libras. O recorte temático permite uma organização direcionada, facilitando a busca por termos históricos específicos dentro de um campo de conhecimento ainda pouco explorado em Libras.

A estrutura inclui a definição textual, a exibição de sinais relacionados aos conceitos gramaticais, ao contexto e às notas explicativas. Essa estratégia multiplica as vias de acesso ao conhecimento, proporcionando tanto a definição do termo quanto as suas conexões com outros conceitos históricos relevantes. O glossário segue a parametrização dos sinais, uma abordagem que o autor utiliza para garantir consistência linguística.

Ainda que o material de Felten seja visualmente rico e pedagogicamente bem-organizado, uma sugestão seria a inclusão de mais exemplos de contexto histórico em formato de vídeo, para enriquecer a experiência visual. A Comunidade Surda poderia se beneficiar de maior interação visual, com explicações detalhadas em Libras para termos mais complexos, não se limitando apenas à demonstração do sinal. Sendo assim, este material se destaca pela organização temática e pela inclusão de vídeos para cada termo histórico em Libras, o que o torna uma ferramenta acessível e didática para o ensino de História do Brasil.

O trabalho de D'Azevedo (2019) apresenta termos matemáticos relacionados ao campo conceitual das equações, e tem como público-alvo alunos Surdos, professores e intérpretes educacionais atuantes na Educação Básica. O autor explica que seu objetivo foi criar um glossário terminológico bilíngue Libras-português com termos matemáticos. Para isso foi realizada uma análise preliminar de sete obras terminológicas da matemática, com base no roteiro para avaliação de dicionários e glossários científicos e técnicos de Faulstich (2011).

A Figura 6 ilustra o modelo de ficha terminológica que compõe o glossário bilíngue de Matemática. Nele, verificam-se os parâmetros linguísticos que, de modo geral, se encontram em fichas como parte dos glossários desenvolvidos em Libras.

Figura 6. Ficha terminológica do glossário bilíngue de Matemática

FICHA DE ANÁLISE DE SINAL-TERMO			
Número da ficha: 001			
Termo: coeficiente			
Sinal-termo: 		Análise: O sinal-termo <i>coeficiente</i> é uma derivação marcada pelo morfema-base que corresponde a uma forma que representa um número e que possui um afixo, cujo sinal indica uma variável ou incógnita, sempre representado por uma letra. Devido à natureza da constituição do sinal-termo, consideramos uma UTS.	
SINAL INICIAL/BASE			
Grupo CM mão ativa	Grupo CM mão passiva	Localização	SignWriting
 (9)	 (9)	 (Espaço Neutro)	
CM mão ativa	CM mão passiva		
 (9.K)	 (9.K)		
SINAL COMPOSIÇÃO			
Grupo CM mão ativa	Grupo CM mão passiva	Localização	SignWriting
Ø	Ø	Ø	Ø
CM mão ativa	CM mão passiva		
Ø	Ø		

Fonte: D'Azevedo (2019)

O trabalho de D'Azevedo (2019) revela um esforço em criar um glossário terminológico bilíngue Libras-português focado em termos matemáticos, especificamente no campo conceitual das equações. Conforme o aporte teórico de Faulstich (2011), o glossário evidencia a clareza na tradução e na equivalência de termos entre as línguas, a precisão no contexto técnico-científico e a adaptação cultural e linguística para os usuários.




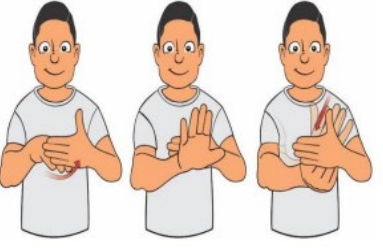


A ficha terminológica apresentada na imagem é uma ferramenta que busca detalhar cada sinal-termo de forma clara e estruturada, visando auxiliar alunos Surdos, professores e intérpretes, e inclui uma análise detalhada do sinal-termo “coeficiente”, que é representado visualmente por meio de configurações de mão (CM), localização no espaço neutro, e o uso de *SignWriting* – sistema de escrita para a Libras. A ficha divide o sinal em “Sinal Inicial/Base” e “Sinal Composição”, descrevendo a configuração das mãos ativas e passivas, localização do sinal e sua representação gráfica em *SignWriting*. Esse nível de detalhamento é importante, pois oferece uma visão completa dos parâmetros linguísticos do sinal, favorecendo sua memorização e uso correto.

Observa-se, ainda, o uso de código QR com acesso a vídeos que demonstram a execução do sinal, tornando o material mais acessível, sendo um diferencial importante, pois vídeos permitem que os sinais sejam observados em movimento. Como recomendação de aprimoramento do material, a ficha poderia incluir

exemplos visuais ou aplicações práticas do termo matemático no contexto de problemas de equação, a fim de conectar o conceito abstrato à sua real utilização, facilitando o engajamento e a compreensão dos alunos.

Por fim, Alves (2020) desenvolveu em sua pesquisa um glossário bilíngue de sinais-termo do campo da Informática (Figura 7).

Figura 7. Glossário bilíngue de Informática

TERMO / IMAGEM	<p>ARQUIVO</p>  <p>Fonte: https://www.riotron.com.br/6-dicas-para-nomear-arquivos-digitais/</p>	TERMO / IMAGEM	<p>BACKUP</p>  <p>Fonte: https://seoparajoomla.com.br/faca-backup-do-seu-site-joomla-em-nuvem-com-akeeba-backup-professional</p>
SINAL-TERMO		SINAL-TERMO	
DESCRIÇÃO DO CONCEITO DO SINAL-TERMO	<p>O sinal-termo <i>arquivo</i> demonstra os movimentos de um ficheiro que é um recurso para armazenamento de informação. O movimento é feito seguindo a tridimensionalidade da LSB, como aparece na figura, junto com a base-paramétrica.</p>	DESCRIÇÃO DO CONCEITO DO SINAL-TERMO	<p>O sinal-termo <i>Backup</i> foi criado para representar a segurança nos dados salvos, pois o termo representa a função do Backup, que é prover uma cópia segura dos dados do computador; então utilizamos o sinal "guardar" os dados e, em seguida, a configuração de mãos fechadas representa que os dados foram salvos em segurança.</p>
QR-CODE: VÍDEO DO SINAL-TERMO		QR-CODE: VÍDEO DO SINAL-TERMO	

Fonte: Alves (2020)

A metodologia utilizada perfaz as seguintes fases: realização de estudo aprofundado dos conceitos temáticos, partindo de autores e pesquisadores de lexicologia e terminologia; escolha dos sujeitos Surdos participantes da pesquisa; conceptualização dos termos na área de informática por meio do dicionário de informática e internet; criação dos sinais-termo; análise dos sinais criados e dos seus conceitos; organização dos vídeos, imagens de objetos e fotos dos sinais-termo; organização dos vídeos com código QR; organização da microestrutura dos verbetes bilíngues, com as respectivas fotos dos sinais-termo e das imagens de objetos, conceito do sinal-termo e a colocação do

código QR; e a elaboração do glossário bilíngue de sinais-termo do campo da Informática.

O termo “arquivo” é apresentado junto com uma imagem representativa (uma pasta de arquivos digitais) e um *link* que credita a fonte da imagem. Essa seção ajuda na identificação visual do conceito. Visualizar o termo em formato textual e com uma imagem facilita a compreensão inicial. Também contempla uma descrição detalhada do movimento do sinal em Libras, explicando que o movimento segue uma tridimensionalidade, contribuindo para que o aluno compreenda tanto o movimento quanto o conceito.

O Quadro 2 a seguir sistematiza e compara os estudos analisados, organizando informações essenciais sobre suas metodologias, áreas do conhecimento e contribuições para a educação de Surdos.

Quadro 2. Comparação dos estudos analisados

Estudo (ano)	Área	Metodologia	Crítérios de Seleção	Apresentação	Contribuição
Costa (2012)	Ciências	Análise de <i>corpora</i>	Terminologia do corpo humano	Imagens e descrição textual	Desenvolvimento do Enciclolibras
Castro Júnior (2014)	Ensino Médio	Análise de variação lexical	Banco de dados Varlibras	Vídeos e comparação de variantes	Sistematização da variação lexical
Felten (2016)	História	Lexicografia terminológica	Glossário de termos históricos	Vídeos e palavras-entrada	Ensino de história em Libras
D'Azevedo (2019)	Matemática	Avaliação de glossários	Glossário bilíngue matemático	QR Codes e SignWriting	Ensino de equações para Surdos
Alves (2020)	Informática	Análise conceitual	Glossário bilíngue de informática	Imagens e QR Codes	Ensino de terminologia digital

Fonte: Elaboração própria (2025)

No geral, cada estudo adota uma abordagem específica conforme o objetivo e a **área de conhecimento**, e as formas de apresentar os termos variam entre o uso de imagens, QR Codes e vídeos, recursos importantes para o ensino em Libras.

| Considerações finais

Sabe-se que a linguagem oral é social e funciona como uma ferramenta de interação entre as pessoas. Nesse sentido, a surdez dificulta ou às vezes impede que o indivíduo adquira a linguagem oral, comprometendo assim seu processo de socialização. No contexto educacional, os materiais bilíngues permitem uma aproximação do aluno Surdo com o conteúdo abordado em sala de aula.

Os materiais levantados para análise permitem constatar que o estudo linguístico da Libras e as etapas que antecedem a criação das fichas terminológicas são fundamentais para gerar bons produtos. Como mostra a pesquisa de Tuxi e Felten (2018), fundamentada nos estudos de Faulstich (2013, p. 234; 2011, p. 183-185), é possível seguir um roteiro metodológico para uma adequada elaboração de glossários bilíngues.

Outra questão importante que esta pesquisa destacou ao longo do texto se volta para o papel do docente enquanto transmissor dos conteúdos. Ressalta-se, portanto, a importância da produção e divulgação de materiais bilíngues, e que sejam fomentados cursos de capacitação em Libras e incentivadas práticas para uma formação continuada dos professores. Com condutas como estas é possível que, cada vez mais, se alcance a tão almejada acessibilidade na educação, possibilitando que alunos Surdos estejam incluídos em todas as fases exigidas para obtenção do conhecimento.

De modo comparativo entre os trabalhos selecionados para análise, verificam-se algumas diferenças entre os métodos e as estruturas, fato que pode ser explicado pela variação de termos, intrínseca às particularidades de cada área do conhecimento. Ainda que se observem desafios durante o processo de tradução técnico-científica, são notáveis as contribuições dos pesquisadores e seus registros em dicionários e glossários.

| Referências

ALVES, A. S. **Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira:** criação de sinais-termo do campo da informática. 2020. 128 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

BARBOSA, M. A. Lexicologia , lexicografia , terminologia , terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. *In:* SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 1., 1990, Brasília. **Anais...** Brasília: CNPq/Ibict, 1990.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BENASSI, C. A.; PADILHA, S. J. Fonologia da Libras: os parâmetros e a relação pares mínimos na Libras. **Revista Diálogos (RevDia)**, v. 3, n. 2, p. 94-106, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRITO, L. F. Integração social do surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 7, p. 13-22, 1986.

CARVALHO, I. A. S. **A tradução audiovisual na Somnorte**: especificidades para o público infantil. 2021. 77 f. Dissertação (Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2021.

CASTRO JÚNIOR, G. **Projeto Varlibras**. 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, E. S. **O ensino de química e língua brasileira de sinais – sistema SignWriting (Libras-SW)**: monitoramento interativo na produção de sinais científicos. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

COSTA, I. T. L. G. **Metodologia do ensino a distância**. Salvador: UFBA, 2016.

COSTA, M. R. **Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: Enciclolibras**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

D'AZEVEDO, R. P. **Terminologia da matemática em língua de sinais brasileira**: proposta de glossário bilíngue libras-português. 2019. 322 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FAULSTICH, E. **A terminologia entre as políticas de língua e as políticas linguísticas na educação linguística brasileira**. Inédito, 2013.

FAULSTICH, E. Avaliação de dicionários: uma proposta metodológica. **Organon: Revista da Faculdade da Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, n. 50, 2011.

FAULSTICH, E. Para gostar de ler um dicionário. *In*: RAMOS, C. M. A.; BEZERRA, J. de R. M.; ROCHA, M. de F. S.; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. (org.). **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vida** (homenagem a Socorro Aragão). São Luís/MA: Edufma, 2010. p. 166-185.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/566> Acesso em: 20 mar. 2024.

FELTEN, E. F. **Glossário sistêmico bilíngue português-libras de termos da história do Brasil**. 2016. 167 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FERREIRA, L. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as a social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004.

LIU, M. The social interpretation of language and meaning. **Theory and Practice in Language Studies**, v. 4, n. 6, p. 1238-1242, jun. 2014. DOI 10.4304/tpls.4.6.1238-1242.

LOZANO, J. R. **La traducción del cine para niños** – un estudio sobre recepción. 2015. 382 f. Tese (Doutorado) – Universitat Jaume I de Castelló, Université de Reims, Castelló de la Plana, 2015.

MARTINS, F. C.; STUMPF, M. R.; MARTINS, A. C. Reflexões sobre componentes e organização de entradas de obras lexicográficas e terminológicas da Libras. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 49, jan.-jun. 2018.

MELLO, J. S.; SILVA, M. P.; CARDOSO, T. A. O. Integrando a terminologia para entender a biossegurança. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 239-252, 2012.

NASCIMENTO, C. B. **Terminografia em língua de sinais brasileira**: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente, em mídia digital. 2016. 222 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PEREIRA, R. R.; NADIN, O. L. Dicionário enquanto gênero textual: por uma proposta de categorização. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 41, e43835, 2019. DOI 10.4025/actascilangcult.v41i1.43835

POLATO, A. D. M.; MENEGASSI, R. J. O estatuto dialógico da análise linguística: caracterização teórico-pedagógica. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 41, e44773, 2019.

PROMETI, D. **Terminologia da língua de sinais brasileira**: léxico visual bilíngue dos sinais-termo musicais – um estudo contrastivo. 2020. 260 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PROMETI, D.; COSTA, M. R. Criação de sinais-termo nas áreas de especialidades da língua de sinais brasileira – LSB. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 49, jan.-jun. 2018.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTORUM, K. A.; LEBLER, C. D. C. Saussure e seu CLG (curingada linguística geral). **Acta Scientiarum. Language and Culuture**, v. 42, e48579, 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOUSA, S. F.; SILVEIRA, H. E. Terminologias químicas em libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. **Revista Química Nova Escola**, v. 33, n. 1, 2011.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TUXI, P.; FELTEN, E. F. Análise da macro e microestrutura de dicionários e glossários bilíngues: uma proposta terminológica. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 49, jan.-jun. 2018.

Como citar este trabalho:

FRANCISCO, Gildete da S. Amorim; CASTRO JÚNIOR, Gláucio de; PROMET, Daniela. Terminologia de materiais bilíngues: análise linguística e registro de sinais-termo em Libras. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 105-130, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

Reflexões de base discursivo-cartográfica sobre enunciados acerca da BNCC-EM

Shayane França LOPES¹

¹ Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| shayanelopes@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0003-1478-2480>

Resumo: O presente artigo, que visa compartilhar os resultados da pesquisa de doutorado da autora, analisa as disputas discursivas que permeiam a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), a partir de uma perspectiva teórico-metodológica fundamentada na análise do discurso e na semântica global de Maingueneau. A pesquisa cartográfica examina os enunciados de segmentos privatistas – Movimento pela Base, Todos pela Educação e Fundação Lemann – que desempenharam papéis centrais na elaboração e implementação da BNCC-EM, contrastando-os com as vozes de contraconduta. Os segmentos privatistas são analisados quanto às suas estratégias linguístico-discursivas, como modalizadores deônticos, silenciamentos e supervalorização de experiências estrangeiras, que sustentam a proposta de uma educação padronizada, alinhada a interesses empresariais. Por outro lado, os discursos de contraconduta são explorados como resistências ético-políticas que desconstróem as verdades autoproclamadas dos agentes privatistas, evidenciando as limitações e os impactos de uma política educacional homogênea para a diversidade do contexto brasileiro. O estudo revela como os discursos mobilizam dispositivos de poder e governamentalidade para naturalizar a BNCC-EM, enquanto ocultam tensões políticas e sociais subjacentes. A pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre linguagem, poder e governança nas políticas educacionais, contribuindo para o debate sobre os desafios da educação pública no Brasil.

Palavras-chave: BNCC-EM. Análise do Discurso. Semântica Global. Educação Padrão.

Reflections on a discourse-cartographic basis regarding statements about the BNCC-EM

Abstract: This article, which aims to share the results of the author's doctoral research, analyzes the discursive disputes surrounding the Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) from a theoretical-methodological perspective grounded in discourse analysis and Maingueneau's global semantics. The cartographic research examines the statements of privatist segments – Movimento pela Base, Todos Pela Educação, and Fundação Lemann – that played central roles in the development and implementation of the BNCC-EM, contrasting them with voices of counter-conduct. The privatist segments are analyzed for their linguistic-discursive strategies, such as deontic modalizers, silences, and the overvaluation of foreign experiences, which support the proposal of a standardized education aligned with corporate interests. Conversely, the

counter-conduct discourses are explored as ethical-political resistances that deconstruct the self-proclaimed truths of privatist agents, highlighting the limitations and impacts of a homogeneous educational policy on the diversity of the Brazilian context. The study reveals how discourses mobilize devices of power and governability to naturalize the BNCC-EM while concealing underlying political and social tensions. The research offers a critical reflection on the relationship between language, power, and governance in educational policies, contributing to the debate on the challenges of public education in Brazil.

Keywords: BNCC-EM. Discourse Analysis. Global Semantics. Standardized Education.

Introdução

O campo educacional brasileiro, especialmente no Ensino Médio (EM), tem sido palco de intensos debates, muitas vezes polarizados, sobre as diretrizes e políticas que moldam o futuro da educação no país. A homologação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) (Brasil, 2018) representou um marco nesse processo, ao consolidar um esforço de padronização curricular em âmbito nacional. Esse documento, entretanto, é atravessado por disputas discursivas que refletem interesses diversos, notadamente entre segmentos privatistas e contracondutas que questionam essas diretrizes. Nesse contexto, a análise do discurso emerge como ferramenta para entender como essas tensões se articulam na produção de significados sobre o que constitui a educação no Brasil.

Este trabalho, oriundo da tese de doutorado da autora, se fundamenta na perspectiva teórica da análise do discurso e na semântica global, conforme elaborada por Maingueneau (2008), para compreender os processos discursivos que sustentam a BNCC-EM (Brasil, 2018). A pesquisa se debruça sobre enunciados de segmentos privatistas, especialmente o Movimento pela Base (MPB), o Todos pela Educação (TPE) e a Fundação Lemann (FL), buscando mapear como esses atores articulam estratégias linguístico-discursivas para legitimar suas propostas. Em contraste, posicionamentos de contraconduta são explorados como contrapontos críticos que problematizam essas construções discursivas, questionando, sobretudo, os impactos de uma educação padronizada para a diversidade social e regional do Brasil.

A escolha metodológica por uma análise cartográfica do discurso (Deusdará; Rocha, 2021) permite traçar um panorama das inter-relações históricas, sociais e políticas que permeiam os discursos investigados. A partir disso, busca-se

não apenas mapear as conexões entre os atores envolvidos na construção e implementação da BNCC-EM (Brasil, 2018), mas também compreender como tais discursos se inserem em uma formação discursiva mais ampla que se relaciona com interesses econômicos e políticos. Ao questionar as bases do consenso promovido pelos segmentos privatistas, esta pesquisa revela as tensões entre diferentes concepções de educação e suas implicações ético-políticas.

Dessa forma, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre linguagem, poder e governamentalidade na construção das políticas educacionais brasileiras. Ao evidenciar os mecanismos discursivos que sustentam a BNCC-EM (Brasil, 2018), busca-se contribuir para o debate sobre os caminhos da educação pública no Brasil, considerando a complexidade das demandas sociais e as resistências aos modelos hegemônicos impostos por agentes privatistas.

| Base discursivo-cartográfica e movimentos analíticos

Entendemos que recortes são necessários, uma vez que há inúmeras possibilidades de diálogos entre textos e as polêmicas estabelecidas entre eles. Assim, na esteira do que propõe Maingueneau (2008), compreendemos, por meio da semântica global, que a materialidade do discurso permite identificar processos discursivos do campo educacional. Diante de tantas possibilidades de textos que manifestam posicionamentos sobre a educação no Brasil, privilegiamos os que se referem ao documento curricular nacional mais recente: a BNCC-EM (Brasil, 2018).

Partimos do MPB para constituir o *corpus* desta pesquisa. Por meio desse Movimento, chegamos ao TPE e à FL, sob a compreensão de que trabalhar com discurso requer um trabalho de delimitação, e não de restrição, como afirmam Deusdará e Rocha (2021). Além da afinidade entre MPB e TPE, no que diz respeito ao interesse por ocupar espaços na educação brasileira, há uma estreita relação entre os seus integrantes:

Mais da metade dos integrantes do MBNC² possuem algum tipo de relação com outro movimento empresarial mais antigo, o Todos Pela Educação, o qual, por sua vez, há algum tempo vem buscando (e conseguindo) aproximar-se da gestão pública educacional (Souza, 2019, p. 41).

² MBNC refere-se ao Movimento pela Base Nacional Comum, hoje chamado Movimento pela Base, abreviado aqui como MPB.

Souza (2019) atesta, ainda, – com base em Avelar e Ball (2019) – que o MPB foi fundado pela FL, pelo Instituto Natura e pelo Itaú BBA, em uma conexão entre essas e outras poderosas instituições do setor empresarial. Tarlau e Moeller (2020) explicam que a força política que sustentava o processo de construção da BNCC não era o TPE, mas a FL, que patrocinava o TPE e “operava como a força isolada mais poderosa na estruturação do consenso entre os diversos conjuntos de atores através do [...] Movimento pela Base” (Tarlau; Moeller, 2020, p. 555). Partimos, assim, dessa interseção para chegarmos ao que compreendemos como os principais nomes à frente da BNCC: MPB, TPE e FL, cujos enunciados são tomados como *corpus* desta pesquisa.

Estabelecemos, como visão discordante aos textos do discurso privatista, enunciados dos representantes da contraconduta. Utilizamos o conceito de Foucault (2008, p. 266), uma vez que identificamos o sentido de enfrentamentos diante de “procedimentos postos em prática para conduzir os outros”. O filósofo explica que:

O Estado como detentor da verdade – a esse tema, as contracondutas vão opor este: a própria nação, em sua totalidade, deve ser capaz, num momento dado, de deter exatamente, em cada um dos seus pontos bem como em sua massa, a verdade sobre o que ela é, o que ela quer e o que ela deve fazer (Foucault, 2008, p. 479).

O Estado, instituído como aquele a quem se deve obediência, como o detentor da verdade, assemelha-se aos participantes dos segmentos privatistas, pois tudo parece ser ditado e determinado por eles, no âmbito da educação pública nas últimas décadas. Buscamos construir, desse modo, a relação entre esse Estado e a atuação dos segmentos privatistas. A governamentalidade como uma arte de governar se espraia por meio de mecanismos que sugam a todos, envolvendo-os como parte da engrenagem, e, diante de toda a potência desse sistema, as resistências se tornam invisíveis e impotentes, porque assim são as estratégias nos jogos de poder:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber e economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault, 2015, p. 429).

As contracondutas estão sendo entendidas aqui, por nós, como o comportamento responsável por questionar os discursos de verdade exercidos no cenário de

políticas públicas educacionais no Brasil, na medida em que se cria uma esfera de obediência absoluta. Costa (2019, p. 72) explica que:

Não existe a possibilidade de ausência de governo, as contracondutas devem ser uma condição permanente que não têm outra finalidade senão a de se insurgir frente aos modos de governo, compondo o jogo da governamentalidade.

Por isso há uma pronta associação entre conduta e contraconduta. O traço de insubordinação das contracondutas em relação às normas de conduta e às verdades pré-fixadas construídas pelas práticas de poder destacam seu caráter ético-político. Se os mecanismos de poder se sustentam sobre a aceitação dos indivíduos que se permitem conduzir desse modo, as contracondutas surgem nesse espaço à proporção que os sujeitos se recusam a ser controlados sem restrições.

Neste ponto, é necessário fazer uma reflexão sobre a razão pela qual denominamos contraconduta o grupo que é composto majoritariamente por especialistas na área da educação, pesquisadores e professores da Educação Básica e do Ensino Superior, aliando-se, portanto, ao nosso posicionamento discursivo. A razão é simples: o grupo que vem ganhando espaço no cenário educacional, impondo suas políticas e seus interesses alheios ao que compreendemos como educação crítica para formação, é o que tem ditado a conduta, seja por meio do discurso legal embasado em argumentos jurídicos, seja por meio do espaço que tem na mídia digital, televisiva e impressa.

Quando se faz análise do discurso, considera-se que descrever as práticas discursivas é uma maneira de entender melhor a sociedade, o mundo. É uma espécie de lugar incerto que nos permite melhor entender as complexidades acerca do mundo no qual vivemos, um mundo constituído na/pela linguagem. O propósito não é descrever o discurso ou estudar o texto, mas estudar a relação entre o texto e o lugar social que o torna possível e que ele torna possível, identificando os problemas ligados à sociedade para que possa ser modificada.

Por meio da linguagem – fruto da ação discursiva de um ser/estar no mundo –, realidades são constituídas, ideias são disseminadas e propostas são legitimadas ganhando *status* de documento. A fundamentação adotada prioriza o diálogo com visões teóricas que permitam reflexões sobre questões provenientes do social, considerando um entendimento de que as forças/ações de poder se constituem discursivamente. Trata-se de uma relação entre o linguístico e o

social, a partir de considerações advindas do diálogo com os textos de Michel Foucault (2015).

A ruptura com métodos predeterminados se alinha a questões éticas, sociais e políticas e busca tanto dar-lhes visibilidade quanto promover um engajamento, traçando possibilidades de atuação no social, tendo no uso da linguagem uma forma de intervenção. Por esse viés, é possível entender que à produção do conhecimento está intrínseco o ser social, por intermédio da linguagem, que permeia a vida, a sociedade e as ações. Segundo Daher e Sant’Anna (2021, p. 4),

Como analistas do discurso, assumidamente, estamos implicados em nossas pesquisas. Nosso fazer considera questões de natureza subjetiva, singulares, em permanente diálogo com o outro, com o heterogêneo, em um movimento constante de reinvenção de si e do conhecimento.

A não submissão ao clássico paradigma de uma ciência positivista implica a assunção de um lugar outro de enunciação na academia. Um lugar que não comunga com o entendimento da linguagem como representação do mundo, não se subordina à assepsia crédula da imparcialidade do pesquisador, no *apagamento* da presença do observador nas situações pesquisadas, no possível afastamento entre sujeito investigador e o(s) investigado(s) e determina qual saber deve ser reconhecido como conhecimento pela validação do estrito cumprimento de passos impostos pelo método.

Essa escolha exige um desconforto do pesquisador no sentido de não ser mais possível estabelecer categorias de análise decididas previamente – ao contrário, é preciso se deslocar em idas e vindas, em busca de caminhos que se constroem conforme a pesquisa se desenvolve. É como um montar dos trilhos à medida que o trem se aproxima. Não se trata de um *deixar rolar* (Barros; Kastrup, 2010), mas de se manter atento aos processos sem, contudo, controlar as variáveis.

O lugar do pesquisador não é mais definido pela concepção representacional da linguagem, mas como participante da produção de realidade por meio da linguagem: “O interesse de análise implica o ir além do dito, o deslocar o olhar para o como é dito e suas possibilidades de dizer, suas condições de enunciabilidade, e se pauta em um entendimento de que o discurso é sempre coproduzido” (Daher; Vargens; Giorgi, 2021, p. 3-4).

Dessa forma, ao analista não cabe capturar do texto sentidos secretos, mas sim coproduzi-lo. A tarefa de investigar passa a ser a de desnaturalizar o

que até aquele momento era aceito como inquestionável, por ser rotineiro e familiar. Por isso, é preciso, constantemente, romper com o comodismo e com o tradicionalismo dos modos de pensar (Fischer, 2007).

Compreendemos, com base em Deusdará e Rocha (2021), que alguns procedimentos são necessários para determinar os passos metodológicos de uma pesquisa sob a perspectiva cartográfica a partir de um *corpus*. Elencamos os seguintes, que estão sendo utilizados nesta pesquisa:

- (2) Inter-relacionar a formação do pesquisador e do cidadão, recusando a pretensa objetividade e neutralidade dos procedimentos de pesquisa;
- (3) Cartografar o real, e não representá-lo, buscando, na composição dos objetos, as redes de relações históricas que os compõem;
- (4) Trabalhar com as instituições (clínica, oficina, escola etc.) na perspectiva de um espaço-tempo de visibilidades, em articulação com uma abordagem do plano enunciativo, abrindo espaço para as diferentes composições de força que definem o poder [...];
- (6) Deixar-se afetar por questões relevantes do ponto de vista social, e não *simular* uma pesquisa;
- (7) Trabalhar na perspectiva da linguagem-intervenção, isto é, da palavra de ordem, e não na perspectiva da linguagem-representação;
- (8) Traçar o plano da experiência como criação da realidade de si e do mundo [...];
- (12) Acolher uma atitude de análise das implicações;
- (13) Produzir, e não meramente coletar um *cópus*;
- (14) Cultivar uma atitude de curiosidade diante do *cópus*, a ponto de ler e reler o material produzido até perceber uma entrada justificável em sua materialidade;
- (15) Problematicar a escrita acadêmica, acolhendo o paradigma ético-estético-político nessa dupla formação, em detrimento do paradigma cientificista (Deusdará; Rocha, 2021, p. 216-217).

A relação entre formação do pesquisador e do cidadão é indissociável do procedimento de pesquisa, tendo em vista que buscamos cartografar o real, e não representações. A isso está intrínseco o trabalho com as instituições em articulação com uma abordagem do plano enunciativo. Por isso é tão importante que o pesquisador se deixe afetar por questões relevantes do ponto de vista social, em vez de simular uma pesquisa. Concebemos a linguagem como intervenção, permitindo uma interferência na realidade, o que imprime ainda mais relevância às implicações. Para prosseguir na análise, é preciso a produção de um *corpus*, a partir do qual busca-se uma entrada em sua materialidade. Por fim, deve-se priorizar o paradigma ético-estético-político em detrimento do paradigma cientificista.

Para produzir o *corpus*, partimos da pergunta de pesquisa: como, discursivamente, os segmentos privatistas alheios às práticas de formação e à atuação no âmbito escolar das redes públicas de ensino vêm ocupando espaços de fala dos efetivos profissionais do campo da educação? Tomamos a BNCC-EM (Brasil, 2018) – construída em meio a disputas de diversas naturezas, com interferências ao longo de sua trajetória, como expõe Souza (2019) – como documento que se institui como o foco de maior interesse desses grupos.

Quanto à natureza desta investigação, consideramos como sendo uma pesquisa qualitativa em virtude das análises documentais e bibliográficas que são feitas, seguindo preceitos de uma análise cartográfica do discurso (Deusdará; Rocha, 2021). É a partir do levantamento de documentos que todas as informações vão se configurando de modo a permitir o traçar dos passos de pesquisa. O eu pesquisadora se afirma envolvido no objeto pesquisado e o concebe como um espaço de indignação em busca de interlocutores. Esta pesquisa-intervenção sustenta-se em um método que não é

Para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é resignificado [...]. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção (Passos; Kastrup; Escóssia, 2010, p. 10-11).

De acordo com o percurso metodológico que temos construído, o que permeia a pesquisa vai sendo observado e, na medida em que vai afetando o pesquisador, vai sendo incluído na análise, calibrando o caminhar no próprio percurso investigativo. A escolha pela BNCC-EM (Brasil, 2018) é justificada por ser o documento que congrega movimentos a partir dos quais as buscas por materiais se estabeleceram, tais como: quem são as vozes autorizadas a falar e a decidir sobre educação e como é permitida a entrada dessas pessoas no campo da educação pública.

As leituras constantes das diferentes versões do documento, ainda na fase inicial desta pesquisa, permitiram-nos ver o MPB oficialmente como apoiador da BNCC³, em sua terceira versão⁴. Em uma leitura da versão posterior, a menção

3 Foi na terceira versão da BNCC, publicada em 2017, que encontramos o apoio do MPB ao documento. Embora essa versão esteja disponível para consulta no *site* do Ministério da Educação (MEC), a informação sobre o apoio do MPB foi retirada.

4 Nosso critério para identificar as versões da BNCC se amparou em Souza (2019), que denomina a terceira versão da BNCC de primeira versão de 2017. A versão de 2017 é oriunda de um novo bloco de debates que em nada se assemelha às perspectivas pedagógicas presentes nas versões que a antecederam.

a esse apoiador já não podia mais ser encontrada. Na busca por compreender a relação entre o MPB e a BNCC, fomos ao *site* do MPB. Em uma busca pela palavra-chave *BNCC*, encontramos o Documento Conceito (DC), de 2015, com o título *Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum* (MPB, 2015), tendo sido esse o primeiro enunciado selecionado para o *corpus*, pois, embora não fosse datado de 2018 (um dos critérios para constituição do *corpus*), era o marco documental que estabelecia a relação de interesse do MPB pela BNCC.

Partindo do enunciador MPB, mapeamos alguns outros que manifestavam discursivamente aliança com o Movimento e apoio à BNCC. Chegamos ao TPE e à FL, que passam a ser os outros enunciadores institucionais cujos textos são analisados nesta pesquisa. Entretanto, era preciso identificar quais seriam os enunciados que constituiriam o *corpus*, tendo em vista que as possibilidades de articulação seriam infinitas no que diz respeito aos sentidos de educação, qualidade, educação escolar, políticas curriculares entre muitas outras referências, considerando os diversos enunciadores, instituições, interesses, condições de produção.

Decidimos, então, buscar, nos *sites* do TPE e da FL, enunciados sobre a: BNCC-EM, reforma do EM e avaliação externa de aprendizagem, obedecendo a essa ordem de preferência. E, assim, o *corpus* foi produzido. Para a finalidade de limitar o montante de textos encontrados, decidimos pela BNCC-EM homologada (Brasil, 2018), estabelecendo o corte por enunciados datados de 14 de dezembro de 2018 – data da homologação – até 3 de maio de 2020, quando finalizamos a produção do *corpus*. Com vistas a cartografar relações rizomáticas no processo de compreensão dos sentidos de educação, constituímos o *corpus* desta pesquisa da seguinte forma, como mostra o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Constituição do *corpus* de pesquisa

Segmentos privatistas (Ano)	Títulos
MPB (2015)	<i>Documento Conceito: necessidade e construção de uma Base Nacional Comum</i>
TPE (2018a)	<i>SAEB 2017: o que diz a última avaliação de aprendizagem do país</i>
TPE (2018b)	<i>IDEB 2017: o que podemos aprender, mesmo (quase) sem novidades</i>
FL (2018a)	<i>Debater a BNCC do Ensino Médio é uma oportunidade de mudança</i>
FL (2018b)	<i>Jovens participam de audiências da BNCC do Ensino Médio</i>
FL (2018c)	<i>BNCC do Ensino Médio: 5 razões para continuar colaborando</i>

Fonte: Elaboração própria

Esse processo de seleção de textos para analisar o posicionamento dos participantes dos segmentos privatistas é uma forma de organizar a condução da pesquisa, para que se possam apresentar as aproximações entre a BNCC-EM (Brasil, 2018), assim como a Lei n. 13.415 (Brasil, 2017), e os atores que estiveram à frente de sua idealização, construção e implementação. Os enunciados da contraconduta não se caracterizam como *corpus* desta pesquisa, contudo, por serem utilizados como complemento para a análise dos enunciados dos segmentos privatistas, julgamos importante detalhar alguns pontos para justificar a nossa seleção por esses textos e não por outros. Os critérios para escolha foram os mesmos, acrescentando-se a preferência por notas públicas, cartas e manifestos, por se tratarem de gêneros discursivos que expõem publicamente, de maneira objetiva e fundamentada, uma opinião a respeito de uma problemática, com o propósito de esclarecer e manifestar seu posicionamento, destacando informações que fortalecem seus argumentos.

As razões que nos levaram à Base do EM são várias, incluindo ser esse o segmento de atuação desta pesquisadora, porém, por julgarmos esse motivo insuficiente, dedicamos o item seguinte à tarefa de justificar por meio de outros motivos a opção pelo EM.

| Proposta analítica: o processo de significação e a educação padrão

O enunciado DC, intitulado *Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum* (MPB, 2015), é parte do *corpus* desta pesquisa. Nele são apresentadas razões que buscam explicitar a necessidade de um documento curricular comum a todo o território nacional. As propostas do MPB tomam como referência uma educação padronizada, que busca homogeneizar as diferentes regiões do Brasil sem considerar as especificidades de cada uma e tampouco as diversas e distintas demandas das redes de ensino, das escolas e dos estudantes.

A missão do MPB (2021) enfatiza a importância dos consensos:

Ouvimos e apoiamos as redes municipais e estaduais de educação na construção de consensos e orientações técnicas para a implementação, damos visibilidade para a causa e fomentamos o debate sobre uma aprendizagem mais significativa e conectada com a vida.

Os princípios do MPB (Quadro 2) demonstram suas prioridades voltadas para uma educação padrão – eixo temático cujo sentido consiste, de acordo com a nossa proposta de análise, em um grau de padronização curricular que busca ser

tomado como referência – por meio da implementação da BNCC e do Novo EM, alinhados aos currículos, à formação de professores, aos materiais didáticos, às avaliações e aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, passando pela colaboração de agentes públicos e privados:

Quadro 2. Princípios do MPB

1	Acreditamos que a implementação da BNCC e do Novo EM contribui para promover uma educação integral e de qualidade, direito de todas as crianças e jovens brasileiros.
2	Entendemos que a implementação da BNCC e do Novo EM contribui para a coerência entre currículos, formação de professores, materiais didáticos e avaliações, potencializando, assim, a conquista dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.
3	Defendemos que a implementação e a revisão da BNCC, conforme previsto em regulamentação, tenham qualidade técnica e legitimidade, com processos guiados por evidências e que considerem as perspectivas de estudantes, professores, gestores escolares, secretarias de educação e da sociedade em geral.
4	Valorizamos o regime de colaboração nas nossas iniciativas e relações com as redes e os parceiros.
5	Prezamos pela transparência e acompanhamento contínuo dos processos de implementação da BNCC e do Novo EM.
6	Consideramos que a implementação da BNCC e do Novo EM é de responsabilidade do poder público e das redes de ensino, com o apoio da sociedade civil.

Fonte: MPB (2021)

Os valores do MPB (Quadro 3) são coerentes com a sua missão e princípios no que tange à manutenção dos consensos criados, à atuação colaborativa, à atuação fundamentada em evidências – ainda que não se detalhe o que é compreendido por *evidências* – e ao foco nos resultados, tudo ancorado na BNCC:

Quadro 3. Valores do MPB

1	Comprometimento e paixão pela causa da BNCC.
2	Busca por consensos na diversidade de visões e ideias.
3	Escuta empática para construção e atuação colaborativas.
4	Excelência técnica, com base em evidências.
5	Foco nos resultados de impacto.

Fonte: MPB (2021)

Uma das estratégias linguístico-discursivas para se construir consenso é a citação, que exerce um papel crucial ao inserir no texto falas que são tomadas como argumentos de autoridade. Além da citação, outras estratégias contribuem para a construção de consenso, tais como a autoverdade, que, segundo Brum (2018), diz respeito a uma verdade autoproclamada, cujo valor localiza-se no ato de dizer e não no conteúdo; as reformulações por meio de expressões conclusivas e reformulativas, a partir das quais se altera o conteúdo do texto-fonte; e o silenciamento do discurso do Outro, por meio de não ditos.

A autoverdade se manifesta, entre outras formas, no plano da intertextualidade, por meio do discurso relatado. Citar a Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988) e a Lei n. 12.796 (Brasil, 2013), que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Brasil, 1996), permite ao DC construir visibilidades sobre a necessidade da BNCC por meio da linguagem, recorrendo ao discurso apresentado no Quadro 4 abaixo:

Quadro 4. Discurso relatado: MPB

Texto citante		Texto-fonte
DC (MPB, 2015)		CF – Artigo 210 (Brasil, 1988)
(1)	No entanto, os currículos de todas as escolas, sejam elas quais forem, naquilo que se refere ao que deve ser ensinado, precisam ter uma <i>Base Nacional Comum</i> , como expressamente exigido pela CF no artigo 210 que diz “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (grifo próprio).	Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar <i>formação básica comum</i> e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (grifo próprio).
		Lei n. 12.796 (Brasil, 2013) Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter <i>base nacional comum</i> , a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

Ao afirmar que é preciso ter uma Base Nacional Comum (com letra maiúscula) como *expressamente exigido pela Constituição Federal no artigo 210*, marca-se no enunciado a exigência estipulada pela CF (Brasil, 1988) no que diz respeito a ter uma Base Nacional Comum, e o modalizador *expressamente* enfatiza esse sentido. Entretanto, ao ler o artigo 210 da CF (Brasil, 1988), não encontramos informações por meio das quais se possa afirmar que a Base Nacional Comum seja uma exigência do texto constitucional.

A articulação linguística é feita de modo que o texto da Constituição se misture ao texto da LDB, uma vez que as aspas da citação referente à CF não são fechadas e essa citação é englobada na citação da LDB, que é transcrita alterando-se para maiúsculas as letras iniciais das palavras *base, nacional, comum*, escritas no texto-fonte com iniciais minúsculas. Embora a citação devesse ser fiel ao texto citado – justamente por ser uma citação e por estar entre aspas, o que pressupõe a intenção de citar o texto literal sem paráfrases ou alterações –, o enunciador institucional modifica a fonte legal, transformando um substantivo comum em substantivo próprio.

No campo do discurso, nossa compreensão se alinha à de Maingueneau (2011, p. 185), para quem o nome próprio se refere “a um objeto particular presumidamente já identificado pelo coenunciador”. Busca-se, assim, criar a sensação de que o coenunciador, por já ter um conhecimento prévio acerca da b(B)ase, não será surpreendido. No campo da língua, essa alteração para as iniciais maiúsculas sinaliza que a Base (Fragmento 1) já seria um documento pronto, cuja existência é indiscutível.

Pelo plano do modo de coesão, analisamos modalizadores que contribuem para a significação das coerções semânticas pelo modo de argumentar e pela forma como o posicionamento é marcado. Além do *expressamente* (Fragmento 1), são utilizados outros que igualmente auxiliam na construção da ideia de certeza do que está sendo afirmado no DC, buscando construir como evidência uma base nacional comum que ainda não existe em 2015, conforme mostra o Quadro 5 abaixo:

Quadro 5. Fragmentos – Plano do modo de coesão: modalizadores (MPB)

(2)	Ainda que com menor visibilidade, são relevantes as dificuldades em relação aos gestores escolares que também têm pouca formação para a função e, <i>principalmente</i> , não dispõem de autonomia e recursos para garantir o funcionamento regular da escola sob sua responsabilidade (grifo próprio).
-----	---

(3)	Entendido dessa maneira, o projeto pedagógico não é algo pronto e acabado, mas que se revisa constantemente com a participação ativa, <i>particularmente</i> dos professores e funcionários bem como de membros da comunidade servida pela escola (grifo próprio).
(4)	Ou seja, há um histórico rico de discussões e iniciativas a ser considerado na construção de orientações claras, de altas expectativas e que deverão se aplicar às escolas de educação básica a respeito do que todos e cada um dos alunos brasileiros precisam <i>necessariamente</i> aprender em cada etapa da sua escolarização básica (grifo próprio).
(5)	A Base Nacional Comum deve <i>necessariamente</i> ser apoiada por amplo espectro de agentes públicos e privados (grifo próprio).
(6)	Faz-se importante ressaltar que a iniciativa de estabelecer uma Base Nacional Comum não se propõe ou confunde com a criação de um currículo nacional comum, embora seja, <i>naturalmente</i> , parte do currículo das escolas (grifo próprio).
(7)	A questão da exigência é <i>particularmente</i> importante (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

Os modalizadores *principalmente*, *particularmente*, *necessariamente* e *naturalmente* são utilizados com o efeito de produzir certeza, inquestionabilidade e autoridade ao conteúdo veiculado, buscando transmitir alto grau de convencimento em relação ao que se enuncia ao longo das quatro páginas do Documento.

São utilizados de forma bastante recorrente o que incluímos sob a nomenclatura de *modalizadores deônticos*, expressos por verbos modais, destinados a indicar o tom de prescrição, assumindo um aspecto de compulsoriedade em relação ao que precisa ser cumprido. No DC, encontramos o verbo *dever* 22 vezes e o verbo *precisar*, oito vezes. Também é possível incluir nessa análise a estrutura é importante, utilizada quatro vezes e que, embora constitua formações diferentes, pode ser inserida nesse conjunto das modalizações deônticas, tendo em vista o mesmo teor injuntivo na esfera da obrigação ou da proibição, da necessidade e da permissão, conforme é apresentado no Quadro 6 abaixo:

Quadro 6. Fragmentos – Plano do modo de coesão: modalizações deônticas (MPB)

(8)	As condições que <i>deve ter</i> uma escola para que possa desempenhar seu papel na garantia do direito à educação de seus estudantes são de três naturezas: infraestrutura, pessoal e pedagógica (grifo próprio).
-----	--

(9)	No entanto, os currículos de todas as escolas, sejam elas quais forem, naquilo que se refere ao que deve ser ensinado, <i>precisam</i> ter uma Base Nacional Comum, como expressamente exigido pela CF no artigo 210 que diz “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, ou como definido na LDB de 1996, que em seu artigo 26 explicita que “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio <i>devem</i> ter Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (grifos próprio).
(10)	A CF de 1988 explicitou o projeto da nação brasileira e delegou para a futura promulgação de uma lei, a forma como o sistema educacional <i>deve contribuir</i> para este projeto (grifo próprio).
(11)	A Base Nacional Comum <i>deve</i> necessariamente ser apoiada por amplo espectro de agentes públicos e privados (grifo próprio).
(12)	Este documento <i>deve ser</i> mais explícito do que está estabelecido atualmente nos textos nacionais legais vigentes que são por vezes genéricos, e promover o debate para o estabelecimento do que, dentro de cada área, deve ser aprendido por todos os brasileiros que concluírem a educação básica (grifo próprio).
(13)	Para o desenvolvimento do documento <i>deve-se levar</i> em consideração tanto as experiências sólidas já desenvolvidas no Brasil, no âmbito de alguns estados e municípios, quanto de outros países que recentemente enfrentaram o mesmo desafio (grifo próprio).
(14)	Importante ressaltar que o documento da Base Nacional Comum não <i>deverá incluir</i> detalhamento de como cada objetivo de aprendizagem <i>deve ser ensinado</i> (grifo próprio).
(15)	Ou seja, há um histórico rico de discussões e iniciativas a ser considerado na construção de orientações claras, de altas expectativas e que deverão se aplicar às escolas de educação básica a respeito do que todos e cada um dos alunos brasileiros <i>precisam</i> necessariamente <i>aprender</i> em cada etapa da sua escolarização básica (grifo próprio).
(16)	Em um segundo momento, a Base Nacional Comum <i>precisa considerar</i> as muitas habilidades não cognitivas que já se demonstraram também importantes para a vida (grifo próprio).
(17)	A definição da referida base criará uma linguagem de expressão dos fatos pedagógicos que <i>precisa ser</i> também parte inegociável do currículo dos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação básica, da preparação de estratégias pedagógicas, de materiais de apoio ao ensino, da organização de atividades didáticas, livros e até da organização de <i>sites</i> na Internet, onde o desenvolvimento de tecnologias de ensino possa ser compartilhado (grifo próprio).

(18)	Fixado o conceito de projeto pedagógico e sua relação com o currículo da escola, <i>é importante</i> ainda destacar que uma parte fundante do documento é aquela que descreve os aprendizados que serão oportunizados pela escola em cada fase escolar (grifo próprio).
(19)	<i>É importante</i> registrar que, embora nada do que é necessário para a vida dos estudantes deve ser estranho à escola, ela não pode se ocupar de todas as capacidades que os estudantes precisam (grifo próprio).
(20)	No entanto, <i>é importante</i> que estes conhecimentos disciplinares sejam ensinados de forma que sua utilidade para a vida de cada estudante fique evidente, pois é este o espírito do texto constitucional e da própria LDB (grifo próprio).
(21)	Nesse aspecto, <i>é importante</i> reconhecer que há necessidades específicas, geradas pelo perfil do aluno atendido, história da comunidade ou mesmo opção pedagógico-epistemológica das equipes locais, que impactam e caracterizam a pedagogia a ser usada em cada escola (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

O caráter imperativo que o DC assume é coerente com um enunciado que tem como objetivo justificar a necessidade que se apresenta já no título do documento – *Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum* (MPB, 2015). Contudo, o ethos de autoridade que o enunciador MPB atribui a si vai se desgastando ao longo do enunciado, em virtude de estratégias argumentativas que se sustentam apenas dentro da formação discursiva do Mesmo. Embora se apresentem como quem faz parte da área da educação e como quem tem experiência nas questões concernentes à sala de aula e às necessidades das diversas comunidades escolares, as afirmações de que o enunciador MPB lança mão são esvaziadas de profundidade teórica e científica e não sustentam discursivamente a necessidade e a criação de uma base nacional comum.

Há, no DC (MPB, 2015), outras estratégias linguístico-discursivas que indicam a forma como o texto vai, pouco a pouco, fazendo ver o que se quer dizer por meio de uma determinada forma de dizer. Quando se parte de algo que é dito como uma obviedade ou como um consenso – como as avaliações externas de aprendizagem –, há uma pista linguística de que a proposição está sendo dada como certa e inquestionável, ainda que os argumentos não se sustentem quando, por exemplo, observados pela lupa de pesquisas na área da educação exhaustivamente divulgadas no Brasil (Quadro 7):

Quadro 7. Fragmentos – Avaliações externas (MPB)

(22)	A ausência desta base enseja também que as <i>avaliações externas</i> como a <i>Prova Brasil</i> assumam de fato um papel de prescrição da base curricular nacional, quando o contrário deveria ocorrer – a <i>Prova Brasil deveria ser a forma de a sociedade verificar se os estudantes tiveram, de fato, seus direitos de aprendizagem garantidos</i> (grifo próprio).
(23)	Finalmente, da Base Nacional Comum emanará a matriz de especificação das <i>avaliações nacionais</i> (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

Ao defender as *avaliações externas/Prova Brasil* como “forma de a sociedade verificar se os estudantes tiveram, de fato, seus direitos de aprendizagem garantidos” (Fragmento 22), o enunciador MPB apaga as pesquisas que apresentam um posicionamento contrário a respeito dessas testagens externas, analisando-as como uma ferramenta patrocinada por atores dos segmentos privatistas para, diante do ranqueamento entre escolas, enfatizar a necessidade do capital privado intervir no sistema público de ensino.

Essas avaliações parecem ser compreendidas no DC (MPB, 2015) como produtoras de verdade acerca da qualidade da educação. O enunciador institucional escolhe apresentar essas avaliações como uma ferramenta de referência positiva, sem ao menos mencionar a visão de inúmeros pesquisadores que assumem um posicionamento distinto. Por esse não dito, estabelecem-se linhas de contato com uma determinada visão acerca do que se compreende por educação ao marcar seu posicionamento – e obviamente só se recuperam as falas de quem colabora com o Mesmo. O alinhamento que o enunciador MPB traça entre a BNCC e as avaliações externas de aprendizagem já anuncia seu posicionamento acerca desse instrumento de controle, além de abrir caminho para a indústria empresarial da educação, que enriquece à custa de produção de materiais apostilados para estudantes, professores e gestores, além de toda a mobilização econômica para produzir, aplicar e ranquear os resultados das avaliações externas.

O processo de construção argumentativa por meio de constatações superficiais se mantém quando o DC (MPB, 2015) apresenta a validade da *experiência internacional* (Fragmento 24) para uma Base Nacional Comum a todo o território nacional (Quadro 8):

Quadro 8. Fragmentos – Plano da intertextualidade: supervalorização de experiências estrangeiras (MPB)

(24)	<i>A experiência internacional</i> mostra que uma Base Nacional Comum vale para todo território nacional e inclui a especificação das competências em Linguagens e códigos, especialmente Língua Materna, Literatura Nacional, Arte, Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza, visando a compreensão do mundo físico e natural e; das Ciências Sociais e Humanas, onde se inclui a História e Geografia, especialmente do país. Embora a inclusão destas quatro áreas seja <i>consensual</i> , há na legislação brasileira outras exigências cuja inclusão na Base Nacional Comum é objeto de debate (grifo próprio).
(25)	De forma particular citam-se como relevantes as experiências de: Austrália, Inglaterra, Cuba, Chile, Portugal e Estados Unidos, que usaram diferentes estilos e métodos de desenvolvimento, muitos com <i>claros ensinamentos</i> para o Brasil (grifo próprio).
(26)	Os objetivos de aprendizagem incluídos na Base Nacional Comum devem ser <i>claros e exigentes</i> . <i>A questão da exigência é particularmente importante</i> . O Brasil não pode oferecer a suas crianças e jovens <i>oportunidades educacionais mais limitadas do que a oferecida por outros países</i> (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

As experiências estrangeiras (Fragmento 24), vistas nesta pesquisa pela ótica do plano da intertextualidade, têm sua validade mencionada no contexto de uma Base para todo o território nacional, mas não se diz como essa experiência internacional ocorreu ou de que formas poderia ser relevante para o contexto educacional brasileiro; apresentam-se os “claros ensinamentos para o Brasil” (Fragmento 25), mas não se desenvolve nem mesmo um aspecto do que seriam esses ensinamentos; afirma-se que os “objetivos de aprendizagem incluídos na Base Nacional Comum devem ser claros e exigentes” (Fragmento 26), mas não se define que clareza e que exigências são essas e em que se apoiam, não se considera a extensão continental do nosso país, tampouco a heterogeneidade de demandas e realidades.

Podemos somar a esses exemplos de constatações superficiais o fragmento em que o enunciador menciona o “espírito do texto constitucional e da própria LDB” (Fragmento 20), marcando pela expressão *espírito do texto* um distanciamento em relação à formalidade requerida pelo gênero discursivo documento.

É preciso considerar a supervalorização que o enunciador MPB atribui ao que é estrangeiro, tomando-o como referência ao dizer que o “Brasil não pode oferecer a suas crianças e jovens oportunidades educacionais mais limitadas do que a oferecida por outros países” (Fragmento 26): não há referência para estabelecer

o que é limitado. Não é possível falar em oportunidades mais limitadas ou menos limitadas em se tratando de cenários profundamente distintos, não só entre Brasil e outros países, mas também dentro do Brasil. Essa afirmativa carece de fundamento, o que dificulta o entendimento da posterior comparação.

Retomando o Fragmento 24, a introdução de uma oração concessiva associada ao adjetivo *consensual* reforça a ideia de que, pelo fato de todos os argumentos já terem sido considerados, não há a possibilidade de contestar o que está sendo dito, afinal, existe um consenso que é fortalecido pela legislação.

Outros não ditos se manifestam nos Fragmentos 22 a 26, quando, para se constituir consenso, opta-se por um enunciado que se ancora na não apresentação do discurso do Outro. Esse silenciamento é percebido toda vez que não se fornecem fundamentações teóricas para justificar o que se defende. Esse consenso aparente é construído sobre a omissão das reais demandas educacionais no Brasil, aquelas que são trazidas a público por quem vive o chão da escola. Pelo não dito também se naturaliza a BNCC-EM (Brasil, 2018) como um documento que irá solucionar as questões referentes às “desigualdades educacionais existentes no Brasil”, como está presente no Quadro 9 abaixo:

Quadro 9. Fragmento – Não ditos (MPB)

(27)	No entanto não existe um consenso nacional do que é exatamente a Base Nacional Comum a que se referem à CF e à LDB de 1996. Em particular, não há uma lei federal que defina a Base Nacional Comum referida nesses documentos. Esta ausência tem consequências. Uma das mais invisíveis, mas das mais graves, é que muitos estudantes não adquirem conhecimentos e habilidades que todo brasileiro tem direito a adquirir. Isso é uma das causas das grandes <i>desigualdades educacionais</i> existentes no Brasil (grifo próprio).
------	--

Fonte: Elaboração própria

Basta observarmos a instituição dos itinerários formativos para compreendermos que as desigualdades serão, ao contrário, intensificadas, uma vez que as ofertas dos itinerários se darão pelos sistemas de ensino, e não pelas escolas, muito menos pelas demandas dos estudantes, como instituído na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017). Esses itinerários são ponto de grande divergência, uma vez que, para um grupo, representam a liberdade de escolhas; para o outro, indicam a desigualdade de condições de acesso ao Ensino Superior:

Quadro 10. Itinerários formativos: grades semânticas do Mesmo e do Outro (FL)

Segmentos privatistas		Contraconduta
O Mesmo		O Outro
(28)	A organização em áreas de conhecimento ao invés de disciplinas não significa que o conhecimento disciplinar sumiu. Significa mais <i>flexibilidade</i> na organização dos projetos por problemas (grifo próprio).	Não há garantias de que os sistemas educacionais consigam cumprir com a parte diversificada. <i>A oferta de todos os itinerários formativos certamente não vai acontecer, os alunos não terão a possibilidade da escolha</i> como tem sido anunciado, ficarão restritos às possibilidades de oferta das escolas [...]. <i>As redes públicas estaduais tenderão a implementar o mínimo</i> (grifo próprio).
(29)	Essa versão também avança na promessa de oferecer aos jovens o <i>protagonismo</i> na sua trajetória curricular (grifo próprio).	Quem definirá as trajetórias são as condições de oferta dos sistemas, como ficou, de fato, estabelecido na Lei n. 13.415/2017 [...], toda a complexidade do conhecimento social, político, estético e artístico produzido até aqui seja parcelarizado em <i>trajetórias desiguais</i> à escolha dos sistemas de ensino (grifo próprio).
(30)	Não há país no mundo com bons índices de aprendizagem e de conclusão da Educação Básica que não ofereça aos jovens alguma <i>escolha de percurso</i> (grifo próprio).	Os itinerários formativos são uma <i>fraude</i> , na medida em que o que chama de <i>escolhas</i> são, na verdade, <i>limitações de oferta</i> . O que definirá as <i>trajetórias</i> serão as condições de oferta das redes de ensino como ficou estabelecido na Lei n. 13.415/2017 (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

Como é perceptível no Quadro 10, enquanto, para os segmentos privatistas, os itinerários são vistos como um poder de escolha, alinhados com a educação de outros países, para os participantes da contraconduta, a limitação aos conhecimentos das linguagens de Português e Matemática indicam a forma de conceber a educação focada apenas na inserção no mercado de trabalho, não dando ao estudante a liberdade de escolha anunciada por aqueles que se posicionam favoravelmente à Reforma do EM.

O enunciador MPB naturaliza a existência dessa b(B)ase partindo do documento como um fato e como algo necessário; os representantes da contraconduta, ao contrário, problematizam a sua existência, como mostra o Quadro 11 abaixo:

Quadro 11. BNCC-EM: naturalização e problematização (MPB/FL)

Segmentos privatistas naturalização da BNCC	Contraconduta problematização da BNCC
A construção da Base Nacional Comum é <i>fundamental</i> porque respeita a orientação do artigo 205 da Constituição Brasileira que estabelece como objetivo da educação “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ou seja, explicita os objetivos de duas naturezas usualmente referidas como cognitivos e não cognitivos, que os alunos devem alcançar em sua escolaridade básica, etapa por etapa (grifo próprio).	A ANPEd, ciente de seu compromisso histórico com “o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social” <i>interroga a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio</i> (grifo próprio).
A Base Nacional Comum <i>deve necessariamente ser apoiada</i> por amplo espectro de agentes públicos e privados (grifo próprio).	<i>Caberia perguntar:</i> com quem foi este debate? Se falamos do debate que estava em curso, até o golpe de 2016, podemos afirmar categoricamente que não há nenhuma continuidade nesse processo, ao contrário, o texto em debate foi totalmente transformado, mutilado (grifo próprio).
Atuando desde 2013 a favor da criação de uma Base Nacional Comum de alta qualidade, <i>sempre em diálogo com educadores de todo país</i> (grifo próprio).	A cisão da educação básica, com o envio pelo MEC da proposta de BNCC da educação infantil e do ensino fundamental sem o ensino médio, cabe perguntar, <i>foi dialogada com quem?</i> A única versão pública que o MEC apresentou para a BNCC do ensino médio é a que foi entregue ao CNE (grifo próprio).
A Base explicita as aprendizagens essenciais para todos os alunos brasileiros. <i>A Base é uma política estruturante, essencial para melhorar a qualidade e a equidade da educação básica</i> (grifo próprio).	Como a referida audiência terá caráter exclusivamente consultivo, sentimo-nos no dever, enquanto unidade acadêmica da maior instituição de educação superior da Amazônia Legal, de oferecer subsídios e contribuições para que a comunidade universitária da UFPA e do estado, assim como a população em geral, possa se posicionar de forma crítica em relação a mais essa iniciativa que, a nosso ver, <i>precisa ser mais discutida e profundamente revista</i> (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

Os segmentos privatistas concebem a Base como um documento que é fundamental para o bom andamento da educação no país. Não se questiona, nem se levam em consideração pesquisas na área ou experiências que explicitem a possibilidade de repensar as práticas instituídas por essa proposta homogeneizadora. Os representantes da contraconduta, ao contrário, interrogam a existência do documento, questionam com quem foi o diálogo mencionado pelo outro grupo e se posicionam acerca da necessidade de se discutir e revisar a iniciativa. É na problematização dos enunciados que se desnaturalizam os sentidos que à primeira vista trazem o efeito de verdade, dando a impressão de que se trata de um consenso. Os enunciadores representantes da contraconduta trazem para o debate polêmicas por meio das quais questionam o que é dado como consenso pelos enunciadores dos segmentos privatistas.

Enquanto os segmentos privatistas enaltecem a Base, apresentando características que na sua grade semântica são positivas, o grupo da contraconduta aponta razões que desqualificam o processo de produção da Base, assim como o prejuízo de suas propostas/imposições para a educação pública do país.

Pelo plano do modo de coesão, também analisamos outro recurso linguístico-discursivo utilizado no DC: as expressões reformulativas *ou seja* e *isto é*, que, em vez de reformularem a proposição do texto-fonte mantendo sua significação, alteram esse conteúdo, passando a atribuir ao dito o ponto de vista que os próprios enunciadores institucionais querem impor como verdade (Quadro 12):

Quadro 12. Plano do modo de coesão: expressões reformulativas (MPB)

(31)	O direito constitucional à educação é concretizado, primeiramente, com uma trajetória regular do estudante.	Isto é,	Acesso das crianças e jovens a uma escola de educação básica na idade legal, depois sua permanência nessa escola, seguida da conclusão das diferentes etapas em que o ensino é organizado, também nas idades esperadas (grifo próprio).
(32)	Diversos estados e municípios da Federação desenvolveram e implantaram propostas curriculares locais.	<i>Ou seja</i> ,	Há um histórico rico de discussões e iniciativas a ser considerado na construção de orientações claras, de altas expectativas e que deverão se aplicar às escolas de educação básica a respeito do que todos e cada um dos alunos brasileiros precisam necessariamente aprender em cada etapa da sua escolarização básica (grifo próprio).

(33)	A construção da Base Nacional Comum é fundamental porque respeita a orientação do artigo 205 da Constituição Brasileira que estabelece como objetivo da educação “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.	<i>Ou seja,</i>	Explicita os objetivos de duas naturezas usualmente referidas como cognitivos e não cognitivos, que os alunos devem alcançar em sua escolaridade básica, etapa por etapa (grifo próprio).
(34)	Assim sendo é usual dizer que a base comum se constituirá de conhecimentos e habilidades. Este segundo conceito enfatiza que o conhecimento deve ser incorporado, entendido e usado na análise de situações da vida real.	<i>Isto é,</i>	A Base Nacional Comum é pensada como um conjunto de objetivos de aprendizagem em que cada conhecimento disciplinar se associa a situações que exigem processos mentais de lembrar, compreender, analisar e aplicar (grifo próprio).
(35)	O documento final da Base Nacional Comum só terá impacto se resultar de um pacto suprapartidário, gerando uma política de Estado, não de governo, implementado no sentido proposto no artigo 26 da LDB, supra referido, e com força de lei.	<i>Ou seja,</i>	O desafio que se coloca é envolver os diferentes atores educacionais do cenário nacional, mas com uma visão de futuro que permita a superação de divergências naturais que ocorrem no curto prazo (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

No momento em que se esclarece a proposição feita introduzindo um sintagma adverbial para reformular o que foi dito, o enunciado é marcado pelo sentido que o enunciador MPB deseja impor. Sobre essas estratégias, buscamos fundamentação em Azeredo (2008, p. 98) e encontramos o conceito de *reelaboração*, que: “Consiste em produzir um texto (texto meta) derivado de outro (texto fonte). A relação entre os dois é geralmente de todo e todo. Entre os modos de reelaborar um texto, cinco são bem conhecidos”.

São eles: paráfrase, tradução, paródia, plágio, retificação e integração. No entanto, nenhum desses modos de reelaboração se refere a uma modificação do sentido do texto-fonte, como ocorre nesses movimentos de transição efetuados pelo enunciador MPB. Mais um exemplo dessa alteração do conteúdo pode ser visto por meio do uso da conjunção conclusiva no Quadro 13 abaixo:

Quadro 13. Fragmentos – Plano do modo de coesão: conjunções conclusivas (MPB)

(36)	O sistema de ensino básico brasileiro tem grandes dificuldades nessas dimensões e, <i>portanto</i> , a solução dos graves problemas educacionais nacionais exige ações concomitantes nas três dimensões referidas, ainda que com ritmos e ênfases apropriados à história e especificidade de cada sistema de ensino [...]. As dificuldades nas dimensões da gestão e da infraestrutura das escolas são tão agudas e evidentes que encobrem o terceiro elemento relativo à organização do ensino que é, <i>portanto</i> , de natureza pedagógica (grifo próprio).
(37)	Muitas discussões e iniciativas já ocorreram para atribuir um sentido mais específico à genérica prescrição constitucional e, <i>portanto</i> , adequado para o planejamento pedagógico (grifo próprio).
(38)	Em um segundo momento, a Base Nacional Comum precisa considerar as muitas habilidades não cognitivas que já se demonstraram também importantes para a vida. Habilidades como responsabilidade, disciplina, abertura a novas experiências, capacidade de trabalhar em grupos, respeito às diferenças, capacidade de enfrentar e resolver problemas podem ser adquiridas na escola e, <i>portanto</i> , fazer parte do currículo e da Base Nacional Comum se o debate assim o indicar (grifo próprio).
(39)	A definição da referida base criará uma linguagem de expressão dos fatos pedagógicos que precisa ser também parte inegociável do currículo dos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação básica, da preparação de estratégias pedagógicas, de materiais de apoio ao ensino, da organização de atividades didáticas, livros e até da organização de <i>sites</i> na Internet, onde o desenvolvimento de tecnologias de ensino possa ser compartilhado. <i>Finalmente</i> , da Base Nacional Comum emanará a matriz de especificação das avaliações nacionais (grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria

O enunciador MPB, ao introduzir a conjunção conclusiva, atribui a si a autorização para dizer o que é necessário, utilizando o mesmo recurso linguístico: retificar a afirmação que as antecede, atribuindo ao dito um sentido diferente do que consta no texto-fonte. No Fragmento 39, o sentido de conclusão é alcançado pela conjunção *finalmente*, inserida nas últimas linhas do texto para dar uma ideia de término do processo, cujo resultado é a *Base Nacional Comum*.

Toda essa construção se faz possível pela linguagem. Souza-e-Silva e Rocha (2009, p. 15) explicam, com base em Maingueneau (2008), que “[Para] constituir e preservar sua própria identidade, um discurso não lida com o seu Outro enquanto tal, mas sim com um simulacro desse Outro, simulacro que, a partir da perspectiva assumida, ele é capaz de construir acerca desse Outro”.

E, assim, pela polêmica como interincompreensão, os enunciados do Outro vão sendo entendidos na sua própria língua: escolhe-se o que dizer e o que silenciar, seja pelo não-dito, seja pelo simulacro: “a captação desse Outro é incontornavelmente a captação de um simulacro desse Outro” (Souza-e-Silva; Rocha, 2009, p. 16). A formação discursiva lida com um simulacro que constrói do Outro. Por isso, os autores afirmam que:

A polemização com o Outro é a garantia mesma da identidade de um discurso [...] ele só terá sua eficácia se puder fazer acreditar que ele pode efetivamente ser ameaçado – e mesmo destruído –, tendo suas verdades refutadas pelo Outro, razão por que deverá fazer crer que é realmente esse Outro que ele busca combater (Souza-e-Silva; Rocha, 2009, p. 17).

E pela linguagem se naturaliza ou se polemiza, mostra-se o que se quer fazer ver e omite-se o que concorre com a veracidade do Mesmo, silencia-se o que criaria disputa e reinaugura-se o velho como se novo fosse, em forma de uma inovadora proposta de educação que atende aos interesses dos idealizadores dessa política educacional, em um alinhamento entre DC (MPB, 2015), Lei n. 13.415 (Brasil, 2017) e BNCC-EM (Brasil, 2018). Embora saibamos que não existe consenso sobre o que é uma educação escolar ideal, o DC sinaliza uma governamentalidade (Foucault, 2015, p. 52) tendo essa Base (com letra maiúscula) como dispositivo de controle e de padronização para além da instituição escola, que se circunscreve a um regime de verdade:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua *política geral* de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Vemos, desse modo, que o sujeito, por não ser dono do seu discurso, mas de um modelo de consumo de ideias e comportamentos, é levado a assumir determinados contornos, característicos do universo a que está vinculado. Cabe refletir que escola é essa e a quem se destina e, ainda, quem conduz a institucionalização da Reforma do EM, da BNCC e, em seguida, da Base Nacional Comum-Formação (ainda em construção). A valorização de uma verdade

autoproclamada – uma autoverdade (Brum, 2018), caracterizada pelo valor presente no ato de dizer, e não no conteúdo dito – constitui-se, portanto, por aquilo que é designado como verdadeiro.

O enunciador institucional do DC, por meio de estratégias linguístico-discursivas, evidencia seu posicionamento favorável à concepção de educação sob interesses do mercado, cuja lógica se funda na desvalorização de discussões da área da educação, acomodando o debate em espaços restritos em que não se priorizam estudos científicos. Alinhados a Rocha (2020, p. 239), trata-se do que ele chama de “verdadeira desleitura do mundo”, que, evidentemente, não é ingênua, mas, ao contrário, atende aos interesses dos segmentos privatistas.

O enunciador MPB atribui a si mesmo autoridade para falar sobre educação e para dizer o que é importante ser feito, falando de um lugar de conhecedor do assunto. Ao buscarmos no *site* do MPB (2021) informações sobre a constituição da equipe, verificamos que não há detalhamento acerca de seus colaboradores, havendo apenas a indicação dos nomes dos Conselheiros Consultivos do Movimento. Por meio do não dito sobre a equipe e por meio da disponibilização de informações acerca dos integrantes do Conselho, já é possível compreender algumas conexões feitas pelo MPB. Oferecem-se muitas informações, mas apenas as que se quer informar. Trata-se da sociedade da aparência muito bem apoiada e mantida pelos meios de comunicação de massa, que garantem visibilidade aos projetos educacionais do Mesmo – pelos ditos –, marcando seu território no campo educacional.

Nas releituras do DC, verificamos que, todas as vezes em que o enunciador MPB se refere a essa base nacional comum que ainda não existia em 2015, são utilizadas iniciais maiúsculas. A recorrência dessa escrita, ao longo das quatro páginas do DC, funciona como um marcador de existência (pelo uso do substantivo próprio), uma vez que não há alternância entre a expressão grafada com letra maiúscula e a expressão grafada com letra minúscula, mas, ao contrário, todas as vezes em que a expressão é escrita as iniciais maiúsculas são utilizadas. Contudo, ao mesmo tempo que o enunciado marca essa existência da b(B)ase, dando-a como uma realidade por meio do uso de algumas estratégias linguístico-discursivas, é possível perceber uma flutuação quando, no encerramento do DC, o futuro do presente do indicativo *será* (aprovado) é empregado. Ou seja: uma b(B)ase que busca instituir-se como verdadeira – sob a compreensão de que a verdade é construída discursivamente em cada grupo –, embora o tempo verbal futuro do presente do indicativo denuncie a sua inexistência naquele momento.

Concluindo a análise linguístico-discursiva do eixo temático educação padrão, sob a enunciação do MPB (2015), retomamos os principais pontos. A autoverdade se manifesta no caráter imperativo do Documento. Com suporte na semântica global, o discurso relatado é compreendido pelo plano da intertextualidade com textos legais, transmitindo a ideia de que a BNCC já era algo previsto na lei e por isso agora precisa ser construída e implementada. Pelo plano do vocabulário, vemos o alinhamento entre DC (MPB, 2015) e lógica empresarial da educação; e, pelo modo de coesão, vemos como se constrói discursivamente o que é mostrado como obviedades por meio do uso de modalizadores, locuções reformulativas e conjunções conclusivas que alteram o conteúdo do texto-fonte, além de tempos verbais e construções argumentativas que contribuem para o mesmo propósito. Pelos não ditos, o consenso sobre a validade das avaliações de aprendizagem vai sendo construído, assim como sobre a necessidade de uma Base Nacional Comum.

Concebemos o DC como um dispositivo pela aliança com a BNCC, que busca, a partir da Base, uma educação padronizada para todo o território nacional, além de empenhar-se na tarefa de estipular um referencial de educação padrão que atenda às exigências estipuladas por um determinado grupo. O papel argumentativo que o Documento busca imprimir na forma de dizer não se aprofunda em justificativas que embasem o que está sendo afirmado, permanecendo na superfície das ideias que se propõe a defender. As análises dão visibilidade às construções acerca da educação padrão que o enunciador MPB (2015, 2021) produz na teia discursiva que passa pelo DC e também pela missão, princípios e valores do Movimento, enredando-se na formação discursiva dos membros do conselho consultivo, do conselho de mantenedores e do apoio institucional.

| Considerações finais

Com base nos percursos teórico-metodológicos e nas análises linguístico-discursivas acerca da BNCC-EM (Brasil, 2018), foi possível identificar como esse documento se constitui, a partir da intertextualidade, conforme as palavras de Maingueneau (2008, p. 78), em um “passado específico”, construído para si. A BNCC (Brasil, 2018) se coloca em um lugar de desdobramentos de leis anteriores, fazendo uma leitura de políticas curriculares precedentes, reivindicando os parâmetros curriculares nacionais e a perspectiva enunciativa discursiva, apresentando-se como uma atualização fundamental. Esses signos da atualização reivindicados e expressos pela BNCC (Brasil, 2018) se fazem presentes em constantes acenos de modernização por meio de modelos da educação dita necessária para o século XXI.

Convergem nesse mesmo sentido os enunciados do MPB (2021), que se destacam por um alinhamento com a educação padrão, compreendida como um grau de padronização curricular que busca ser tomada como referência diante do modelo atual de educação, anunciado pelo enunciador MPB como fracassado e falido. Para esse enunciador institucional, a educação padrão pode ser alcançada por meio do documento BNCC (Brasil, 2018), que passa obrigatoriamente pelo apoio de agentes públicos e privados.

A pesquisa nos abriu inúmeras possibilidades de enunciados que tangenciam a BNCC-EM (Brasil, 2018), porém, pelas limitações de um estudo de doutoramento, foi preciso privilegiarmos algumas escolhas para empreender a investigação. Registramos aqui enunciados e instituições que constituem o rizoma e que, por isso, são intrínsecos ao processo investigativo-analítico e que podem se tornar objeto de novas pesquisas. São eles: documentos ligados a políticas educacionais, tais como: Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (MEC, 2013); constituição do MEC e do Conselho Nacional de Educação em diferentes gestões; relações entre Ministros/Secretários da Educação e mudanças ocorridas no cenário educacional durante as respectivas gestões; relações de apoio e parceria entre diferentes atores, tais como Instituto Natura e FL ou Wilson Risolia e Fundação Roberto Marinho, ou ainda entre nomes ligados a instituições bancárias como Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco e Banco Interamericano de Desenvolvimento; *links* com pedidos de doações em dinheiro em favor da educação nos *sites* de instituições ligadas aos segmentos privatistas (como Instituto Ayrton Senna e Instituto Natura, por exemplo); questões transnacionais que se impõem ao campo educacional do Brasil em relação de aliança com segmentos privatistas e se fazem cumprir gerando impactos nas salas de aula de colégios em âmbito nacional; parcerias público-privadas e convênios com empresas cujos sócios ocupam cargos que respondem por decisões ligadas à educação. Essas são algumas sugestões dentro de uma infinidade de possibilidades.

| Referências

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Education Development**, Amsterdã, v. 64, p. 65-73, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>. Acesso em: 23 nov. 2019.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-75.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRUM, E. **Bolsonaro e a autoverdade**. Madri: El País, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html. Acesso em: 19 out. 2021.

COSTA, H. S. O lugar das contracondutas na genealogia foucaultiana do governo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 61-78, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20767>. Acesso em: 8 jul. 2020.

DAHER, D. C.; SANT'ANNA, V. L. A. O que se pensa e o que se diz com o que se faz e o que se é: reflexões sobre linguagem, trabalho, ética e pesquisa. *In*: DEUSDARÁ, B.; PESSOA, F. (org.). **Discurso e trabalho**: reflexões sobre ética. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2021. p. 41-56.

DAHER, D. C.; VARGENS, D. P. M.; GIORGI, M. C. Análise do discurso: conceitos e percursos de pesquisas em linguagem-intervenção. *In*: ESTEVES, P. M. S.; SILVA, S. D. (org.). **Estudos de linguagem**: teorias do texto, do discurso e da tradução. Niterói: EDUFF, 2021. p. 129-159.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. **Análise cartográfica do discurso**: temas em construção. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

FISCHER, R. M. B. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. *In*: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 49-70.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAÇÃO LEMANN (FL). **Debater a BNCC do Ensino Médio é uma oportunidade de mudança**. São Paulo: FL, 2018a. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/debater-a-bncc-do-ensino-medio-e-uma-oportunidade-de-mudanca>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN (FL). **Jovens participam de audiências da BNCC do Ensino Médio**. São Paulo: FL, 2018b. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/jovens-participam-de-audiencias-da-bncc-do-ensino-medio>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN (FL). **BNCC do Ensino Médio**: 5 razões para continuar colaborando. São Paulo: FL, 2018c. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/bncc-do-ensino-medio-5-razoes-para-continuar-colaborando>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013.

MOVIMENTO PELA BASE (MPB). **Documento conceito**: necessidade e construção de uma Base Nacional Comum. São Paulo: MPB, 2015.

MOVIMENTO PELA BASE (MPB). **Quem somos**. São Paulo: MPB, 2021. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 7-16.

ROCHA, D. A autocrítica como desafio ético-político de resistência no contemporâneo. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 237-260, jun. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/50466/29234>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SOUZA, A. M. R. **Base Nacional Comum para quê/quem?**: uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial. 2019. 361 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11599>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SOUZA-E-SILVA, M. C.; ROCHA, D. Resenha de “Gênese dos discursos”, de Dominique Maingueneau. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 1-25, jun. 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/resenhas/resenha.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Acesso em: 14 fev. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **SAEB 2017**: o que diz a última avaliação de aprendizagem do país. São Paulo: TPE, 2018a. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saeb-2017-o-que-diz-a-ultima-avaliacao-sobre-a-educacao-do-pais/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **IDEB 2017**: o que podemos aprender, mesmo (quase) sem novidades. São Paulo: TPE, 2018b. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/ideb-2017-o-que-podemos-aprender-mesmo-quase-sem-novidades/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Como citar este trabalho:

LOPES, Shayane França. Reflexões de base discursivo-cartográfica sobre enunciados acerca da BNCC-EM. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 131-163, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

O relatório do estágio nas áreas de História e Ciências Biológicas: uma análise das condições de produção

Juliana MARCELINO SILVA¹

Regina Celi Mendes PEREIRA²

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil;
| julianamarcelino54@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0001-8475-435X>

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil;
| reginacmps@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0002-5538-035X>

Resumo: Esta pesquisa objetiva investigar as condições de produção do relatório de estágio e suas implicações para a formação docente nas áreas de História e Ciências Biológicas. Para tanto, fundamenta-se no aparato conceitual do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). Metodologicamente, enquadra-se no campo da Linguística Aplicada como um estudo de caso, de abordagem qualitativa e de natureza exploratória. O *corpus*, explorado com base na análise de conteúdo, constitui-se de 06 respostas a um questionário *online* aplicado com estudantes dos cursos focalizados. Os resultados sugerem que as condições de produção do relatório, nas áreas em investigação, são específicas e situadas e variam de acordo com o professor da disciplina e a área de conhecimento, particularmente quanto aos objetivos da produção e às orientações para a escrita do gênero. De acordo com as respostas dos estudantes, há diferentes contribuições da escrita do relatório para a formação docente: reflexão sobre o percurso acadêmico, construção da identidade profissional, avaliação do agir do outro e do próprio agir e o desenvolvimento de futuras pesquisas. Conclui-se que o relatório de estágio é um gênero acadêmico-profissional, no qual o professor em formação reflete e (re)age linguística e discursivamente suas percepções, posicionamentos e avaliações sobre a prática docente.

Palavras-chave: Gênero relatório de estágio. Condições de produção. Interacionismo Sociodiscursivo.

The Internship Report in the Fields of History and Biological Sciences: An Analysis of Production Conditions

Abstract: This study investigates the conditions under which internship reports are produced and their implications for teacher education in the fields of History and Biological Sciences. It is grounded in the theoretical framework of Sociodiscursive Interactionism (SDI). Methodologically, the research is situated within Applied Linguistics as a case study, employing a qualitative and exploratory approach. The corpus, analyzed through content analysis, comprises six responses to an online questionnaire administered to students enrolled in the targeted programs. The findings suggest that the conditions for producing internship reports are specific and context-dependent, varying according to the course instructor and the field of knowledge—particularly in terms of production objectives and writing guidelines. According to the students’

responses, report writing contributes to teacher education in several ways: fostering reflection on the academic journey, shaping professional identity, enabling the evaluation of both personal and others' actions, and supporting the development of future research. The study concludes that the internship report is an academic-professional genre through which pre-service teachers linguistically and discursively reflect on, position themselves in relation to, and evaluate their teaching experiences.

Keywords: Internship report genre. Production conditions. Sociodiscursive Interactionism.

| Introdução

Nas últimas décadas, os gêneros textuais ganharam notoriedade em pesquisas científicas vinculadas ao Interacionismo Sociodiscursivo (doravante, ISD), haja vista seu potencial não só como uma ampla ferramenta comunicativa, mas também como um “mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática dos indivíduos nas atividades comunicativas humanas” (Machado, 2005, p. 251). No Brasil, há uma forte tendência entre as pesquisas vinculadas ao ISD em examinar as condições de produção de gêneros de texto, em particular, a construção de conhecimentos que eles envolvem e as particularidades (estruturais, linguísticas e discursivas) que os caracterizam.

Paralelamente ao desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao ISD, há, também, diferentes estudos, muitos dos quais realizados no campo da Linguística Aplicada, que focalizam os gêneros acadêmicos no processo de atuação docente (Fazion; Lousada, 2021; Leurquin; Gurgel, 2017; Lopes, 2007; Lousada, 2013; Machado, 2002; Machado; Bronckart, 2004; Machado; Lousada, 2010). Tal interesse parece se justificar a partir da concepção de que os textos, organizados a partir de gêneros, constituem ferramentas indispensáveis para a participação na vida social, acadêmica e profissional (Navarro, 2021), e assim, influenciam “profundamente a construção do saber e os processos de conceitualização do próprio professor” (Machado; Lousada, 2010, p. 630).

Quando refletimos sobre as condições em que os gêneros de texto se estabelecem na esfera acadêmica, compartilhamos da compreensão de que, ao ingressarem no Ensino Superior, os estudantes irão se deparar com práticas de leitura e escrita típicas desse campo, que tem normas, didáticas, currículos, metodologias e significados específicos e situados. Conforme pontuam Assis, Bailly e Corrêa (2017, p. 11), “a formação no ensino superior prevê uma formação para a escrita acadêmica e, ao mesmo tempo, por meio dela, o que se dá

a partir de um longo processo de socialização, marcadamente dialógico”. Tal formação, assim, requer condições de ensino-aprendizagem adequadas a todos os contextos em que as práticas de escrita serão demandadas, visto que elas variam conforme a área de conhecimento, a disciplina, o(a) professor(a) e o público-alvo (Street, 1984).

Partindo dessa compreensão, podemos entender a escrita, objeto mais amplo de nossa investigação, como uma prática social situada, sujeita a condicionamentos sócio-históricos e culturais (Lillis; Curry, 2010). Logo, o relatório de estágio – gênero que constituirá o objeto específico desta investigação –, configura-se como um artefato simbólico, incorporado de representações construídas e em construção sobre o agir docente. Além disso, é considerado como uma prática discursiva essencial no processo de letramento do professor em formação (Lopes, 2007), uma vez que os estudantes não só descrevem as práticas de planejamento e intervenção em sala de aula, como também refletem e se posicionam criticamente em relação a esse agir (Lousada, 2013).

Embora já existam iniciativas produtivas voltadas para a discussão sobre a produção de gêneros acadêmico-científicos em diferentes campos disciplinares, a exemplo dos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto Ateliê de Textos Acadêmicos (ATA), da Universidade Federal da Paraíba (Pereira, 2014, 2019) e do Grupo de Pesquisa em Discurso, Identidade e Letramento (DILETA), da Universidade Estadual do Ceará (Freitas; Bernardino; Pacheco, 2020), ressaltamos a relevância e a necessidade de pesquisas cujo objeto de investigação se refere aos relatórios de estágio produzidos por licenciandos de diferentes cursos (Marcelino Silva, 2024).

Diante dessas considerações, surgem em nós alguns questionamentos: quais condições de produção constituem o relatório de estágio das áreas de História e Ciências Biológicas? Quais são as implicações da produção do relatório de estágio para a e na formação docente? Para respondê-los, traçamos como objetivo geral investigar as condições de produção do relatório de estágio e suas implicações para a formação docente nas áreas de História e Ciências Biológicas, da Universidade Federal da Paraíba, *campus* sede. Já como objetivos específicos, estabelecemos: (1) caracterizar as condições de produção do relatório de estágio das áreas de História e Ciências Biológicas; e (2) examinar possíveis implicações da produção do relatório de estágio para a e na formação docente desses licenciandos.

Nessa perspectiva, nosso *corpus* integra um banco de dados de uma pesquisa mais ampla, nível mestrado, sobre a produção do relatório de estágio nas áreas

de História e Ciências Biológicas, desenvolvida no interior do projeto do ATA. Esse banco de dados é constituído por seis (6) respostas a um questionário aplicado digitalmente a estudantes das áreas de História e Ciências Biológicas e dez (10) relatórios de estágio produzidos por eles, sendo 05 de cada área de conhecimento. Seleccionamos como *corpus* de análise desta pesquisa seis (6) respostas, sendo três (3) de cada área, visto nosso interesse em focalizarmos com maior profundidade e detalhamento as experiências desses estudantes. Ademais, como desenvolvemos um estudo de caso, alinhadas a uma perspectiva interpretativista, esse quantitativo não visa a fazer generalizações, mas compreender as experiências desses indivíduos singulares com a produção do relatório.

Analizamos o *corpus* referido à luz da técnica analítica análise de conteúdo (Bardin, 2016) e do quadro epistemológico do ISD, uma vez que, para a exploração das respostas ao questionário, consideramos conceitos como o de práticas de linguagem, condições de produção dos gêneros de textos e agir docente (Bronckart, 2003, 2009).

Pretendemos, com esta pesquisa, contribuir de formas distintas: (1) ampliar as discussões teóricas e aplicadas quanto à produção do relatório de estágio, demandada em diferentes culturas disciplinares; (2) suscitar ou aprimorar diálogos entre os professores que atuam nos cursos investigados sobre a relevância da produção do relatório de estágio na formação do futuro profissional do ensino; e (3) recuperar o objetivo reflexivo intrínseco ao gênero entre os alunos, os quais, muitas vezes, o encaram como mais uma burocracia.

Além desta breve introdução, o presente artigo está organizado em quatro partes. Na primeira, comentamos os conceitos teóricos do quadro epistemológico do ISD. Na segunda, descrevemos os fundamentos metodológicos que auxiliaram o desenvolvimento da pesquisa, bem como os procedimentos de geração, coleta e análise do *corpus*. Na terceira, exploramos o nosso *corpus*. Na quarta e última, tecemos algumas considerações finais.

| A proposta do Interacionismo Sociodiscursivo

Diante do objetivo de investigar as condições de produção do relatório de estágio em duas culturas disciplinares distintas, recorreremos teoricamente ao aparato conceitual do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), particularmente aos conceitos de práticas de linguagem, gêneros de texto, condições de produção, conforme apresentados por Bronckart (2003, 2006, 2009) e por pesquisadores

vinculados a essa corrente teórica, cujas pesquisas ampliam a compreensão sobre as relações entre linguagem e trabalho educacional.

O ISD é uma corrente da psicologia da linguagem que surge como uma continuidade e ampliação do movimento intitulado Interacionismo Social. Desse modo, as investigações empreendidas nesse quadro epistemológico focalizam as condições nas quais os seres humanos desenvolvem as formas de organização social, em particular, as formas com as quais interagem socialmente a partir da linguagem.

Nessa perspectiva, a linguagem caracteriza-se como um instrumento semiótico, diretamente relacionado às atividades sociais, históricas e culturais. Ela tem, portanto, um papel fundamental no desenvolvimento humano, “contribuindo para representar as pré-construções, organizar, comentar e regular as ações e as interações humanas” (Rodrigues, 2011, p. 50). As práticas ou atividades de linguagem, desenvolvidas dentro de uma situação comunicativa, são concebidas como formas de ação do sujeito no mundo (Bronckart, 2003, 2006, 2009). Sendo formas de ação, podem ser definidas em dois níveis: (1) sociológico – “como uma porção da atividade da linguagem do grupo, recortada pelo mecanismo geral das avaliações sociais e imputada a um organismo humano singular”; e (2) psicológico – “como o conhecimento disponível em um organismo ativo sobre as diferentes facetas de sua própria responsabilidade na intervenção verbal” (Bronckart, 2009, p. 99).

Nessa perspectiva, a ação de linguagem desempenha uma função fundamental na produção de conhecimentos sociais e coletivos e no desenvolvimento humano, pois “é por meio dela que se constrói uma ‘memória’ dos pré-construídos sociais”. Além disso, é ela que “organiza, comenta e regula o agir e as interações humanas” (Machado; Cristovão, 2006, p. 549). Bronckart (2003) considera que os sujeitos, ao (inter)agirem com outros a partir da língua(gem), recuperam em sua memória uma série de textos pré-existentes, organizados em gêneros específicos. Tais gêneros formam o arquitexto de uma determinada comunidade linguística, o qual pode ser definido como uma base de pré-construídos disponíveis para os sujeitos, de acordo com o contexto e os propósitos da interação. Sendo assim, os gêneros de texto são considerados instrumentos comunicativos temporariamente estáveis, que podem ser modificados sociohistoricamente, a depender do usuário, das condições de produção e das situações de interação.

Para o ISD, os gêneros constituem (mega)artefatos simbólicos que “mediatizam a ação de linguagem, permitindo a produção e a complexa compreensão de textos” (Machado; Cristovão, 2006, p. 551). Decorre desse papel mediatizador

e regulador dos gêneros uma influência determinante no desenvolvimento da linguagem do indivíduo e na aprendizagem das formas de comunicação cotidianas ou não, formais ou informais.

Segundo Bronckart (2003), os conhecimentos sobre os gêneros são construídos a partir das representações que tecemos sobre os contextos social, histórico e linguístico em que estamos situados, o que nos permite reconhecer as características estruturais de determinado gênero, bem como sua adequação aos contextos de uso. Tais conhecimentos, portanto, mobilizam recursos e esquemas pré-construídos de uma dada língua natural, processo do qual resulta a produção de um texto empírico. De acordo com Bronckart (2006, p. 139), “os textos podem ser definidos como os correspondentes empíricos/linguísticos das atividades de linguagem de um grupo, e um texto como o correspondente empírico/linguístico de uma determinada ação de linguagem”.

Assim, ao produzirmos e/ou estudarmos um texto, não devemos considerar apenas sua forma externa, mas o seu contexto de produção, o qual envolve “representações dos três mundos: dos parâmetros objetivos; dos parâmetros sociossubjetivos; da situação de ação de linguagem e dos conhecimentos disponíveis no agente” (Bronckart, 2006, p. 146).

O primeiro contexto, referente às representações do mundo físico, constitui os parâmetros objetivos: (1) emissor; (2) receptor; (3) local da produção; e (4) momento da produção. O segundo, relacionado às representações do mundo sociossubjetivo, indica o tipo de interação, os papéis sociais atribuídos aos interlocutores e os propósitos comunicativos: (1) instituição; (2) posição social do emissor; (3) posição social do receptor; e (4) objetivo da interação. O terceiro e último refere-se às representações da situação de ação de linguagem e dos conhecimentos do agente sobre o tema, os quais influenciam diretamente o que estará materializado no texto.

Tais condições concretas, na medida em que são circunscritas a parâmetros específicos, condicionam como as ações de linguagem são construídas na/pela cultura, materializadas em diferentes textos, e como estes constituem o agir dos sujeitos. Desse modo, textos (orais, escritos ou multissemióticos), além de refratarem condições externas de produção, refletem uma concepção de mundo do autor, o qual objetiva provocar determinados efeitos de sentido nos possíveis leitores.

Diante dos nossos objetivos, selecionamos como objeto de estudo os registros de respostas dos estudantes ao questionário *online* aplicado. A análise dessas

respostas parece revelar as condições em que o gênero relatório de estágio foi demandado na disciplina de estágio supervisionado.

| Caminho teórico-metodológico

Uma vez que as práticas de linguagem, em especial de escrita, “estão sempre inscrevendo o sujeito e o seu texto/sua leitura num conjunto complexo, dinâmico e relativo de papéis, identidades, redes comunicativas e de acesso aos padrões institucionais” (Signorini, 2001, p. 13), os investigadores alinhados ao campo interdisciplinar e crítico-colaborativo da Linguística Aplicada (LA) partem de diferentes posicionamentos teóricos que os direcionam a modos de percepção, compreensão e interpretação específicos e situados em relação às atividades de uso da língua. Sendo assim, esta pesquisa, situada no campo da LA e fundamentada em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva da linguagem, focaliza as condições de produção em que os relatórios de estágio são produzidos nas áreas de História e Ciências Biológicas.

Apoiamo-nos no paradigma interpretativista, uma vez que entendemos a linguagem como um sistema simbólico estabelecido, em que diferentes significados lhe são atribuídos por meio da interação social. Nesse paradigma, para a análise dos dados, são levadas em consideração as particularidades do contexto em que se realiza a investigação (Moreira; Caleffe, 2008). Sendo assim, os usos da linguagem, por serem contextualizados em um determinado tempo sócio-histórico, são singulares e refletem a subjetividade, as emoções, os interesses e os valores dos sujeitos que os produzem, o que exige do pesquisador uma percepção sensível com o objeto de estudo.

No âmbito desse paradigma, optamos pela abordagem qualitativa, visto que a investigação que propomos não se estabelece a partir de uma operacionalização estatística, mas sim a partir do exame aprofundado de um fenômeno em toda a sua complexidade (Bogdan; Biklen, 1994). Uma vez que os investigadores qualitativos “partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação” (Godoy, 1995, p. 63), levamos em consideração questões mais amplas sobre a escrita acadêmica e cultura disciplinar para examinar as condições de produção do relatório de estágio, em duas áreas de conhecimento distintas.

Alinhadas com a abordagem referida, nossa pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, haja vista ser um estudo detalhado de um ou mais objetos (Yin, 2001), realizado com o objetivo de aprofundar ou ampliar o conhecimento sobre ele(s). Uma vez que a investigação decorre em ambiente natural, o

investigador que desenvolve um estudo de caso recorre a diferentes métodos de coleta de dados: entrevistas, questionários, diários de campo, documentos, gravações em áudio e vídeo, entre outros (Prodanov; Freitas, 2013). No caso da nossa pesquisa, cujo objetivo é investigar a materialidade textual-discursiva do relatório de estágio e suas implicações para a formação docente nas áreas de História e Ciências Biológicas, adotamos o estudo de caso como procedimento técnico e o questionário como método de coleta de dados.

Desenvolvemos um estudo de caráter exploratório, no sentido definido por Gil (1994): pesquisa cujo principal objetivo é desenvolver, esclarecer e delimitar conceitos, a fim de formular problemas mais precisos. De acordo com o autor supramencionado, pesquisas exploratórias possuem uma menor rigidez no seu planejamento e execução, posto que os dados, em geral, são construídos através de estudos de caso, entrevistas não padronizadas, levantamento bibliográfico e/ou análise documental. Procuramos, assim, por meio da análise da resposta dos alunos ao questionário e dos textos pertencentes ao gênero relatório de estágio, caracterizar as condições de produção do gênero relatório, em duas licenciaturas distintas.

Em relação à delimitação do campo investigativo, desenvolvemos uma pesquisa em duas licenciaturas da UFPB. Salientamos que a escolha pela modalidade licenciatura é justificada por nossa compreensão do trabalho docente como complexo, dinâmico e situado, cuja formação envolve a apropriação de uma série de prescrições (dos sistemas educacional, de ensino, didático, institucional) e a mobilização de diferentes artefatos simbólicos e multissemióticos, disponíveis coletivamente (Bueno; Machado, 2011).

No que diz respeito ao processo de delimitação do objeto investigativo, selecionamos duas grandes áreas de conhecimento: Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A investigação nessas áreas distintas visa ampliar o diálogo interdisciplinar entre as licenciaturas sobre a escrita acadêmica e desbravar questões epistemológicas, de identidade e de poder que subjazem a essas culturas disciplinares (Hyland, 2000).

Dessas duas grandes áreas de conhecimento, delimitamos dois cursos como campo de investigação, a saber: História e Ciências Biológicas. A escolha por essas licenciaturas se justifica por atenderem a alguns critérios: (a) cursos que integram áreas de conhecimento distintas, o que sugere normas, convenções acadêmicas, objetos e metodologias específicas, delineando novas demandas de investigação; e (b) cursos que possuem quatro disciplinas de estágio

supervisionado obrigatório, o que indica a produção do gênero relatório de estágio.

Vale referenciar a aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba – CCS UFPB, datada de 05 de setembro de 2023, com CAAE: 72904923.0.0000.5188 e parecer 6.282.657. Diante da apreciação positiva do comitê de ética, iniciamos o processo de geração e coleta de dados, o qual aconteceu em duas etapas. Na primeira, entramos em contato com os coordenadores dos referidos cursos, a fim de explicar a nossa proposta, tecendo comentários sobre o contexto, a problemática, os objetivos e as perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa, e solicitarmos o *e-mail* dos alunos que estivessem no meio e/ou no final dos cursos de História e Ciências Biológicas da UFPB, *campus* I, pois eles teriam, provavelmente, produzido dois ou mais relatórios de estágio para as disciplinas de estágio supervisionado. Uma vez que os coordenadores optaram por eles mesmos enviarem nosso *e-mail*-convite para os estudantes no controle acadêmico, aguardamos algumas semanas.

Dado o pouco retorno desses estudantes por *e-mail*, direcionamo-nos para a segunda etapa do processo de coleta dos dados, na qual fomos presencialmente aos Centros Acadêmicos (CA) das duas áreas em investigação. Nesta etapa, conversamos sobre a nossa pesquisa com alguns dos estudantes que estavam nas salas que pertencem ao CA de cada área. Nesse encontro, o qual aconteceu no período vespertino, apresentamo-nos e explicitamos nossa pesquisa aos licenciandos de História e Ciências Biológicas. Por meio dessa estratégia, conseguimos um contato mais direto com os estudantes, que nos repassaram o número do celular e o *e-mail* para enviarmos o questionário *on-line*.

Conforme sinalizado na seção anterior, a primeira fonte de dados advém da aplicação de um questionário *on-line* direcionado aos estudantes da área de História e Ciências Biológicas. A partir dessa aplicação, obtivemos seis (6) respostas, três (3) das quais referentes a estudantes da licenciatura em História – Marcos³, Wilton e Ester; e três (3) referentes a estudantes da licenciatura em Ciências Biológicas – Eva, Natália e Vanessa.

O questionário desta investigação, cujas perguntas foram redigidas no quadro 1, a seguir, foi produzido de acordo com os nossos objetivos – caracterizar as condições de produção em que o gênero relatório de estágio é solicitado

3 Todos os nomes são fictícios, com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes.

nas duas áreas investigadas e examinar as implicações, na percepção dos estudantes, sobre a produção do gênero referido para a/na formação docente.

Quadro 1. Natureza das perguntas no questionário *on-line* aplicado aos estudantes

Pergunta	Natureza da pergunta
Assinale as disciplinas de estágio que você cursa ou já cursou durante a sua licenciatura.	Identificação
Nas disciplinas mencionadas anteriormente, você produziu o gênero relatório de estágio?	Identificação
Em caso afirmativo, como foi para você a experiência de escrevê-lo? O que você consegue se lembrar do momento da escrita?	Condições de produção
Quando você produzia esse texto, você recebia orientações sobre como elaborá-lo? Em que consistiam essas orientações?	Condições de produção
Depois de receber essas orientações, você conseguia produzir o relatório ou ainda sentia dificuldade?	Condições de produção
Das experiências desenvolvidas no estágio, quais atividades (observação, planejamento, regência) você mais destacava na elaboração do relatório?	Condições de produção
Você considera o relatório de estágio um gênero relevante para a sua formação acadêmica?	Implicações para a formação docente
Se a resposta anterior for afirmativa, qual contribuição a produção do relatório de estágio poderia trazer para a formação de professores?	Implicações para a formação docente

Fonte: Elaboração própria (2024)

Para a análise da caracterização das condições de produção dos relatórios, alcançada por meio da exploração das respostas dos estudantes ao questionário aplicado, consideramos as contribuições do quadro epistemológico do ISD, particularmente as representações do mundo físico e sociossubjetivo, evidenciados por Bronckart (2003, 2006, 2009): (1) mundo físico: emissor/ produtor, receptor/destinatário, local da produção e momento da produção; e (2) mundo sociossubjetivo: instituição, posição social do emissor, posição social do receptor e objetivo da interação. Para o exame das implicações da produção do relatório para a/na formação docente, também alcançada através das respostas ao questionário, levamos em consideração as contribuições/ discussões teóricas das pesquisas sobre o gênero relatório de estágio,

desenvolvidas por pesquisadoras brasileiras, a exemplo de Leurquin (2013) e Lopes (2007).

Além das contribuições do aparato teórico-metodológico do ISD, consideramos também a técnica analítica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016 [1977]), sobretudo quanto ao processo de seleção, categorização e interpretação dos dados. De acordo com Moraes (1999, p. 2), essa técnica analítica, “conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Sendo assim, adotamos procedimentos característicos dessa técnica, a saber: unitarização (selecionar e unificar o conteúdo), categorização (transformar as unidades em categorias de análise), descrição (descrever os resultados) e interpretação (reflexão aprofundada sobre os resultados alcançados).

De acordo com o arcabouço teórico-metodológico do ISD (Machado; Bronckart, 2009), com os nossos objetivos e com os dados explorados na seção analítica, construímos duas categorias de análise: (1) parâmetros do contexto sociointeracional de produção; e (2) contribuição para a formação docente.

Na próxima seção, exploramos o *corpus* deste estudo, composto por respostas dos licenciandos ao questionário *online*.

| Condições de produção do relatório de estágio regência nas áreas de História e Ciências Biológicas

O contexto de produção no qual um texto se configura é classificado, segundo Bronckart (2009), como um conjunto específico de parâmetros que condicionam diretamente a forma pela qual este texto é planificado e organizado. Desse modo, ao produzir um texto, representante de um determinado gênero, o agente deve mobilizar as representações dos mundos físico e sociossubjetivo dos quais esse texto resulta. Tais representações envolvem valores históricos, linguísticos e socioculturais, constituindo a situação de ação de linguagem na qual o texto é materializado.

Sendo assim, “o estudo do texto deve considerar o contexto de produção, não só por sua interdependência com os fatores externos e as características textuais, mas também pelos efeitos que o texto exerce sobre seus leitores e intérpretes” (Souza, 2007, p. 171). No caso da nossa pesquisa, como objetivamos caracterizar as condições de produção em que o relatório de estágio é demandado nas áreas de História e Ciências Biológicas, em um *campus* específico, de uma

universidade federal paraibana, analisamos, nas subseções a seguir, o relato dos estudantes das áreas referidas, buscando entender não só como a demanda acontece, mas também como eles a caracterizam.

Para melhor visualização dos dados, dividimos esta seção em duas subseções temáticas: (1) Parâmetros do contexto sociointeracional de produção; e (2) Contribuição do relatório para a formação docente.

| Parâmetros do contexto sociointeracional de produção

A formação inicial de professores é uma trajetória complexa, que envolve diferentes práticas de letramentos acadêmico-profissionais, focalizadas, sobretudo, no desenvolvimento de processos formativos docentes, entre os quais destacamos as atividades de planejamento, regência e avaliação, que acontecem no interior das disciplinas de Estágio Supervisionado. Para Leurquin (2008, p. 57), o relatório de estágio “é uma possibilidade de comunicação, um viés que nos possibilita desvendar práticas docentes e refletir sobre elas, um texto escrito por um futuro professor, um instrumento de avaliação”.

Diante dessa perspectiva, no trecho a seguir, apresentamos a resposta de Natália⁴, licencianda em Ciências Biológicas, como exemplo representativo do posicionamento dos estudantes dessa área para as seguintes perguntas: “Como foi para você a experiência de escrever o relatório de estágio? O que você consegue se lembrar do momento da escrita?”.

A escrita em si foi bem tranquila, porém os relatórios de estágio, pelo menos quando fiz, exigiam que fosse um relatório de toda a disciplina e não apenas da experiência em sala de aula, logo o volume de materiais e experiências para serem relatadas foi muito grande. (Natália)

No trecho exposto, Natália caracteriza a produção do relatório de estágio como “bem tranquila”. No entanto, logo em seguida, explica-nos que tal produção demandou uma dedicação maior da sua parte, haja vista a grande quantidade de materiais didáticos e experiências a serem relatadas que precisavam ser registrados no texto. Nesse sentido, não era apenas a descrição da experiência em sala de aula, mas “um relatório de toda a disciplina”, o que envolve os conhecimentos teóricos, advindos da leitura dos materiais disponibilizados na disciplina, e os conhecimentos práticos, advindos das experiências com o

4 Ressaltamos que os desvios de concordância, pontuação e/ou ortografia dos participantes foram mantidos na transcrição das respostas ao questionário.

planejamento e a regência. Ressaltamos que, embora a estudante mencione esses conhecimentos (teóricos e práticos) em seu relato, não parece haver uma articulação entre eles, conforme propõe Pimenta e Lima (2006), haja vista o trecho (“exigiam que fosse um relatório de toda a disciplina e não apenas da experiência em sala de aula”), no qual há uma separação evidente entre as atividades teóricas desenvolvidas em “na disciplina” e as atividades práticas desenvolvidas “em sala de aula”.

Nesse relato pertencente a uma aluna da área de Biologia, chamamos atenção para a percepção da estudante de que a atividade de produzir um relatório de estágio “não é limitada ao que se faz” (Clot; Faita, 2000, p. 36) em sala de aula, já que abarca outras dimensões diferentes do visível e do observável, as quais Clot (1999) denomina como “atividade realizada” e o “real da atividade”. Sendo assim, quando Natália enfatiza que o relatório envolve mais do que a simples descrição das experiências com o ensino em sala de aula, haja vista também “o volume de materiais” a serem relatados no texto, percebemos que o real da atividade se interpõe nas atividades prévias de leitura e planejamento que são demandadas ao estagiário no estágio supervisionado. Logo, a produção do relatório, para além da regência, contempla também o que não se sabia que era para fazer, o que se quer fazer e o que se pensou fazer (Clot *et al.*, 2001).

Conforme vimos no relato da estudante de Ciências Biológicas, a escrita não se restringiu à descrição da regência, mas também à interpretação de outras dimensões da atividade real, realizada no estágio supervisionado. Nesse viés, a estagiária precisou ajustar o texto, de acordo com os encaminhamentos da professora da disciplina. Assim, observamos que a produção é circunscrita a parâmetros objetivos e sociossubjetivos específicos (Bronckart, 1999), pois dependem do emissor (estagiária e agente da produção), do espaço/tempo (instituição universitária, de modo mais amplo, e disciplina de estágio supervisionado, de modo mais específico), do papel do enunciador (relatar/vivenciar a experiência não só com a regência, mas também com a disciplina como um todo) e o objetivo da escrita (atender às expectativas e determinações do professor e concluir uma demanda acadêmica).

Dada essas considerações, perguntamo-nos: como os estudantes da área de História caracterizam a produção do relatório de estágio? Para responder a essa pergunta, apresentamos o trecho a seguir, do estudante de História, Marcos.

Lembro de ter sido um bom exercício de reflexão sobre a minha atuação docente durante o estágio na produção dos Relatórios de Estágio. Mas algo na produção do gênero textual considerei o mais interessante: a

agradável experiência de produzir um documento cujo texto é marcado por uma narrativa “livre”: é preciso “apenas” lembrar, e depois, narrar. Tanto é um bom exercício de reflexão sobre a prática docente, tanto quanto de produção textual, excelente para alunos de graduação! (Marcos)

No trecho exposto, Marcos caracteriza a produção do relatório como “um bom exercício de reflexão” sobre a própria atuação docente. Este posicionamento sugere que a produção escrita de uma experiência didática em sala de aula é relevante no sentido de que o estagiário não só descreve, mas também reflete sobre as ações de linguagens desenvolvidas em contexto específico de estágio supervisionado, a fim de atender às novas demandas do seu agir profissional. Lopes (2007) entende que a produção do relatório, quando possibilita uma análise crítica e reflexiva do estudante, como parece ser o caso, é uma forma de capacitar o professor em formação tanto para agir de forma autônoma diante da realidade da sala de aula, quanto para exercitar as atividades de linguagem do discurso didático-pedagógico.

Além de compreender a produção do relatório como reflexiva, Marcos também a caracteriza como “uma agradável experiência”, uma vez que é “uma narrativa ‘livre’, cuja demanda seria “lembrar, e depois, narrar”. Esta compreensão, ao que nos parece, assemelha-se ao que entendemos por relato, que é uma produção acadêmica de natureza mais subjetiva e narrativa, na qual o autor focaliza as suas percepções sobre as experiências vivenciadas em determinado contexto. O relatório, por sua vez, situa-se no mundo do narrar e é de caráter interativo, uma vez que é implicado. Bronckart (2009) distingue o relatar (experiência vivida) do narrar (dimensão ficcional), à exceção das narrativas autobiográficas.

Nesse sentido, a concepção do estudante sobre o relatório de estágio de regência mescla-se com a concepção de relato de experiência, visto que ele a entende como “narrativa livre”, quando, na maior parte das vezes, é um gênero impessoal, técnico-normativo e objetivo (Medeiros, 2014). Porém, ressaltamos que o caráter (im)pessoal, normativo e objetivo (ou não) do relatório de experiência pode ser influenciado pela cultura disciplinar na qual o gênero é demandado, uma vez que as convenções, normas e regulações discursivas variam disciplinarmente, dependendo diretamente dos contextos em que os estudantes se situam (Hyland, 2000).

Este caráter específico e situado da escrita é perceptível quando comparamos a concepção do estudante de História, Marcos, com a estudante de Ciências

Biológicas, Natália. O primeiro concebe o relatório de estágio como “uma narrativa livre”, na qual é preciso apenas rememorar a experiência na regência e depois narrar. Já a segunda compreende o relatório como um documento, no qual precisará descrever a disciplina de estágio em sua integralidade e não só em sala de aula. Diante disso, destacamos que a ação de linguagem, materializada na produção do relatório, acontece a partir de parâmetros físicos, sociais e subjetivos diferentes (Bronckart, 2009).

As representações sobre a atuação docente durante o estágio supervisionado e a demanda para a produção dos relatórios constituem o primeiro aspecto, físico, do contexto da ação de linguagem, uma vez que remetem ao tempo/espaço da produção. Já as representações pessoais referentes às normas sociais constituem o segundo aspecto, “sociossubjetivo”, do contexto da ação de linguagem, pois direcionam às percepções do estudante em relação às determinações institucionais.

Marcos compreende a produção do relatório como “um bom exercício sobre a prática docente”. Ester, estudante de História, aponta esta produção como “extremamente importante” para “uma possível comparação futura com as novas experiências em sala de aula”. Tais perspectivas sugerem que o relatório de estágio docência parece atuar como um parâmetro de avaliação do estudante sobre a sua introdução na cultura profissional docente.

Além disso, chamamos atenção para o fato de que Marcos enfatiza a prática escrita do relatório como parte do desenvolvimento acadêmico do estudante na graduação. Sendo assim, além de possibilitar uma reflexão sobre a futura prática docente, os estudantes exercitam a escrita, que é uma prática comum e recorrente na academia, com significados específicos e situados. Desse modo, a partir da leitura e produção de textos, a exemplo do relatório de estágio, o estudante passa por um processo de alfabetização acadêmica (Carlino, 2017), no qual se integra efetivamente nos letramentos típicos da academia.

Sendo assim, para além de situar as experiências dos estudantes com a escrita do relatório, exploramos também as suas percepções em relação ao processo de ensino-aprendizagem do relatório de estágio, a partir da descrição de como aconteciam (ou não) as orientações para tal produção. Para tanto, ilustramos nos trechos a seguir as respostas de Eva e Natália, estudantes do curso de Ciências Biológicas, para a pergunta: “Quando você produzia esse texto [o relatório], você recebia orientações de como elaborá-lo? Em que consistiam essas orientações?”

Sim. Mas eram orientações superficiais, sobre o que observar para poder escrever no relatório. (Eva)

Sim. As orientações foram dadas por meio de disponibilidade de um modelo [de gênero] a ser seguido, lista de critérios e em sala de aula ou via WhatsApp sempre que necessário. (Natália)

No primeiro trecho, Eva afirma a existência de orientações para a produção do relatório de estágio, mas ressalta que eram “superficiais”, pois diziam respeito apenas à descrição no texto do que foi observado em sala de aula, ou seja, orientação sobre o possível conteúdo a ser relatado no texto. Esta avaliação negativa de Eva, ao apontar a superficialidade das orientações, sugere-nos algumas lacunas quanto ao direcionamento para a escrita, sobretudo quando partimos da pressuposição interacionista sociodiscursiva de que todo fenômeno linguístico, materializado concretamente em um texto, é estruturado de acordo com parâmetros físicos e sociossubjetivos de produção particulares. Sendo assim, para além da forma externa, produzir um texto envolve conhecimentos sobre a situação de ação de linguagem e dos conhecimentos disponíveis no agente” (Bronckart, 2006, p. 146), o que demanda um ensino explícito.

Ressaltamos que este relato se refere ao ponto de vista de uma única estudante, que consideramos como representativo da área de Ciências Biológicas. Dada a limitação que todo recorte investigativo possui, não podemos afirmar que o docente responsável pela disciplina não contemplou outros aspectos durante o processo de ensino-aprendizagem da escrita. No entanto, uma vez que ela tenha mencionado apenas o conteúdo, entendemos este como um aspecto que se sobressaiu na experiência vivenciada por Eva.

Em outra direção, Natália aponta que as orientações aconteciam de duas formas: (1) um modelo do gênero a ser seguido era repassado aos alunos e (2) uma lista de critérios era distribuída presencialmente, em sala de aula, ou virtualmente, por meio da rede social WhatsApp. Por um lado, ressaltamos que o ensino da escrita por meio da apresentação de modelos do gênero a ser produzido, processo conhecido como modelagem, é uma prática comum na academia, uma vez que possibilita ao estudante uma representação do funcionamento estrutural, linguístico e discursivo do texto que precisará ser produzido. Além disso, procurar modelos de gêneros quando se é ingressante na universidade é um movimento natural, principalmente por, nesse período, os alunos ainda estarem se familiarizando com as práticas, discursos e gêneros que circulam na academia. Entretanto, conforme pontua Bronckart (2012), esse “empréstimo” não deve implicar uma reprodução exata do modelo, mas um ponto de partida.

Por outro lado, a distribuição de modelos como única prática de ensino-aprendizagem da escrita acadêmica pode trazer algumas implicações negativas. De acordo com Silva (2017), a modelagem pode contribuir para uma visão da escrita como prática homogênea e padronizada, a qual, uma vez aprendida ou assimilada, poderá ser reproduzida em quaisquer contextos, independentemente dos propósitos comunicativos. Sendo assim, a distribuição de um modelo do texto a ser escrito sugere a compreensão de que existe apenas uma única forma de escrever o gênero demandado, a qual está evidenciada no modelo disponibilizado pelo professor. Tal perspectiva pode interferir diretamente na materialidade linguística e discursiva dos textos produzidos, sobretudo por limitar os processos reflexivo e cognitivo que pretende o professor ao demandar a escrita em determinado contexto.

Vale ressaltar que, embora Natália não explicita quais critérios são listados pelo professor para a produção do gênero relatório, a própria abordagem pedagógica de listar critérios reforça as especificidades da escrita acadêmica, que variam continuamente, uma vez que “os contextos social, histórico, linguístico, em determinado tempo e lugar, condicionam o discurso e a interação” (Souza, 2007, p. 170). No caso do relatório de estágio, texto interpretativo e autoavaliativo, o ensino explícito, a partir de critérios, reflexões metacognitivas sobre as posturas evidenciadas e posteriores *feedbacks* constituem oportunidades de socialização dos estudantes com o gênero referido (Bawarshi; Reiff, 2013).

Em outra direção, as orientações para a produção do relatório de estágio na área de História parecem focalizar, sobretudo, a atenção dos estagiários para aspectos relacionados à profissão docente, de modo mais amplo, conforme pontua Marcos, no trecho, a seguir.

Os professores das disciplinas nos davam orientações sobre a produção. Nos estágios de observação (primeira disciplina), a orientação era a de que toda “ação” percebida em sala, dos alunos como do professor, poderiam ser úteis para compreender a prática docente: se os alunos conversavam de mais, de menos; se interagiam com os temas; quais os “métodos” utilizados pelo professor; quais os materiais utilizados como recurso. Além disso, a observação da escola, do trato da administração, poderiam também nos dar informações sobre a prática docente. Nos estágios em que intervimos (Segundo e Terceiro), discutimos em aula (na universidade) os métodos que o professor empregava em aula nas exposições. Do professor havia a orientação para o uso deles. (Marcos)

No trecho exposto, Marcos enfatiza que as orientações repassadas em sala pelo professor da disciplina de estágio focalizavam aspectos relacionados à instituição escolar (gestão e funcionamento), ao docente supervisor (métodos e materiais utilizados) e aos alunos (comportamento e interação em sala de aula), visando uma compreensão mais ampla sobre a prática docente. Ester, estudante do curso de História, sinalizou no questionário que “o professor precisamente nos deu a orientação de quais pontos principais deveríamos nos atentar” (Ester, 2023). Esses relatos sugerem que as orientações do professor para a escrita do relatório estão centradas em os estudantes observarem aspectos fundamentais da atividade docente para registrar no relatório, posteriormente.

Nessa perspectiva, não há, ao menos no relato dos estudantes, indicação de que outras dimensões do gênero, para além do conteúdo, serão contempladas nessas orientações para a escrita do relatório, uma vez que o professor, como orientador da disciplina de estágio supervisionado, parece focalizar o processo de familiarização dos estagiários com as práticas e discursos da profissão docente. Tal familiarização parece ocorrer em dois momentos.

Primeiro, na interação em sala de aula com o professor orientador, no qual este orienta e direciona o estagiário a mobilizar capacidades de linguagem fundamentais na docência, decorrentes da observação, mediação e interação/diálogo. De acordo com Bronckart (2003), essas capacidades de linguagem mobilizadas e evidenciadas no/pelo texto contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, uma vez que esclarecem as diferentes avaliações do produtor (julgamentos, opiniões, sentimentos, validações) sobre aspectos da situação descrita.

Segundo, na produção do gênero relatório, o estagiário, por meio dessa escrita, apropria-se das prescrições docentes, dos objetos de ensino e dos artefatos/instrumentos (que vão incidir) no seu agir profissional, transformando esta produção não apenas em instrumento “para sua ação sobre o outro, mas também sobre si mesmo, sobre seu próprio desenvolvimento e o de seu ‘métier’” (Machado; Lousada, 2010, p. 629).

Diante dessas considerações, constatamos que, nos relatos de alunos do curso de Ciências Biológicas, a modelagem é referenciada como uma orientação para a produção do relatório de estágio. Já no curso de História, o relato dos alunos sugere uma orientação fundamentada no processo de familiarização dos estagiários com as práticas, gêneros e discursos da profissão, tanto para a atuação do estagiário em sala de aula, quanto para a produção do relatório. Tal perspectiva parece reafirmar as especificidades da escrita acadêmica, uma vez

que evidencia questões sociohistóricas, culturais e disciplinares, a exemplo da área de conhecimento e das expectativas do professor em relação ao texto a ser produzido.

| Contribuição do relatório para a formação docente

A sociedade continuamente disponibiliza um conjunto de artefatos simbólicos construídos coletivamente. Esses artefatos, quando apropriados pelo indivíduo, constituem instrumentos para o seu agir (Clot, 1999). Fundamentadas nessa compreensão, perguntamos aos estudantes dos cursos investigados se eles consideram o relatório de estágio um gênero relevante para a sua formação acadêmica. Se a resposta anterior for afirmativa, indagamos sobre qual(is) contribuição(es) esta produção poderia trazer para a formação de professores. Para explorar melhor essa compreensão, destacamos, no trecho a seguir, o relato de Natália, estudante do curso de Ciências Biológicas.

A produção de um relatório final nos faz enxergar todo o percurso durante a ação docente e refletir sobre isso, em busca de melhorias, novas ideias e de se perceber como professor. Além de que deixa como registro para outros estudantes, atividades e experiências que possam inspirá-los também. (Natália)

No trecho exposto, Natália aponta, ao menos, três contribuições da produção do relatório de estágio: (1) percepção sobre o percurso acadêmico; (2) reflexão sobre tal percurso, visando a construção da identidade enquanto professor; e (3) registro acadêmico-científico para futuros estudantes. No primeiro momento, Natália destaca que a escrita do relatório de estágio lhe permite “enxergar todo o percurso durante a ação docente e refletir sobre isso, em busca de melhorias, novas ideias e de se perceber como professor [...]”. Esta reflexão através de/na escrita é possível porque o gênero relatório, conforme pontua Leurquin (2013), abre espaço para discussões mais amplas sobre a formação docente e sobre o letramento do professor.

Para além de reflexões sobre o percurso acadêmico-profissional, o relatório também possui um papel importante, como ressalta Natália, no processo “de se perceber como professor”. Compreendemos este posicionamento de Natália como uma evidência da sua percepção quanto ao processo de construção de identidades enquanto professora, que é viabilizada por meio de ações languageiras, a exemplo da produção do relatório de estágio. De acordo com Moita Lopes (2002), é no discurso, materializado em textos empíricos, que há a construção da vida social/identidade no modo como se aprende a ser quem se

é. Sendo assim, entendemos que a identidade do professor é tecida no conjunto das interações sociais e reflete no agir docente representado nos textos.

Por fim, a estudante ainda aponta uma contribuição fundamental na produção do relatório de estágio: “registro para outros estudantes, atividades e experiências que possam inspirá-los também”. Diante dessa perspectiva, evidenciamos uma postura de pesquisadora da estudante Natália, uma vez que, para além de cumprir a obrigatoriedade curricular de produzir um relatório ao final da disciplina de estágio supervisionado, ela concebe o gênero referido como um instrumento para inspirar outros estudantes. Em virtude disso, a escrita do gênero relatório também exerce um papel no campo da pesquisa científica, pois é uma “possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador” (Pimenta; Lima, 2006, p. 14), como parece ser demonstrada na resposta de Natália.

Ainda sobre a contribuição (ou não) da produção do relatório para a formação docente, chamamos atenção para o trecho a seguir, em que Ester, estudante de História, reflete sobre este aspecto:

A possibilidade de comparação posteriormente e futuras pesquisas.
(Ester)

Ester, na direção dos demais estudantes, ressalta a possibilidade de comparação do percurso acadêmico com as experiências em sala de aula, a qual é registrada na produção do relatório de estágio. Porém, para além dessa comparação, a estudante chama atenção para a possibilidade de “futuras pesquisas” com a produção do relatório. A concepção do estágio supervisionado como um caminho, também, para a pesquisa abre perspectivas para a valorização da figura do “professor-pesquisador” (Bortoni-Ricardo, 2008; Pimenta; Lima, 2006) de sua prática, uma vez que não restringe ao estágio, de modo mais amplo, e a produção do relatório, de modo mais específico, ao cumprimento de uma demanda acadêmico-institucional, mas transforma a experiência em “uma prática refletida, que os possibilita responder às situações novas, nas situações de incerteza e indefinição” (Pimenta; Lima, 2006, p. 16).

Diante dessas considerações, percebemos que os estudantes apontam diferentes contribuições da escrita do relatório para a formação docente: reflexão sobre o percurso acadêmico, construção da identidade profissional, avaliação do agir docente do outro e do próprio agir e o desenvolvimento de futuras pesquisas.

| Considerações finais

A atividade de linguagem atua socialmente com o objetivo de orientar, direcionar e regular as atividades coletivas. Conforme Bronckart (2006), tal atividade de linguagem corresponde a uma ação do sujeito no mundo, que age de acordo com determinados motivos, razões e finalidades, interiorizadas. Nesse sentido, o homem age linguisticamente em um contexto, uma vez que está sempre situado no espaço e no tempo, que, por sua vez, são constituídos de valores coletivos (históricos, institucionais, econômicos, culturais e sociais) e de valores individuais (pensamento consciente e subjetividade).

Uma vez que o agir da linguagem (texto) acontece em um contexto específico e situado, ao investigarmos os relatórios de estágio em duas áreas distintas, entendemos a relevância de caracterizarmos o contexto de produção no qual esses textos foram escritos. Sendo assim, por meio da análise das respostas ao questionário aplicado com os estagiários, observamos que a demanda do gênero relatório nos cursos focalizados apresenta diferenças que atendem a condições específicas de cada cultura disciplinar. No relato de estudantes do curso de Ciências Biológicas, a escrita não se restringiu à descrição da regência, mas também à interpretação de outras dimensões da atividade real, a exemplo do planejamento e avaliação, realizada no estágio supervisionado. No relato de estudantes do curso de História, a produção focalizou a narração da experiência em sala de aula, a fim de, também, exercitar a escrita acadêmica do aluno.

Destacamos o relato de Natália e Eva quanto às orientações destinadas à produção do relatório no curso de Ciências Biológicas. De acordo com as estudantes, há uma superficialidade nas orientações, pois elas relatam que a recomendação do(a) professor(a) da disciplina é descrever as observações realizadas em sala de aula, ou seja, a orientação focaliza o possível conteúdo do texto. Considerando os parâmetros físicos e sociossubjetivos que envolvem a produção de um determinado gênero de texto, reconhecemos que, para além do conteúdo, outros aspectos devem ser contemplados na orientação, a exemplo da organização linguístico-discursiva do gênero, das especificidades da cultura disciplinar, das marcas enunciativas do enunciador e do objetivo da escrita. Porém, dado o recorte do nosso *corpus*, ressaltamos a relevância em ouvir o relato dos professores, a fim de triangular os resultados e obter análises mais profundas.

Já em História, embora haja também a focalização no conteúdo a ser descrito no texto, a familiarização do estudante com as práticas, gêneros e discursos da profissão é a principal orientação, tanto para a atuação do estagiário em sala de

aula, quanto para a produção do relatório. Tal perspectiva sugere que o professor em formação, durante o percurso da disciplina, precisará mobilizar capacidades de linguagem fundamentais para a atuação docente e a posterior escrita do relatório, como observação, mediação e interação/diálogo. Ao mobilizar essas capacidades no/pelo texto, o agente contribuirá para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, uma vez que esclarecerá as diferentes avaliações e percepções sobre aspectos da situação descrita (Bronckart, 2003).

Tais circunstâncias parecem influenciar diretamente a produção do relatório, pois, a depender de como o docente supervisor concebe o estágio e o próprio gênero, haverá variações em seus elementos composicional e linguístico-discursivo. Nessa perspectiva, compreendemos que a produção deste gênero é envolvida por contextos históricos, sociais, disciplinares e linguísticos situados, os quais condicionam o folhado textual, bem como a interação entre os participantes (professores e estagiários).

Quanto às implicações da produção do relatório para a/na formação docente, percebemos que os estudantes apontam diferentes contribuições resultantes dessa escrita: 1) percepção sobre o percurso acadêmico; (2) reflexão sobre tal percurso, visando a construção da identidade enquanto professor; (3) registro acadêmico-científico para futuros estudantes; e (4) desenvolvimento de futuras pesquisas. Nesse sentido, o gênero relatório de estágio de regência surge como uma ação de linguagem na qual o professor em formação não só assume uma postura de observador da prática docente, mas também de agente dessa mesma prática, intervindo em sala de aula e (re)agindo linguisticamente e discursivamente suas percepções, posicionamentos, avaliações e reflexões no relatório.

| Referências

ASSIS, J. A.; BAILLY, S.; CORRÊA, M. L. G. Ainda em torno da escrita no ensino superior: demandas para o ensino e a pesquisa. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 21, n. 43, p. 9-22, 2º sem. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2017v21n43p9>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. Da pesquisa ao Ensino: múltiplas abordagens pedagógicas para o ensino de gêneros. In: BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. Tradução Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

BRONCKART, J. P. Gêneros textuais, tipos de discursos, e operações psicolinguísticas. Tradução Rosalvo Pinto. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 11, n. 1, p. 49-69, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2344/2293>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Tradução Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

BRONCKART, J. P. **L'articulation des déterminismes du social, de la langue et des opérations psychologiques dans l'architecture textuelle**: hommage à François Rastier. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2008.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2009.

BUENO, L. **A construção de representações sobre o trabalho docente**: o papel do estágio. 1. ed. São Paulo: EDUC, 2009.

BUENO, L. Textos de estagiários e o professor observado: relações entre um ser genérico e um profissional efetivo. **Raído** (Online), v. 8, p. 191-202, 2014. Disponível em: <https://1library.org/document/yd2o5jlq-textos-estagiarios-professor-observado-relacoes-generico-profissional-efetivo.html>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BUENO, L.; MACHADO, A. R. . A prescrição da produção textual do aluno: orientação para o trabalho de aluno ou restrição do seu agir? **Scripta** (PUCMG), v. 1, p. 303-319, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6160239>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CARLINO, P. **Escrever, ler e aprender na universidade**: uma introdução à alfabetização acadêmica. Petrópolis: Vozes, 2017.

CLOT, Y. **La fonction psychologique du travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

CLOT, Y.; FAITA, D. Genres et styles em analyse du travail: concepts et methods. **Travailler**, v. 6, p. 7-43, 2000.

CLOT, Y.; *et al.* Entretiens en autoconfrontation croisée: une méthode en clinique de l'activité. **Education Permanente**, n. 146, p. 17-25, 2001.

FAZION, F.; LOUSADA, E. G. Formação de professores sob a perspectiva da análise do trabalho: dificuldades, conflitos e possibilidades do *métier*. **Fólio – Revista de Letras**, v. 13, n. 1, p., 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/en/52328378/Forma%C3%A7%C3%A3o_De_Professores_Sob_a_Perspectiva_Da_An%C3%A1lise_Do_Trabalho_Dificuldades_Conflitos_e_Possibilidades_Do_M%C3%A9tier. Acesso em: 08 nov. 2022.

FIAD, R. S. Reescrita, Dialogismo e Etnografia. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 3, p. 463-480, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v13n3/02.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

FREITAS, T. L.; BERNARDINO, C. G.; PACHECO, J. T. S. O artigo acadêmico na cultura disciplinar da área de História. **Linguagem em foco**, v. 12, p. 55-71, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/3115>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 26, n. 2, 1995.

HYLAND, K. **Disciplinary discourses: social interactions in academic writing**. Singapore: Longman/Pearson Education, 2000.

LEURQUIN, E. V. L. F. O relatório de observação de aulas como um viés de acesso ao ensino/aprendizagem de língua materna. *In*: LEURQUIN, E. V. L. F. **Ensino de línguas: questões práticas e teóricas**. Fortaleza: UFC, 2008.

LEURQUIN, E. V. L. F. O gênero acadêmico relatório na formação inicial do professor de língua materna. *In*: BUENO, L.; LOPES, M. A. P. T.; CRISTOVÃO, V. L. L. (org.). **Gêneros textuais e formação inicial: uma homenagem à Malu Matencio**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

LEURQUIN, E. V. L. F.; GURGEL, M. C. Representações e capacidades de ação no estágio: que implicações para as atividades de formação inicial de professores de língua materna? **Nonada: Letras em Revista**, v. 1, n. 28, p. 38-56, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512454262004>. Acesso em: 08 nov. 2022.

LILLIS, T.; CURRY, M. J. **Academic writing in a global context**. The politics and practices of publishing in English. Londres: Routledge, 2010.

LOPES, M. A. P. T. Relatórios de estágio: opacidade e vaguidão na análise do agir do professor. *In*: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (org.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

LOUSADA, E. G. Textos na formação inicial de professores: o caso do relatório de estágio. *In*: BUENO, L.; LOPES, M. A. P. T.; CRISTÓVÃO, V. L. L. **Gêneros textuais e formação inicial**: uma homenagem à Malu Matencio. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MACHADO, A. R. Trabalho prescrito, planejado e realizado na formação de professores: primeiro olhar. **Scripta** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 6, p. 39-53, 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12448>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros**: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MACHADO, A. R.; CRISTOVÃO, V. L. L. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/construcao_modelos_didaticos_generos.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

MACHADO, A. R.; BRONCKART, J. P. (Re-)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do grupo ALTER-LAEL. *In*: MACHADO, A. R. **Linguagem e Educação**. O trabalho do professor em uma nova perspectiva. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 31-77.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G. L. A apropriação de gêneros textuais pelo professor: em direção ao desenvolvimento pessoal e à evolução do “métier”. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, v. 10, n. 3, p. 619-633, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/C4dChVcyCfGBgyLCFMkrVv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MARCELINO SILVA, J. **O relatório de estágio nas áreas de História e Ciências Biológicas: um estudo interacionista sociodiscursivo**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33162>. Acesso em: 14 out. 2025.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica** – A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOITA LOPES, P. da. **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 1-13, 1999. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NAVARRO *et. al.* Transformados por la Escritura: Concepciones de Estudiantes Universitarios a través del Currículum y de las Etapas Formativas. *In*: REYES, N. A. **Contribuições multilíngues para a pesquisa escrita: intercâmbios Internacionais sobre o Estudo da Escrita: Seção Latino-Americana**. WAC Clearinghouse, Fort Collins, Colorado, p. 261-285, 2021. Disponível em: <https://wac.colostate.edu/docs/books/multilingual/chapter11.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PEREIRA, R. C. M. (org.). **Ateliê de gêneros acadêmicos: didatização e construção de saberes**. João Pessoa: Ideia, 2014.

PEREIRA, R. C. M. (org.). **Cultura disciplinar e epistemes: representações na escrita acadêmica**. João Pessoa: Ideia, 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3 e 4, p.5-24, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271147223_ESTAGIO_E_DOCENCIA_DIFERENTES_CONCEPCOES. Acesso em: 02 fev. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, M. A. N. **As (re)configurações sobre o trabalho docente em relatórios de estágio**. 2011. 167f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6341>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOUZA, L. V. O contexto do agir de linguagem. *In*: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (org.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

SIGNORINI, I. Construindo com a escrita “outras cenas de fala”. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias de letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 97-134.

SILVA, E. M. da. **Um estudo de caso da escolarização de textos lidos e produzidos em contexto acadêmico**. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Educação e Linguagem) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-AU8K68/tese_de_doutorado___elizabeth_silva___fae_ufmg_2017.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVA, E. M. da.; CASTANHEIRA, M. L. Práticas de letramento acadêmico: uma análise das condições de produção da escrita em cursos de graduação. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 8, n. 3, p. 2-21, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/download/4115/2071>. Acesso em: 14 abr. 2022.

STREET, B. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi 2.ed. Porto Alegre: Bookman 2001.

Como citar este trabalho:

MARCELINO SILVA, Juliana; PEREIRA, Regina Celi Mendes. O relatório do estágio nas áreas de História e Ciências Biológicas: uma análise das condições de produção. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 164-191, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

Memória e silêncio: (inter) discursos de licenciandos brasileiros em Letras sobre o *cacerolazo* argentino e o panelaço brasileiro

Priscila MARINHO¹

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| psmarinho9@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6079-6336>

Resumo: Este artigo discorre acerca dos modos de interação de licenciandos brasileiros de Espanhol/Língua Estrangeira com reportagens jornalísticas sobre as manifestações referentes ao *cacerolazo* argentino e ao *panelazo* brasileiro a partir da Análise de discurso pecheutiana. Para tanto, acompanhamos aulas de uma determinada turma de Licenciatura da graduação em Letras de uma dada instituição pública superior do Rio de Janeiro. Naquele ambiente de formação docente, desenvolvemos nossa proposta de atividade comparativa, que consistiu em solicitar aos graduandos que realizassem produções escritas comparando discursivamente reportagens em português brasileiro e em espanhol argentino acerca dos eventos sociopolíticos mencionados. Pretendemos analisar, através de uma perspectiva comparada, os modos de enunciar de licenciandos brasileiros em discursividades relativas ao Português/Língua Materna e ao Espanhol/Língua Estrangeira considerando o contexto sociopolítico do Brasil e da Argentina no tocante às manifestações supracitadas. Para tanto, partimos dos seguintes questionamentos: (1) De que maneira os sujeitos dialogam com as dimensões relativas ao intradiscorso e ao interdiscorso nos textos em língua materna e em língua estrangeira? (2) A quais formações discursivas os sujeitos se inscrevem que conduzem, desse modo, seus gestos de escrita a determinados efeitos de sentido(s)? Nossa análise revelou posturas discentes registradas em suas escritas que dão corpo a certas regularidades, dentre as quais destacamos: “o *cacerolazo* argentino é mais pacífico e mais organizado”, enquanto “o *panelazo* brasileiro é mais agitado”. Em suma, foram criados efeitos de sentidos que filiam a reportagem argentina a uma ideia de neutralidade, enquanto a brasileira é entendida como mais tendenciosa. Percebemos que tais regularidades enunciativas encetam certas evidências discursivas na relação do sujeito com a língua estrangeira que conduzem ao reforço de estereótipias no universo da LE permanecendo como uma língua do outro, artificial e distante.

Palavras-chave: Estudos de comparatividade discursiva. Formação docente. Relações entre língua materna e língua estrangeira.

Memory and Silence: (Inter)discourses of Brazilian Licentiate Students in Language Regarding the Argentine *Cacerolazo* and Brazilian *Panelaço*

Abstract: This paper discusses the ways in which Brazilian Licentiate students of Spanish as a Foreign Language interact with journalistic reports on manifestations related to the Argentine *cacerolazo* and the Brazilian *panelaço*, based on Pecheutian discourse analysis. To this end, we attended classes of a specific Licentiate group in Language from a particular public institution of Higher Education located in the State of Rio de Janeiro. In that teacher training environment, we developed our proposal for a comparative activity, which consisted of asking Licentiate students to produce written comparisons of reports in Brazilian Portuguese and Argentine Spanish about the aforementioned socio-political manifestations. We intend to analyze, through a comparative perspective, the enunciative strategies of Brazilian Licentiate students in discourses related to Portuguese (Native Language) and Spanish (Foreign Language), considering the sociopolitical context of Brazil and Argentina regarding these manifestations. To this end, we begin with the following questions: (1) How do the subjects engage with the dimensions related to intradiscourse and interdiscourse in texts in their native language and in a foreign language? (2) To which discursive formations do the subjects subscribe that, in this way, guide their writing gestures toward certain meaning effect(s)? Our analysis revealed student positions through their writings that embody certain regularities, among which we highlight: “the Argentine *cacerolazo* is more peaceful and more organized”, while “the Brazilian *panelaço* is more agitated”. In short, meaning effects were created that link the Argentine report to an idea of neutrality, while the Brazilian one is understood as more biased. We realize that such enunciative regularities establish certain discursive evidences in the subject’s relationship with the foreign language, leading to the reinforcement of stereotypes in the FL universe, where it remains a language of the other—artificial and distant.

Keywords: Discursive comparative studies. Teacher training. Relationships between native language and foreign language.

| Introdução

Este artigo tem por escopo refletir sobre modos de interação de licenciandos brasileiros de Espanhol/Língua Estrangeira (E/LE) com reportagens jornalísticas

geradas nos contextos sociopolíticos concernentes ao *cacerolazo* argentino (2013) e ao *panelaço* brasileiro (2015)². Interessa-nos, deste modo, analisar os discursos produzidos por tais sujeitos mediante a leitura e interpretação das materialidades linguístico-enunciativas em ambas as línguas. Trabalharemos assim com fragmentos de produções escritas mediante sequências discursivas que foram realizadas a partir da comparação de reportagens em português brasileiro e em espanhol argentino tomando o contexto das manifestações populares contemporâneas vivenciadas em cada país.

Partindo de um arcabouço teórico-metodológico fundamentado na análise do discurso de extração pecheutiana, pretendemos examinar, por meio do cotejo das materialidades linguístico-enunciativas, as formações discursivas (Foucault, 2014 [1969]; Orlandi, 2000) que perpassam tais sujeitos e que conduzem seus gestos de escrita a determinados efeitos de sentido(s). Tais gestos de escrita desvelam posturas crítico-reflexivas dos sujeitos enquanto (futuros) professores de Espanhol/Língua Estrangeira, uma vez que nossa análise também reflete acerca da formação docente. Analisar os discursos produzidos pelos licenciandos é uma maneira de se interpretar as representações, imaginários, ideologias e sentidos que são (re)postos em jogo através de marcas e implícitos, do dito e do não dito, apreendendo-se regularidades no funcionamento desses discursos, a partir de uma conjuntura sócio-histórica dada. Sendo assim, os questionamentos que direcionam nossa análise são: (1) De que maneira os sujeitos dialogam com as dimensões relativas ao intradiscurso e ao interdiscurso nos textos em língua materna e em língua estrangeira?; (2) A quais formações discursivas os sujeitos se inscrevem que conduzem, desse modo, seus gestos de escrita a determinados efeitos de sentido(s)?

Portanto, nosso artigo está composto da seguinte maneira: na próxima seção debateremos o quadro teórico-metodológico embasado em pressupostos advindos da análise de discurso de linha francesa. Neste ângulo, discutiremos algumas noções relevantes, a saber, formações discursivas, memória discursiva, intradiscurso e interdiscurso, além da abordagem de certos postulados derivados do pensamento lacaniano no âmbito da psicanálise. Em seguida, teceremos

2 Prática discursiva é uma noção cultivada pela AD pecheutiana, advinda do pensamento foucaultiano, que pensa as relações de poder a partir do enlaçamento entre discurso, história e sociedade. Em seus deslizamentos teórico-metodológicos, o pensamento pecheutiano, contudo, distancia-se do foucaultiano, ao contemplar o primado da luta de classes em sua reflexão acerca da dimensão histórica da discursividade (cf. Gregolin, 2003). Sendo assim, entendemos o *cacerolazo* e o *panelaço* como práticas discursivas historicamente imiscuídas à memória da Argentina e do Brasil que se configuram como uma forma de mobilização cuja *performance* consiste no ato de bater panelas pública e coletivamente. Para um debate mais desenvolvido acerca do cotejo entre tais práticas discursivas em suas performatizações contemporâneas, cf. Andrade e Marinho (2020) e Marinho (2021).

considerações acerca dos pressupostos e procedimentos metodológicos com vistas à contextualização dos sujeitos investigados no ambiente de formação docente. Ainda nessa seção também nos dedicaremos a justificar o deslocamento de tais práticas contemporâneas, referentes ao *cacerolazo* e ao *panelaço*, para o âmbito de formação inicial de professores. Por fim, passaremos às análises discursivas, examinando trechos de redações realizadas pelos licenciandos no tocante à proposta de atividade comparativa entre ambas as materialidades linguístico-discursivas. Nas considerações finais, levantaremos eventuais questionamentos, bem como reflexões acerca dos rumos descortinados.

| Teoria do discurso

A teoria do discurso elaborada por Michel Pêcheux – reconhecida mediante os enunciados “análise de discurso (de linha) francesa”, “análise de discurso pecheutiana”, “análise de discurso materialista” ou simplesmente “AD” – se assenta majoritariamente no campo dos estudos acadêmico-científicos do Brasil a partir da leitura *deslizante* desenvolvida por Eni Orlandi (cf. Orlandi, 2000). Pensar uma análise discursiva significa entendê-la enquanto prática inscrita na história. Logo, a produção discursiva remete a uma determinada época, ou seja, o discurso está pautado a partir de condições de dizibilidade que são reguladas por suas conjunturas sócio-históricas. Ao transcender disciplinas, a AD convoca à reflexão postulados epistemológicos derivados de distintas áreas do conhecimento – o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística – deslocando-os continuamente e produzindo novas leituras acerca da relação entre a história, o sujeito e o discurso³. Cabe ressaltar que uma abordagem discursiva se ocupa da noção de “materialidade” em lugar do convencional par “forma-conteúdo”. Abordar a definição de materialidade consiste em concebê-la como linguístico-histórica, visto que é contemplada enquanto um acontecimento da língua em um sujeito perpassado pela história.

Duas concepções substanciais neste quadro teórico dizem respeito ao intra e interdiscurso, isto é, o nível da formulação enunciativa e o nível da constituição discursiva. O interdiscurso remete ao saber discursivo que possibilita o dizível e que retorna sob a forma de (enunciados) pré-construídos e já-ditos. Sendo assim, o interdiscurso comporta-se como uma dimensão que oferta dizeres

³ É neste sentido que, desde uma perspectiva discursiva, justificamos a mobilização de estudos desenvolvidos por Silvana Serrani no âmbito da Linguística Aplicada a fim de refletir sobre o processo de ensino/aprendizagem de línguas, bem como os estudos de comparatividade discursiva entre língua materna e língua estrangeira. A transdisciplinaridade, enquanto propriedade da AD, alude à sua constituição em posição de “entremeio” (cf. Orlandi, 2000, 2012; Mariani, 2016) conjugando e reinterpretando pressupostos advindos de diferentes campos epistemológicos.

que atravessam o sujeito em uma dada situação enunciativa. Tal dimensão concernente ao interdiscurso pode ser associada também à noção de memória discursiva. Diferentemente de uma ótica que a presuma como sinônimo de lembrança ou recordação psicológica, a concepção de memória deve ser entendida enquanto um âmbito movente em que se desencadeiam confrontos, deslocamentos, contradições bem como regularidades e estabilidades. Neste aspecto, memória compreende uma região do interdiscurso.

Se o nível do interdiscurso corresponde ao já-dito, o intradiscurso, por sua vez, alude ao que está se dizendo, ou seja, àquilo que estamos dizendo em um momento definido. Sendo assim, o intradiscurso configura-se como o nível da formulação enunciativa, ou seja, refere-se aos dizeres que estão sendo efetivamente formulados em condições sócio-históricas determinadas. Esses dizeres materializados (intradiscurso) em um dado contexto são atravessados pelo nível da constituição discursiva, isto é, o interdiscurso que, assim, disponibiliza as condições do dizível, reguladas sócio historicamente. Em suma, os efeitos de sentidos, em uma perspectiva discursiva, são resultados do cruzamento entre a dimensão do intradiscurso (eixo da atualidade/formulação) e a dimensão do interdiscurso (eixo da memória/constituição). Já as formações discursivas oportunizam a compreensão acerca do processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia, uma vez que ensejam o estabelecimento de regularidades enunciativas no funcionamento do discurso. Deste modo, podemos definir as formações discursivas, noção tão cara à AD, herdada do pensamento foucaultiano e apropriada pelo pensamento pecheutiano, como aquilo que, numa formação ideológica dada, estipula o que pode (ou não) ser dito.

No desenvolvimento da epistemologia da AD, as contribuições de Lacan na psicanálise também perpassam constitutivamente a teoria pecheutiana. Para pensar o sujeito, mobilizamos o conceito lacaniano de identificação, uma vez que, a partir dessa noção, entendemos o processo de inscrição dos sujeitos de pesquisa nas discursividades da língua-alvo (Espanhol/Língua Estrangeira) e da docência, visto que estão se licenciando para atuarem como professores de línguas. Pensando discursivamente os conceitos de identificação simbólica e imaginária no âmbito do ensino/aprendizagem de línguas (cf. Serrani, 1997; Celada; Payer, 2016), entendemos que a identificação imaginária propicia a produção de idealizações, estereótipos e imaginários do sujeito da enunciação – leia-se “sujeito” como posição discursiva – em relação ao funcionamento de uma língua, não possibilitando necessariamente a identificação simbólica.

A identificação simbólica, por sua vez, sinaliza a inscrição do sujeito na ordem da língua, indiciando seu assujeitamento, que podemos entender como a submissão do sujeito ao funcionamento de uma língua para desta ser sujeito. Desta forma, na identificação simbólica, “o falante se enuncia como sujeito da língua, conseguindo (se) dizer [...] inclusive, será objeto de deslizos, de atos falhos e do equívoco” (Celada; Payer, 2016, p. 35). Desta maneira, os processos identificatórios dão pistas da complexidade que atravessa o processo de inscrição subjetiva nas discursividades de uma língua estrangeira. De acordo com a estudiosa de psicanálise Christine Revuz (1998), enunciar-se em uma outra língua possui implicações complexas para o sujeito da enunciação, visto que é requerida a produção de determinadas esferas existenciais na constituição da subjetividade na língua-alvo. Sendo assim, o sujeito deve mobilizar uma esfera referente à afirmação de um eu nesta nova língua, enquanto sujeito que se autoriza a falar em primeira pessoa. Além disso, deve mobilizar uma esfera pertinente à relação subjetiva com o saber discursivo, isto é, à dimensão da interdiscursividade.

| Pressupostos e procedimentos metodológicos

Nossa proposta metodológica está alicerçada tanto no estudo de caso qualitativo por meio da observação participante (André, 2013) quanto na pesquisa-ação crítico-colaborativa (Pimenta, 2005). A metodologia concernente ao estudo de caso qualitativo por meio da observação participante enfatiza um fenômeno particular, levando em consideração seus contextos e suas múltiplas dimensões. Promove-se, assim, uma valorização da análise situada e em profundidade. As abordagens qualitativas de pesquisa entendem o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos e suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados em sujeitos. Assim, a preocupação dos pesquisadores recai sobre o mundo do sujeito, os sentidos que ele atribui às experiências cotidianas, realçando-se, desse modo, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais.

Em Marli André (2013, p. 97), podemos visualizar três pressupostos básicos que orientam o estudo de caso qualitativo, a saber: (1) o conhecimento está em constante processo de construção; (2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões; (3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas. Ao se apresentarem de maneira mais contextualizada e concreta, os estudos de caso permitem um conhecimento que é diferente do produzido por outros tipos de pesquisa, uma vez que há uma ênfase na interpretação dos sujeitos investigados. Além disso, os estudos de caso que fazem uso de técnicas etnográficas de

observação participante possibilitam a reconstrução dos processos e das relações que configuram a experiência diária do espaço educacional pesquisado.

Além do estudo de caso, também nos guiamos pelos pressupostos da pesquisa-ação crítico-colaborativa. Segundo Pimenta (2005), tal metodologia pressupõe a problematização da realidade encontrada, ao localizá-la em um contexto teórico mais amplo, com o fim de que se possibilite a ampliação da consciência dos envolvidos, a saber, pesquisadores universitários e docentes-pesquisadores, objetivando, com isso, um planejamento dos modos de transformação das ações dos sujeitos e das práticas institucionais.

No tocante à “colaboração”, esse método de estudo tem por finalidade promover no espaço educacional investigado uma cultura de análises das práticas realizadas, com o objetivo de que os profissionais envolvidos possam produzir modificações positivas em ações e nas práticas institucionais. Ademais, a pesquisa-ação colaborativa adquiriu o adjetivo de “crítica” graças à análise dos dados das pesquisas no campo teórico e nos contextos político-institucionais, de acordo com o pressuposto e o compromisso dos envolvidos de que a realização destas pesquisas investe na formação de qualidade de seus docentes, com vistas a possibilitar a transformação das práticas institucionais no sentido de que cumpram seu papel de democratização social e política da sociedade.

Neste sentido, guiando-nos por pressupostos de ambas as metodologias explicitadas, acompanhamos uma determinada turma de ensino superior de uma dada instituição pública federal situada no estado do Rio de Janeiro. Assim, nosso público investigado são licenciandos brasileiros (e futuros ou já atuantes docentes de E/LE) que se encontravam no final de graduação do curso de licenciatura em Letras Português/Espanhol no segundo semestre de 2017, período em que acompanhamos a referida turma, bem como realizamos nossas intervenções. Observamos suas aulas na disciplina “Prática de Ensino de Português/Espanhol”, que é o momento em que os alunos assistem às aulas teóricas ao mesmo tempo em que desempenham atividades práticas através dos estágios obrigatórios. Nosso *corpus* foi gerado a partir de produções escritas. Cabe ressaltar que todos os sujeitos participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido⁴.

4 Sinalizamos que o termo de consentimento livre e esclarecido estabelece as condições de coleta de dados dos sujeitos investigados assegurando a desidentificação e o sigilo de suas identidades em consonância com os princípios éticos designados para a pesquisa científica (cf. Mainardes; Carvalho, 2019).

Além disso, podemos entender o exercício da “Prática de Ensino” – tal qual dito enunciado materializa – como o momento em que simultânea (e, poderíamos dizer, tensivamente) o sujeito é atravessado pelas discursividades da discência e da docência, ou seja, os graduandos participam de atividades relacionadas ao estágio curricular obrigatório em salas de aulas de instituições escolares da rede pública, concomitantemente à assistência da disciplina no espaço da universidade. Sendo assim, neste momento o processo de ressubjetivação mobiliza a interação do eu-aluno com o eu-professor, processo este não isento de contradições e tensões.

Com relação às produções escritas, estas se referem às redações comparativas que foram geradas a partir da atividade didática que aplicamos em tal turma. Com isso, assistimos às aulas dentro do período de dois semestres. Mais especificamente, nossa proposta de atividade didática se deu no formato de “aula de sensibilização”. Nosso propósito com isso foi promover uma sensibilização em relação aos discursos jornalísticos sobre o *cacerolazo* argentino e o *panelazo* brasileiro. A partir desta proposta, apresentamos comparações dos textos jornalísticos mencionados e ao final de nossa apresentação, ofertando um texto em espanhol e um em português, solicitamos aos alunos a realização de uma produção escrita comparando discursivamente cada reportagem. Por meio dessa atividade de produção escrita, buscamos observar os imaginários dos licenciandos, analisando seus discursos, bem como suas interações com os modos de enunciar dos textos jornalísticos em espanhol argentino e em português brasileiro.

No tocante ao perfil da turma em que se inseriam nossos sujeitos de pesquisa, o grupo era formado por 11 estudantes. Todos os 11 sujeitos são mulheres que à época da pesquisa de campo estavam na faixa etária jovem compreendida entre 21 e 26 anos. As licenciandas – de nacionalidade brasileira, naturais e residentes no estado do Rio de Janeiro – encontravam-se entre o 7º e o 8º períodos no momento de nossa investigação. É nesse ambiente de formação docente que desenvolvemos a composição de nosso *corpus*. Promovemos, assim, o deslocamento do contexto de manifestações contemporâneas (2013-2015) realizadas mediante práticas discursivas – como o *cacerolazo* argentino e o *panelazo* brasileiro – historicamente imiscuídas à memória argentina e à brasileira, para o campo de reflexões acerca da formação de professores de Espanhol Língua Estrangeira.

| Aula de sensibilização: deslocamento das práticas discursivas do *cacerolazo* e do panelaço para o âmbito da formação docente

Mediante os preceitos da pesquisa-ação crítico-colaborativa, ministramos, em consonância com o professor universitário responsável pela turma, em 14 de novembro de 2017, uma aula de sensibilização em relação aos discursos jornalísticos sobre o *cacerolazo* argentino e o panelaço brasileiro⁵, desenvolvendo, a partir dela, uma proposta de atividade comparativa, que consistia na realização de uma produção escrita. Para isso, exibimos uma apresentação de *slides* intitulada “Procedimentos de Análise Discursiva”, que ofertava algumas noções teórico-metodológicas ancoradas na Análise de Discurso de extração pecheutiana, através da abordagem do estudo *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (Orlandi, 2000).

Ao longo da exibição de *slides*, foram trabalhados conceitos basilares que as licenciandas já haviam abordado em trabalhos de análise discursiva realizados no semestre anterior, tais como formações discursivas, intradiscurso, interdiscurso e memória discursiva. A partir disso, disponibilizamos sequências de análise provenientes de textos jornalísticos que se inserem nas condições de produção dos discursos relativos ao *cacerolazo* argentino, em 2013, durante o governo kirchnerista e ao panelaço brasileiro, em 2015, durante o governo petista. Dentre as sequências de análise, comparamos discursivamente como o enunciado “democracia” assumia diferentes efeitos de sentido em cada contexto, filiando-se a distintas formações discursivas. Deste modo, o enunciado “manifestar-se”, na construção discursiva realizada pelo jornal argentino *La Nación*, conduzia a um sentido de “ir contra a democracia”, vinculada a uma fala de um dirigente sindical (Antonio Caló), alinhado ao governo kirchnerista. Assim, a fala do dirigente é atravessada pela formação discursiva que alude ao sufrágio universal, representado pelo voto direto, significando as manifestações como conservadoras, uma vez que “não respeitam a democracia”, que é representada pelo governo oficialista de Cristina Kirchner, já que a presidenta foi eleita pelo voto popular. Já no jornal brasileiro *O Globo*, notamos um movimento discursivo distinto. O enunciado “manifestar-se” adquire um efeito de sentido de “democracia”, significada como “liberdade de expressão” e “liberdade para manifestar-se”, filiando-se à fala de Aécio Neves – então senador pelo PSDB e

5 Para ter conhecimento da discussão teórico-metodológica relativa às análises discursivas das reportagens jornalísticas enfocadas, cf. Marinho (2021). O acesso às reportagens através das quais as produções textuais foram geradas será disponibilizado mais adiante neste artigo.

principal líder político de oposição ao governo petista de Dilma Rousseff – que recriou, assim, as manifestações como “espontâneas e democráticas”.

Ao longo da exibição de *slides*, as alunas participaram ativamente, fazendo perguntas com relação aos conceitos. Neste aspecto, nosso intuito foi sensibilizar os sujeitos aos diferentes efeitos de sentido que a expressão “democracia”, por exemplo, pode adquirir, a depender das redes de formações discursivas e ideológicas que esteja vinculada. Ao fim da apresentação, distribuímos folhas com nossa proposta de análise comparativa dos discursos e as discentes realizaram produções escritas. A partir da exposição e discussão destes procedimentos de análise, concebemos nossa proposta de atividade comparativa. Desse modo, solicitamos as licenciandas que produzissem redações comparando uma reportagem do jornal *Clarín* com uma da *Folha de S. Paulo*. O texto do jornal argentino intitula-se *La Familia, la gran protagonista del cacerolazo en Olivos*, enquanto o do periódico brasileiro é chamado ‘*Sou negro, pobre e estou pedindo a saída da Dilma*’, diz manifestante⁶. Ambos os textos recriam as conjunturas em que se deram as manifestações populares ocorridas na Argentina, entre o último semestre de 2012 e o primeiro de 2013, durante o governo de Cristina Kirchner e no Brasil, durante o governo de Dilma Rousseff, entre o primeiro semestre de 2015.

Justificamos a escolha de referidos eventos sociopolíticos, que entendemos como práticas discursivas, em razão de estes estarem em plena efervescência, produzindo ecos discursivos no momento da elaboração de nosso projeto de pesquisa⁷. No primeiro semestre de 2016, época em que nosso projeto começou a ser gestado, o cenário sociopolítico brasileiro estava às margens da consumação do Golpe midiático-parlamentar, que resultou no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2015 e efetuado em agosto de 2016.

Ao longo do processo, ocorreram diversos protestos de ruas na forma de painéis, além do episódio particular que ocorreu durante um pronunciamento em cadeia nacional da então presidenta, em que houve painéis das sacadas dos prédios. Concomitantemente, nossa memória nos permitiu resgatar, por

6 Confira as duas reportagens mencionadas <https://drive.google.com/file/d/1NLnJ65PL2lcmQ66tcD0jQ1RW9dLcyYPh/view?usp=sharing>, <https://drive.google.com/file/d/1TOMOk9dP58X4AhdBoSms7k8h6uC7hwyZ/view?usp=sharing>.

7 O *corpus* mobilizado neste artigo é oriundo de minha pesquisa de doutorado, desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas (PPGLEN) da UFRJ e financiada pelo CNPq. Tal investigação teve início em 2017 e foi defendida em 2021. O presente artigo reflete uma reinterpretação e atualização do *corpus* gerado.

meio da mídia jornalística, eventos aparentemente homônimos (os *cacerolazos*) que haviam ocorrido entre 2012 e 2013 com nossos vizinhos argentinos, durante o governo de Cristina Kirchner. Diante disso, começamos a coletar, movidos de uma forte curiosidade, bem como fomentados pelos acontecimentos à época, diversas reportagens jornalísticas disponíveis em plataformas *on-line* de periódicos argentinos e brasileiros, de grande circulação e/ou relevância no contexto histórico desses países, tais como *Clarín*, *La Nación*, *Página 12*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*⁸.

Embora, em 2016, a Argentina já estivesse sob o macrismo⁹, pareceu-nos interessante comparar o momento pré-golpe que o Brasil se encaminhava em 2015/2016, por meio de manifestações eclodindo em vários cantos do país, com os *cacerolazos* que nossos vizinhos do Cone Sul haviam vivenciado há apenas cerca de três anos antes. Com isso, surgiu a proposta de realização de comparação entre as duas discursividades em que tais práticas discursivas se deram e, a partir disso, pensamos em deslocá-las para o contexto do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras no âmbito da formação docente. Nosso intuito, com isso, é pensar a comparação de tais práticas discursivas a partir do lugar de professor de LE, capturando este entremeio tensivo, ocasionado pelo processo de (res)subjetivação, que se dá por meio da mobilização de discursividades da LM e da LE.

Diante do exposto, reiteramos nossa proposta de transposição das práticas discursivas do *cacerolazo* e do *panelazo* para o âmbito da formação docente por meio do seguinte questionamento: por que interessa aos licenciandos tal debate sobre as manifestações? Entendemos que a abordagem deste contexto sócio-histórico contribui para a formação crítica do docente de línguas enquanto um sujeito que é inerentemente político. Sendo assim, abarcar um recorte do contexto sócio-histórico da Argentina e do Brasil por meio das práticas discursivas do *cacerolazo* e do *panelazo* oportuniza devolver ao linguístico sua intrínseca historicidade; enseja a reflexão das relações entre os níveis intra- e interdiscursivo, ou seja, entre (o fio d)a língua(gem) e sua exterioridade

8 Contudo, no presente artigo, conforme já foi explicitado anteriormente, refletimos sobre produções escritas geradas a partir da comparação de reportagens jornalísticas relativas ao argentino *Clarín* e ao brasileiro *Folha de S. Paulo*.

9 O macrismo é um movimento político argentino, vinculado à figura de Mauricio Macri, que foi prefeito da Cidade Autônoma de Buenos Aires (2007-2015) e presidente da República da Argentina (2015-2019). O movimento está organizado centralmente no partido *Propuesta Republicana* (conhecido comumente como Pro), cuja ideologia se filia ao conservadorismo e (neo)liberalismo econômico de centro-direita, além de se vincular a um populismo de direita. O macrismo conta ainda com forte apoio de grupos empresariais, como a *Sociedad Rural Argentina*.

(constitutiva), conferindo à formação de professores sua responsabilidade intelectual, social e política.

| Análises discursivas

A análise das produções textuais que iniciamos por ora é resultante da aula que ministramos para sensibilização em relação aos discursos jornalísticos sobre o *cacerolazo* argentino e o *panelazo* brasileiro, conforme já aludimos na seção anterior. Sendo assim, a finalidade de dita proposta de atividade era mobilizar uma análise comparativa dos discursos, motivando assim as produções escritas das licenciandas. Desse modo, solicitamos¹⁰ ao grupo que produzisse textos comparando as reportagens argentina e brasileira. Com relação às categorias de análise, examinaremos de que modo os sujeitos observam o funcionamento do interdiscurso e do intradiscurso nos textos em língua materna e em língua estrangeira, analisando a inscrição deles em dadas formações discursivas, que os conduzem, assim, a determinados efeitos de sentido.

Para analisar os gestos de escrita das alunas da licenciatura, mobilizamos o conceito de “ressonância enunciativa” (Serrani, 2010) que concerne a dados traços linguístico-discursivos que ecoam, erigindo a interpretação de uma ideia prevalente. Também adotamos a noção de “evidência discursiva” (Mariani, 2016), entendida como um processo de naturalização que contribui para a estabilização dos sentidos, remetendo deste modo à produção de estereótipos, imaginários e idealizações que se cristalizam em dada prática discursiva. Dentre as regularidades apreendidas por meio dos gestos de escrita discentes podemos destacar duas mais gerais, mediante as seguintes formulações: (1) criação de polaridades e dicotomias, que se materializam através de oposições rígidas e/ou absolutas, ao colocar os dois textos em perspectiva comparada; e (2) atravessamento do sujeito pela memória na LM e silenciamento desta na LE.

Com relação à primeira regularidade, realçamos determinadas formulações que conduzem às seguintes evidências discursivas: “o *cacerolazo* argentino é mais pacífico e mais organizado” enquanto “o *panelazo* brasileiro é menos pacífico, menos organizado (e mais agitado)”; “o *cacerolazo* é mais unido, unificado, é da família”, ao passo que “o *panelazo* é mais plural, diversificado. Vejamos

10 Enunciado da questão: “Partindo da leitura e interpretação de textos jornalísticos que abordam manifestações que ficaram conhecidas como *cacerolazo*, na Argentina, em 2013, durante o governo de Cristina Kirchner, e *panelazo*, no Brasil, em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, realize uma análise comparativa de tais textos, mostrando a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, isto é, o nível da constituição discursiva e o nível da formulação enunciativa”.

recortes das produções escritas da turma¹¹, a partir das sequências discursivas (SD) seguintes:

(SD1): “O texto brasileiro [*rasura*] é uma notícia sobre o panelaço e traz **vários** discursos de pessoas que foram às manifestações, ainda que motivados de forma **diferente** [...] A publicação argentina, por sua vez, focalizou principalmente no **estado de espírito** dos manifestantes que, declaradamente **pacíficos**, fizeram da manifestação **um evento de cunho familiar** [...] se percebe nas formulações enunciativas do jornal [*rasura*] *Folha de São Paulo* discursos que dizem respeito a posições **divergentes** frente ao governo, com imagens que refletem uma movimentação **mais agitada**”.

(SD2): “Pode-se observar que na reportagem do jornal *Folha de São Paulo* o enfoque é que **não só** membros da classe A e da “elite branca” do Brasil fazem parte da manifestação contra o governo Dilma, **mas também** pessoas de classes inferiores e não pertencentes a elite [*sic*] lutam a favor do *impeachment* de Dilma. Já na reportagem do jornal argentino *Clarín*, que trata do “cacerolazo” que ocorreu no dia 18 de abril, enfatiza a presença de **famílias completas** (inclusive crianças e mulheres grávidas) na manifestação, demonstrando **o caráter pacífico** do protesto e o envolvimento de gerações distintas na reivindicação dos direitos”.

(SD3): No jornal *Folha de S. Paulo*, temos uma reportagem que se trata sobre o “panelaço”, em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff [...] o texto está formulado a partir de falas de **outras** pessoas que apóiam ou não o *impeachment* da presidente Dilma. Também há a utilização de discursos de pessoas de **diferentes** classes sociais para construir a idéia de que **não é só** determinada classe social que está insatisfeito [*sic*] com o governo atual [...] No jornal *Clarín*, [...] se trata sobre o [*rasura*] “cacerolazo”, em 2013, [*rasura*] durante o governo de Cristina Kircher [*sic*] [...] [É] observado que a ~~visão de~~ construção da visão das pessoas que frequentaram o “cacerolazo” foram **somente famílias bem estruturadas**, [...] Assim como também mostra as manifestações da Argentina como **mais organizadas** e **pacíficas** que as do Brasil.

¹¹ Salientamos que todos os negritos constituem grifos nossos e que transcrevemos as produções escritas tais quais foram redigidas, isto é, com suas rasuras e eventuais desvios em relação à norma padrão. Conforme já foi explicitado anteriormente, trabalharemos, neste artigo, por motivos de limitação deste gênero acadêmico, com análises de alguns fragmentos linguísticos. Portanto, para ter acesso às 11 redações na íntegra dos sujeitos pesquisados, bem como à reprodução do enunciado da proposta de atividade comparativa, confira o seguinte *link*: https://drive.google.com/file/d/1cFv6lu1yxKQ-SOpnXZhbw78c_UZUakdM/view?usp=sharing.

Nas sequências discursivas exibidas acima, podemos observar a ressonância de certos significantes, tais como: “(mais) pacíficos(as)” e “(mais) organizada(s)/organizado(s)”, indiciando evidências que promovem um corte discursivo entre a manifestação argentina e a brasileira, as quais se materializam em meio a dicotomias e polaridades, que se dão também por não ditos, ao produzirem determinadas formulações no contexto argentino e silenciarem no contexto brasileiro, estabelecendo uma relação antagônica [formulações que podem ser expressas, por exemplo, como “*cacerolazo* é mais X, é mais Y” (e painel: “silêncio/vazio”)]. Sendo assim, na cadeia discursiva referente ao *cacerolazo* ecoam enunciados que o recriam como “mais unificado”, “mais organizado e mais pacífico”, ao passo que o painel é recriado enquanto uma manifestação “mais agitada” (e, assim, em meio a não ditos, menos pacífica e menos organizada), materialização que aparece, por exemplo, na SD1.

Formulações enunciativas tais como “vários”, “diferentes”, “divergentes”, “outras”, além de formulações aditivas (“não só X, mas também Y”; “não é só X...”, que aparecem na SD2 e na SD3, respectivamente) ecoam e se repetem nas redações discentes gerando um efeito de sentido que concebe o painel como mais diversificado e heterogêneo em relação à manifestação argentina. Deste modo, mobilizando cadeias dicotômicas, os sujeitos constroem o *cacerolazo* argentino como uma evidência de “unidade” e de “pacifismo”, por meio de formulações como “estado de espírito dos manifestantes” (SD1), ao passo que o painel brasileiro, ao romper discursivamente com esse “pacifismo” e “unidade” é recriado como “uma movimentação mais agitada” (SD1). Essa evidência de pacifismo e organização constituída no contexto do *cacerolazo* se dá pela filiação à formação discursiva da família tradicional, discursividade que atravessa fortemente os sujeitos e que se materializa através dos enunciados: “um evento de cunho familiar” (SD1); “famílias completas” (SD2); “somente famílias bem estruturadas” (SD3), dentre outras formulações que aparecem ao longo das redações das estudantes.

No que tange à regularidade (2), que enunciamos mediante a formulação geral – atravessamento do sujeito pela memória na LM e silenciamento desta na LE – podemos desdobrá-la em duas tendências. Estas podem ser compreendidas como: (2.1) materialização de enunciados já-ditos na LM e vagueza e/ou silenciamento destes na LE; e (2.2) materialização de posicionamento crítico-reflexivo na LM e ausência e/ou indeterminação de tal postura na LE. Começamos pelo exame de tal regularidade pela tendência (2.1), através da observação de fragmentos das redações discentes, a partir das sequências discursivas (SD) mostradas a seguir:

(SD4): “A perspectiva adotada no jornal argentino evidencia uma constituição discursiva que *[rasura]* se conecta com a **memória** de manifestações **pouco ou nada pacíficas** [...] *[Sobre as manifestações brasileiras]* Com os discursos que propõem a intervenção militar podem ser resgatadas **memórias sobre a ditadura militar** [...] *[rasura]* Essas memórias apontam para uma observação do que se esperava do governo”.

(SD5): “Nesse sentido, os interdiscursos na reportagem do jornal *Clarín* são os interdiscursos que valorizam **a democracia, o bem estar familiar e com uma ideologia nacionalista, com o livre direito a manifestação do pensamento e crítica ao governo**. Já *[n]*a reportagem do Jornal *Folha de São Paulo* [...] essas ideologias presentes nos remetem **a fatores históricos como a ditadura** [...], ideologias neoliberais, ideologia nacionalista e várias mesclas interdiscursivas que sustentam e permeiam esses discursos presentes nesta reportagem”.

(SD6): “*[Sobre as manifestações brasileiras]* Do texto, pode-se observar que as formações discursivas que aparecem ~~fazem~~ fazem com que o leitor tenha que acessar em sua **memória outros discursos já-ditos**, como, por exemplo, sobre o que foi **a ditadura militar no Brasil**, ~~ou~~ sobre **as ideologias políticas contidas nos partidos de direita e de esquerda**, saber como **o sistema de classes sociais é problematizado dentro da política**, assim como a campanha de outros políticos [...] No jornal *Clarín* [...] o texto compõe **outros interdiscursos** como **discursos já-ditos sobre o que foi o 18A**, sobre **o governo da presidente** ou sobre **a concepção de família na Argentina**.”

Podemos observar nas sequências exibidas anteriormente, com relação ao contexto do painel brasileiro, a ressonância de dadas formulações, tais como “memória sobre a ditadura militar” (SD4); “fatores históricos como a ditadura” (SD5); e, por fim, “ideologias contidas nos partidos de esquerda e de direita” (SD6). Tais formulações materializam enunciados já-ditos que evidenciam o atravessamento dos sujeitos pelo interdiscurso na língua materna, ou seja, no contexto do painel brasileiro. Deste modo, a memória da ditadura cívico-militar, que perdurou no país por cerca de 20 anos (1964-1985), bem como o clima de polarização, ancorado na divisão entre petismo *versus* antipetismo, que dominou o cenário das manifestações de 2015 no Brasil, funcionam como discursos que perpassam os sujeitos de maneira explícita.

No tocante ao atravessamento do sujeito pelo interdiscurso no contexto do *cacerolazo* argentino, notamos ressonâncias de determinadas formulações que evidenciam uma vagueza e/ou silenciamento dessa dimensão na LE. Desta

maneira, no que tange ao diálogo com o interdiscurso na língua estrangeira, a graduanda da SD4 relata que o *cacero* argentino “se conecta com a memória de manifestações pouco ou nada pacíficas”. Sendo assim, em uma tentativa de recuperação de enunciados já-ditos no contexto da LE, a licencianda cria uma relação de oposição entre os níveis intradiscursivo e interdiscursivo, ao materializar que a manifestação argentina é “mais pacífica e mais organizada”, por meio da exploração da cadeia efetivamente formulada do dizer, para em seguida concluir, de maneira vaga e generalizada, na direção oposta, argumentando que tal protesto remete à memória de manifestações “pouco ou nada pacíficas”, comportando-se esta última formulação enquanto um intento de diálogo com o nível interdiscursivo.

Outras formulações, tais como, “interdiscursos que valorizam a democracia, o bem estar familiar” (SD5) e “outros interdiscursos como discursos já-ditos sobre o que foi o 18A, o governo da presidente ou a concepção de família na Argentina” (SD6) evidenciam um forte ecoar do significante “interdiscurso”, parecendo-nos desvelar que quantos mais os sujeitos repetem os termos teóricos de maneira metalinguística, menos adentram no funcionamento do discurso, concebendo o entorno da língua estrangeira de maneira vaga e indeterminada.

Deste modo, o(s) “(outro)s “interdiscurso(s) e discursos já-ditos”, formulações tão mencionadas pelas graduandas, se referem, na realidade, à cadeia intradiscursiva, isto é, à superfície linguístico-discursiva efetivamente formulada no texto, na qual são materializados discursos sobre democracia, família, manifestação do 18A, dentre outros, havendo, desta maneira, um silenciamento subjetivo em relação ao atravessamento pelo nível interdiscursivo, através da não recuperação de enunciados antecedentes, que, assim, estabeleçam diálogo com a dimensão do intradiscurso.

Passemos, por ora, a refletir sobre tal regularidade a partir de sua tendência (2.2) na qual se observa, enquanto atravessamento do sujeito pelo interdiscurso, a materialização de um posicionamento crítico-reflexivo na LM e uma ausência e/ou indeterminação de tal postura na LE. Examinemos os trechos das produções escritas da turma investigada, por meio das sequências discursivas exibidas a seguir:

(SD7): “Os textos se contrapõe [sic] em vários aspectos, a começar pelo título, o *Clarín* coloca a manifestação como um programa familiar, praticamente um “passeio de domingo”, já a *Folha* coloca a manifestação do Brasil, como uma “unificação de opiniões” entre o pobre e o rico. Outra questão importante a ser colocada é a **diferença de intenção** entre os manifestantes: a *Folha* faz uma reportagem em que mostra uma manifestação pelo *impeachment* contra Dilma, ou seja, **a intenção é tirar a Dilma do governo**. Já no *Clarín* **a intenção é defender a Argentina**, sobretudo **a família argentina** [...] Percebi na *Folha* uma reportagem **bastante manipuladora** com o intuito de demonstrar que não era somente a elite que pedia a saída de Dilma. E no *Clarín* uma tentativa de demonstrar que era **uma manifestação de “família”**.”

(SD8): “A notícia sobre o “panelaço”, trazida pelo jornal *Folha de S. Paulo*, se mostra **tendenciosa** pois pega **casos isolados de minorias** (o **negro, pobre**, de 18 anos e o **pernambucano**, morador da Cohab, por exemplo) para representar **todo o povo brasileiro** como se todos fossem a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff [sic]. [...] Já o “cacerolazo”, na notícia do jornal “El Clarín” [sic], aparece como um movimento **mais unificado**, em comparação ao “panelaço”, pois não se fala em **partidos**, ou seja, é **um real interesse nacional pela mudança do país** [...] Nota-se, então, a **positivação** do movimento, mencionando a **família** [...] o que nos levar a crer que foi um **movimento pacífico, organizado**, de pessoas que vieram de vários lugares, não para pedir a saída da presidente, Cristina Kirchner, ou de algum partido, mas sim pedir **transparência** do governo [...] que haja uma **real** mudança, **visando um futuro melhor para todos**”.

(SD9): No âmbito do ~~intradiscurs~~ intradiscurso, da escolha vocabular [...], o texto da *Folha* começa com um título **extremamente tendencioso** que nos remete a uma **contradição** no que as pessoas pensam sobre “**quem está contra o governo Dilma**”. Ao escolher esta fala aumenta para as classes mais populares a quantidade de apoiadores da saída de Dilma. A *Folha* tenta desmistificar a idéia de que todos os “pobres” estão com o PT [...] O texto do *Clarín*, **por outro lado**, se ~~aprent~~ apresenta como uma **mera descrição** de como a manifestação se desenrolou. Comenta sobre as críticas que foram feitas e dos motivos de levar o povo às ruas, mas o enfoque se dá **na união de diversas famílias** por uma Argentina sem corrupção. Bandeiras não são levantadas no texto [...] É possível concluir que a intenção discursiva do texto da *Folha* é **levantar críticas**, tanto sobre a Dilma e seu governo [...] O texto do *Clarín* apresenta mais sobre como as manifestações podem ser **pacíficas** e como a **união familiar** pode ser benéfica para a luta contra a corrupção.

De acordo com as SDs expostas, podemos observar, em relação ao contexto do painel brasileiro, o ecoar dos seguintes enunciados: “a reportagem da *Folha* é bastante manipuladora”, “a intenção é tirar a Dilma do governo” (SD7); “a notícia do painel se mostra tendenciosa” (SD8); e por fim “o texto da *Folha* começa com um título extremamente tendencioso”, “a intenção discursiva do texto da *Folha* é levantar críticas tanto sobre Dilma e seu governo” (SD9). Percebemos, assim, por meio da repetição dos significantes “tendenciosa” e “manipuladora”, com suas gradações de intensificadores (“bastante” e “extremamente”), um atravessamento dos sujeitos pelo nível da memória discursiva no contexto do painel brasileiro que materializa seus posicionamentos crítico-reflexivos, conduzindo a efeitos de sentido de que o jornal brasileiro estaria impregnado de uma intenção manipulatória maior (em relação ao periódico argentino), que seria criticar, em sentido negativo, e ser contra o governo e a presidenta, sentido este que podemos recuperar inclusive através dos não ditos, uma vez que as graduandas colocam os textos em perspectiva comparada.

A licencianda da SD9 materializa o atravessamento pela memória na língua materna por meio da formulação “contradição” para aludir aos já-ditos que relacionam os governos de esquerda (como os governos petistas de Lula e Dilma) e os grupos étnico-raciais historicamente discriminados na sociedade (como no caso do texto, em que são citados o negro, o pobre e o nordestino). Desta maneira, através do enunciado –“o texto do *Folha* [...] nos remete a uma contradição no que as pessoas pensam sobre quem está contra o governo Dilma [pois] ao escolher esta fala aumenta para as classes mais populares a quantidade de apoiadores da saída de Dilma” – a graduanda recupera enunciados já-dados e pré-construídos no contexto da língua materna e, a partir disso, emite seu posicionamento crítico-reflexivo, ao concluir que o texto brasileiro é “extremamente tendencioso”, uma vez que a narrativa jornalística promove uma ruptura discursiva destes enunciados já-dados, isto é, promove uma desvinculação entre as minorias de poder e os governos de esquerda filiados à discursividade do populismo¹², construindo o efeito de sentido de que toda a população está contra o governo.

No que concerne ao contexto do *cacerolazo* argentino, foram apreendidas determinadas formulações, tais como: “no Clarín a intenção é defender a Argentina, sobretudo a família argentina”, “uma manifestação de ‘família’” (SD7); “o *cacerolazo* aparece como movimento mais unificado”, “é um real interesse nacional pela mudança do país” (SD8); e, por fim, “o texto do Clarín, por outro

12 Para ter conhecimento da discussão referente ao atravessamento do discurso jornalístico pelo discurso populista na (re)criação das manifestações contemporâneas relativas ao *cacerolazo* argentino e ao painel brasileiro, cf. Andrade e Marinho (2020).

lado, se apresenta como uma mera descrição de como a manifestação se desenrolou”, “o enfoque se dá na união de diversas famílias”, “manifestações pacíficas e união familiar” (SD9).

Conforme pudemos notar, o reverberar de dadas formulações na concepção do *cacerolazo* argentino – como, por exemplo, o entendimento de que o jornal faz uma “mera descrição” (SD9) da manifestação – contribuem para a construção de um sentido de que a reportagem argentina seria “mais neutra”, opondo-se, por uma relação de não dito, à noção de “menos neutra” que estaria pressuposta em relação ao contexto do painel brasileiro ao ser qualificado como “manipulador” e “tendencioso”. Tais formulações sinalizam a produção de um efeito de sentido que recria as manifestações argentinas como uma evidência de uma transparência de língua(gem).

Esta ilusão de “neutralidade”, que se inscreve em uma cadeia discursiva de “transparência”, “organização”, “atenuação”, “união” e “pacifismo”, é gerada pela filiação à discursividade da família tradicional, que atravessa predominantemente as redações do grupo, conforme pudemos observar nas sequências destacadas anteriormente. Tal atravessamento pelo discurso da família pode ser evidenciado ainda na estudante da SD8 que concebe o *cacerolazo* argentino como “um real interesse nacional”. Esta evidência de “realidade” é construída também pela menção à família, instituição que a licencianda afirma conferir “uma positividade do movimento”. A partir disso, o sujeito produz dadas formulações enunciativas para descrever o *cacerolazo* argentino, a saber: “[*é um desejo de todas as pessoas*] que haja uma real mudança, visando um futuro melhor para todos, principalmente as crianças [*que são*] o futuro da nação”. Dialogando com o texto brasileiro, através da retomada de enunciados já-ditos inscritos na memória, o sujeito defende, por outro lado, que as manifestações não são de todos, mas de uma parcela que está contra a presidenta e o seu partido político. Em um movimento discursivo diferente, a licencianda da SD8 ao refletir sobre o contexto argentino, argumenta que os manifestantes “não vieram para pedir a saída da presidente, Cristina Kirchner, ou de algum partido”, mas sim “transparência do governo”, uma vez que a manifestação expressa “uma real mudança visando um futuro melhor para todos” – formulações que produzem efeitos de evidências de “totalidade”, “verdade” e “unidade”. Assim, ao defender que as manifestações argentinas são “reais”, a licencianda alude a um “não real”, um não dito que pode ser inferido em relação ao contexto brasileiro.

| Tecendo reflexões: diálogos com a (inter)discursividade...

As regularidades apreendidas nos propiciam algumas reflexões. No que diz respeito à regularidade 1, enunciada como “criação de polaridades e dicotomias”, percebemos um movimento dos sujeitos, ao realizarem a comparação entre os textos, de promoverem leituras polarizadas, ao serem atravessados pelas representações de “unidade” e “pluralidade”, “mais organização” e “menos organização”, dentre outras, construídas pelas esferas jornalísticas em cada contexto, que acabam por conceber cada manifestação como se fossem “verdades absolutas”, estabelecendo, assim, oposições rígidas e/ou completas entre as manifestações, sem haver, deste modo, uma desconstrução e/ou uma desestabilização destas construções jornalísticas. Quando há tentativas nesta direção – de questionamento – isso fica restrito ao entorno da língua materna. Parece-nos que, ao colocar os dois contextos em perspectiva comparada, os sujeitos procuram oposições absolutas, o que se materializa mediante a produção de dicotomias explícitas.

No tocante à regularidade 2, é expressivamente notável o atravessamento do sujeito da enunciação pela memória discursiva na língua materna, seja pela retomada de enunciados já-ditos (conforme sinalizamos na tendência 2.1), seja pela materialização de posicionamentos crítico-reflexivos com relação ao painel brasileiro (conforme sinalizamos na tendência 2.2). Já com relação ao contexto da LE, há produção de estereótipias e imaginários que recriam a manifestação a partir de evidências de neutralidade e de realidade, como se houvesse uma transparência da linguagem. Deste modo, há silenciamentos tanto de enunciados já-ditos, que atravessam a materialidade linguístico-discursiva no texto argentino, como de posturas crítico-reflexivas que desvelem uma apreciação valorativa no que se refere ao contexto do *cacerolazo*.

Desta forma, no texto argentino, não há materialização de enunciados já-ditos inscritos na memória argentina, tais como, o histórico etnocentrismo de Buenos Aires de se representar como toda a nação argentina, frente às demais províncias, bem como seu protagonismo no que tange aos *cacerolazos*, que assumiram historicamente diferentes efeitos de sentido. Assim, as práticas discursivas do *cacerolazo* já funcionaram enquanto símbolos em favor da democracia, no contexto da ditadura militar argentina, na década de 1970 e 1980, assim como protestos das donas de casa na *Plaza de Mayo*, simbolizando as panelas vazias no contexto do *corralito*, que imputava o confisco às contas bancárias, no governo de Fernando De la Rúa, no começo dos anos 2000. Tal época inclusive foi quando a crise econômica e política desencadeou uma crise

de representatividade por partes dos argentinos, gerando certo movimento discursivo de “demonização” da esfera política, manifestado sob enunciados de “protestos anti-políticos”, nos quais a formulação enunciativa *¡Que se vayan todos, que no queden ni un solo!* constitui um já-dito que retoma essa cadeia parafrástica, produzindo um cenário de instabilidades.

Além destes enunciados, que estão disponíveis no interdiscurso do contexto sociopolítico argentino, também podemos destacar pré-construídos que retomam a relação tensiva e conflitante entre governos de esquerda, filiados à formação discursiva do populismo – o qual exemplificamos o kirchnerismo, representado por Néstor e Cristina Kirchner, vinculados ao Partido Justicialista, que é o governo institucional vigente no âmbito das manifestações de 2013 – e as classes média e alta, sobretudo a elite portenha, tradicionalmente de inclinação (neo)liberal e cosmopolita, e, portanto, contrária às políticas de vertente nacionalista. O kirchnerismo, deste modo, enquanto continuador da cadeia discursiva do primeiro peronismo, representa um governo de aproximação com as massas, sobretudo as classes mais desprivilegiadas, promovendo políticas de inclusão social. Ademais, Cristina Kirchner, detentora de uma figura de líder populista confrontadora, militante e irônica, durante seus dois mandatos presidenciais (2007-2011 e 2011-2015), travou diversas batalhas com determinados setores, tais como, o campo (os ruralistas), o sindicalismo e também a imprensa – esta última propulsora de um cenário cada vez mais dicotômico, que pode ser materializado por meio do racha discursivo *los k versus los anti k*, para se referir aos adeptos do kirchnerismo e do antikirchnerismo, respectivamente. A partir desta conjuntura, as manifestações de 2013, no contexto do *cacerolazo* argentino, tiveram um perfil que denota geralmente setores das classes média e alta do país, identificadas a partir do enunciado “capas medias y altas porteñas”, que, assim, estavam insatisfeitas com as políticas kirchneristas.

Mediante o exposto, percebemos nas licenciandas brasileiras participantes de nossa investigação uma atenção voltada para o nível intradiscursivo por meio da exploração da superfície linguístico-discursiva efetivamente formulada na cadeia horizontal do dizer, tanto no texto brasileiro quanto no argentino. No que tange às relações interdiscursivas, no eixo vertical de constituição do discurso, podemos observar uma leitura muito mais crítica em relação ao texto em português brasileiro, visto que as licenciandas neste caso relacionavam os enunciados efetivamente formulados a outros enunciados e já-ditos na base do dizível, acessando assim a memória discursiva. Em relação ao texto em espanhol argentino, por sua vez, observamos indeterminações e silenciamentos, não se

promovendo assim um diálogo entre os enunciados efetivamente formulados e outros enunciados antecedentes ou com diferentes instâncias do discurso.

Esta tendência de não atravessamento pela memória discursiva relacionada ao contexto sócio-histórico argentino parece-nos sinalizar que o sujeito mostra-se crítico e questionador apenas no que tange ao seu entorno sócio-histórico, nas condições de produção que concernem à sua LM, que é o lugar do qual se fala e se enuncia, permanecendo o âmbito da língua estrangeira como o lugar do Outro, o qual não se questiona e não se critica, criando-se a evidência de que o texto argentino é “neutro”, desprovido de ideologias e intencionalidades, como se fosse “apenas uma descrição da manifestação, o real, tal como ela foi” – apenas para representarmos parafrasticamente formulações enunciativas que ecoaram em várias produções discentes – ao passo que o texto brasileiro é apontado como “manipulador, tendencioso e com intenção de criticar a Dilma e o PT”. Como se as duas reportagens não estivessem atravessadas por diversas formações discursivas, bem como estratégias de seleção e interdição jornalísticas.

Refletimos assim que algo relacionado ao processo de formação docente dos licenciandos em Letras Português/Espanhol não tem propiciado a eles uma maior mobilização da memória discursiva no ato de interação com os textos em espanhol, o que faz com que o espaço estrangeiro seja, na maioria dos casos aqui, contemplado sob a evidência de um território de pacifismo, passividade, idealizações e estereótipias, como se fosse um espaço de transparência, isentando-se dos questionamentos e criticidade que, como vimos, o diálogo com outros enunciados relacionados ao texto argentino poderia propiciar.

Por fim, é possível refletir, ainda, que o sujeito (se) significa através das discursividades que constituem sua língua e, deste modo, a partir da comparatividade, tomando como parâmetro as malhas sócio-históricas das e nas subjetividades maternas, o enunciator significa as discursividades do outro. Sendo assim, concordamos que

[...] mesmo tendo um bom domínio da língua outra na [e sobre a] qual enunciam, estes sujeitos continuam se significando em relação à forma-sujeito na qual se constituíram como falantes de sua própria língua, movimento este de identificação que deixa suas marcas nas formulações (Zoppi-Fontana; Celada, 2005, n.p.).

Portanto, no tocante ao contexto da língua estrangeira, nos parece que as formulações linguístico-discursivas que atravessam o intradiscurso mostram-

se mais sensíveis à turma da licenciatura, havendo, por outro lado, um silenciamento em relação ao nível interdiscursivo, isto é, à dimensão que concerne ao saber discursivo nesta língua.

| Considerações finais

O objetivo deste artigo foi examinar, através de uma perspectiva comparada, os modos de enunciar de licenciandos brasileiros em Letras em discursividades relativas ao Português/Língua Materna e ao Espanhol/Língua Estrangeira considerando o contexto sociopolítico do Brasil e da Argentina no tocante às manifestações conhecidas como *panelaço* e *cacerolazo*, respectivamente. Para tanto, os sujeitos deveriam produzir redações a partir da leitura e interpretação de materialidades linguístico-discursivas que versavam sobre reportagens jornalísticas no contexto dos eventos supracitados. A fim de concretizar nossa proposta, examinamos fragmentos referentes às produções escritas das discentes mediante sequências discursivas mobilizando um dispositivo analítico ancorado na teoria de discurso de extração pecheutiana. Em tal dispositivo, abordamos noções basilares trabalhadas na AD, tais como, formações discursivas, memória discursiva, intradiscurso e interdiscurso, além da mobilização de alguns postulados lacanianos provenientes do terreno da psicanálise, com o intuito de refletir acerca dos movimentos subjetivos apreendidos nos gestos de escritas da turma investigada.

Ao analisarmos os gestos subjetivos capturados nas redações, podemos observar o funcionamento do sujeito do inconsciente, apreendido em sua dispersão nas brechas da enunciação. Sendo assim, ao examinarmos os discursos das graduandas acerca do *panelaço* brasileiro e do *cacerolazo* argentino, pudemos observar que o sujeito se mostra interpelado pela ideologia, realizando identificações simbólicas/imaginárias com a língua materna através de formas de enunciar crítico-reflexiva. Já ao adentrar o universo da língua estrangeira, o sujeito realiza modos de identificação simbólica/imaginária destacadamente diferentes em relação aos da língua materna, permanecendo, através de não ditos e silenciamentos, num território de idealizações e estereotipias.

Desta forma, ao se assujeitar ao simbólico desta LE, o sujeito acaba por realizar identificações imaginárias (referentes à imagem que produzem desta língua) muito atravessadas por relações idealizadas e estereotipadas, que, assim, não promovem modos crítico-reflexivos de se enunciar. Em síntese, como regularidades gerais que atravessam as produções escritas relativas às atividades comparativas, identificamos: (1) a criação de polaridades e dicotomias, que se materializam através de oposições rígidas e/ou absolutas,

ao colocar os dois textos em perspectiva comparada; (2) o atravessamento do sujeito pela memória na LM e o silenciamento desta na LE. Esta segunda regularidade se explicita pela tendência à materialização de enunciados já-ditos no contexto da língua materna e, por outro lado, pelo predomínio de vagueza e/ou silenciamento destes na língua estrangeira, como observado na tendência (2.1). Também examinamos aí a tendência à materialização de posicionamento crítico-reflexivo na LM e ausência e/ou indeterminação de tal postura na LE, como observado na tendência (2.2). Sendo assim, ao se silenciar a dimensão do interdiscurso no que tange à memória relacionada ao contexto histórico argentino, não se promovem questionamentos, problematizações, tampouco possíveis desestabilizações – não se avançando para uma polissemia, optando-se, pois, por uma reprodução em forma de paráfrase, isto é, produzindo-se como evidência de “verdade” as representações discursivas promovidas pela esfera jornalística que atravessam a materialidade verbal – tais como, unidade na manifestação, manifestação de toda a Argentina, manifestação da família e da moral, manifestação pela liberdade, democracia, etc. – e contribuindo-se assim para a ilusão da naturalização dos sentidos, bem como hegemonização de estereótipos no universo da LE, que permanece como uma língua do outro, artificial e distante.

Salientamos, entretanto, que ambos os textos jornalísticos se inscrevem no contexto de manifestações públicas protagonizadas, sobretudo, pelas classes médias – conhecidas pelos enunciados “capas medias y altas porteñas” e “elite branca”, no contexto argentino e brasileiro, respectivamente – contra governos filiados à formação discursiva do populismo. Desta maneira, tanto a reportagem argentina quanto a brasileira criticam – por meio de construções discursivas que encetam dicotomias, tais como, “povo” unificado *versus* governo “inimigo” – governos esquerdistas vigentes à época, como o kirchnerista, sob liderança de Cristina Kirchner, em 2013, e o petista, sob liderança de Dilma Rousseff, em 2015.

Chama-nos a atenção, portanto, a relação dos sujeitos com o interdiscurso nas produções escritas analisadas. Parece-nos que, quanto mais inconsciente se estabelece tal relação, mais explicitamente os sujeitos são atravessados pelo nível da memória. Ou seja, nas produções escritas relativas ao contexto do painel brasileiro, mesmo nos casos em que os sujeitos não materializam a formulação “interdiscurso”, as licenciandas se mostram talvez inconscientemente atravessadas pela dimensão da memória, uma vez que materializam enunciados já-ditos e posturas crítico-reflexivas. Já no contexto do *cacerolazo* argentino, quanto mais as graduandas parecem demonstrar consciência, aludindo insistentemente, de maneira metalinguística, à noção

de “interdiscurso”, menos parecem efetivamente atravessadas pela dimensão da memória, silenciando em relação à materialização de já-ditos no contexto sociocultural argentino e esquivando posicionamentos crítico-reflexivos. Em síntese, entendemos que

[...] o sujeito é, assim, fruto de múltiplas identificações – imaginárias e/ou simbólicas – com traços do outro que, como fios que se tecem e se entrecruzam para formar outros fios, vão se entrelaçando e construindo a rede complexa e híbrida do inconsciente e, portanto, da subjetividade (Coracini, 2003, p. 203).

Isso nos demonstra que o deslocamento do sujeito da enunciação no (inter)discurso se dá de maneira contínua e gradual, sem prever uma chegada linear e completa, e desta forma, para que haja inscrições na ordem do simbólico da língua, é primordial que se estabeleçam interações orais e escritas com o universo da LE. Sendo assim, podemos entender que o processo de formação de professores nos cursos de licenciatura em Letras Português/Espanhol (ou Letras Espanhol) no Brasil precisa continuar avançando no âmbito do desenvolvimento de práticas formativas que estimulem e criem condições de interação para que os sujeitos (licenciandos) possam cada vez mais assumir uma vontade de identificação com a língua estrangeira e simultaneamente realizar tentativas de identificação simbólica/imaginária que permitam ao professor em formação inicial enunciar-se “como sujeito da língua, conseguindo (se) dizer” (Celada; Payer, 2016, p. 35).

| Agradecimentos

A autora é Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas (PPGLEN), Faculdade de Letras, UFRJ, e Bolsista FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/000295/2024.

| Referências

ANDRADE, A.; MARINHO, P. Discurso populista em construções jornalísticas acerca do *cacerolazo* argentino e do *panelaço* brasileiro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 2, n. 59, p.1087-1116, 2020.

ANDRÉ, M. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

CELADA, M. T.; PAYER, M. O. Sobre sujeitos, língua(s), ensino. Notas para uma agenda. *In*: CELADA, M. T.; PAYER, M (org.). **Subjetivação e processos de identificação**. Sujeitos e línguas em práticas discursivas – inflexões no ensino. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 17-42.

CORACINI, M. J. A celebração do outro na constituição da identidade. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, p. 201-220, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 [1969].

GREGOLIN, M. R. V. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. *In*: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (org.). **Teorias Linguísticas**: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21-34.

MAINARDES, J.; CARVALHO, I. C. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em educação. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (org.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 206-212.

MARIANI, B. O político, o institucional e o pedagógico: quanto vale a língua que ensinamos? **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, p. 43-63, 2016.

MARINHO, P. A construção discursiva de textos jornalísticos na abordagem do “panelaço” brasileiro e do “cacerolazo” argentino. **Caracol**, São Paulo, n. 21, p.1172-1203, 2021.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Ponte, 2000.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2012.

PIMENTA, S. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005.

REVUZ, C. A língua estrangeira: entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 213-230.

SERRANI, S. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas. **DELTA** – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada, São Paulo, v. 13, n. 1, 1997.

SERRANI, S. **Discurso e cultura na aula de língua**. Exemplos em português, espanhol e inglês. São Paulo: Pontes, 2010.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; CELADA, M. T. Processos de subjetivação e resistência na enunciação em língua estrangeira: o lugar do outro nas discursividades argentina e brasileira. *In: Atas da Reunião Anual da SBPC*, Fortaleza, 57^a, 2005.

Como citar este trabalho:

MARINHO, Priscila. Memória e silêncio: (inter)discursos de licenciandos brasileiros em Letras sobre o *cacero/azo* argentino e o panelaço brasileiro. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 192-219, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

Saberes linguísticos cotidianos no Instagram: uma análise de publicações sobre linguagem inclusiva de gênero

Laís Virginia Alves MEDEIROS¹

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil;
| lais.v.medeiros@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0003-3467-8066>

Resumo: Este artigo apresenta análises de pesquisa de pós-doutoramento no campo da História das Ideias Linguísticas em diálogo com a Análise do Discurso de linha materialista. Com base na reflexão de Ferreira (2020) sobre saberes linguísticos cotidianos, são analisados materiais coletados na rede social Instagram que discutem a linguagem inclusiva de gênero, procurando compreender como estes produzem saberes sobre a língua. Da análise, conclui-se que há conhecimentos científicos já consolidados no campo da Linguística que são reproduzidos pelos saberes linguísticos cotidianos e mobilizados como argumentos para diferentes conclusões, corroborando o atravessamento, nas reflexões metalinguísticas, entre conhecimentos especializados e não especializados.

Palavras-chave: Saberes linguísticos cotidianos. Linguagem inclusiva de gênero. História das ideias linguísticas.

Connaissances linguistiques quotidiennes sur Instagram : une analyse des publications sur le langage inclusif

Résumé: Cet article présente des analyses issues d'une recherche postdoctorale dans le domaine de l'Histoire des idées linguistiques, en dialogue avec l'Analyse du Discours matérialiste. À partir de la réflexion de Ferreira (2020) sur les connaissances linguistiques quotidiennes, les matériaux collectés sur le réseau social Instagram qui traitent du langage inclusif au genre sont analysés, cherchant à comprendre comment ils produisent des connaissances sur la langue. De l'analyse, on conclut qu'il existe déjà des connaissances scientifiques consolidées dans le domaine de la linguistique qui sont reproduites par les connaissances linguistiques quotidiennes et mobilisées comme arguments pour différentes conclusions, corroborant ainsi le croisement, dans les réflexions métalinguistiques, entre connaissances spécialisées et non spécialisées.

Mots-clés : Connaissances linguistiques quotidiennes ; Langage inclusif ; Histoire des idées linguistiques.

| Introdução

Neste artigo, voltamos o olhar para diferentes reflexões produzidas sobre a linguagem inclusiva de gênero, compreendida como sugestões de alteração de estruturas morfológicas e sintáticas da língua a fim de não tomar a forma masculina como neutra, dando visibilidade linguística às identidades de gênero femininas e não binárias. Nossa entrada de análise se articula ao referencial teórico adotado, qual seja, o da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise do Discurso de linha materialista: ao selecionar publicações da rede social Instagram agrupadas sob *hashtags* que fazem referência à linguagem inclusiva de gênero (também denominada linguagem neutra e linguagem não binária), procuramos refletir sobre os saberes linguísticos cotidianos, conforme propostos por Ferreira (2020), compreendendo, junto a Oliveira Souza (2023), o funcionamento dessas publicações como instrumentos linguísticos eventuais. Além disso, nossas análises também se voltam à compreensão de como tais materiais articulam coisas a saber (Pêcheux, 2002; Esteves, 2014) sobre língua e gênero.

Para tanto, adotamos o seguinte percurso no texto: a seção seguinte apresenta mais detidamente o referencial adotado; na sequência, é apresentado o arquivo construído para a análise, seguido das análises dos recortes selecionados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com reflexões ensejadas a partir das análises.

| Saberes linguísticos cotidianos e coisas a saber: aproximações teóricas

Na reflexão aqui proposta, adotamos a definição de Ferreira (2020) para saberes linguísticos cotidianos como “discursos sobre as línguas produzidos em relação de contato/confronto que fazem parte de nosso cotidiano”, que “não têm um lugar próprio e podem ser produzidos por qualquer um”, diferentemente dos saberes produzidos por especialistas. A análise de tais saberes tem se configurado um objeto de interesse para linguistas na medida em que permite observar como os saberes especializados atravessam os saberes cotidianos e como estes podem trazer questionamentos para aqueles. Ferreira (2020) desenvolve sua reflexão a partir da análise de paródias que jogam especialmente com o campo de possibilidades das conjugações verbais. A autora também salienta que esses saberes podem eventualmente ser institucionalizados, seja para seguir como saberes não legitimados, seja para ter sua legitimidade domesticada. Por fim, ressalta que os limites entre saberes cotidianos e saberes especializados não são estanques, podendo haver diferentes maneiras de especialização

nos saberes cotidianos e vice-versa. Na análise em tela, procuramos observar quais saberes são propostos, retomados, questionados e/ou domesticados em reflexões sobre a linguagem inclusiva de gênero e as propostas de modificações linguísticas ligadas a ela, considerando um recorte de publicações da rede social Instagram. O processo de seleção dessas publicações será apresentado na seção seguinte.

Diante de reflexões linguísticas publicadas no Instagram, adotamos a compreensão de Oliveira Souza (2023) sobre instrumentos linguísticos eventuais. O autor parte da definição de Auroux (2014), que associa a produção desses instrumentos ao processo de gramatização. Para Auroux (2014, p. 65), a gramatização pode ser definida como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Na esteira do autor, Oliveira Souza (2023, p. 21), ao analisar postagens de Instagram com reflexões metalinguísticas antirracistas, identifica esses materiais como “instrumentos linguísticos eventuais, que descrevem e instrumentalizam a língua, de maneira ocasional, que em algum momento (não sempre) assumem o ofício de um instrumento linguístico tradicional (dicionário, gramática, manuais didáticos)”. O autor relaciona a produção desses instrumentos aos saberes linguísticos cotidianos, visto sua mobilização de forma diferente da que ocorre em instrumentos como gramáticas e dicionários.

Nesse sentido, compreendemos que a divulgação de reflexões sobre linguagem inclusiva de gênero por parte de não especialistas funciona também como instrumentos linguísticos eventuais, visto que tais publicações teorizam, de forma cotidiana, sobre diferentes aspectos da língua (diferenças entre as modalidades escrita e falada da língua, marcação de gênero, morfologia e sintaxe, relações entre língua e sociedade, entre outros). Nas diferentes reflexões sobre língua que constituem esses saberes linguísticos cotidianos, é possível observar também o funcionamento de “coisas a saber” sobre língua e gênero.

Esse conceito, cunhado por Pêcheux (2002, p. 34), diz respeito a “tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do ‘sujeito pragmático’: isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo que isto exista”. Esse conjunto, segundo o autor, é desenvolvido em redes de memória e em filiações identificadoras, o que significa que as “coisas a saber” não se desenvolvem de modo universal, mas determinadas por uma certa Formação Social e pelas Formações Discursivas em contato e em confronto. Essa noção é situada no campo da História das Ideias Linguísticas por Esteves (2014), que reflete sobre o funcionamento das enciclopédias na produção de um efeito de totalização das coisas a saber. Nas palavras do autor, “o processo discursivo engendrado

em enciclopédias também trabalha na ilusão de descrever e instrumentar, mas não a língua – embora através dela –, e sim os saberes das coisas do mundo e, em especial, as técnicas, as ciências, o conhecimento de vanguarda” (Esteves, 2014, p. 73).

Uma vez que a linguagem inclusiva de gênero traz para o campo da linguagem uma discussão sobre identidades de gênero e suas demandas de representatividade, questionamos: os instrumentos linguísticos eventuais que descrevem a linguagem inclusiva de gênero organizam coisas a saber sobre língua e gênero? Se sim, quais? Como se dá a relação entre os saberes linguísticos cotidianos e o conhecimento especializado nesses instrumentos? São essas as perguntas que nortearam as análises das materialidades selecionadas para esta reflexão.

| #linguagemneutra e #linguagemneutranão: saberes linguísticos cotidianos organizados sob *hashtags*

A criação de nosso arquivo a partir da rede social Instagram atende ao objetivo de encontrar reflexões metalinguísticas que produzam saberes cotidianos não institucionalizados, critério que exige uma breve explicação. Num primeiro momento da pesquisa, foram incluídas no arquivo publicações encontradas a partir do buscador Google, que apresentava majoritariamente *sites* com grande número de acessos, marcados por alguma forma de institucionalização – *sites* de empresas, por exemplo. A partir da discussão sobre o *corpus* aí extraído, foi levantado o questionamento a respeito da classificação de tais reflexões como saberes linguísticos cotidianos, visto que não foram produzidos “por qualquer um”, mas por instituições que detêm certo respaldo (se não científico, ao menos mercadológico). Nesse sentido, foi a apresentação desta pesquisa em eventos² que motivou um redirecionamento na montagem do arquivo, até chegarmos ao Instagram. O funcionamento dessa rede social, que permite a qualquer usuário nela cadastrado a divulgação pública de vídeos e imagens, acompanhados ou não por textos, facilita a circulação de saberes linguísticos cotidianos não institucionalizados, especialmente em páginas pessoais e não verificadas³.

2 Agradeço às contribuições das Profas. Dras. Mônica Graciela Zoppi Fontana e Claudia Regina Castellanos Pfeiffer após a apresentação de uma versão inicial deste trabalho no 70º Seminário do GEL, ocorrido em 2024, na Unicamp.

3 A ferramenta de verificação de páginas é oferecida pelo Instagram e tem como objetivo oferecer “uma forma de as pessoas saberem se as contas de destaque que estão seguindo ou pesquisando são exatamente quem elas dizem que são”. Para ter um perfil verificado, é preciso “representar uma pessoa real ou uma empresa ou entidade registrada” e “uma pessoa, marca ou entidade famosa ou muito pesquisada”. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/understanding-verification-on-instagram>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Considerando o sistema de pesquisa da rede social Instagram, realizamos a pesquisa utilizando *hashtags*, ferramenta que permite o agrupamento de diferentes publicações que tenham sido identificadas com a utilização desse recurso. A *hashtag* que mais apresentou resultados foi a #linguagemneutra, dada a popularidade desse termo em detrimento dos demais possíveis para se referir à temática. No entanto, a maioria das publicações que utilizavam a *hashtag* à ocasião da pesquisa, em maio de 2024, apresentavam argumentos favoráveis à linguagem inclusiva de gênero. Procurando compreender como os saberes linguísticos cotidianos são produzidos também na crítica a essa prática linguística, incluímos a *hashtag* #linguagemneutranão em nossa pesquisa.

Diante de um conjunto heterogêneo de publicações, selecionamos aquelas que apresentassem reflexões sobre a língua – visto que tal temática, apesar de ter a língua como foco, por vezes embasa discussões de cunho estritamente político-partidário, não apresentando o tipo de reflexão que procuramos analisar em nossa pesquisa –, tomando o cuidado de verificar junto ao perfil da publicação se a autoria não se descrevia como tendo um conhecimento especializado sobre língua. Desse modo, foram excluídas páginas de profissionais que atuam com ensino de língua portuguesa, gramática, produção textual, linguística, comunicação e quaisquer outras áreas que pudessem desenvolver uma reflexão teórico-científica sobre o assunto.

Selecionamos, para este artigo, publicações de três páginas diferentes, que serão descritas juntamente às capturas de tela feitas dos perfis.

Figura 1. Perfil profissional de advogada



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

O primeiro material que selecionamos foi encontrado em uma página categorizada como empresa de *Lawyer* e *Law Firm*, uma categoria opcional do Instagram para caracterização de perfis profissionais. Na autodescrição, consta a especialidade em “Consultoria e Assessoria Tributária/ Família/ Holding familiar/ Defesa Médica/ Consumidor/ monolulares e PCD/ Esc.”. A imagem do perfil (doravante Perfil 1) é uma fotografia em preto e branco de uma mulher sentada, posando de perfil, usando vestido longo e calçado de salto alto, com

uma mão na cintura e outra mão no rosto. Dado que em nossa análise não importa o sujeito empírico, a pessoa real que publica na página, mas sim os efeitos de sentido que podem ser produzidos pela publicação de diferentes imagens e textos, desidentificamos os dados como nome de usuário, imagem do rosto e endereço da página.

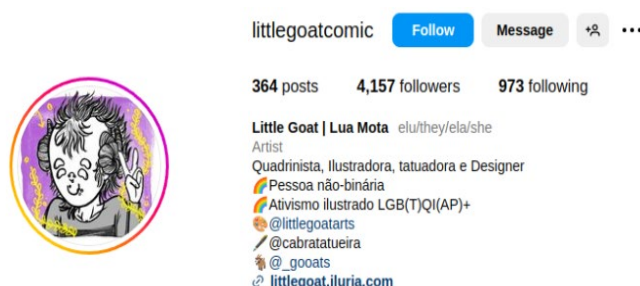
Figura 2. Perfil de apoio à vereadora eleita



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

O segundo material que selecionamos foi publicado na página de apoio a uma “vereadora eleita na cidade de São Paulo”, “com 17.881 votos em 2020”, segundo declarado no perfil. A vereadora é descrita nesse perfil (doravante Perfil 2) como “esposa, mãe, cristã e terrivelmente cristã”, além de “uma voz que clama aos ouvidos dos Paulistanos”. A imagem do perfil é uma fotografia da vereadora diante de um microfone, vestindo uma roupa formal em tons claros, sugerindo uma situação de atuação profissional no momento da fotografia. Pelos mesmos motivos explicados quando da descrição da Figura 1, os dados que permitem a identificação da pessoa empírica da Figura 2 também foram omitidos.

Figura 3. Perfil de quadrinista



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

Diferentemente dos perfis anteriores, o perfil de onde selecionamos o terceiro material é um perfil de divulgação artística, com trabalhos autorais que não podem circular sem os devidos créditos, motivo pelo qual não procedemos a desidentificação do perfil. A imagem do perfil (doravante Perfil 3) apresenta um desenho de um rosto humano, e o perfil também é identificado dentro das

categorias profissionais permitidas pelo Instagram, nesse caso, como *Artist*. Na descrição, consta que se trata da página de uma “quadrinista, ilustradora, tatuadora e designer” e “pessoa não-binária”, cujo conteúdo tem como foco “ativismo ilustrado LGB(T)QI(AP)+⁴”.

Apresentados os perfis, passamos à apresentação dos materiais, seguida das análises.

Figura 4. Publicação no perfil 1, datada de 6 de janeiro de 2023



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

A publicação consiste numa repostagem de um outro perfil⁵: um *card* em tons claros no qual é possível ler “Aqui tem respeito a todos, mas não contem comigo para falar todes”, acompanhado da seguinte legenda:

Recorte 1:

“E isso nada tem a ver com questões políticas, religiosas ou de gênero. Não, não sou intolerante, apenas estudei português e sei que não cabe linguagem neutra na língua portuguesa. Mesmo porque, o artigo definido é que define o gênero.

O abacate é masculino e continua sendo, mesmo que termine com a letra E. A lebre é feminino mesmo que termine com E. O motorista é masculino porque o artigo que define o gênero é “o”. Então não faz sentido algum o “E” na palavra todos. Para ser neutro o artigo deveria ser neutro e isso implica reestruturar TODA a língua portuguesa.

4 Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais.

5 Não é pertinente para a presente análise a descrição do perfil de onde a postagem foi republicada. É importante informar apenas que o perfil não atua nas áreas indicadas anteriormente neste artigo como aquelas que poderiam ter um conhecimento teórico-científico sobre a língua, preservando assim nosso escopo nos saberes linguísticos cotidianos.

Ademais, “todos” já inclui literalmente todos. Seja homem, mulher, homossexual, transsexual, bissexual, assexual, criança, gato, cachorro, papagaio. E absolutamente todos os seres vivos e inanimados deste planeta.

Contem comigo para respeitar TODOS, mas não esperem nunca ouvir uma linguagem neutra por aqui, porque isso vai além muito além do que eu como pessoa física e pensante julgo razoável”. #linguagemneutra #todes #desrespeitoalinguaportuguesa #linguaportuguesa #todos

O primeiro aspecto que destacamos do Recorte 1 é o seu início pela negação: é preciso negar algo que já está dado, no caso, que a linguagem neutra teria a ver “com questões políticas, religiosas ou de gênero”, o que evoca o funcionamento de um pré-construído⁶ sobre a linguagem neutra. Na sequência do recorte, a negação também funciona para se opor a outro pré-construído: o de que o posicionamento contrário à linguagem neutra identificaria intolerância. O conhecimento institucionalizado da língua portuguesa vem contrapor esses pré-construídos linearizados no intradiscurso: o que justifica a recusa à linguagem neutra é o estudo do português e o consequente conhecimento sobre as possibilidades de marcação de gênero nessa língua.

É nesse ponto da publicação que começam a ser desenvolvidos os saberes linguísticos cotidianos que motivaram a inclusão desse recorte em nossa pesquisa. Ao discorrer sobre os gêneros de diferentes palavras, há a reprodução de um saber gramatical que atribui ao artigo a marcação de gênero, não considerando a possibilidade de marcação mórfica no substantivo. A esse respeito, destacamos que tal reflexão difere bastante do argumento mais comum para a não utilização da linguagem inclusiva de gênero, qual seja, o de que as formas que são lidas como masculinas, como “todos”, na realidade são formas sem marcação de gênero, e o gênero estaria marcado apenas nas formas femininas, como “todas”. No recorte em análise, diferentes substantivos animados e inanimados são usados como exemplos da função que o artigo cumpre na marcação de gênero: “o abacate”, “a lebre”, “o motorista”. Essa relação entre artigo e marcação mórfica de gênero pode ser pensada a partir do trabalho de Costa (2024), que revisita, em uma perspectiva discursiva em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, as explicações de Mattoso Camara Jr. sobre

6 A noção de pré-construído que mobilizamos aqui é aquela trabalhada na Análise de Discurso materialista. Com base em Henry (1990, p. 61), que define o pré-construído como “efeito subjetivo de anterioridade, de implicitamente admitido etc.”, Courtine (2014, p. 74) explica o funcionamento do pré-construído produzindo sentidos que completam aqueles que são construídos na enunciação, remetendo “às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação”. Para Pêcheux (1999 [1983]), tais pré-construídos são evocados pela memória discursiva, sendo uma condição para a legibilidade.

flexão de gênero em língua portuguesa. Sobre a relação em tela, Costa (2024, p. 213-214) resume as explicações do autor da seguinte forma:

[...] quando há oposição de gênero entre duas formas, como em menino e menina, a desinência -a não se opõe à vogal temática -o, mas o gênero feminino se significa em oposição ao masculino. Quando não há essa oposição, considera-se que o -a final de palavras como rosa, artista e poeta, não é o mesmo de menina, passando a ser classificado como vogal temática e, portanto, passando a compor o tema do vocábulo. Nesses casos, como dito, entende-se que o gênero da palavra não é marcado morficamente, mas morfossintaticamente pelo processo de adjunção (a rosa, o/a artista, o poeta).

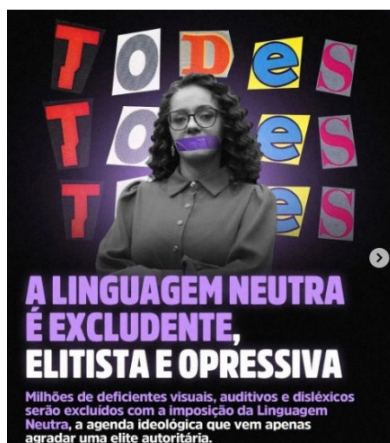
Diante disso, compreendemos que parte dos saberes linguísticos articulados no Recorte 1 encontra alguma consonância com saberes gramaticais especializados, pois identifica a importância do artigo para a marcação de gênero, descrevendo assim, ainda que sem utilizar tal terminologia, o funcionamento de formas de marcação morfossintática de gênero, conforme explicado por Camara Jr. (1975) e retomado por Costa (2024). No entanto, apenas parte desse saber especializado é retomado, visto que a existência de marcação mórfica em certos substantivos – como “menina”, para retomar o exemplo de Costa (2024) – é silenciada em detrimento de uma teorização que, restringindo a marcação de gênero aos artigos definidos, justifica a partir deles a impossibilidade de neutralidade na língua portuguesa. Além disso, as regras gramaticais, nesse recorte, são mobilizadas numa relação de paráfrase com a língua: se, enquanto linguistas, compreendemos que língua e gramática não são sinônimas, dentre os saberes linguísticos cotidianos é comum uma compreensão diferente dessa relação, como se gramática e língua fossem um mesmo objeto.

Um segundo aspecto a ser destacado diz respeito à explicação “Para ser neutro o artigo deveria ser neutro e isso implica reestruturar TODA a língua portuguesa”, que materializa um saber sobre mudança linguística. Se compreendemos enquanto linguistas que esta segue um padrão e que há uma tendência a permanecer restrita à categoria afetada, uma perspectiva de mudança linguística como a apresentada no recorte aponta para um saber cotidiano que não categoriza as mudanças: desse ponto de vista, a mudança nos artigos implicaria uma reestruturação completa da língua. Nesse sentido, em que consistiria a língua projetada nesse recorte? Numa sequência de pronomes e substantivos? Categorias como preposições, verbos, conjunções, interjeições, entre outras que não exigem marcação de gênero, não são consideradas nessa projeção de reestruturação de toda a língua portuguesa.

Além disso, voltando nosso olhar para as “coisas a saber”, observamos os elementos elencados no recorte como contemplados por “todos”: “homem, mulher, homossexual, transsexual, bissexual, assexual, criança, gato, cachorro, papagaio”. Há uma alternância entre identidades de gênero (homem, mulher, transexual), orientações sexuais (homossexual, bissexual, assexual), idade (criança) e espécies (gato, cachorro, papagaio). Essa lista diversificada produz o efeito de sentido de contemplar “literalmente todos”, ao mesmo tempo em que silencia as possíveis diferenças que demandariam diferentes formas gramaticais. As identidades de gênero não binárias, por exemplo, demandantes fundamentais da linguagem inclusiva de gênero, não são mencionadas no recorte. Compreendemos, assim, que há uma organização de coisas a saber muito mais voltada aos saberes linguísticos cotidianos (as estruturas de gênero e as funções dos artigos) que às identidades de gênero e suas possíveis demandas.

O segundo material que selecionamos para análise foi publicado no Perfil 2, conforme segue:

Figura 5. Publicação no Perfil 2, datada de 14 de fevereiro de 2023



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

A publicação consiste em oito *cards* que apresentam argumentos contra a linguagem neutra, acompanhados por uma legenda. Dada a limitação de espaço, focaremos nossa análise no primeiro *card*, que funciona como uma espécie de capa da publicação, podendo por isso ser considerado o mais importante, e na legenda, que será apresentada como Recorte 2. No *card* em tela, há a imagem de uma mulher de cabelos soltos e óculos, com a boca tapada por uma fita adesiva que funciona imagetivamente como mordada, à frente de um fundo com a palavra “todes” escrita repetidas vezes. Seus braços, fora do plano visual, estão tapados pelo texto do *card*, não sendo possível afirmar se também estão

presos, apesar de este ser um efeito imagético possível. O *card* conta com o seguinte texto: “A linguagem neutra é excludente, elitista e opressiva”, em letras garrafais, e, com letras menores e menos destaque, “Milhões de deficientes visuais, auditivos e disléxicos serão excluídos com a imposição da Linguagem Neutra, a agenda ideológica que vem apenas agradar uma elite autoritária.”. A publicação é acompanhada da seguinte legenda:

Recorte 2:

A imposição da Linguagem Neutra nas salas de aula – e, tudo indica, futuramente em órgãos públicos em geral – prejudicará milhões de pessoas com deficiência (PCD’s).

Os deficientes visuais e auditivos serão os mais atingidos por esse processo de corrupção do idioma, sancionado e autorizado por aqueles que deveriam zelar pela identidade do povo.

São mais de 6 milhões de deficientes visuais e mais de 9 milhões de deficientes auditivos, além de 8 milhões de disléxicos, que dependem de sistemas elaborados de comunicação como meio de se conectar à sociedade.

Eles serão prejudicados já que a atualização de sistemas como a LIBRAS e o Braile não é um processo simples. O aprendizado para quem estiver se familiarizando com esses sistemas ficará muito mais complexo e confuso.

A língua portuguesa não é machista. A gramática não foi e nem pode ser “planejada”, mas evoluiu de acordo com a vida cotidiana, as tradições e valores do povo.

A Linguagem Neutra, contudo, despreza a história da língua, sua origem e sua base cultural sólida.

Para os militantes, tudo é obra de opressores. É mentira.

Tudo o que envolve a Linguagem Neutra está baseado na mentira.

#naoalinguagemneutra #linguagemneutranão #foraideologiadegênero

#pcds #librasporamor #linguaportuguesa #gramatica #educação

#anossabandeirajamaisserravermelha #bolsonarotemrazãoBRBR

#mulheresnapolitica

Tanto o *card* da Figura 5 quanto a legenda apresentada no Recorte 2 sustentam uma mesma argumentação: a de que a Linguagem Neutra dificultaria a vida de um determinado público, qual seja, o de pessoas com deficiência. Voltando nosso olhar aos saberes linguísticos cotidianos que podem ser identificados nesses materiais, destacamos uma aparente equivalência entre a Língua Portuguesa, a Língua Brasileira de Sinais e o Braile (este último, numa perspectiva teórica, não é considerado uma língua, mas um sistema de escrita que pode ser utilizado

por diferentes línguas). A questão da marcação de gênero, tão enfatizada no Recorte 1, funciona aqui como um já sabido: não é preciso explicá-la, tampouco explicar a Linguagem Neutra, apenas contestar seus efeitos em certos grupos sociais. Na perspectiva dos saberes linguísticos especializados, compreende-se que a Libras é uma língua com regras próprias não apenas para a marcação de gênero: uma língua gestual, com uma gramática e uma sintaxe que diferem muito da Língua Portuguesa. No entanto, ao ocuparem um mesmo espaço de enunciação (Guimarães, 2002), podem produzir um imaginário que sustenta alguns dos saberes linguísticos cotidianos identificados no Recorte 2: o de que uma mudança na Língua Portuguesa implicaria mudanças em Libras, dificultando “o aprendizado de quem estiver se familiarizando com esses sistemas”.

Um segundo aspecto a ser destacado toca novamente na questão da mudança linguística: nessa perspectiva, a língua “evoluiu de acordo com a vida cotidiana, as tradições e valores do povo”, ao passo que “A Linguagem Neutra, contudo, despreza a história da língua, sua origem e sua base cultural sólida”. As mudanças diacrônicas, que são um consenso nos saberes linguísticos especializados, embasam nesse recorte a elaboração dos saberes linguísticos cotidianos, endossando a reflexão de Ferreira (2020) sobre os atravessamentos recíprocos entre os saberes especializados e não especializados. No material em análise, é criada uma dicotomia entre uma língua que evolui “de acordo com a vida cotidiana, as tradições e valores do povo” e uma Linguagem Neutra que “despreza a história da língua, sua origem e sua base cultural sólida”, sem considerar, por exemplo, que as demandas que motivam a Linguagem Neutra possam integrar “a vida cotidiana, as tradições e valores do povo”, a depender de quais grupos que compõem esse “povo” se estiver considerando. Cotejando a legenda com a inscrição do *card*, que caracteriza a Linguagem Neutra como “excludente, elitista e opressiva”, identificamos o funcionamento de um imaginário sobre “povo” que compreende as pessoas com deficiência, por exemplo, excluídas pela Linguagem Neutra, mas não pessoas que questionem as regras da língua. A estas é reservada a designação de “militantes”, antagonizadas de forma rivalizada com “povo”.

Quaisquer questões referentes a gênero não são contempladas nas coisas a saber organizadas por esse material. Estas se limitam aos saberes sobre língua, e poderiam ser resumidas da seguinte forma: a) a língua muda; b) há certos critérios para a mudança das línguas; c) esses critérios não são respeitados por aqueles que propõem a Linguagem Neutra; d) novas formas de linguagem afetam pessoas com deficiência. Se, por um lado, essas coisas a saber demonstram que parte dos conhecimentos especializados sobre língua foram incorporados ao conhecimento não especializado, por outro lado perduram

percepções equivocadas, como a confusão entre Língua Portuguesa e Libras, que não encontram qualquer respaldo junto aos conhecimentos especializados, o que demonstra a não homogeneidade dessa relação entre saberes linguísticos cotidianos e saberes especializados.

O terceiro e último material que trazemos para análise foi selecionado de uma série produzida no Perfil 3, intitulada “Linguagem”. A série é composta por três diferentes publicações, que consistem em *cards* com textos explicativos sobre a relação entre gênero e linguagem. Todas as publicações apresentam um mesmo formato de legenda, que consiste em uma breve explicação sobre a publicação e um texto que se repete em todas as publicações, conforme segue:

Recorte 3:

Começando a série sobre linguagem, seria algumas tiras falando sobre linguagem, da usual a neutra.

Nas últimas semanas, na verdade eu diria meses e até mesmo anos, a linguagem neutra vem sendo atacada e ridicularizada de diversas formas. Tudo pelo mais puro preconceituoso e até mesmo birra em não querer aprender algo novo.

#lgbtqiap #LGBTQIA #naobinariiedade #naobinario #naobinarie
#quadrinhos #tirinhas #tiras #LittleGoat #Littlegoatcomic #Littlegoatarts
#pride #orgulholgbt #OrgulhoPan #Trans #linguagem #linguagemneutra
#pronomeneutro #portugues

Para análise junto ao Recorte 3, selecionamos dois *cards* que compõem a primeira publicação da série:

Figura 6. Publicação do Perfil 3, datada de 7 de março de 2023



Figura 7. Publicação do Perfil 3, datada de 7 de março de 2023



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

Figura 8. Publicação do Perfil 3, datada de 7 de março de 2023



Fonte: Elaboração própria (captura de tela)

A Figura 6 apresenta duas pessoas trajando vestidos longos, sugerindo roupas de época, sugestão endossada pelo diálogo “Vosmecê gostaria de sair para um passeio?” “Seria adorável”. Acima das personagens, o *card* apresenta o seguinte texto como narração, fora do diálogo: “A forma como as pessoas se comunicavam é totalmente diferente da forma como nos comunicamos hoje, assim como é diferente de 1000 anos atrás, de 100 anos atrás, de 10 anos atrás ou até mesmo 1 ano atrás.”. As Figuras 7 e 8, que são a sequência da publicação, seguem o mesmo tipo de organização da Figura 6: há um texto de narração acima das personagens, e há uma fala atribuída às personagens dentro de balões de fala.

No caso da Figura 7, o texto de narração apresenta: “O mundo está em constante mudança, afinal, são mais de 8 bilhões de pessoas em diversos países, com diversas etnias e culturas, ideologias, realidades, condições, entre outros”. Abaixo do texto, há duas personagens, que se diferenciam principalmente pela aparência dos cabelos: enquanto uma delas apresenta cabelo curto, descoberto, outra tem a cabeça coberta por um tecido que podemos identificar como um *hijab*, véu utilizado por mulheres na cultura islâmica. Ambas as personagens conversam em inglês, e suas falas aparecem traduzidas para o português no mesmo balão de fala, com uma fonte menor, conforme segue: “It will complete 3 months that I’m here studying. Vai completar 3 meses que estou aqui estudando.”; “Oh, this’s really cool! Oh, isso é muito legal!”.

Finalmente, a Figura 8 apresenta o seguinte texto como narração: “Essas mudanças exigem que a língua se adapte para comportar essas necessidades humanas. É uma lei natural, assim como qualquer elemento pode se adaptar as diversas condições”. Diferentemente das personagens anteriores, a personagem apresentada na Figura 8 não dialoga com nenhuma outra personagem no *card*, que apresenta apenas ela, e seu balão de fala parece direcionado ao leitor:

“Inclusive nosso próprio corpo, que se adapta fisiologicamente à determinadas condições que são impostas durante meses, anos, séculos”. A personagem está sentada numa cadeira de rodas, com roupas que deixam uma tatuagem do braço à mostra.

O primeiro ponto que destacamos dessas imagens em cotejamento ao Recorte 3 é a relação construída entre língua e temporalidade. O Recorte 3 constrói essa relação a partir das críticas feitas à linguagem neutra, “atacada e ridicularizada de diversas formas” “nas últimas semanas, na verdade eu diria meses e até mesmo anos”. Tal descrição da linguagem neutra a posiciona como um processo não pontual, mas com uma duração que permite observar, ao longo do tempo, regularidades quanto à sua inserção social (ou falta dela). Nesse sentido, as Figuras 6, 7 e 8 se voltam à explicação das mudanças na língua, ponto no qual nos detemos para refletir sobre os saberes linguísticos cotidianos.

Ao mesmo tempo em que podemos atribuir o estudo das mudanças linguísticas a diferentes áreas da Linguística, tais como Linguística Histórica ou Sociolinguística, é interessante observar que esse processo foi reconhecido e mencionado desde a obra que consagra a Linguística como ciência autônoma, qual seja, o *Curso de Linguística Geral* (Saussure, 2012), que estabelece uma distinção entre Linguística Sincrônica e Linguística Diacrônica. Compreendemos, assim, que reconhecer as mudanças pelas quais a língua passa pode não ser o objeto central de diferentes áreas da Linguística, mas funciona como um consenso entre o conhecimento linguístico especializado: línguas vivas mudam. Desse modo, identificamos novamente um atravessamento dos saberes especializados nos saberes linguísticos cotidianos: as mudanças diacrônicas, ainda que não mencionadas com essa terminologia, são o que embasam a reflexão não especializada sobre língua apresentada no Recorte 3 e nas figuras que o acompanham.

Num exercício de cotejamento das materialidades selecionadas do Perfil 2 e do Perfil 3, identificamos que um mesmo saber linguístico especializado, qual seja, o da mudança diacrônica, é mobilizado de forma diferente em ambas as publicações: na do Perfil 2, a linguagem neutra é colocada em oposição às mudanças diacrônicas, visto que desprezaria a história da língua, cuja “evolução” estaria ligada “com a vida cotidiana, as tradições e valores do povo”. No Perfil 3, as mudanças da língua são justificadas pelas mudanças do mundo, compreendidas como consequência das diferenças culturais relacionadas à quantidade de “pessoas em diversos países”. A língua, na análise em tela, figura como algo que “se adapta” conforme as “necessidades humanas”, num paralelo entre língua e corpo. Enquanto a publicação do Perfil 2 critica a linguagem

neutra como algo externo às “tradições e valores do povo”, a publicação do Perfil 3 incorpora esse povo em sua diversidade e diferentes necessidades cotidianas para justificar as mudanças linguísticas – que iriam desde a redução de “vosmecê” até a linguagem neutra.

Quanto às coisas a saber na publicação do Perfil 3, nas materialidades selecionadas, estas se limitam aos saberes sobre língua, não abordando de forma explícita questões de gênero. Por se tratar de uma série com diferentes publicações, as questões de gênero são abordadas posteriormente, em publicações que não integram este texto devido à necessidade de delimitação do *corpus*.

| Considerações finais

Ao cotejar materiais que desenvolviam argumentos contrários e favoráveis à linguagem inclusiva de gênero, procuramos identificar como os saberes linguísticos cotidianos comparecem nessas reflexões. Das análises, identificamos alguns aspectos que retomamos de forma breve à guisa de conclusão.

O primeiro deles é o funcionamento da linguagem neutra como já sabido. Dentre os saberes linguísticos apresentados nos recortes, não há uma definição de linguagem neutra, não há uma explicação de como identificar essa linguagem, há apenas reflexões sobre alguns de seus aspectos – como sua relação com a sociedade ou com as regras gramaticais da língua portuguesa, por exemplo.

Um outro aspecto diz respeito à organização das coisas a saber nesses instrumentos linguísticos eventuais. Ainda que todo o debate sobre a linguagem inclusiva de gênero seja atravessado por questões de identificações de gênero, nos recortes aqui analisados tais questões não comparecem como coisas a saber. Estas, nas análises, centram-se sobre questões linguísticas e gramaticais, permanecendo as questões de gênero também como já sabidos – ou não pertinentes para as reflexões.

Por fim, destacamos as relações identificáveis entre os saberes linguísticos especializados e os saberes linguísticos cotidianos. Se Ferreira (2020) pontua que as fronteiras entre esses saberes não são estanques, as análises aqui desenvolvidas apontam para esse mesmo sentido: os saberes especializados atravessam e fundamentam alguns dos saberes cotidianos, delineando reflexões sobre mudanças linguísticas, regras gramaticais e relações entre língua e sociedade, assuntos teorizados por diferentes correntes da Linguística. Um ponto interessante a se observar nesse atravessamento é que um mesmo saber

que encontra respaldo no campo da Linguística – como a mudança diacrônica da língua – pode ser mobilizado enquanto saber linguístico cotidiano para sustentar argumentações diferentes, como observamos no cotejamento entre os recortes 2 e 3, que mobilizam tal mudança para explicar, respectivamente, a impossibilidade e a possibilidade da linguagem inclusiva de gênero.

Nesse sentido, a análise dos saberes linguísticos cotidianos possibilita observar de que forma os saberes sobre língua são desenvolvidos para além dos círculos de especialistas, como os saberes especializados integram os saberes cotidianos e como estes organizam coisas a saber, discorrendo sobre algo além de língua quando a tematizam. A análise da discussão sobre linguagem inclusiva de gênero, em especial, considerando a importância política e social que o assunto tem tido contemporaneamente, demonstrou-se um objeto de grande potencial para a reflexão sobre as diferentes organizações de saberes em sua relação com a língua.

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

CAMARA JR, M. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

COSTA, T. de A. da. Historicidade do conceito de gênero no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil a partir de dizeres mattosianos. *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N. de A.; COSTA, T. de A. da (org.). **Políticas de língua, políticas na língua: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 201-232.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ESTEVES, P. M. da S. **O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973)**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FERREIRA, A. C. F. Saberes linguísticos cotidianos. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 324-351, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em: 19 jul. 2023.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19, p. 43-64, jul./dez. 1990.

OLIVEIRA SOUZA, M. Um instrumento linguístico eventual: a “dicionarização antirracista de Instagram”: the “anti-racist dictionarization of Instagram”. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 216-242, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/17068>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento, Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Como citar este trabalho:

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. Saberes linguísticos cotidianos no Instagram: uma análise de publicações sobre linguagem inclusiva de gênero. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 220-238, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

Para a história do português brasileiro em Maringá: o uso de artigos por um integrante da comunidade nipo-brasileira

Hélcio Batista PEREIRA¹

Neiva Maria JUNG²

Gabriela FUJITA³

1 Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil;
| hbpereira@uem.br | <https://orcid.org/0000-0002-5222-9267>

2 Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil;
| neiva.jung@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7249-7816>

3 Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil;
| fujita.gabriela@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0002-8462-324X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v22i1.3979>

Resumo: Neste trabalho estudamos o uso de artigos de Kenji Ueta, considerado legalmente como “pioneiro” de Maringá-PR, para discutir o uso de artigos por membros da comunidade nipo-brasileira dessa localidade e suas articulações com práticas sociais. Para tanto, analisamos uma entrevista concedida por ele e disponível publicamente no YouTube. Ueta aprendeu português como segunda língua, mantendo em seu uso marcas do contato com o japonês. Como aparato teórico, apoiamos-nos na perspectiva da chamada terceira onda Sociolinguística – proposta em Eckert (2005, 2016) e Eckert; McConnell-Ginet (2010). Para a descrição linguística do uso dos artigos, nos apoiamos em Castilho (2010). Os dados de uso do Sr. Kenji Ueta mostraram a tendência por não usar artigos quando possível, apresentando um alto grau de ocorrências em que o artigo não é compatível, de acordo com as descrições do português brasileiro já realizadas, com a desinência de gênero do núcleo do sintagma nominal. O cruzamento dos dados linguísticos e socioculturais de Kenji Ueta nos permitiu compreender as construções identitárias que evidenciou em suas entrevistas, como um “membro da comunidade nipo-brasileira”, como “empresário do ramo da fotografia de Maringá” e “membro da elite de Maringá”.

Palavras-chave: História Social da Língua. Comunidade Nipo-brasileira. Português Brasileiro. Artigos. Comunidade de Prática.

For the History of Brazilian Portuguese in Maringá: The Use of Articles in the Japanese-Brazilian Community

Abstract: In this study, we analyze the use of articles by Kenji Ueta, legally recognized as a “pioneer” of Maringá-PR, to discuss how this member of the Japanese-Brazilian community in that locality uses articles and the implications of this as a social practice. For this purpose, we examined an interview given by Ueta, which is publicly available on YouTube. Ueta learned Portuguese as a second language, maintaining linguistic traces of his contact with Japanese. As a theoretical apparatus, we rely on the perspective of the so-called third wave Sociolinguistics – proposed by Eckert (2005, 2016) and Eckert & McConnell-Ginet (2010). For the linguistic description of article usage, we relied on Castilho (2010). The usage data from Mr. Kenji Ueta demonstrated his tendency to omit articles whenever possible, showing a high frequency of occurrences in which the article is not compatible with the gender inflection of the noun phrase’s head,

according to previous descriptions of Brazilian Portuguese. The intersection of linguistic and sociocultural data allowed us to understand the identity constructions he expressed in his interviews, positioning himself, through language, as a “member of the Japanese-Brazilian community,” a “photography entrepreneur in Maringá,” and a “member of Maringá’s elite.”

Keywords: Social History of Language. Japanese-Brazilian Community. Brazilian Portuguese. Articles. Community of Practice.

| Introdução

Propomos, para este artigo, um tema de História do Português na perspectiva da 3ª onda da Sociolinguística proposta por Eckert (2005, 2016). Analisaremos aqui uma amostra de fala em português de um “pioneiro”⁴ da cidade de Maringá, ligado à comunidade nipo-brasileira maringaense e que, lamentavelmente, faleceu em 2020, vítima da pandemia de COVID-19. Nosso objetivo é analisar como o Sr. Kenji Ueta fez usos (ou não) de artigos, interrelacionando essa prática linguística à sua inserção na sociedade maringaense. Com isso, pretendemos contribuir para a história linguística local, observando como um nipo-brasileiro, empresário do ramo da fotografia e membro da elite de Maringá fez para participar e se inserir nas práticas da cidade, constituindo, com isso, a seu modo, o português falado localmente.

Há mais de um século, a imigração japonesa acrescenta seus valores culturais e linguísticos aos costumes e falares da população brasileira. O contato dos imigrantes japoneses com a língua portuguesa⁵ gerou a combinação de falares que, unidos, evidenciam e indicam, por um lado, diferenças entre a língua portuguesa e japonesa para além das questões fonéticas e, por outro, a formação de um português marcado por traços do japonês. Convém, então, estudos sobre o português usado pelas comunidades nipo-brasileiras no Brasil para mostrar como se constitui esse português linguística e identitariamente, explorando os contornos gramaticais, semânticos e discursivo-textuais desses usos, em uma perspectiva que explora as interações entre o linguístico e o sociocultural. Este

4 Usamos o termo “pioneiro” aqui como preconizado pela Lei Ordinária nº 3380/93 de Maringá. Essa lei reconhece como “Pioneiro” os indivíduos transferidos para a cidade até 1950 e, como “Pioneiro na Profissão”, os que se fixaram no município até 1960. Entretanto, isso não implica que estejamos assumindo o discurso que sustenta que antes da construção da cidade, na década de 1940, a região sobre a qual esta foi edificada fosse um “vazio demográfico”. As cidades do norte do Paraná criadas na primeira metade do século XX ocuparam terras com presença de povos indígenas (Tomazi, 1999).

5 Com relação à nomeação das línguas, grafamos todas com letra minúscula, flexionando-as de acordo com o sistema da língua portuguesa, como sugeriram Fiorin e Petter (2008, p. 10), isto é, nomear com igualdade as línguas.

trabalho se propôs a estudar o emprego dos artigos definidos na oralidade de um indivíduo japonês que aprendeu o português como língua adicional⁶, visto que o sistema linguístico japonês não prevê a classe gramatical dos artigos. Kenji, assim como outros membros da comunidade nipônica, mudou-se para Maringá ainda no processo da construção dessa localidade na década de 1940, ajudando a constituir o quadro sociolinguístico da cidade.

Para observar essa questão, partimos de Eckert (2005, 2016). Nessa perspectiva, atribui-se às variáveis um significado social, de modo que o falante de uma variedade específica constrói sua identidade a partir de um senso de pertencimento a uma dada comunidade de prática.

| O uso de artigos no português culto brasileiro e no japonês

Os artigos são marcadores pré-nominais, átonos, sempre associados aos substantivos e, atualmente, apresentam duas classificações nos manuais de gramática tradicional: os definidos (a, o, as, os) e os indefinidos (uma, um, umas, uns). Diferenciando os artigos definidos dos artigos indefinidos, Castilho (2010) apresenta o desempenho dessas partículas na organização textual. Segundo o autor, os artigos não desempenham as mesmas funções sintáticas: ao passo que os artigos definidos indicam um sentido preciso e determinado – sentido que o interlocutor já conhece, que já está pressuposto –, os artigos indefinidos apresentam um sentido vago, indeterminado no texto, o que impede o uso de artigos de classes distintas como sinônimos, e evidencia a complexidade semântica dos artigos. Por uma questão de recorte de pesquisa, esta pesquisa se limitou a estudar os artigos definidos.

De maneira geral, o uso dos artigos é bastante variável, sendo que, na maioria dos casos, a ausência deles é gramaticalmente aceitável e indiferente para os sintagmas nominais. Mas há contextos nos quais a exigência do artigo é mais provável e outros em que a sua ausência é favorecida. De acordo com Castilho (2010), o artigo será usado principalmente: 1) junto a sintagmas nominais pré-verbais nucleados por substantivos de referência sabida ou inferida; 2) acompanhando sintagmas nominais superlativizados e complementizados por sintagmas preposicionais; 3) junto a sintagmas nominais de núcleo precedido de quantificador definido ou seguido de quantificador indefinido; e 4) junto a

6 Schlatter e Garcez (2009, p. 127-128) destacam que o termo “língua adicional” enfatiza o fato de que a língua aprendida é acrescida à(s) outra(s) língua(s) do repertório linguístico do estudante, o que lhe amplia as possibilidades de participação no mundo.

sintagmas nominais complementizados por sintagma adjetival, superlativizados ou não, ou por sentença relativa. Já a sua ausência ocorreria nos seguintes casos: 1) com sintagmas nominais de referência indefinida; 2) nos sintagmas nucleados por preposição encaixados em sintagmas nominais não articulados; 3) nos sintagmas nominais absolutivos em construções apresentacionais; e 4) nos substantivos especificados por quantificador definido indicador de percentagem ou por quantificador indefinido (Castilho, 2010).

Nesse ponto, a língua japonesa se afasta significativamente do português. Ota (1995) mostra que na língua japonesa não há nenhuma classe gramatical similar ao artigo. Esse fato leva os falantes japoneses a lançarem mão de diferentes estratégias para, do ponto de vista semântico e pragmático, obterem os mesmos efeitos que os artigos realizam em português. Não poderemos fazer aqui um inventário desses usos, o que exigiria extrapolar os limites físicos que norteiam a publicação deste trabalho. Interessa-nos, entretanto, apontar que para um falante de japonês, migrado para o Brasil, haverá sempre o desafio de compreender como esses determinantes devem ser usados em português. É necessário aprender quando essas partículas são obrigatórias, quando devem ou podem ser dispensadas. Este trabalho explora exatamente essa questão, procurando dialogar com os contornos sócio-históricos da formação de Maringá-PR, cidade com expressiva presença da comunidade nipo-brasileira.

| Uso da linguagem, comunidade de prática e identidade

Para compreender a influência da língua japonesa sobre o português em uso por Kenji Ueta, figura “pioneira” de Maringá-PR, tomaremos as considerações de Eckert (2005, 2016) e Eckert e McConnell-Ginet (2010), trabalhos da chamada Terceira Onda da Sociolinguística.

A Terceira Onda da Sociolinguística pode ser entendida como uma abordagem da variação a qual defende que “[...] o significado da variação sociolinguística não é incidental, não é um subproduto da estratificação social, mas uma característica de *design* da linguagem” (Eckert, 2016, p. 68, tradução própria⁷). Dessa maneira, entende-se que a Terceira Onda da Sociolinguística atribui valor social aos fenômenos variáveis, de modo que a linguagem se torna um mecanismo de pertencimento e de partilha entre um determinado grupo.

7 No original: “... meaningfulness of sociolinguistic variation is not incidental, not a by-product of social stratification, but a design feature of language”.

Um conceito fundamental nessa perspectiva é o de *comunidade de prática*. Ele se refere a um conjunto de pessoas agregadas em razão de um engajamento mútuo em um empreendimento comum, isto é, a comunidade de prática é definida pelos seus participantes e pela prática social na qual eles se engajam (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 101), diferenciando-se do conceito de *comunidade de fala*, mais tradicionalmente usada por sociolinguistas da primeira onda. As comunidades de prática podem ter diversas facetas, serem grandes ou pequenas, intensas ou difusas e, até mesmo, estar relacionadas a outras comunidades, como vemos no trecho a seguir:

Uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se reúnem regularmente para se engajar em alguma ação (em grande escala). Uma família, uma sala de aula de linguística, uma banda de garagem, companheiros de quarto, um time de esportes, até uma pequena aldeia. No curso de seu engajamento, a comunidade de prática desenvolve maneiras de fazer as coisas – práticas. E essas práticas envolvem a construção de uma orientação compartilhada para o mundo ao seu redor – uma definição tácita de si mesmas em relação umas às outras e em relação a outras comunidades de prática (Eckert, 2005, p. 16, tradução própria⁸).

As pessoas participam de múltiplas comunidades e a identidade dos indivíduos é fundamentada na multiplicidade dessas participações. Dessa maneira, o indivíduo não é uma entidade à parte do espaço social, um mero usuário de significados sociais aprendidos mecânica ou estrategicamente; é necessário, então, direcionar o foco para os significados sociais e/ou identidades negociadas em comunidades de práticas das quais um indivíduo participa, tomando-o como um “agente articulador de uma variedade de formas de participação em múltiplas comunidades de prática” (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 103).

Em relação à identidade, Hall (2006) aponta que ela é formada na interação entre o indivíduo e a sociedade. De acordo com o sociólogo, o indivíduo possui o seu *eu real* interior que está sujeito a ser modificado num diálogo contínuo com a sociedade, os mundos culturais exteriores e as múltiplas identidades oferecidas por eles. Assim, a identidade preenche o espaço entre o *mundo*

8 No original: “A community of practice is an aggregate of people who come together on a regular basis to engage in some enterprise (writ large). A family, a linguistics class, a garage band, roommates, a sports team, even a small village. In the course of their engagement, the community of practice develops ways of doing things – practices. And these practices involve the construction of a shared orientation to the world around them – a tacit definition of themselves in relation to each other, and in relation to other communities of practice”.

pessoal interior e o *mundo público exterior*, costurando o sujeito à estrutura social. Nesse sentido, o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, as quais não são unificadas em uma personalidade, consoante às várias participações do sujeito a diferentes comunidades de prática.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 13).

Conforme Eckert (2005), os falantes de uma língua podem combinar distintas variáveis para criar seus estilos de fala. Para a autora, esses estilos de fala são a chave para a produção da *personae*, isto é, os tipos sociais particulares explicitamente localizados no contexto e na ordem social, composta por variáveis que se combinam para produzir os significados (Eckert, 2005, p. 24, tradução própria⁹).

Em outras palavras, o significado da variação reside em seu papel na construção dos estilos, e estudar o papel da variação na prática estilística envolve não apenas colocar variáveis em estilos, mas entender essa colocação como parte integrante da construção do significado social da variação.

O presente trabalho se propõe a compreender como o Sr. Kenji Ueta se constituiu identitariamente, a partir de sua participação em comunidades de prática das quais participou aqui, no Brasil, ao longo de sua vida.

| A historiografia oficial de Maringá-PR

Antes de analisarmos os usos e as práticas do Sr. Kenji Ueta, cabe tecermos algumas linhas sobre a cidade de Maringá e a imigração japonesa local, para que compreendamos a trajetória e a participação desse pioneiro na formação da comunidade nipo-brasileira maringaense.

Estudos históricos sobre a ocupação do norte e noroeste do Paraná evidenciam que esta se deu a partir de um projeto de colonização relacionado às concessões

⁹ No original: “In other words, the meaning of variation lies in its role in the construction of styles, and studying the role of variation in stylistic practice involves not simply placing variables in styles, but in understanding this placement as an integral part of the construction of social meaning”.

do Estado do Paraná à iniciativa privada, na primeira metade do século XX. Tal processo deve ser visto como de reocupação do território, uma vez que esse, milenarmente, contava com a presença de indígenas, especialmente kaingangs e guaranis (Tomazi, 1999).

No caso de Maringá – assim como Londrina, Umuarama, Cianorte e outras cidades da região noroeste paranaense –, o agente colonizador foi a Companhia de Terras Norte do Paraná, que adquiriu na década de 1920 do governo paranaense um total de 516 mil alqueires (Luz, 1997, p. 31). Essa empresa interessava-se em lucrar com a venda de propriedades rurais, com negociação dos lotes urbanos e com o transporte ferroviário (Luz, 1997, p. 37). Por meio de uma intensa ação publicitária, a empresa atraiu para a região brasileiros de diversas localidades. Para Maringá, vieram, desde os fins de 1930, antes mesmo da fundação oficial da cidade em 1947, especialmente paulistas, paranaenses de outras regiões do estado, mineiros, baianos, pernambucanos, alagoanos e catarinenses (Luz, 1999, p. 149). A esses grupos, juntaram-se também estrangeiros e seus descendentes brasileiros, dentre os quais se destacam os nipo-brasileiros, que, em sua maioria, migraram de São Paulo para o norte do Paraná.

De acordo com Stadniky e Barros Pinto (1999), em 1968, o Serviço de Imigração Japonesa informava que mais de 615.000 japoneses e seus descendentes residiam no país, sendo que 15,5% encontravam-se no estado do Paraná. Para as autoras, a história de nipo-brasileiros no Norte do Paraná, em especial em Maringá, requer “um olhar mais demorado e cuidadoso nas estratégias de manutenção dos traços da tradicional cultura japonesa” (Stadniky; Barros Pinto, 1999, p. 245), que ressoa também na língua japonesa e portuguesa do cotidiano desses nipo-brasileiros.

| Metodologia

O *corpus* utilizado para este trabalho foi constituído por duas entrevistas em vídeo do Sr. Kenji Ueta. Sua escolha se justifica pela importância local que esta figura assume tanto para a sociedade maringaense em geral, como para a comunidade nipo-brasileira local. Os materiais do *corpus* utilizado estão disponíveis publicamente na plataforma YouTube, no canal TV Câmara Maringá, realizada, em princípio, sem o objetivo de compor uma pesquisa científica. Para facilitar a análise, optou-se por transcrever o material, o que foi feito de acordo com as normas do projeto do NURC, descritas por Castilho (2010). A partir da transcrição feita, realizamos a análise gramatical e semântica dos artigos empregados por Sr. Kenji, seguindo a classificação proposta por Castilho (2010). Nosso olhar procurou identificar os usos dos artigos realizados por esse

indivíduo, em função da obrigatoriedade ou não do uso desses especificadores no PB.

Realizamos, também, um levantamento dos dados socioculturais, para analisar contornos identitários construídos por Kenji Ueta em sua entrevista. Por fim, buscamos inter-relacionar os dados linguísticos aos socioculturais, de modo a identificar como, por meio do uso da língua portuguesa, o “pioneiro” demonstrava se engajar para participar das comunidades de prática para ele relevantes.

Por fim, resta-nos esclarecer que a perspectiva que adotamos, a da 3ª onda da Sociolinguística, pressupõe uma abordagem que procura evitar as generalizações que estudos com grandes massas de dados acabam por realizar ao lidar com macrocategorias sociais (Eckert; McConell-Ginet, 2010, p. 94). Ao restringirmos nossa análise a um indivíduo, podemos controlar os contornos sociais de seus usos do português brasileiro.

| Análise linguística: a ausência do artigo na fala do Sr. Kenji Ueta

O *corpus* analisado neste trabalho está disponível publicamente no canal de YouTube TV Câmara Maringá. A entrevista conta com cerca de trinta e três minutos de duração, transcritos a partir das normas do projeto NURC, descritas por Castilho (2010). A partir da transcrição, realizou-se uma análise quantitativa dos usos dos artigos definidos, segundo Castilho (2010).

O trabalho selecionou 299 ocorrências de sintagmas nominais (consolidados na Tabela 1). Nesses dados, analisamos a obrigatoriedade ou não da presença do artigo nesses sintagmas, identificando os contextos de uso optativo/indiferente.

Tabela 1. Uso de artigo por Kenji Ueta em função da obrigatoriedade ou não de uso do artigo

	Ausência obrigatória no PB		Indiferente no PB		Presença obrigatória no PB		Total geral	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Ausência de artigo	68	96%	28	97%	86	43%	182	61%
Presença de artigo	3	4%	1	3%	113	57%	117	39%
Total geral	71	100%	29	100%	199	100%	299	100%

Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver, embora a presença dos artigos fosse gramaticalmente esperada como mais frequente no PB, em 182 usos (61% do total), Ueta optou por não apresentar o artigo em suas construções. Além disso, nos contextos em que a presença do artigo era opcional, o falante decidiu por não o utilizar de forma majoritária.

Considerando os empregos de artigo realizados, contabilizamos na Tabela 2 a realização da concordância de número entre o artigo e o núcleo dos sintagmas nominais.

Tabela 2. Concordância de número entre o artigo e o núcleo do SN nos usos de Kenji Ueta

	Quantidade	%
Faz concordância	115	98%
Não faz concordância	2	2%
Total geral	117	100%

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se, na Tabela 2, que a concordância de número entre o especificador e o núcleo do SN aconteceu na maioria dos casos, havendo somente duas ocorrências em que a flexão de número não aconteceu, como no excerto a seguir:

- (1) Kenji - então o::::: serviço do meu irmão... nosso... todo mundo fala que esse éh:: do::: ESSE que é profissional memo né... então todo mundo a::::: via (e fala) que... você é um *dos* primeiro *profissional* em Maringá... que levava a sério

O artigo definido, em português, também estabelece com o núcleo uma relação de concordância de gênero. De acordo com as descrições do português brasileiro já realizadas, essa relação não está sujeita à variação, havendo sempre entre o especificador e o núcleo uma compatibilidade. Vejamos o que encontramos nesse caso nos usos de Ueta:

Tabela 3. Concordância de gênero entre o artigo e o núcleo do SN nos usos de Kenji Ueta

	Quantidade	%
Faz concordância de gênero	92	79%
Não faz concordância de gênero	25	21%
Total geral	117	100%

Fonte: Elaboração própria

De fato, como podemos ver, na maior parte dos casos, o “pioneiro” faz a concordância de seus especificadores e núcleos em gênero. Entretanto, em 21% dos casos isso não ocorreu. A exemplo disso, apresentamos (2), a seguir:

(2) (2) Doc - o seu irmão já estava em Maringá?

Kenji - já tava *no Maringá...* dois meses na frente né

Uma construção encontrada na fala do Sr. Kenji e que está presente também em (2) é a inserção de um artigo quando essa partícula não era esperada. No caso, “Maringá” não requeria o especificador e ainda assim optou-se pelo uso de “o”.

Como vimos, uma das situações em que a presença do artigo é necessária no PB se dá em usos em que os sintagmas nominais são nucleados por substantivos de referência inferida ou já citada no texto. Apresentamos os dados de Ueta para esse contexto na Tabela 4.

Tabela 4. Usos de Kenji Ueta em contexto de referência inferida ou citada no texto

	Quantidade	%
Ausência de artigo	130	59%
Presença de artigo	90	41%
Total geral	220	100%

Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver, mesmo nessas condições, Ueta prefere dispensar o artigo em 59% dos casos. No excerto a seguir, apresentamos um de seus usos nesse contexto:

(3) Doc - vocês vieram pra Maringá de avião seu Kenji?

Kenji - avião... porQUE... esTRAda demorava quase quinze hora quase vinte hora de poeira e de sujeira () aquele época tinha avião que chamava... Real... que era... duas hora meia... tava aqui... mas esse eh:::ra bom... de avião... maioria viajava de avião pra São Paulo porque... demorava muito...

Doc - a estrada era muito ruim

Kenji - a estrada /porque daqui... ia pra... Apucarana pa pegar trem... ou ônibus daqui vai ônibus... cheio de poeira... chegava na rodoviária dava vergonha de andar no rodovia que tá/“oi do Paraná”... todo mundo... ((risos))

No trecho acima, o Sr. Kenji optou por não utilizar o artigo antes do referente “estrada” em um primeiro momento. Só inseriu o artigo após a documentarista, em sua fala, ter utilizado esse especificador antes do mesmo substantivo.

Outro contexto favorável ao uso de artigos é em sintagmas nominais complementizados por sintagmas preposicionais, o que resulta em construções sintáticas formadas por um substantivo + preposição + substantivo (Castilho, 2010). Os usos de Ueta nessas condições estão consolidados na Tabela 5.

Tabela 5. Usos de Kenji Ueta em contexto de SN com substantivo + preposição + substantivo

	Quantidade	%
Ausência de artigo	23	59%
Presença de artigo	16	41%
Total geral	39	100%

Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver, das 39 ocorrências nesse contexto, 59% delas são marcadas pela ausência de artigo definido. No excerto disposto a seguir, Ueta ora usou, ora dispensou o uso desse especificador, quando o SN apresentava essa configuração.

- (4) Kenji - em setenta e oito era imigração de::: (em mil) noventa... então dava muita/colônia deu muita importância esse vinda do *príncipe em São Paulo*... Aí Rolândia... nós fizemo *a centro de Paraná* pra Rolândia... pra (ser) pra reuni tudo lá... nesse época... Antonio Ueno deputado.. né.. chamava Antonio Ueno... E *presidente da câmara* aqui éh::: ahn::: *chefe da câmara municipal* o::: Yoshiaki Oshiro... que fez muita força pra e:::..... força do Ney Braga também... pra trazer

Doc - pra trazer o príncipe e a princesa pro Paraná

Assim, em “*do príncipe em São Paulo*” e “*a centro de Paraná*” nota-se o emprego do artigo definido em um contexto em que sua presença é favorecida, mesmo que fora do esperado de concordância de gênero do especificador com o núcleo do SN. Já em “*presidente da câmara*” e “*chefe da câmara municipal*”, a ausência precedendo os núcleos dos sintagmas nominais *presidente* e *chefe*, sintaticamente inesperada, é encontrada mesmo em um contexto no qual o referente é conhecido por Kenji Ueta. Observa-se, portanto, um uso inesperado do artigo, que tende para a ausência do determinante, semelhante a outros casos analisados neste trabalho.

Outro contexto em que a ausência pode ser sintaticamente inesperada em PB é quando, no sintagma nominal, o núcleo é precedido por um quantificador definido (Castilho, 2010). Em contextos como esse, o informante apresentou apenas duas ocorrências de ausência, como indicado na Tabela 6.

Tabela 6. Usos de Kenji Ueta em contexto de SN com substantivo precedido de quantificador

	Quantidade	%
Ausência de artigo	2	40%
Presença de artigo	3	60%
Total geral	5	100%

Fonte: Elaboração própria

Em oposição aos demais contextos em que a ausência foi favorecida pelo uso do Sr. Kenji Ueta, os dados acima indicam a presença de artigos como maior número de ocorrências, totalizando 60% delas. No entanto, os casos em que o informante não apresenta o artigo precedendo quantificadores definidos em SN ainda representam um uso inesperado em PB conforme Castilho (2010), como no excerto abaixo.

- (5) Kenji - do::: cidade... e::: deixou curioso então foi guardando... depois de... cinco ano dez ano começou valorizar esse/todo mundo CAdá aniversário todo mundo vinha procura “como que era *primeiro aniversário* como que era assim”

Doc - uhum

Kenji - porque (nois/eu registrei desde) *quinto aniversário* de Maringá... porque quando eu cheguei aqui era... já quatro ano e pouco já de Maringá

Doc - ah o senhor começou a registrar a partir do quinto ano

Kenji - ((concordando)) quinto... em cinquenta e um pra cá... esse ano faz sessenta ano éh...

No excerto transcrito acima, observamos a ausência do artigo em “era primeiro aniversário”, um dos contextos em que o uso do artigo seria necessário – por ser o substantivo conhecido e ser antecedido por um quantificador. O mesmo ocorre em “quinto aniversário de Maringá”, não se confirmando a necessidade do artigo.

Ademais, um último contexto em que Castilho (2010) indica o uso favorável do artigo definido que abordamos na nossa análise quantitativa e que tiveram resultados expressivos, é em sintagmas nominais complementizados por sintagma adjetival, do qual contemplamos os dados na tabela a seguir:

Tabela 7. Usos de Kenji Ueta em contexto de SN com substantivo + adjetivo

	Quantidade	%
Ausência de artigo	22	65%
Presença de artigo	12	35%
Total geral	34	100%

Fonte: Elaboração própria

Nos dados apresentados acima, podemos observar o padrão de ausência de artigo quando estes eram gramaticalmente esperados, sendo preservada a ausência em 65% dos casos. Embora Castilho (2010) aponte o contexto favorável ao uso dos artigos quando o SN é seguido por um sintagma adjetival, cabe dizer que o autor reconhece o desencontro entre a sintaxe e a semântica, sendo possível que em um caso seja estruturalmente aceita a ausência do artigo, enquanto, no mesmo caso, a presença do artigo é necessária para a referência de um substantivo altamente definido, como no excerto da transcrição abaixo.

- (6) Kenji - éh ((concordando com a cabeça))... hoje... gente mostra o que é fotografia/a gente conversa... conversa não adianta tem que mostrar figura... porque praça Napoleão era rodoviária... *praça* rodoviária... dia de chuva que nem dois três (dias) de chuva já... ficava/formava uma lagoa pra lá pra cá

A transcrição acima nos mostra, destacado em itálico, o núcleo de sintagma nominal seguido por um sintagma adjetival em que a complementização torna a referência do substantivo “praça” altamente definida. Dessa maneira, além

de ser sintaticamente esperada, a presença do artigo na ocorrência do excerto (6) era, também, semanticamente possível.

Como pudemos observar nos dados apresentados até este momento, a ausência de artigos é quase sempre preferível para o Sr. Kenji Ueta, sendo a presença um dado inferior em todos os contextos de uso do artigo analisados neste trabalho. Um tipo de ocorrência que identificamos durante as análises dos artigos utilizados ou omitidos pelo Sr. Kenji, que não consta na bibliografia utilizada como base neste trabalho e em nenhuma outra que buscamos para o possível uso, foi o uso irregular quanto à presença ou ausência do artigo no pronome “a gente”. Durante suas falas na entrevista, o Sr. Kenji Ueta faz uso do artigo precedendo “gente”, mas, em alguns casos, o “pioneiro” omite, utilizando somente o núcleo do pronome como segue na Tabela 8.

Tabela 8. Usos de Kenji Ueta do pronome “a gente”

	Quantidade	%
Ausência de artigo	3	25%
Presença de artigo	9	75%
Total geral	12	100%

Fonte: Elaboração própria

Diferentemente de todos os outros casos analisados nesta seção, a presença do artigo é favorecida nas falas de Kenji. No entanto, chama-nos a atenção para a omissão do artigo, sendo uma construção particular do indivíduo que podemos observar no excerto abaixo.

- (7) (7) Kenji - ((rindo)) e a *gente* conta esse história e ninguém acredita... “mas que jeito que era?” era assim era assim... aí ()... *gente* conta pra cinco pessoa... (cabeça) do cinco pensava... tá pensando diferente...

Na primeira ocorrência do pronome no excerto acima, o artigo é assinalado como é esperado; já na segunda ocorrência, o artigo não aparece. De acordo com Castilho (2010), em PB popular e culto, o pronome pessoal da primeira pessoa do plural *nós* tem sido substituído pelo sintagma nominal indefinido *a gente*, o qual geralmente segue a conjugação na terceira pessoa do singular *ele*. A substituição de *a gente*, pronome formado a partir da expressão nominal, por *nós* é recorrente no português. No entanto, o uso do Sr. Kenji dissociando o artigo do pronome *a gente*, mesmo que em poucos casos, evidencia as particularidades de seu uso da língua portuguesa.

| Análise sociocultural: estilos construídos a partir da participação do Sr. Kenji Ueta em práticas sociais locais

Nas entrevistas selecionadas no *corpus* deste trabalho, Kenji Ueta conta sobre a sua vida e sobre as contribuições para o registro histórico de Maringá e para a comunidade nipo-brasileira da região. Além da entrevista usada na análise linguística, lançamos mão de matérias publicadas acerca da sua vida.

Kenji Ueta nasceu em 1927 na província de Fukushima, a 250 quilômetros de Tóquio, capital do Japão. Seu pai, formado economista e engenheiro mecânico, e sua mãe, formada farmacêutica, mantinham bons empregos em grandes escritórios no Japão, com um estilo de vida compatível com suas classes econômicas (As lentes ..., 2008). Motivado pela curiosidade sobre o país que tanto propagavam nas campanhas migratórias, o pai de Kenji interessou-se pelo Brasil e, trazendo sua esposa e seus 3 filhos, atravessou o mundo a bordo do Santos Maru, chegando ao Brasil em 23 de março de 1933. No documentário *As lentes de Kenji* (2008), o Sr. Kenji Ueta conta que, ao longo dos 48 dias a bordo da viagem até o Brasil, participou de aulas de língua portuguesa para os imigrantes japoneses, numa tentativa de ensinar-lhes o básico da língua.

Durante a vida na zona rural paulista, o pai de Kenji, não habituado às condições exaustivas de trabalho e falta de infraestrutura oferecida a ele e à família, faleceu 3 anos depois da chegada ao Brasil. Kenji permaneceu no interior de São Paulo boa parte da infância e juventude, onde aprendeu japonês na escola formada pela colônia, enquanto o português só começou a ser ensinado para ele algum tempo depois de se instalar no país. Na juventude, após o falecimento da sua mãe, Kenji mudou-se para Pompéia-SP, lugar em que trabalhou em uma loja de tecidos até se casar com sua esposa, Yoshiko Nakagawa, quando voltou para a agricultura. Kenji conta no documentário *As lentes de Kenji* (2008) que, quando voltou a trabalhar no sítio, pôde juntar dinheiro para ajudar seus irmãos e também sua própria família que estava iniciando; no entanto, depois de alguns anos trabalhando na roça, Sr. Ueta decidiu que precisava ter uma carreira diferente do trabalho rural, pois não podia mais trabalhar dependendo do patrão, do dono da terra. Assim, em busca de uma nova profissão e com um pequeno capital acumulado, Kenji Ueta se associou aos seus irmãos no ramo da fotografia. Como cenário para a sociedade dos irmãos Ueta, eles se mudaram para o norte paranaense motivados pelo futuro promissor que era vendido pelas iniciativas privadas que mediaram o processo de “reocupação” da região (Tomazi, 1999), formando, então, o estúdio chamado “Foto Maringá”. Kenji Ueta chegou em Maringá em 1951, cinco anos depois da emancipação da cidade, e, pela escassez de profissionais fotógrafos na região, a sociedade dos

irmãos Ueta se consolidou e prosperou, passando a fotografar muitas famílias de todas as cidades que hoje formam a região metropolitana de Maringá.

Além de “pioneiro” da fotografia na cidade, o Sr. Kenji Ueta também foi um membro ativo na comunidade nipônica da cidade, tendo sido presidente por um período da Associação Cultural e Esportiva de Maringá (ACEMA), uma entidade representativa da comunidade nipo-brasileira de Maringá, fundada em 1947. Atualmente, a ACEMA ainda é uma das principais associações da comunidade nipo-brasileira na região, contando com eventos abertos a toda comunidade maringaense, bem como cursos de língua japonesa e práticas típicas de cultura japonesa que continuam a herança japonesa entre os descendentes e aproxima a sociedade maringaense da cultura japonesa.

Enquanto membro da diretoria da ACEMA, o Sr. Kenji Ueta participou de diversos feitos realizados pela associação, como a vinda dos hoje imperador e imperatriz do Japão, como relata na transcrição abaixo.

- (8) Doc - [...] seu Kenji como foi a vinda do príncipe e da princesa em mil novecentos e setenta e oito?

Kenji - em setenta e oito era imigração de::: (em mil) noventa... então dava muita/colônia deu muita importância esse vinda do príncipe em São Paulo... Aí Rolândia... nós fizemo a centro de Paraná pra Rolândia... pra (ser) pra reuni tudo lá... nesse época... Antonio Ueno deputado.. né.. chamava Antonio Ueno... E presidente da câmara aqui éh::: ahn::: chefe da câmara municipal o::: Yoshiaki Oshiro... que fez muita força pra e:::..... força do Ney Braga também... pra trazer

Doc - pra trazer o príncipe e a princesa pro Paraná

Kenji - POR QUE... vai descer em Londrina... depois vai no Rolândia pra fazer... festival lá ahn:::..... depois vai voltar pra Rolândia ahn:::..... Londrina? não vamo puxar pra Maringá... era () esse assunto né...

Doc - uhum

Kenji - pra que vai voltar no mesmo lugar né? aí nós fizemo... era MUITas:: ahn:: era MUITO trabalho MUITO valorizado pra colônia né... éh::: era muito valor pra trazer né... aí nós foi no:: Consulado tudo pedir... aí Consulado pedia pra Brasília... Brasília veio olhar aqui... aqui realmente era cidade nova mas tem colônia que... tem força então vamo atrás né aí mandou mapa daqui tudo..... e foi no Japão abriu lá no Palácio do (governo/imperador) ahn:::..... nesse mapa num tinha Maringá... ué

Neste excerto da entrevista do *corpus*, chama-nos a atenção a importância que a cultura japonesa representava para o Sr. Kenji, e a sua vontade de trazer personalidades importantes da cultura e nação japonesa para Maringá, que vai ao encontro da vontade e o “desejo natural de transmitir a seus descendentes os costumes tradicionais da família japonesa ao lado de proporcionar-lhes o aprendizado da cultura brasileira” (Associação Cultural e Esportiva de Maringá, *apud* Stadniky; Barros Pinto, 1999, p. 247) da entidade representativa da comunidade nipo-brasileira de Maringá.

Entre os interesses de transmissão da cultura japonesa para os descendentes, destaca-se a manutenção da língua japonesa, parte crucial do patrimônio cultural imaterial, enquanto herança. De acordo com a definição proposta por Ortale (2016, p. 27):

Língua de herança é a língua com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua.

Ao reconhecermos língua de herança não somente pelo critério da ancestralidade, mas também pela identificação e pertencimento à cultura de um país, o caráter identitário torna-se central para compreendermos a preservação da língua e da cultura japonesa entre seus imigrantes e descendentes. Dessa forma, a manutenção da língua e cultura japonesa não apenas preserva um legado ancestral de Kenji Ueta, mas também reforça o sentimento de pertencimento e identidade dentro dessa comunidade.

Como membro da diretoria da ACEMA, o Sr. Kenji Ueta foi bastante influente para a comunidade nipo-brasileira instalada na cidade de Maringá. Kenji presenciou feitos importantes para a colônia, como a vinda dos atuais imperador e imperatriz e a inauguração dos locais representativos para os nipônicos como o Marco Imperial, a Pedra Fundamental e o Jardim Imperial Japonês, que foi criado em homenagem à visita do então Príncipe Akihito e sua esposa, e que hoje recebe o nome do “pioneiro” Kenji Ueta pela importância da família Ueta em Maringá, do pioneirismo na fundação da ACEMA e da cidade, além do grande trabalho que Kenji Ueta prestou como fotógrafo, registrando os primeiros momentos de Maringá (Kenji, 2021). Além disso, o “pioneiro” contribuiu para a manutenção de uma cultura japonesa no Brasil, a partir de sua influência dentro da colônia, como apresentado no excerto (8), e também por meio da sua influência social na cidade de Maringá advinda do seu sucesso profissional e da importância de seu

trabalho para os registros da cidade, como podemos observar na transcrição a seguir.

- (9) Kenji - [...] por isso que na época tinha MUITA visita aonde que passou o imperador

Doc - ((sorrindo)) atraiu gente pra Maringá

Kenji - atraiu... ÉH::... então nós pensando não () só da colônia... pensando divulgar Maringá... colônia SEMPRE pensa isso pra divulgar Maringá ENTÃO naquele época setenta oito... jornal... imprensa tudo divulgou Maringá foi imperador... futuro imperador

Doc - o imperador e imperatriz vieram

Kenji - como que/aí MUITOS jornais () ahn:: de São Paulo... como que ocê conseguiu trazer pra cá? nesse época tinha força do... Acema... e GRAças a João Paulino... -- que sempre a gente agradece ele que deu tudo (autonomia) pra colônia -- faz esse vinda do príncipe é histÓrico patriMÔNio do Maringá... aí o:: chama YoSHIRO... que trabalhava ahn:: que tava no câmara... que:: fazia parte do:: era... primeiro secretário do... ahn:: João Paulino né... ele que fez força

Doc - que ajudou a trazer

Kenji - que ajudou a trazer... então foi ele... muito grato...

Acima, o “pioneiro” conta como teve a colaboração de figuras políticas, nipônicas e não nipônicas, como o antigo prefeito e o primeiro secretário da cidade, para a concretização das ações em prol da comunidade nipo-brasileira maringaense, o que corrobora o argumento de sua influência para toda a sociedade de Maringá. Em concordância com sua identidade influente para a colônia japonesa da cidade, os usos analisados na seção anterior ganham aqui o valor social da identidade do Sr. Kenji associados à identidade japonesa que carrega e seu desejo de conservação dessa cultura, isto é, a comunidade de prática nipo-brasileira.

Nesse sentido, podemos interpretar as ausências de artigos indicadas pela Tabela 1 da seção anterior, como uma escolha linguística do *issei*, que mesmo em um contexto no qual era sintaticamente indiferente o uso ou não do artigo, optou pelo não uso dos artigos em 97% dos casos. Além disso, mesmo em contextos em que a presença dos artigos era sintaticamente necessária, o “pioneiro” não aplicou o especificador em 43% dos casos que, embora a minoria das ocorrências, ainda é bastante expressivo quando se trata de um falante que adquiriu o português brasileiro há décadas. E em casos particulares do

discurso do Sr. Kenji, observamos ainda um uso irregular quanto à presença ou ausência dos artigos quando eles eram excepcionalmente necessários, como nas ocorrências do pronome *a gente*, o que ressalta as particularidades de seu uso da língua portuguesa.

De acordo com Ota (1995), não há nenhuma classe gramatical na língua japonesa que se assemelhe à classe dos artigos em PB. Assim, os dados de ausência de artigos apresentados na seção anterior são expressivos e relevantes por um lado porque demonstram a tendência de Kenji Ueta, um indivíduo que aprendeu o português como língua adicional, por não usar os vocábulos cuja classe gramatical similar não existe na língua japonesa; por outro lado, evidenciam a influência que a língua japonesa tem em seus usos linguísticos em língua portuguesa e que ganham o valor social de um indivíduo *issei* da segunda geração de imigrantes japoneses no Brasil, que conquistou uma profissão na cidade, teve comércio na cidade e que se engajou como membro representante da comunidade de prática nipônica a qual pertence.

Coerentemente com os dados linguísticos e os de sua identidade japonesa, encontra-se no discurso dele outras escolhas que igualmente recebem o valor social. Um exemplo disso é a transcrição abaixo, em que durante seu relato o “pioneiro” acrescenta um ditado popular japonês, destacado em *itálico*, para o qual há um equivalente em português brasileiro que é bastante dito e conhecido pelos brasileiros, o *ver para crer*.

- (10) Kenji - tem muita gente que NEM acredita... quando eu fui em Japão... tia não acreditava que passava aqui/não acreditava que peguei mão do... desse príncipe... que lá é cinco metro né

Doc - tem que ficar bem distante né

Kenji - aí eu tinha levado fotografia... óh tia assustou que... é... nem acreditava era ((balançando a cabeça em negação))

Doc - ainda bem que tem as fotos pra provar

Kenji - ÉH::: por isso que foto é MUITO importante... foto éh::: não adianta ficar falando... era isso... esse que era

Doc - é um registro um documento

Kenji - é... registro... por isso japonês fala... *hyakubun wa ikken ni shikazu* -- esse palavra já é MUITOS ((estalando os dedos)) centenas de ano atrás -- o que que é... não adianta conTA cem duzentas vezes do que UM olhada ((movimento de indicação com a mão)) era assim... isso dá muito (valor)

Doc - ((risos)) uma olhada é mais importante que um monte de palavras

Assim, a *hyakabun wa ikken ni shikazu* equivaleria ao *ver para crer* no Brasil. No entanto, mesmo que o dito esteja intrinsecamente ligado ao imaginário católico, o provérbio se tornou no PB um ditado popular brasileiro e essa escolha do Sr. Kenji de usar o provérbio japonês marca, mais uma vez, sua identidade nipônica e seu pertencimento à sua comunidade japonesa. Além disso, no excerto acima, temos a representação da importância da fotografia para o “pioneiro”, a valorização da fotografia, de sua profissão como um indivíduo que, além de japonês e “pioneiro”, era também um fotógrafo de prestígio e pertencia a uma classe social prestigiosa da cidade, e tudo isso compõe suas diferentes identidades que são traduzidas e expressas em seus usos linguísticos, de alguém que tem um lugar de prestígio social e que pode falar um português marcado pelo japonês porque participa de comunidades de práticas a partir das quais se sente legitimado como um “pioneiro maringense japonês e fotógrafo local”.

Na entrevista transcrita, o Sr. Kenji Ueta conta sua trajetória como fotógrafo, os momentos mais marcantes da profissão e, também, sobre a participação nos feitos da comunidade nipônica aqui instalada. Assim, segundo o que o “pioneiro” mesmo retrata, sua profissão como fotógrafo fez sucesso na região desde o início, sendo considerado, de acordo com o relato abaixo, um dos melhores fotógrafos da região.

- (11) Kenji - é... é meu irmão que é fotógrafo e eu (nóis) associamo com ele... eu entrei em cinquenta e um associado... já tinha... alguns fotógrafos... né

Doc - uhum

Kenji - mas éh:::: falar verdade éh::: não era BEM profissional né...

Doc - uhum

Kenji - então o:::: serviço do meu irmão... nosso... todo mundo fala que esse éh:: do:: ESSE que é profissional memo né... então todo mundo a:::: via (e fala) que... você é um dos primeiro profissional em Maringá... que levava a sério

Doc - aí vocês tinham bastante cliente então... naquela época

Kenji - Tinha bastante... aí nós peguemo bastante cliente que:: a:::: amostra no vitrine todo mundo acha que... é foto diferente... esse:: esse é profissional memo né

Junto à sua profissão bem-sucedida a ponto de ter se tornado, desde seu ingresso na área, uma referência na fotografia pela sociedade maringaense, o Sr. Kenji recebeu uma posição de prestígio nesta, o que podemos relacionar com alguns dos dados linguísticos vistos na seção anterior, que ganham o valor social de ser um homem bem sucedido na sociedade e um “pioneiro” na cidade. Nesse sentido, podemos associar isso aos dados das Tabelas 2 e 3 da seção anterior, em que se apresentam as informações sobre, respectivamente, a concordância de número e a concordância de gênero entre o especificador e o núcleo do SN.

A concordância de número em português brasileiro, de acordo com Beline (2010, p. 129), é um indício de baixa escolaridade, que, em geral, vem de mãos dadas com baixo nível econômico.

Desse modo, um grupo de indivíduos de maior nível de escolaridade e de melhor situação econômica possivelmente tenderá a evitar realizações como ‘as pessoa’ e ‘uns carro’, em vez de ‘as pessoas’ e ‘uns carros’. Trata-se então de um exemplo claro de que as atitudes linguísticas não estão delimitadas apenas por fronteiras geográficas, mas também por fronteiras sociais.

Quando consideramos a trajetória do Sr. Kenji Ueta, este que passou boa parte da infância e da adolescência na zona rural, onde adquiriu o português, esperava-se que a sua fala fosse do dialeto caipira, em que, muito além do /R/ retroflexo, tem também a não concordância de número e outras características linguísticas. No entanto, em seus usos, o Sr. Kenji opta quase sempre por uma estrutura em que a concordância padrão de número é mantida. Isso o dissocia do estigma que recai sobre a concordância não padrão tão identificada com os grupos sociais menos favorecidos. Sua fala, quanto à concordância de número, o engaja como profissional e empresário bem-sucedido do ramo da fotografia e também membro da elite maringaense, explorando o valor social de prestígio dessa forma.

Um último aspecto que precisa ser analisado na fala do Sr. Kenji diz respeito à concordância de gênero. Como vimos na seção anterior, em 21% de seus usos, o artigo não apresenta compatibilidade com a desinência de gênero do núcleo do sintagma nominal. Embora numericamente baixo, este índice é, como se sabe, incompatível com o português, sendo reconhecido como algo típico da fala de um estrangeiro. Para explicar tais dados poderíamos então pensar que este uso é fruto da influência de sua língua materna. De acordo com Joko (2016), em japonês, as palavras que não têm o gênero referencial não possuem

a flexão de gênero, sendo este marcado por anteposição de morfemas que designam o sexo, mas, em geral, usa-se vocábulos lexicalmente distintos para a marcação do gênero. As ausências de artigo nessa língua fazem com que o fenômeno da concordância não seja uma questão para o falante de japonês. No entanto, acreditamos ser possível pensar que a não concordância de gênero não é apenas influência direta da língua, mas é sustentada pela prática social e identitária de Kenji Ueta. Assim, a não concordância de gênero feita pelo Sr. Kenji é uma opção linguística que o mantém engajado na construção identitária de um japonês no (e do) Brasil. Essa construção tem valor social tanto nos espaços de prática social da comunidade nipo-brasileira quanto em sua atuação como fotógrafo, uma vez que popularmente japoneses eram (e talvez ainda sejam) vistos como especialistas na área da fotografia.

| Considerações finais

Seguindo a classificação proposta por Castilho (2010), descrevemos os usos linguísticos de um integrante da comunidade nipo-brasileira maringaense. Com base nos dados apresentados, então, pudemos reconstruir as inter-relações entre os dados linguísticos e os dados socioculturais recolhidos ao longo do trabalho, o que permitiu recontar parte da História Social do uso do PB pela comunidade nipônica e, também, permitiu explorar construções identitárias que constituem o Sr. Kenji Ueta e, concomitantemente, recuperar parte da sua História. Para isso, apoiamo-nos na perspectiva da Terceira Onda da Sociolinguística presente em Eckert (2005, 2016), Eckert e McConnell-Ginet (2010).

Dessa maneira, os dados linguísticos do Sr. Kenji Ueta nos mostraram sua opção por não usar do artigo nos sintagmas nominais mesmo em situações em que seu uso era obrigatório, ou ainda, nas situações em que a presença desse especificador era optativa. Por um lado, as suas entrevistas também evidenciaram o cuidado em realizar concordância de número, seguindo nesse ponto a norma prestigiada no Brasil. Por outro, encontramos um percentual importante de usos de Ueta em que o artigo não está compatível com a desinência de gênero do núcleo do Sintagma Nominal.

O cruzamento dos dados linguísticos e socioculturais relacionados às construções sociais realizadas por Kenji Ueta nos permitiu perceber como este se constituiu identitariamente como “pioneiro maringaense japonês” e como “fotógrafo local de renome”. Assim, associamos seus usos à sua língua materna e à sua identidade nipo-brasileira sempre que opta pela ausência de artigos, seja em contextos em que esse especificador deveria ser obrigatório, seja naqueles

em que seu uso é optativo. Do mesmo modo, o alto grau de não concordância de gênero no interior dos sintagmas nominais com artigos também remete para essa construção social japonesa. Já o uso majoritário que faz da concordância de número padrão ganha o valor social nas suas práticas como fotógrafo e agente econômico desse ramo, afastando-se dos usos estigmatizados comuns nos falares populares brasileiros. Engaja-se pela linguagem como um membro da comunidade nipo-brasileira, como empresário do ramo da fotografia e membro da elite de Maringá.

Referências

AS LENTES de Kenji. Direção: Antonio Roberto de Paula. Produção de Luiz Fabretti. Maringá: TV Clipping, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hgR0ZE09rH4>. Acesso em: 14 set. 2021.

BELINE, R. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). Introdução à linguística: I. **Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 121-140.

CASTILHO, A. T de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

ECKERT, P. Variation, convention and social meaning. **Annual Meeting of the Linguistic Society of America**, 2005. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ECKERT, P. Variation, meaning and social changes. In: COUPLAND, N. **Sociolinguistics: theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org. e trad.) **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. Lakoff R., et al. São Paulo: Parábola, 2010.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. Prefácio. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo, Contexto, 2008. p. 7-11.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOKO, A. T. **Gramática básica da língua japonesa**. Brasília: edição do autor, 2016.

KENJI Ueta: Jardim Imperial Japonês do Inga ganha nome do célebre fotógrafo maringaense. **O Fato Maringá**, 2021. Disponível em: <https://ofatomaringa.com/kenji-ueta-jardim-imperial-japones-do-inga-ganha-nome-do-celebre-fotografo-maringaense/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: a Prefeitura, 1997.

LUZ, F. A migração através dos dados dos registros de casamento dos cartórios da microrregião norte novo Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (org.) **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de História regional. Maringá: EDUEM, 1999.

MARINGÁ (PR). **Lei Nº 3380, de 27 de maio de 1993**. Maringá: Prefeitura Municipal, [2015]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1993/338/3380/lei-ordinaria-n-3380-1993-institui-titulos-de-pioneiro-e-pioneiro-na-profissao>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ORTALE, F. L. **A formação de uma professora de italiano como língua de herança**: o Pós Método como caminho para uma prática docente de autoria. 2016. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OTA, J. As línguas faladas nas comunidades rurais nipo-brasileiras do Estado de São Paulo e a percepção das três gerações sobre as “misturas de línguas”. **Estudos Japoneses**, n. 28, p. 137-148, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142958/137820>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PINTO, M. E. B.; STADNIKY, H. P.. Contribuição ao Estudo da Presença Nipo-Brasileira no Norte Novo de Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999. v. 1, p. 239-254.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Línguas adicionais (Espanhol e Inglês). In: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico. **Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Porto Alegre: SE/DP, 2009. p. 125-172.

STADNIKY, H. P.; PINTO, M. E. B. Contribuição ao estudo da imigração japonesa em Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: Estudos de história regional. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2006. v. 1, p. 239-254.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. *In*: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 51-86.

TV Câmara Maringá. **Homenagem para Kenji Ueta**. YouTube, 14 de set. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jc7xID_B6Yw. Acesso em: 18 nov. 2021.

Como citar este trabalho:

PEREIRA, Hércius Batista; JUNG, Neiva Maria; FUJITA, Gabriela. Para a história do português brasileiro em Maringá: o uso de artigos por um integrante da comunidade nipo-brasileira. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 239-264, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

A correlação consecutiva *tão/* *tanto... que*, sob a perspectiva da Gramática Discursivo- Funcional

Erotilde Goreti PEZATTI¹

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil;
| erotilde.pezatti@unesp.br | <https://orcid.org/0000-0001-8822-9587>

Resumo: Investigam-se aqui as construções em que são combinadas duas unidades sintáticas, contendo a palavra *tão* ou *tanto* na primeira unidade e *que* na segunda. Tomando como aparato teórico a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008 e Keizer, 2015), identificam-se os tipos de configurações sintáticas básicas que caracterizam a correlação consecutiva no português. Como universo de investigação, utilizam-se dois *corpora* de língua falada, o “Português oral” e o NURC. Seleccionadas as ocorrências e analisadas de acordo com critérios que perpassam os quatro níveis do Componente Gramatical do modelo da Gramática Discursivo-Funcional, os resultados mostram que as construções formadas pelos operadores *tão...que* e *tanto...que* constituem, no Nível Interpessoal, um Ato Discursivo Declarativo enfático. No Nível Representacional, são combinados dois Estados de Coisas, sendo o primeiro indicativo da causa que desencadeia a consequência expressa no segundo evento. No Nível Morfossintático, as duas unidades combinadas pelo par correlativo são mutuamente dependentes, embora nenhuma seja constituinte da outra, compondo assim uma única Expressão Linguística, o que configura uma *Equiordenação*. A unidade que expressa a consequência posiciona-se depois da causa. O tipo de entidade semântica que cada operador escopa diferencia as construções: *tão* escopa uma propriedade adjetiva e *tanto*, uma propriedade verbal, variando a posição de acordo com escopo.

Palavras-chave: Gramática funcional. Correlação. Equiordenação. Consecutiva. *Tão*. *Tanto*.

The consecutive correlation “tão/tanto... que” (“so/so much... that”) from the perspective of Functional Discourse Grammar

Abstract: This study investigates constructions in which two syntactic units are combined, containing the word “tão” (so) or “tanto” (so much) in the first unit and “que” (that) in the second. Applying the Functional Discourse Grammar theoretical framework (Hengeveld & Mackenzie 2008 and Keizer 2015), the present work identifies the types of basic syntactic configurations that characterize consecutive correlation in Portuguese. Two spoken language corpora, “Oral Portuguese” and NURC, are used as the research universe. Once the occurrences have been selected and analyzed according to criteria that cover the four levels of the Grammatical Component of the Functional Discourse Grammar model,

the results show that the constructions formed by the operators “tão” (so)... “que” (that) and “tanto” (so much)... “que” (that) constitute, at the Interpersonal Level, an emphatic Declarative Speech Act. At the Representational Level, they combine two States of Affairs, with the first indicating the cause that triggers the consequence expressed in the second event. At the Morphosyntactic Level, the two units are mutually dependent, although neither is a constituent of the other, thus composing a single Linguistic Expression, which configures an Equiordination. The unit that expresses the consequence is always ordered after the cause. The type of semantic entity that each operator scopes differentiates the constructions: “tão” (so) scopes an adjective property, and “tanto” (so much) scopes a verbal property, with the position varying according to the scope.

Keywords: Functional Discourse Grammar. Correlation. Equiordination. Consecutive. So. So much.

| Introdução

Investiga-se, neste estudo, o fenômeno linguístico, tradicionalmente denominado correlação consecutiva, sob a perspectiva do funcionalismo holandês (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Keizer, 2015), com a pretensão de contribuir para o refinamento desse conceito na teoria da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), que ainda se mostra incipiente para responder algumas questões relativas a esse fenômeno. Trata-se do desenvolvimento do subprojeto *A correlação consecutiva sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*, que compõe o projeto do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), denominado *Construções correlatas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional*, cujo objetivo é investigar a correlação entre unidades sintáticas, representando a primeira tentativa sistemática de relacionar todos os tipos de correlação, mediante o mesmo aparato teórico e critérios de análise semelhantes.

O objeto de estudo deste subprojeto são as construções que combinam duas unidades sintáticas, em que a primeira contém um intensificador (*tão*) ou quantificador (*tanto*), e a segunda é introduzida pela conjunção *que*, conforme se exemplifica respectivamente em (1) e (2).

- (1) é verdade, sim. porque, eh, o *animal* é **tão** bonito **que** eh, dá pena vê-lo espetado com o alfinete. (CV95:Colecionismo)
- (2) - aí que eu aprendi a jogar buRAco... e a gente gostou **tanto que** ficava todo o dia jogando... (DID-POA-45)

A hipótese que subjaz a este estudo é a de que a correlação consecutiva constitui, juntamente com a Coordenação e a Cossubordinação, uma das configurações básicas da Expressão Linguística, denominada, pela GDF, de *Equiordenação*. Desse modo, pretende-se responder as seguintes questões de pesquisa:

- (i) A correlação consecutiva é apenas uma subordinação enfática, conforme consideram Câmara Jr. (1981, p. 87) e Garcia (1968, p. 16)?
- (ii) A correlação consecutiva é marcada por operador descontínuo (*tão...que*, *tanto...que*), tendo obrigatoriamente uma parte expressa na primeira unidade e outra na unidade seguinte?
- (iii) O que motiva o uso do par correlativo *tão/tanto...que* para indicar correlação?

Com vistas a identificar os tipos de configurações sintáticas básicas de correlação consecutiva em português, como universo de investigação, lança mão dos seguintes *corpora* de língua falada: o *corpus* intitulado “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, e o *corpus* do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), elaborado a partir de entrevistas com informantes adultos cultos de cinco capitais brasileiras, que podem ser obtidos, respectivamente nos seguintes *sites*: http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php e <http://eulalio.iel.unicamp.br/sys/audio/albums.php?action=show&album=33#>.

| Panorama da correlação consecutiva

Na tradição gramatical (cf. Câmara Jr., 1981, p. 81; Garcia, 1968, p. 16), considera-se que as correlativas são tipos específicos de coordenação ou de subordinação: as correlativas aditivas e as alternativas são tratadas como casos de coordenação enfática, ao passo que as correlativas comparativas, consecutivas e proporcionais são tratadas como casos de subordinação enfática, ideia defendida por Azeredo (1979) e Luft (2000), diferentemente do que entendem Oiticica (1959) e Melo (1978). Para esses autores (Oiticica, 1959; Melo, 1978), a correlação é, em geral, um processo sintático distinto do processo da coordenação, que mantém uma relação de independência entre as partes articuladas, e da subordinação, que mantém uma relação de dependência entre as partes articuladas.

Módolo (1999, p. 3), por seu turno, afirma que as correlativas são um tipo de conexão sintática frequente e útil como uma estratégia enfática, especialmente usada para expressar uma opinião e defender uma posição. De fato, a construção correlativa põe em destaque a articulação entre informações dadas e novas, estabelecendo “uma verdadeira estrutura de figura-fundo”, como afirma Rosário (2018, p. 213). Bagno (2011, p. 884-885) também denomina essa construção de correlação, e afirma que se trata de um tipo intermediário de processo sintático, entre a coordenação e a subordinação. Segundo o autor,

As conjunções correlativas ocorrem sempre em dupla, precisamente porque introduzem sentenças que estão em interdependência, a meio caminho entre a coordenação e a subordinação. Podem introduzir elementos de caráter nominal tanto quanto de caráter verbal (Bagno, 2011, p. 886-887).

Rosário (2012, p. 40) define *correlação* como “construções sintáticas prototipicamente compostas por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correladores, de tal sorte que a enunciação de uma (prótase) prepara a enunciação de outra (apódose)”. Considera ainda (Rosário, 2009) que, em relação às orações coordenadas, as correlatas são marcadas morfossintaticamente, uma vez que tendem a ser mais complexas em termos estruturais, por serem organizadas em pares correlativos e apresentarem interdependência sintática e semântica. Além disso, afirma o autor, as correlativas são mais complexas cognitivamente, pois demandam mais esforço mental e maior tempo de processamento.

Já Rodrigues (2007, p. 231) considera que há, na correlação, uma relação de interdependência entre as duas orações, estabelecida por elementos formais que compõem um par correlativo, estando cada um de seus componentes em orações diferentes. É característica típica das correlativas, segundo a autora, o fato de os conectores virem aos pares, estando cada elemento do par em uma oração; além disso, as orações não são constituintes uma da outra e se manifestam em ordem fixa (a inversão da ordem pode causar prejuízos interpretativos).

Assim, em consonância com Oiticica (1959), considerado pioneiro nessa discussão, autores como Módolo (1999), Rodrigues (2007), Rosário (2009), Castilho (2010) e Bagno (2011) defendem que a correlação constitui um terceiro tipo de fenômeno sintático, pois o tipo de relação veiculada na correlação é de interdependência, e o uso de elementos correlativos impede que qualquer uma das unidades seja usada independentemente, do ponto de vista morfossintático. Bagno (2011, p.

886) esclarece ainda que as conjunções correlativas ocorrem sempre em dupla, precisamente porque introduzem orações que estão em interdependência, a meio caminho entre a coordenação e a subordinação.

Kenedy e Othero (2018) afirmam que, na correlação, duas orações são articuladas de maneira interdependente, de modo que não é possível delimitar com clareza o domínio das duas orações envolvidas, como acontece na coordenação e na subordinação. Em um período constituído por correlação, duas orações implicam-se mutuamente. Defendem os autores que a correlação articula orações; trata-se, portanto, de um tipo de composição de período composto distinto da coordenação e da subordinação. Acrescentam ainda que

[...] as orações correlatas não devem ser confundidas com as hipotáticas adverbiais, pois essas [sic] não se implicam reciprocamente, por meio de articuladores descontínuos, como ocorre na correlação. [...] nossa tradição gramatical normativa até o presente ignora o fenômeno das orações correlatas, tratando-as como casos de orações adverbiais (Kenedy; Othero, 2018, p. 128).

Esse breve resumo da literatura sobre o assunto (cf. Câmara Jr. (1981), Módolo (1999, 2011, 2016), Azeredo (2008), Rodrigues (2007, 2014) Rosário (2009, 2018, 2024)) mostra, portanto, não haver consenso entre os autores a respeito do tipo de configuração morfossintática que envolve o que se denomina de correlação. Na próxima seção, tratamos da correlação consecutiva conforme apresentada na literatura gramatical brasileira.

| Correlação consecutiva na literatura

As estruturas Consecutivas, conforme mostram as ocorrências (1) e (2), repetidas por conveniência, consideradas pela Gramática Tradicional como subordinadas, são constituídas, na primeira oração, ou por um *intensificador* ou por um *quantificador*, sendo a segunda oração introduzida pela conjunção *que*, conforme se vê nas ocorrências (1) e (2), repetidas aqui por conveniência.

- (1) é verdade, sim. porque, eh, o *animal* é **tão** bonito **que** eh, dá pena vê-lo espetado com o *alfinete*. (CV95:Colecionismo)
- (2) - aí que eu aprendi a jogar buRAco... e a gente gostou **tanto** **que** ficava todo o dia jogando... (DID-POA-45)

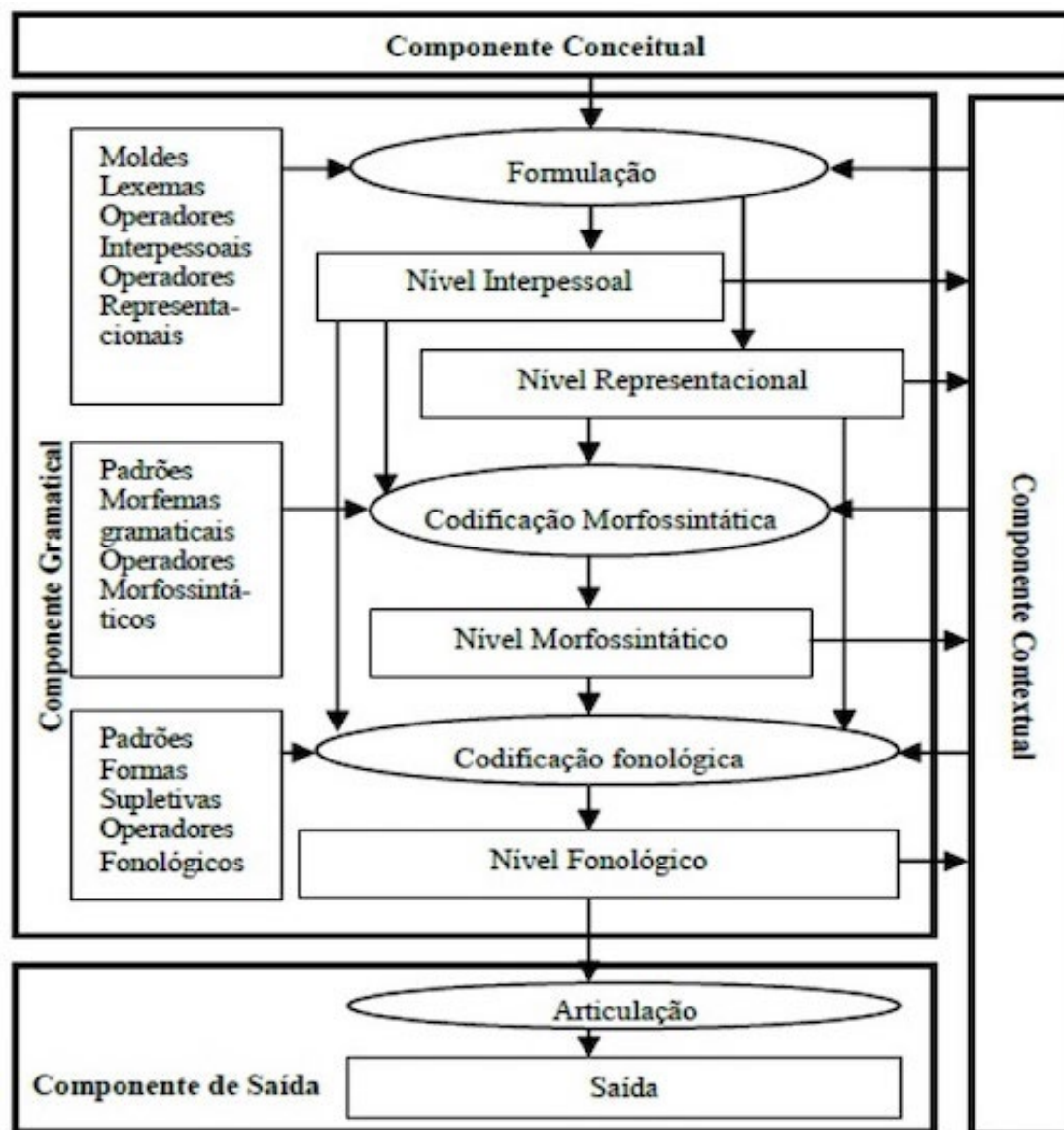
Castilho (2012, p. 390) observa que as consecutivas apresentam uma causa na primeira oração, cuja consequência é expressa na segunda. Rodrigues (2014, p. 136) afirma que, nas orações correlatas consecutivas, a consequência está relacionada à *intensificação* de uma qualidade, de uma propriedade ou da quantidade de um referente expressa na primeira oração. Como se pode notar, essas definições consideram a existência de duas orações mutuamente dependentes formando uma única unidade, ou seja, uma expressão linguística completa.

Diante desse quadro, este trabalho se propõe a analisar a denominada correlação consecutiva formada por *tão/tanto...que*, a fim de contribuir com a discussão sobre as características dessa construção. Para isso, adota o aparato teórico da Gramática Discursivo Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015). Antes de tratar da correlação sob a perspectiva da GDF, será feita uma breve apresentação do modelo e de como as configurações morfossintáticas são vistas nessa perspectiva teórica.

| Correlação na GDF

Hengeveld e Mackenzie (2008) propõem um modelo teórico descendente, em que a construção de um enunciado padrão em situação de interação se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente por que passa a mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o Componente Conceitual fornece a entrada para o Componente Gramatical que, por sua vez, fornece a entrada para o Componente de Saída, em que a mensagem é finalmente articulada. A Figura 1 representa a arquitetura geral do modelo, conforme proposta em Hengeveld e Mackenzie (2008)..

Figura 1. Arquitetura Geral da GDF



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, 13)

O Componente Conceitual é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes, sendo, portanto, a força motriz do componente gramatical como um todo. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém a

descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

Na *formulação*, o Nível Interpessoal (NI) representa a ação linguística do falante de evocar referentes e atribuir propriedades a fim de conseguir seu objetivo comunicativo. Esse nível é constituído de várias camadas hierárquicas: o Movimento (M), o Ato Discursivo (A), a Ilocução (F), o Conteúdo Comunicado (C) e os subatos Referencial (R) e Atributivo (T). O Movimento é a camada mais alta do Nível Interpessoal e consiste numa “contribuição autônoma para uma interação em andamento” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 50, tradução própria²), ou, na definição de Kroon (1995, p. 66, tradução própria), que se baseia em Sinclair e Coulthard (1975), numa “unidade mínima livre do discurso”. Caracterizado por seu efeito perlocutório, ele “é (ou abre a possibilidade de) uma reação”³ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 50). Um Movimento contém um ou mais Atos Discursivos.

O Ato Discursivo é a unidade básica do discurso e corresponde a uma unidade de entonação (Kroon, 1995, p. 65, tradução própria⁴), por isso terá sempre uma Ilocução e, de modo geral, um Conteúdo Comunicado. A ilocução representa uma intenção comunicativa (declarar, questionar, alertar, requerer etc.); já o Conteúdo Comunicado contém tudo o que o Falante deseja evocar na interação com o Ouvinte, seja por meio de Subatos Atributivos para evocar uma propriedade, como *correr, bonito, azul*, seja por meio de Subatos Referenciais, para evocar entidades, como *caderno, cidade, festa, crença, ideia, razão*.

O Nível Representacional (NR) trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas, quer referentes ao mundo extralinguístico que ela descreve, quer aos significados de unidades lexicais. A maior unidade hierárquica é o Conteúdo Proposicional (p), um construto mental, que pode conter um ou mais Episódios (ep - conjuntos de Estados de Coisas). Um Estados de Coisas (e) é estruturado sobre uma Propriedade Configuracional (property – f^c), uma combinação de unidades semânticas sem relação hierárquica entre elas, de modo geral, constituída do predicado e seus argumentos.

Na operação de codificação, o Nível Morfossintático (NM) tem como tarefa tomar o *input* duplo resultante da formulação dos níveis interpessoal e

2 No original: “autonomous contribution to an ongoing interaction”.

3 No original: “is, or opens up the possibility of, a reaction”.

4 No original: “the smallest identifiable units of communicative behaviour. In contrast to the higher order units called Moves, they do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal”.

representacional e fazê-lo emergir em uma única representação estrutural. Igualmente aos níveis da formulação, os níveis da codificação são compostos por camadas hierárquicas: o Nível Morfossintático contém as camadas da Expressão Linguística (*Linguistic Expression* – Le), da Oração (*Clause* – Cl), do Sintagma (*Phrase* – Xp) e da Palavra (*Word* – w), e o Nível Fonológico (NF) contém o enunciado (*Utterance* – U), a Frase Entonacional (*Intonation Phrase* – IP), a Frase Fonológica (*Phonological Phrase* – PP), o pé e a sílaba.

Interessa-nos para o momento as configurações básicas da Expressão Linguística, a camada mais alta do Nível Morfossintático. Esse nível tem a função de codificar as intenções comunicativas do Falante, recebendo, então, a contribuição dos dois níveis de representação mais elevados, o Interpessoal e o Representacional (Keizer, 2015, p. 173).⁵

A Expressão Linguística consiste em um número de unidades de camadas mais baixas (Orações, Sintagmas ou Palavras), mas também pode conter apenas uma dessas unidades, desde que possa ser usada de forma independente (Keizer, 2015, p. 181).⁶ Quando composta por mais de uma unidade, essas unidades não são partes uma da outra, mas podem se combinar de diferentes maneiras, e, nesse caso, a Expressão Linguística pode ser subcategorizada de acordo com sua estrutura interna, produzindo uma série de configurações básicas (*macrotemplates*), a depender de as unidades envolvidas estarem em uma relação de equipolência (ter o mesmo estatuto formal dentro da unidade superior) ou de dependência (Keizer, 2015, p. 303).⁷

A Coordenação, por exemplo, é uma das configurações básicas da Expressão Linguística, composta por duas ou mais Orações, podendo cada uma delas ser utilizada de forma independente (Keizer, 2015, p. 300)⁸, conforme representação em (3) e exemplificação em (4).

(3) (Le₁: [(Cl₁) (Cl_{n-1}) (Gw₁) (Cl_n)]^{Le}) (Keizer 2015, p. 183)

5 No original: “Since the function of the Morphosyntactic Level is to encode the communicative intentions of the Speaker, it receives its input from the two higher levels of representation.”

6 No original: “Linguistic Expressions form the highest layer at the Morphosyntactic Level. They typically consist of a number of lower-layer morphosyntactic units (Clauses, Phrases, or Words), but may also contain just one of these units, provided it can be used independently.”

7 No original: “[...] equipollent units have the same status within a higher unit; e.g. two independent (nuclear) Discourse Acts within a Move (same communicative status) or two coordinated Clauses within a Linguistic Expression (same formal status).”

8 No original: “Coordination (ML): one of the basic configurations (macro-templates) of the Linguistic Expression, consisting of two or more Clauses, each of which can be used independently.”

- (4) a criança pode nascer com qualquer anormalidade, **ou** a criança pode prejudicar a mãe durante o parto... (GB95:Aborto)

A Cossubordinação, outra configuração básica da Expressão Linguística, é composta de duas ou mais Orações (nenhuma sendo parte da outra), mas apenas uma pode ser utilizada de forma independente (Keizer, 2015, p. 301)⁹, cuja representação se encontra em (5) e exemplificação em (6).

- (5) $(Le_i: [^{dep} (Cl_1) (Cl_2)] ^{Le})$ (Keizer, 2015, p. 183)

- (6) não repare não que a jabá foi feita avexada (BR80:Bichinho)

Um fenômeno similar, referido como Extraoracionalidade, consiste na combinação de um Sintagma Nominal e de uma Oração, tal que a Oração, mas não o Sintagma, pode ser usado independentemente (Keizer, 2015, p. 183),¹⁰ conforme representação em (7) e exemplos em (8) e (9).

- (7) $(Le_i: [(Xp_i) (Cl_i)] ^{Le})$ (Keizer, 2015, p. 183)

- (8) agora...**merenda escolar** eu tenho pouca... pouco contato com isso (DID-RJ-328:523)

- (9) - não é perigoso? **o javali** (PT97:BoaPontaria)

A combinação de Sintagmas equipolentes numa Expressão Linguística é denominada **Listagem** (Keizer, 2015, p. 307),¹¹ como representada em (10) e ilustrada em (11).

- (10) $(Le_i: [(Xp_i) (Xp_{n-1}) (Gw_i) (Xp_n)] ^{Le})$ (Keizer 2015, p. 182)

- (11) Cuba em mil novecentos e cinquenta e sete o que é que era? *Reduto de americano; prostituição; contrabando de drogas e miséria.* (BR87:EconomiaSociedade)

É possível ainda a ocorrência de duas orações tão mutuamente dependentes que nenhuma delas pode ser usada independentemente, embora uma não seja

9 No original: "Co-subordination (ML): one of the basic configurations (macrotemplates) of the Linguistic Expression, consisting of two or more Clauses (neither part of the other), only one of which can be used independently.

10 No original: "Extra-clausality: a combination of a Noun Phrase and a Clause, such that the Clause, but not the Noun Phrase, could be used independently."

11 No original: "Listing (ML): one of the basic configurations (macrotemplates) of the Linguistic Expression, consisting of two or more coordinated Phrases."

constituente da outra. Esse processo é denominado **Equiordenação Oracional** (Keizer, 2015, p. 303)¹², e representado em (12) e exemplificado em (13).

(12) $(Le_i: [{}^{dep}(CL_i) {}^{dep}(CL_j)] {}^{Le})$ (Keizer, 2015, p. 183)

(13) *A banana é uma banana **tão** grande **que** não dá pra você comer uma inteira.*
O que a gente chama de banana aqui, a banana deles lá é uma coisa imensa.
(DID-RJ-328)

Já a combinação de Sintagmas mutuamente dependentes, formando uma Expressão Linguística, é denominada **Equiordenação Sintagmática**, conforme representada em (14) e exemplificada em (15)¹³.

(14) $(Le_i: [(Xp_i) (Xp_j)] {}^{Le})$ (Keizer 2015, p. 183)

(15) Quanto mais quente, melhor.

Como já observado, este estudo procura demonstrar que as estruturas denominadas correlatas consecutivas constituem uma configuração básica da Expressão Linguística, denominada de Equiordenação oracional, e se estrutura em torno de conectores descontínuos, com uma parte expressa na primeira unidade sintática e outra parte, na segunda unidade. A próxima seção trata desse tipo de estrutura no português.

| A correlação consecutiva no português

O universo de investigação é composto de dois *corpora* de língua falada, o “Português oral” e o NURC. O primeiro, desenvolvido no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, traz amostragens de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa, em Macau e em Goa e Timor-Leste; o segundo, composto por três tipos de inquérito, Elocuções Formais (EF), Diálogo entre Informante e Documentador (DID) e Diálogo entre dois Informantes (D2), foi elaborado a partir de entrevistas com informantes adultos cultos de cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). Nesse universo, foram encontradas 127 ocorrências compostas por *tão/tanto...* na primeira unidade e *que* introduzindo a segunda unidade, conforme distribuídas

12 “Clausal equiordination (ML): one of the basic configurations (macrotemplates) of the Linguistic Expression, consisting of two mutually dependent units of the same type, i. e. two Clauses.”

13 “Phrasal equiordination: one of the basic configurations (macrotemplates) of the Linguistic Expression, consisting of two mutually dependent units of the same type, i.e. two [...] Phrases.” (Keizer, 2015, p. 303,).

na Tabela 1. A Tabela 1 mostra que a correlação consecutiva, corroborando os resultados de Nascimento (2024, p. 136), **é majoritariamente (107/84,2%)** expressa por *tão...que*, sendo apenas 20, ou seja, 15,7% do total expressa por meio de *tanto...que*.

Tabela 1. Ocorrências dos tipos de consecutiva em cada cópua

	PF: variedades		NURC		Total	
	n.	%	n	%	n	%
Tão...que	2	1,8	105	98,1	107	84,2
Tanto...que	4	20	16	80	20	15,7
Total	6	4,7	121	95,2	127	99,9

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de investigar a motivação desse resultado, cada ocorrência é, então, analisada de acordo com critérios que perpassam os quatro níveis do Componente Gramatical (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico), conforme resumido no Quadro 1.

Quadro 1. Critérios de análise das ocorrências com *tão/tanto ...que*

NI	1.	Unidades: Ato Discursivo (A), Conteúdo Comunicado (C)
	2.	Ilocução: D, I, M, E, /
	3.	Unidades relacionadas: Conteúdos Comunicativos (C-C); Subatos (R-T)
NR	4.	Camada hospedeira: p, ep, e, f ^c
	5.	Categoria semântica das unidades envolvidas: p, ep, e, f ^c , x, l, t, m, q, r.
	6.	Escopo do intensificador/quantificador: propriedade (f), entidade (x).
NM	7.	Camadas envolvidas: Expressão Linguística (Le) (Oração (Cl); Sintagma (Xp)).
	8.	Tipo de intensificador: <i>tão</i> (ã), <i>tanto</i> (n)
	9.	Unidades relacionadas: orações (Cl-Cl), sintagmas (Xp-Xp), palavras (Xw-Xw), híbrido (Cl-Xp; Cl-Xw; Xp-Cl; Xp-Xw; Xw-Xp).
	10.	Posição do intensificar: pré ou pós-nuclear.
NF	11.	Camada: Enunciado (U); Frase Entonacional (IP); Frase Fonológica (PP).
	12.	Eventos entonacionais no limite das duas unidades combinadas: f, r, l, h.

Fonte: Elaboração própria

No Nível Interpessoal, o objetivo do primeiro critério é determinar se cada unidade constitui um Ato Discursivo independente ou se a combinação das

unidades constitui um único Ato Discursivo. O critério 2. – Ilocução – tem o objetivo de verificar se qualquer Ilocução básica (Declarativa, Interrogativa, Exclamativa, Imperativa) permite construções de correlação consecutiva. O terceiro critério – unidades relacionadas – tem como objetivo determinar se a relação ocorre entre Conteúdos Comunicados ou entre unidades do Conteúdo Comunicado, ou seja, entre Subatos.

Considerando que, no Nível Representacional, a relação que se estabelece entre as unidades é de causa-consequência, o critério 4. verifica a camada desse nível que abriga a relação. No critério 5., determina-se a categoria semântica das unidades envolvidas (p, ep, e, f^c, x, l, t, m, q, r), ficando o critério 6. reservado para se identificar o escopo do intensificador/quantificador na primeira unidade.

O critério 7., por sua vez, estabelece a camada do Nível Morfossintático em que ocorre a combinação das unidades. O tipo de intensificador/quantificador é identificado no critério 8., reservando-se o critério 9. para determinar a posição assumida pelo intensificador/quantificador com relação ao seu núcleo.

Os critérios 11. e 12. referem-se ao Nível Fonológico e têm como objetivo, respectivamente, verificar a camada da construção e a existência de eventos entonacionais no limite das duas unidades combinadas.

Os resultados mostram que as construções formadas pelos conectores – *tão...que* e *tanto...que* – compartilham propriedades comuns, descritas na seção seguinte, mas diferem em alguns pontos, conforme apresentados na seção posterior.

| Caracterização das correlatas consecutivas

Os resultados da análise revelam que o conjunto das duas unidades combinadas constitui uma única unidade de entoação, ou seja, um único Ato Discursivo, com uma única ilocução. Não é possível a aplicação de ilocuições diferentes às duas unidades que compõem a expressão linguística como um todo. Se se aplicar a ilocução interrogativa, por exemplo, seu escopo atinge todo enunciado, conforme demonstra (16), uma pergunta meditativa.

- (16) será que o sentimento é TÃO FORTE que impede que a pessoa ra-cio-cine direito? (D2-RE-27)

Há o predomínio da ilocução Declarativa e muitas vezes essa ilocução não pode ser alterada, conforme se observa nas paráfrases de (1) e (2), repetidas por conveniência em (17) e (18):

(17) porque, eh, o *animal* é **tão bonito** **que** eh, dá pena vê-lo espetado com o alfinete.
(CV95:Colecionismo)

(17a) *porque, o *animal* é **tão bonito?** **Que** dá pena vê-lo espetado com o alfinete

(18) aí que eu aprendi a jogar buraco... e a gente gostou **tanto** **que** ficava todo o dia jogando... (DID-POA-45)

(18a) *aí que eu aprendi a jogar buraco... e a gente gostou **tanto** [**que** ficava todo o dia jogando?]

Um outro aspecto pragmático a ser observado é que a construção como um todo é enfática (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 66, tradução própria¹⁴), visto que a não expressão do (de uma parte do) operador altera o conteúdo comunicativo da expressão linguística, conforme mostram as paráfrases em (b) e (c), de cada uma das ocorrências, mudando sensivelmente a informação comunicativa pretendida.

(17) porque, eh, o *animal* é **tão bonito** **que** eh, dá pena vê-lo espetado com o alfinete.
(CV95:Colecionismo)

(17b) *o *animal* é bonito, dá pena vê-lo espetado com o alfinete

(17c) ?o *animal* é bonito, **que** dá pena vê-lo espetado com o alfinete

(18) aí que eu aprendi a jogar buraco... e a gente gostou **tanto** **que** ficava todo o dia jogando... (DID-POA-45)

(18b) aí que eu aprendi a jogar buRAco... e a gente gostou **tanto** ficava todo o dia jogando...

(18c) ?aí que eu aprendi a jogar buRAco... e a gente gostou **que** ficava todo o dia jogando...

Essa constatação sugere a existência de um único Ato Discursivo contendo dois Conteúdos Comunicados relacionados enfaticamente. Desse modo, a correlação consecutiva tem a representação genérica no Nível Interpessoal em (19), que, instanciada nas ocorrências usadas como exemplo, fica como (17d) e (18d).

14 No original: "Emphasis is thus the result of the Speaker's intensification of a Discourse Act. This applies irrespective of the nature of the Illocution, and hence can apply equally to Declarative, Interrogative, or Imperative".

- (19) (**emph** A_i: [(F₁: DECL) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(C₂) (C₃)]^{C1})]^A)
- (17d) (**emph** A_i: [(F₁: DECL) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(C₂ –o animal é tão bonito– C₂) (C₃ –que dá pena vê-lo espetado com o alfinete– C₃)^{C1})]^A)
- (18d) (**emph** A_i: [(F₁: DECL) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(C₂ –a gente gostou tanto – C₂) (C₃ –que ficava todo o dia jogando– C₃)^{C1})]^A)

No Nível Representacional, o conjunto constitui um único Conteúdo Proposicional, em que são combinadas duas unidades, sendo a primeira indicativa da Causa que desencadeia a Consequência expressa na segunda unidade. A relação entre as duas unidades é, portanto, semântica.

Essa relação, de modo geral, ocorre entre dois Estados de Coisas, entidades localizáveis no espaço e no tempo (relativo), que podem ou não ser reais, ou seja, podem (ou não) acontecer em um determinado momento e lugar (Keizer 2015, p. 124, tradução própria¹⁵). No caso das consecutivas, os dois Estados de Coisas se caracterizam pela unidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduo (x), o que indica tratar-se de um Episódio (Keizer, 2015, p. 117, tradução própria¹⁶), ou seja, no Nível Representacional, a construção consecutiva, constitui um Episódio, conforme mostra a representação genérica em (20), e instanciada em (17e) e (18e) respectivamente, nas ocorrências usadas para exemplificação.

- (20) (ep_i: [(e₁:) _{Cause} (e₂) _{Conseq}]^{ep})
- (17e) (pres ep_i: [(e₁: –o animal é tão bonito–) _{Cause} (e₂: –que dá pena vê-lo espetado com o alfinete –) _{Conseq}]^{ep})
- (18e) (pass ep_i: [(e₁: –a gente gostou tanto–) _{Cause} (e₂: –que ficava todo o dia jogando–) _{Conseq}]^{ep})

Como se observa, a ocorrência (15) apresenta correlação temporal entre os dois Estados de Coisas (presente do indicativo) e o mesmo Indivíduo (*animal*). Em (16), a correlação é no pretérito (*gostou/passava*) e os Indivíduos são *a gente* e *buraco*.

Com relação ao escopo do intensificador/quantificador, os resultados da Tabela 2 mostram que, de modo geral (96,06%/122), *tão* e *tanto* operam sobre

15 No original: “States-of-Affairs are entities that are located in place and (relative) time, and which may be real or non-real. They may, in other words, happen (or not happen) at a particular time and place.”.

16 No original: “The second highest layer at the Representational Level is that of the Episode, which is defined as a thematically coherent combination of States-of- Affairs characterized by unity of Time (t), Location (l), and Individuals (x)”.

propriedades (f) (adjetivais, adverbiais, verbais ou nominais), e, em menor número (3.9%/5), sobre quantidade.

Tabela 2. Escopo do intensificador/quantificador

	Escopo	n.	%
Intensificador/ Quantificador	f _A	98	77,1
	f _{Adv}	4	3,1
	f _v	13	10,2
	f _q	3	2,3
	f _n	4	3,1
	q	5	3,9
Total		127	99,7

Fonte: Elaboração própria

Servem de exemplo as ocorrências (21), (22), (23) e (24), cujo escopo respectivamente se refere a propriedade adjetival, adverbial, verbal e nominal, e a ocorrência (25) que mostra um caso de intensificador atuando sobre a categoria semântica quantidade.

- (21) o trânsito estava **tão emperrado** **que** eu resolvi saltar e ficar no hotel que estava ali em frente onde nós estávamos, (DID-RJ-206)
- (22) nós estávamos **tão longe** da terra **que** levamos quarenta e oito horas navegando sem enxergar a terra... (DID-RJ-112)
- (23) eu **sofri tanto** **que** até hoje em dia ressinto esse sofrimento de dois meses só que me concederam e que eu tinha que retomar o, o meu trabalho. (Moçambique 97: Maternidade)
- (24) eles tinham **tanto respeito**... pela paisagem... **que** a intenção era implantar... seus elementos suas construções seus volumes sem alterar... o terreno... (EF-RE-341)
- (25) eu conheci de, o Louvre, esses lugares turísticos, que eu fui com **tão pouco** tempo **que** eu só vi mesmo as coisas principais, né? (DID-RJ-348)

No Nível Morfossintático, as duas unidades combinadas na construção consecutiva são mutuamente dependentes, embora nenhuma seja constituinte da outra, compondo assim uma única Expressão Linguística, a camada mais alta desse nível. Essa estrutura majoritariamente é composta por duas Orações, conforme se representa genericamente em (26), e instanciada em (17f) e (18f).

- (26) (Le_i: [^{dep} (CL_i) ^{dep}(CL₂)] Le)

(17f) $Le_i: [^{dep}(Cl_i: -o \text{ animal é tão bonito-}) ^{dep}(Cl_2: -que \text{ dá pena vê-lo espetado com o alfinete-})] ^{Le}$

(18f) $(Le_i: [^{dep}(Cl_i: -a \text{ gente gostou tanto-}) ^{dep}(Cl_2: -que \text{ ficava todo o dia jogando-})] ^{Le})$

Há, no entanto, dois casos, (27) e (28), em que se tem um sintagma adjetival seguido de uma oração. Nesses casos há a repetição de um sintagma (alterado ou não) enunciado anteriormente, que semanticamente constitui o predicado nominal da predicação de um lugar.

(27) todavez então que essa constante não é muito afetada por valores extremamente grandes... **tão** grandes **que** a gente pode... considerar como constante... a gente ENGLOBA esse número aqui... nessa constante... e passamos a usar Kapa b vezes essa concentração de A xis B ípsilon... (EF-RJ-251)

(28) Doc: exato. a gente fica perguntando as coisas óbvias, que você ficou em dúvida L: **tão** óbvia **que** eu fico em dúvida mesmo. (risos) (DID-RJ-227)

Nas construções consecutivas, atua o *Princípio de Iconicidade*, um dos princípios gerais que maximizam o paralelismo entre os níveis, estabelecendo uma relação direta entre função (Formulação) e forma (Codificação). Esse princípio resulta numa relação direta entre a ordem em que as unidades interpessoais e representacionais aparecem nos níveis de formulação e a ordem linear em que essas unidades são expressas. Assim a unidade que exprime a Consequência posiciona-se sempre depois da Causa: Causa>Consequência (Keizer, 2015, p. 173, tradução própria ¹⁷).

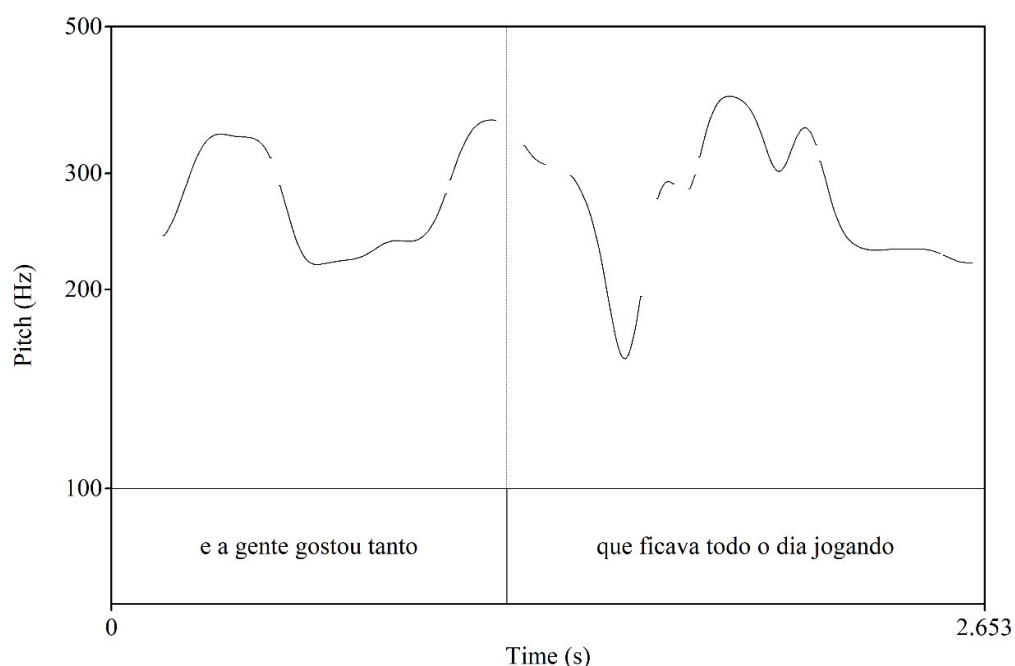
O conjunto das duas unidades combinadas constitui, no Nível Fonológico, um Enunciado (U), formado por duas Frases Entonacionais (IP), conforme representação fonológica não instanciada em (29), e instanciada em (18g) da ocorrência (18), tomada para exemplificação e representada graficamente na Figura 2.

(29) $(U: [(IP_1) (IP_2)] ^U)$

(18g) $(U: [(IP: / e \text{ a gente gostou tanto} / ^{IP}) (IP: / \text{ que ficava todo o dia jogando} / ^{IP})] ^U)$

17 No original: “Languages around the world seem to be governed by a number of general principles that maximize the parallelism between the levels by establishing a direct relation between function (Formulation) and form (Encoding). The first of these principles is that of iconicity, which results in a direct relation between the order in which interpersonal and representational units appear at the formulation levels and the linear order in which these units are expressed”.

Figura 2. F_0 de *e a gente gostou tanto que ficava todo o dia jogando*



Fonte: Tojeira-Ramos (2023, p. 15)

Nesse enunciado, as Frases Entonacionais são delimitadas por meio de um tom de continuidade, caracterizado por um contorno medial continuativo que associa um tom levemente ascendente à fronteira direita da primeira Frase Entonacional, indicativa de Causa, sendo seguida pela segunda Frase entonacional, indicativa da Consequência, delimitada por pausas longas intencionais (Keizer, 2015, p. 257), formando um contorno entonacional descendente, que sinaliza o término do Enunciado.

Até aqui demonstramos as propriedades que caracterizam a correlação consecutiva. Fica, no entanto, uma questão: por que há, no português, duas formas distintas para caracterizar uma única função? É o que veremos na seção a seguir.

| Particularidades de cada par correlativo

O levantamento de dados revela que cada uma das construções – *tão...que* e *tanto...que* –, no entanto, apresenta peculiaridades que passamos a descrever.

| Tão... que

Como já observado, foram coletados 107 casos de correlativas expressas por *tão... que*, o que corresponde a 84,2% do total de 127 ocorrências de correlação consecutiva. Os dados revelam que a correlação consecutiva expressa por **tão ... que**, além das propriedades interpessoais e representacionais já apontadas na seção anterior, tem como particularidade o fato de *tão* sempre intensificar uma Propriedade lexical. Em outras palavras, no Nível Representacional, o intensificador *tão* escopa um predicado nominal, conforme resume a Tabela 3.

Tabela 3. Escopo do intensificador *tão*

	Escopo	n.	%
Tão...que	f _A	99	92,5
	q	5	4,6
	f _{Adv}	3	2,8
Total		107	99,9

Fonte: Elaboração própria

Como se vê, *tão* preferencialmente (91,5%) age sobre propriedades adjetivais, conforme exemplifica (30), podendo, no entanto, em menor número operar sobre a categoria semântica quantidade (4.6%), exemplificada em (31), e sobre propriedades adverbiais (2,8%), conforme (32).

- (30) *as chamadas estavam tão **altas** que estava na alTura do meu apartamento... meu apartamento é no quinto andar ... chama...chama e:... fumaça pre:ta né? (D2-RE-299)*
- (31) *é um assunto que me interessa tão **pouco** que vai ser muito difícil informar alguma coisa a respeito. (DID-RJ-45)*
- (32) *nós estávamos tão **longe** da terra que levamos quarenta e oito horas navegando sem enxergar a terra. (DID-RJ-112)*

Desse modo, a representação semântica de (30) é como em (30a), em que o operador *tão* atua sobre a propriedade lexical *alta*.

- (30a) (past ep₁: [(e₁: [(intens f₁: alta) (x₁: -as chamadas-) _U)] ^e]_{Cause} [(e₂: [(f₂: - na altura do meu apartamento-) (x₁) _U)] ^e]_{Conseq}]_{ep})

Por ser operador¹⁸ de uma propriedade nominal, o intensificador, representado por *tão* no Nível Morfossintático, posiciona-se, em 100% dos casos, antes do

¹⁸ Operador constitui um tipo de primitivo, disponível durante as operações de Formulação e de Codificação, que representa informação gramaticalmente expressa sobre a camada como um todo (Keizer, 2015, p. 31).

núcleo, e compõe, juntamente com *que*, um morfema descontínuo, sendo então representado nesse nível como em (30b).

(30b) (Le₁: [^{dep} (CL₁: [(Np –as chamas–)_{Subj} (Vw: –tavam–) (Gw: tão) (Aw: alta)^{Cl}] ^{dep}(CL₂: [(GW: que) (Vw: estava) (Adp –na altura do meu apartamento–)^{Cl}] Le)

Tanto (...) que

Como já destacado, foram coletados 20 casos de correlativas expressas por *tanto... que*, o que corresponde a 15,7% do total de 127 ocorrências de correlação consecutiva. Os dados revelam que a correlação consecutiva expressa por *tanto ... que*, além das propriedades interpessoais e representacionais apontadas anteriormente, tem como particularidade o fato de *tanto* sempre intensificar, no Nível Representacional, uma propriedade lexical, conforme resume a Tabela 4.

A correlação com *tanto ... que*, no entanto, diferentemente de *tão...que*, caracteriza-se pelo fato de *tanto* agir majoritariamente (65%) sobre uma Propriedade Verbal, indicando grau, como exemplificam (33) e (34), em que *tanto* escopa respectivamente *preocupa* e *impressionou*. A representação semântica de (33) encontra-se em (33a).

Tabela 4. Escopo do intensificador *tanto*

	Escopo	n.	%
Tanto que	f _v	13	65
	f _n	4	20
	f _q	3	15
Total		20	100

Fonte: Elaboração própria

- (33) *aquilo me **preocupa** tanto que não vale a pena, certo?* (DID-RJ-227)
- (34) *em casa tinha uma tia que jogava no bicho... e nunca conseguia vencer e **aquilo me impressionou** tanto na infância... que eu desisti e nunca me interessei por bicho... absolutamente...* (D2-RJ-374)
- (33a) (pres ep₁: [(e₁: [(**intens** f₁: preocupa) (x₁)_A (x₂)_U)^e]]_{Cause} [(e₂: [(f₂: –não vale a pena–)^e]]_{Conseq}]^{ep})

Além de operar sobre uma propriedade verbal, *tanto* pode também agir sobre uma propriedade nominal, em apenas 20% dos casos, conforme exemplifica (35), cuja representação semântica encontra-se em (35a).

(35) então lá no caso dos gregos... quando eles... ocuparam a acrópole... *eles tinham tanto **respeito**... pela paisagem... que a intenção era implantar... seus elementos suas construções seus volumes sem alterar... o terreno...* (EF-RE-341)

(35a) (pass ep₁: [(e₁: [(f₁: tinham) (x_{1A}: (**intens** x₂: -respeito pela paisagem-))_U]^e)]_{Cause} [(e₂: - a intenção era implantar seus elementos suas construções seus volumes sem alterar o terreno-)_{Conseq}]^{ep})

Esses resultados mostram ainda que as formulações do Nível Representacional se refletem na linearização (ordenação) no Nível Morfossintático. Quando, no Nível Representacional, opera sobre um predicado verbal, *tanto*, no Nível Morfossintático, assume a posição depois do núcleo, numa relação que se volta para trás, conforme se representa a ocorrência (33) em (33b).

(33b) (Le₁: [^{dep} (CL₁: [(Np₁: (Nw₁: aquilo)_{Subj} (Np₂: (Nw₂: me)_{Obj} (Vp₁: [(Vw: -preocupa-)^{vp} (Gw₁: **tanto**) -)_{Cl}])^{dep} (CL₂: -**que** não vale a pena-)_{Cl}])^{Le}]

Já quando quantifica um lexema nominal, a palavra gramatical *tanto* se posiciona antes do núcleo do sintagma nominal, numa relação que aponta para a frente, sendo, então, representado morfossintaticamente como em (34b).

(34b) (Le₁: [^{dep} (CL₁: [(Np₁: (Nw₁: eles)_{Subj} (Vp₁: -tinham-)^{vp} (Np₂: (Gw₁: **tanto**) (Nw: -respeito pela paisagem-)_{Np}]_{Obj}]_{Cl}])^{dep} (CL₂: -**que** a intenção era implantar seus elementos suas construções seus volumes sem alterar o terreno-)_{Cl}])^{Le})

As ocorrências (35), (36) e (37) apresentam, todavia, um problema para a análise de *tanto* que como operador descontínuo.

(35) porque hoje em dia os assaltos são **tantos** que a pessoa tendo o hábito do cheque pelo menos se livra de umas tantas coisas. Mas eu não tenho esse hábito, eu levo mesmo é dinheiro e vou pagando, sabe? (DID-RJ-140)

(36) foi foi bárbara foi medo::nha a gripe... éh::: as pessoas eram::... até:: enterradas até semi-vivas... alguns semi-vivas... e diziam então que *nos hospitais eram **tan::to tanto tanto** que dava-se o chá da meia-noite...* ((risos do documentador)) (D2-SP-396)

(37) Inf. (ela disse) “veja só como está subindo pelas minhas pernas ... piolho de galinha” mas era **tanto** que se... *noTAVA... uma mancha preta subindo nas pernas de minha senhora...* ela disse “e agora?” eu digo “ah vamos pro hotel” “mas daí (vamos) emPEStear o hotel?” digo “não” ... (DID-SP-208:340)

Nessas ocorrências, *tanto*, indicando quantidade, é o próprio predicado, o que lhe dá o estatuto lexical e, conseqüentemente, tira-lhe a categoria de operador. Essa discussão, no entanto, pela complexidade, demanda um espaço maior que não cabe aqui e agora, ficando, portanto, para uma outra oportunidade.

| Conclusões

Como fica demonstrado com a análise dos dados, as duas unidades que compõem as construções consecutivas expressas por *tão/tanto...que* se caracterizam pragmaticamente por constituírem um único Ato Discursivo, com locução Declarativa, contendo dois Conteúdos Comunicados ligados enfaticamente. No Nível Representacional, as duas unidades constituem um Episódio, com dois Estados de Coisas numa relação de Causa-Consequência, estabelecida por operador de quantificação (q), indicando grau ou quantidade (intensificador/quantificador), cujo núcleo é sempre uma propriedade verbal ou nominal, pertencente à primeira unidade.

Essas propriedades pragmáticas e semânticas são codificadas, no Nível Morfossintático, por meio de duas orações dependentes, ligadas por um morfema descontínuo, composto de uma palavra gramatical (*tão* ou *tanto*), que se expressa na primeira oração dependente, e invariavelmente pela palavra gramatical *que*, expressa no início da segunda oração dependente. A posição do quantificador/intensificador é sempre antes ou depois do núcleo. As duas orações interdependentes constituem juntas uma Expressão Linguística com a configuração de Equiordenação oracional.

No Nível Fonológico, as duas unidades formam um Enunciado, e cada unidade constitui uma Frase Entonacional, com um tom ascendente na fronteira entre elas, conforme anteriormente demonstrado na Figura 2.

Os resultados mostram, ainda, que o que diferencia as duas construções consecutivas aqui analisadas é o tipo de entidade semântica que cada operador especifica:

- o intensificador *tão* opera sobre uma Propriedade Adjetival/Adverbial, posicionando-se antes dela;
- o quantificador *tanto*, ao atuar sobre uma Propriedade Verbal, assume a posição depois do predicado; já quando quantifica um indivíduo, posiciona-se antes do núcleo nominal.

O objetivo deste estudo foi, portanto, alcançado. Demonstramos que as estruturas denominadas correlatas consecutivas constituem uma configuração básica da Expressão Linguística, conforme propõe a GDF. Trata-se de Equiordenação oracional, uma vez que consiste em duas Orações mutuamente dependentes pertencentes à mesma Expressão Linguística (Keizer, 2015, p. 303), e se estrutura, em princípio, em torno de conectores descontínuos, com uma parte expressa na primeira unidade sintática e outra parte, na segunda na unidade.

| Agradecimentos

Ao CNPq, pelo suporte financeiro na forma de Bolsa de Pesquisa (Proc. 305603/2021-3), e ao aluno Juan Tojeira-Ramos, pelo levantamento das ocorrências nos dois *corpora* mencionados, com bolsa de IC/FAPESP/Proc. 2020/15623-7, a quem expresso meus sinceros agradecimentos. Sou grata também aos pareceristas anônimos que, com suas sugestões e observações, contribuíram para a melhoria do texto que ora se apresenta.

| Referências

- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CAMARA Jr., J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- GARCIA, O. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KEIZER, E. **A Functional Discourse Grammar for English**. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

KENEDY, E.; OTHERO, G. de Á. **Para conhecer sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2018.

MÓDOLO, M. As construções correlatas. *In*: NEVES, M. H. M. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2016. vol. 5. p. 191-203.

MÓDOLO, M. Tentativa de fixar uma tipologia sintática para as sentenças correlatas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40 (1), p. 459-469, 2011.

MÓDOLO, M. **Correlação: Estruturalismo versus Funcionalismo**. (Pré) publications: forskning og undervisning. Danmark: Romansk Institut, Aarhus Universitet, 1999.

NASCIMENTO, M. C. S. do. Correlação consecutiva. *In*: ROSÁRIO, I. C. (org.). **Correlação em língua portuguesa**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2024.

OITICICA, J. **Manual de estilo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1959.

RODRIGUES, V. V. Em foco a correlação. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 122-139, 2014.

RODRIGUES, V. V. Correlação. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSÁRIO, I. C. **Construções aditivas: uma análise funcional**, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/jjGKej>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ROSÁRIO, I. da C. do. Construções correlatas aditivas são estruturas de coordenação? *In*: CUNHA, M. A. F. da; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. (org.). **Variação e mudança em perspectiva construcional**. Natal: EDUFRN, 2018.

ROSÁRIO, I. C. (org.). **Correlação em língua portuguesa**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2024.

TOJEIRA-RAMOS, J. P. **Relatório Científico Final do projeto de pesquisa** “Construções correlatas consecutivas na gramática do português: uma perspectiva discursivo-funcional”. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Proc. Nº. 2020/15623-7) 2023.

Como citar este trabalho:

PEZATTI, Erotilde Goreti. A correlação consecutiva *tão/tanto... que*, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 265-290, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

Literatura e fronteira sob a perspectiva translíngua no conto “Los Desterrados” de Horacio Quiroga

Jorgelina TALLEI¹

Juliana Medeiros de FARIAS²

1 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil;
| jtallei@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-8486-0881>

2 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil;
| juliana3direc@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0006-3569-5342>

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os conceitos de fronteira e translinguagem a partir de uma análise do conto “Los Desterrados” (1926) do escritor Horacio Quiroga. Nesta perspectiva, procuramos analisar a constituição do espaço de fronteira representado na obra como elemento fundamental para a compreensão do ser e estar dos indivíduos que ali vivem. Para tanto, entendemos que é de suma importância ressaltar o conceito de transculturação (Rama, 2008) como objeto da transformação cultural que resulta do contato entre duas culturas diferentes (a argentina, em particular a cultura da chamada selva missioneira, e a brasileira, em particular a chamada de fronteira) e entre suas línguas, respectivamente, português e espanhol. Tomando como base o preceito de que a compreensão da literatura é indissociável da compreensão da sociedade, este trabalho tem também um foco direcionado ao translinguismo ao pensar as questões linguísticas como práticas locais por meio das quais os sujeitos agem no mundo, mais especificamente considerando oportunhol como representativo da consolidação de uma identidade fronteiriça. Para isso, o marco teórico se fundamenta nos seguintes autores: Anzaldúa (1987), Kusch (1989), com a teoria do domicílio existencial; o conceito de translinguismo será tomado especialmente de autores como Canagarajah (2013) e, finalmente, o conceito de transculturação de Rama (2008).

Palavras-chave: Fronteira. Translinguismo. Transculturação. Oportunhol.

Literatura y fronteras desde una perspectiva translingüística en el cuento “Los Desterrados” de Horacio Quiroga

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar acerca de los conceptos de frontera y lengua a partir de un análisis del cuento “Los Desterrados” de Horacio Quiroga. Desde esta perspectiva, se tomará en consideración la constitución del espacio fronterizo representado en la obra como elemento fundamental para comprender el ser de los individuos que allí habitan. En este sentido, es de suma importancia resaltar la transculturación como un proceso de transformación cultural resultante del contacto entre dos culturas diferentes, a saber, la brasileña y la argentina, y entre sus lenguas, respectivamente, el portugués y el español. Partiendo del precepto de que comprender la literatura es inseparable de comprender la sociedad, este trabajo también tiene un importante enfoque en el translingüismo al considerar las

cuestiones lingüísticas como prácticas locales a través de las cuales los sujetos actúan en el mundo, más específicamente, el portuñol como representativo de la consolidación de una identidad fronteriza. Para ello, el marco teórico se fundamenta en los siguientes autores: Anzaldúa, 1987; Kusch, 1989, con la teoría del domicilio existencial; el concepto de translingüismo será tomado especialmente de autores como Canagarajah, 2013; finalmente, el concepto de transculturación de Rama, 2008.

Palabras clave: Frontera. Translingüismo. Transculturación. Portuñol.

1. Introdução

Horacio Silvestre Quiroga Forteza nasceu em Salto/Uruguai em 1878, mas viveu grande parte de sua vida em Misiones/Argentina, região retratada em sua obra literária, a qual trata de temas relacionados à selva; inclusive, na passagem introdutória da obra que analisaremos neste trabalho: “Misiones, como qualquer região fronteira, é rica em personagens pitorescos. Eles tendem a ser extraordinariamente aqueles que, como bolas de bilhar, nascem com efeito. Eles costumam tocar a banda e seguir os caminhos mais inesperados” (Horacio Quiroga, 1926, p. 47, tradução própria³).

O conto “Los Desterrados” também leva o nome do título do livro em que foi publicado em 1926, juntamente com outros sete contos; é um texto intenso, no qual a ficção e a realidade se entrelaçam não somente pela narração e a história mas, principalmente, pela forma como a narrativa se desenvolve, a partir de seu personagem principal: o desterro. A partir desse elemento, são apresentados os personagens João Pedro e Tirafogo, dois brasileiros foragidos, representando os povos que habitaram a região. Fala-se de imigrantes que não pertencem às terras, mas que a povoaram. Eles são desterrados, porém são os primeiros a habitarem a região, ou seja, podem ser considerados mais nativos do que os sujeitos nascidos ali posteriormente.

Evidencia-se uma tensão entre o “selvagem” e o “civilizado”, ao passo em que são abordadas mudanças ocorridas na região, envolvendo questões sociais e políticas pela narração literária dos causos na vida dos personagens. Ao final, os exilados, já “velhos”, não se reconhecem, mas compartilham um desejo de regresso à terra natal. A partir de então, a trama finaliza com a aventura da viagem de volta ao Brasil, em que, em determinado momento, acabam por se

3 No original: “Misiones, como toda región de frontera, es rica en tipos pintorescos. Suelen serlo extraordinariamente aquellos que, a semejanza de las bolas de billar, han nacido con efecto. Tocaban normalmente banda, y emprenden los rumbos más inesperados” (Horacio Quiroga, 1926, p. 47).

perderem na selva, mas descrevem a chegada ao destino sonhado “no último piscar de olhos”.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de leituras do conto que vamos analisar, este artigo propõe uma reflexão que relaciona os conceitos de fronteira e suas representações a partir das perspectivas literárias sob a ótica do translinguismo (Canagarajah, 2013) e do conceito de transculturação (Rama, 2008).

Para iniciar a discussão, consideremos a Quiroga como autor de fronteira, uma vez que parte considerável de sua vida se passou na região fronteiriça de Misiones, onde se passa também a narrativa de “Los Desterrados” e onde o autor escreve. Portanto, o conto aqui analisado será pensado como um trabalho realizado no nível da cosmovisão (Rama, 2008), por uma maneira subjetiva de ver e entender o mundo; neste caso o ser e estar na fronteira. Seguindo essa linha de pensamento, observamos, também, o nível da língua, relacionando a transculturação às questões do translinguismo na obra. Embora, é importante salientar que estes conceitos são atuais e a reflexão aqui realizada é inicial, forma parte de uma pesquisa de mestrado, portanto, muitas questões poderão ser debatidas e/ou ampliadas a partir de nossa discussão inicial.

Posto isso, o presente trabalho leva em consideração, inicialmente, a constituição do espaço de fronteira representado na obra como elemento fundamental para a compreensão do ser e estar dos indivíduos que ali vivem. Ademais, pontua sobre o conceito de fronteira para relacioná-lo ao autor e, finalmente, analisa a questão da linguagem antes apontada. Para subsidiar a análise aqui proposta, é essencial a revisão de teorias crítico-literárias. Para isso, nos baseamos no conceito de fronteira (Anzaldúa, 1987), na teoria do domicílio existencial (Kuch, 1989), no conceito de dialogismo (Bakhtin, 1988), e de translinguismo (Canagarajah, 2013) e, finalmente, no conceito de transculturação (Rama, 2008)

2. Fronteira mais que espaço: o ser e estar dos indivíduos

A selva, em sua constituição, é um lugar de difícil acesso que, ao configurar-se como zona de fronteira, abre espaços também para um vasto intercâmbio e encontros de caráter marginal. É a partir deste entendimento que observamos a obra literária em evidência como um espaço vivo e em constante movimento. Muito além do limite territorial geográfico, a fronteira diz respeito aos universos culturais, sociais, políticos e históricos. Portanto, levando em consideração suas influências sociais e culturais, a ideia de fronteira aqui empregada aponta para um posicionamento estético e de classe, uma vez que evidencia imagens

projetadas a partir de um lugar de fala situado à margem: o ser e estar dos personagens João Pedro e Tirafogo. Para Anzaldua (1987, p. 47, tradução própria⁴), a fronteira é:

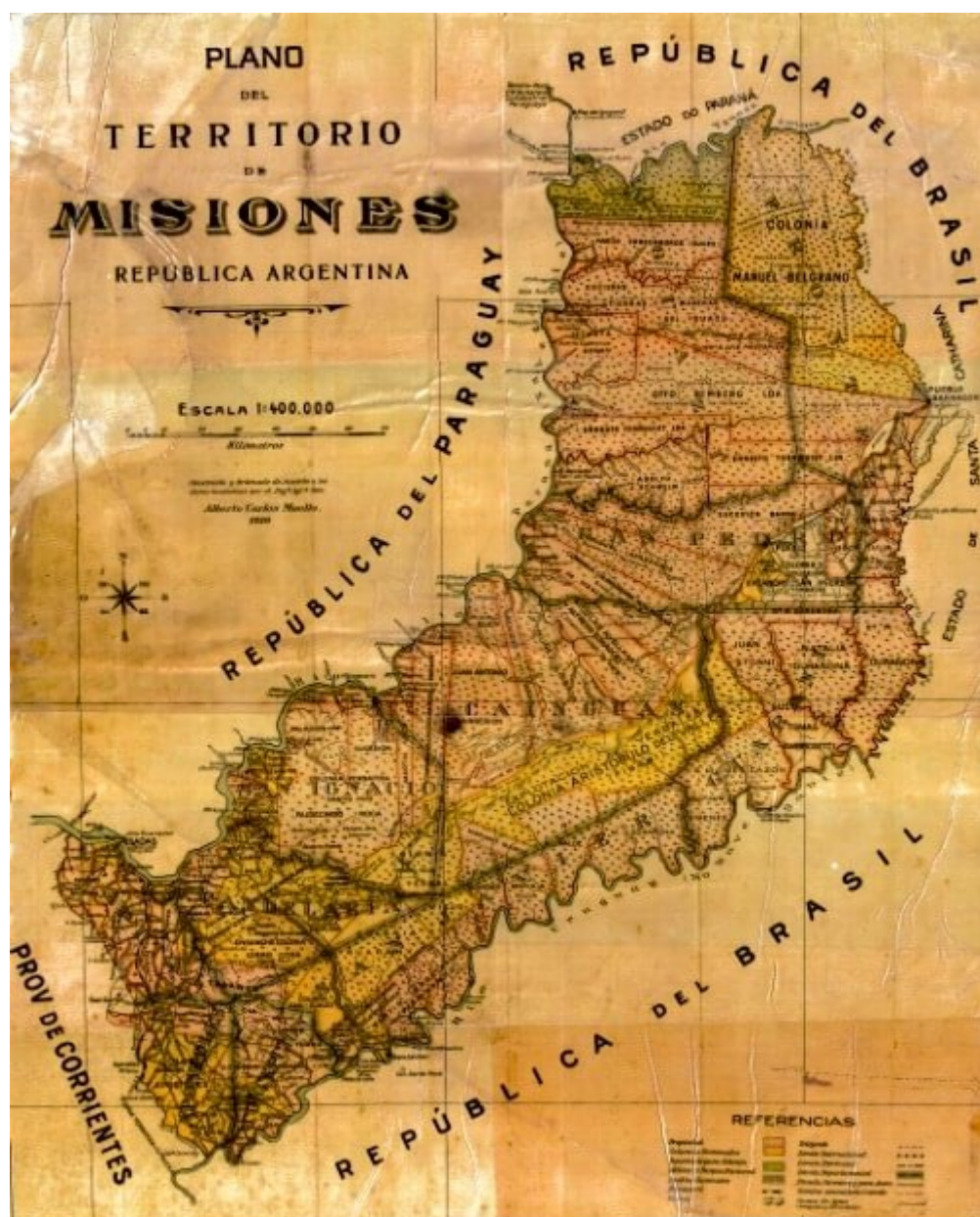
Um território fronteiriço é um lugar vago e indefinido criado pelo resíduo emocional da contrariedade à natureza. Está em um estado constante de transição. Seus habitantes são proibidos e banidos. É o lugar onde vivem os atravessados: os perversos, os queer, os problemáticos, os vagabundos, os mulatos, os mestiços, os meio-mortos; em suma, aqueles que cruzam, aqueles que ultrapassam ou atravessam os limites da normalidade.

De certa forma, quando a personagem João Pedro chega ao lado argentino com a patente de “general” foragido do Brasil, ele já está neste território proibido, marginado, como um habitante ilegal, fronteiriço, conforme a passagem, que revela a chegada dos brasileiros a Misiones.

Vale salientar que se trata de uma região caracterizada pela porosidade, em que as extremidades das águas dividem e coadunam. A fronteira do estado de Misiones (Argentina com o estado de Paraná (Brasil) é extensa e está delimitada pelos rios Santo Antônio e Paraná, na zona da denominada tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). No seguinte mapa, observamos o território missioneiro:

4 No original: “Un territorio fronterizo es un lugar vago e indefinido creado por el residuo emocional de una linda contra natura. Está en un estado constante de transición. Sus habitantes son los prohibidos y los baneados. Ahí viven los atravesados: los perversos, los queer, los problemáticos, los chuchos callejeros, los mulatos, los de raza mezclada, los medio muertos; en resumen, quienes cruzan, quienes pasan por encima o atraviesan los confines de lo normal.”

Figura 1. Mapa de Misiones (1920)



Fonte: <https://www.fcf.unam.edu.ar/mapas-historicos-la-provincia-misiones-1900-1930>

Ao observar o mapa, percebe-se que o estado de Misiones limita-se com o Brasil ao leste, ao norte e ao sul; está atravessado pelos rios Iguazú, San Antonio e Pepirí Guazú, o que perfaz 1.236,2 quilômetros de extensão. Nessa zona de contato demarcada, há duas pontes internacionais: a Tancredo Neves, que une as cidades de Puerto Iguazú (Misiones) e Foz do Iguaçu (Paraná); e a Comandante

Andresito, que une as cidades de Comandante Andresito (Misiones) e Capanema (Paraná). Também, em se tratando da região geográfica, é importante mencionar que a selva missioneira, também conhecida como selva paranaense, é uma zona de suma importância para o planeta, por ser uma das regiões com maiores massas verdes da terra e a segunda reserva de biodiversidade do continente americano. Vale destacar que os países vizinhos dividem a responsabilidade de administrar um patrimônio nacional da humanidade com uma área total que corresponde a 250 mil hectares de floresta: o Parque Nacional do Iguaçu, zona de mata nativa que está sendo preservada por ambos, onde encontram-se as Cataratas do Iguaçu, hoje considerada uma das sete maravilhas naturais do mundo.

Nesse tempo, chega a Misiones o brasileiro Tirafogo, com orgulho de ser um dos primeiros moradores da região (a formação populacional de Misiones fronteiriça), descrito como domador de mulas, tipicamente malandro e que nunca foi pego pela polícia. “Este detalhe merece ser mencionado, porque, apesar de o nosso homem ter bebido mais álcool do que três jovens fortes podem suportar, sempre conseguia esquivar-se, fresco ou bêbado, do braço dos agentes” (Quiroga, 1926, p. 49, tradução própria⁵).

Essa caracterização dos personagens remete ao estigma relacionado aos sujeitos fronteiriços que pertencem ao lugar. Em consonância com a imagem retratada por Glória Anzaldúa sobre os sujeitos à margem, podemos observar que:

O deserto de Quiroga não foi colonizado por empreendedores, por ilustrados, por civilizados, mas por atormentados, marginais, desterrados, sonhadores, aventureiros e alcoólatras. O território de fronteira descrito por Quiroga é um território de pura potencialidade, de puro devir, onde nada se fixa, país entre países, selva, deserto, ecoar de fronteiras, onde sequer a vida pode manter-se sem custos, sem danos. É o Éden do Adão suicida, o selvagem (Bezerra, 2005, p. 180).

Tomando como base a reflexão sobre esse pensamento, vale uma observação acerca do próprio título do conto; seria uma referência ao pensamento de que os personagens não têm seu lugar no mundo? Ou seria a própria identificação com a região porosa da fronteira a representação do seu pertencimento? Assim, a leitura do conto permite a procura por respostas na “Teoria do Domicílio

5 No original: “Merece este detalle mención, porque a pesar de haber sorbido nuestro hombre más alcohol del que pueden suportar tres jóvenes fuertes, logró siempre esquivar, fresco o borracho, el brazo de los agentes” (Quiroga, 1926, p. 49).

Existencial” do filósofo Rodolfo Kusch (1989), pela qual percebemos que a criação dos sujeitos populares da região se realiza pela própria constituição de uma identificação que permitiu aos desterrados se instalarem física e existencialmente no solo em que agora habitam:

O sujeito popular da nação se constitui a partir dessa perspectiva, fora do ser como a filosofia o concebeu, e também fora da ciência. O verdadeiro sujeito nacional se constitui fora do Estado, na perspectiva que se origina da circunstância que assedia, o medo ontológico, que conduz, aqui na América, à constituição existencial do sujeito no sentido de mera existência que vimos anteriormente: “aí, o símbolo é necessário para ensaiar o ser” (Kusch, 1989, p. 142, tradução própria⁶).

Desse modo, são o pertencimento e a representatividade dos povos habitantes da região fronteiriça que alcançam o seu domicílio existencial; ao passo em que criam, em nível simbólico, aquilo que os lugares tratavam de excluí-los. Ao considerar que, em um dado momento, são estes os povos que aqui chegaram e construíram o que hoje existe, percebe-se o posicionamento estético representativo da realidade vivida pelos dois personagens, os desterrados sujeitos fronteiriços, mas que ali são os mais nativos. “A ironia é que esses personagens são, depois de Anaconda, os personagens mais verdadeiramente ‘nativos’ da região e, portanto, são exilados (ou pioneiros, como indica o título original da história) na própria terra em que habitam.” (Ríos, 1998, p. 35, tradução própria)⁷.

Ao analisar no conto as aparições de João Pedro e Tirafogo já na velhice, percebe-se, em contraste a esse sentimento de pertencimento até então defendido, um saudosismo velado encoberto por uma nostalgia do que ficou para trás. Os desterrados demonstram saudades do Brasil, da família, da mãe, da terra natal:

Y con un puchero, tan fluido como las lágrimas de su compatriota, balbuceó: —¡Eu quero ir lá!... ¡A nossa terra é lá, seu João Pedro!... A mamãe do velho Tirafogo... El viaje, de este modo, quedó resuelto. Y no hubo en cruzado alguno mayor fe y entusiasmo que los de aquellos dos desterrados casi caducos, en viaje hacia su tierra natal (Quiroga, 1926, p. 54).

6 No original: El sujeto popular de la nación se constituye a partir de esta estancia, al margen del ser tal como lo ha pensado la filosofía, fuera también de la ciencia. El verdadero sujeto nacional se constituye al margen del Estado, en la estancia que se origina desde la circunstancia que acosa, el miedo ontológico, que lleva aquí en América a la constitución existencial del sujeto en el sentido de mero estar que vimos antes: “ahí se exige el símbolo para ensayar el ser” (Kusch, 1989, p. 142).

7 No original: “Lo irónico es que estos personajes son, después de Anaconda, los personajes más propiamente ‘nativos’ de la región y, por ende, son exiliados (o proscritos, como indica el título original del relato) en la propia tierra que habitan” (Ríos, 1998, p. 35).

Alimentando esse sentimento, então, seguem a viagem final ao encontro da representação estética da fronteira entre vida e morte. Os exilados, sem-terra, sem lugar e sem pertencimento, perdidos na selva, sonham com o regresso, com o reencontro ao que lhes pertence.

A libertação ou o encontro com uma terra generosa só pode ocorrer no além mundo, nesse espaço mítico onde os personagens voltam metaforicamente à infância, abrigo de suas memórias mais felizes: *“Al final abrió los ojos, y sus facciones se agrandaron de pronto en una expresión de infantil alborozo: - ¡Já cheguei, mamãe!... O João Pedro tinha razón, ¡Vou com ele!...”* (Fioruci, 2015, p. 101).

Tendo nesse momento uma dimensão hostil de exílio, surge o conceito de fronteira. Então, é no último piscar de olhos de João Pedro e Tirafogo que insurge a primeira das personagens do conto, o próprio desterro, a partir do qual a morte representa o descanso, ou seja, símbolo de paz e de pertencimento ao ser e estar na fronteira.

3. A prática translíngue: o portunhol e a identidade dos sujeitos

De acordo com Anzaldúa (1987), a noção expandida de fronteira consiste na diferença entre *border* (linha divisória) e *borderland* (zona fronteiriça, imprecisa, móvel). Portanto, vai além da divisão entre comarcas administrativas; é mais amplo e social, pois envolve culturas, no entrecruzamento das diversidades.

Somos mudos. Somos aqueles com espanhol deficiente. Somos o seu pesadelo linguístico, o que vocês consideram uma aberração na fala, a sua fusão linguística, o objeto do seu ridículo. Porque falamos línguas de fogo, a nossa cultura é crucificada. Racialmente, culturalmente e linguisticamente, somos órfãos; falamos uma língua órfã (Anzaldúa, 1987, p. 109, tradução própria⁸).

Trazemos a problemática apresentada pela autora chicana a fim de relacionar com a temática da linguagem exposta no conto. Questões políticas e sociais em contextualização abarcam a teoria linguística que explica o uso objetivo das linguagens que ocorrem no mundo globalizado. Retomamos Fioruci (2015) para

8 No original: “Deslenguadas. Somos los del español deficiente. Somos la pesadilla lingüística de ustedes, lo que les parece una aberración en el habla, su mestizaje lingüístico, el objeto de su burla. Como nosotras y nosotros hablamos con lenguas de fuego, se crucifica a nuestra cultura. Racial, cultural y lingüísticamente somos huérfanos, hablamos una lengua huérfana (Anzaldúa, 1987, p. 109)”

relacionar o entendimento do portunhol como traço representativo da fronteira, um entre-lugar de pertencimento de identidades.

Neste artigo, entendemos a concepção do portunhol como fenômeno linguístico que trata do entrecruzamento entre duas línguas (português e espanhol) no espaço de fronteira. “[...] uma prática linguística legítima que diz sobre a vida da fronteira, é uma língua veicular usada coloquialmente pelas pessoas que vivem nesta região, designado como um ‘hablar fronterizo’” (Sturza, 2004, p. 154). Mas, além desta definição, considera-se a dimensão estética e performativa da “escritura-entre-lenguas”. Noções de poéticas translíngues, de vozes e variação contínua fazem remeter à função estético-crítica do portunhol no conto, em especial, sua representação nas falas dos personagens. Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é massacrado e uma voz, apenas, faz-se ouvir (Barros; Fiorin, 1994, p. 6).

Esse pensamento reflete o preceito dialógico de Bakhtin para uma observação quanto à linguagem do conto uma vez que podemos concluir nessa literatura o valor positivo atribuído pela linguística ao representar o dialogismo, a presença, a representação por uma motivação estético-cultural das vozes presente no conto. Desde o início da narrativa, percebemos a menção a diversas vozes: “En los tiempos heroicos del obraje y la yerba mate, el Alto Paraná sirvió de campo de acción a algunos tipos riquísimos de color, dos o tres de los cuales alcanzamos a conocer nosotros, treinta años después” (Quiroga, 1926, p. 55). Em todo seu percurso, são apresentadas questões em que o enunciado dialoga com o meio, sendo neste ponto importante destacar a representatividade nas falas dos personagens João Pedro e Tirafogo:

Se visitaban ahora con frecuencia, y tomaban mate en silencio, enmudecidos por aquella tardía sed de la patria. Algún recuerdo, nimio por lo común, subía a veces a los labios de alguno de ellos, suscitado por el calor del hogar. —Havíamos na casa dois vacas... —decía el uno muy lentamente—. E eu brinqué mesmo con os cachorros de papãe... —Pois não, seu João... —apoyaba el otro, manteniendo fijos en el fuego sus ojos en que sonreía una ternura casi infantil. —E eu me lembro de todo... E de mamãe... A mamãe moça... Las tardes pasaban de este modo, perdidos ambos de extrañeza en la flamante Misiones (Quiroga, 1926, p. 60).

É possível avaliar, nesse diálogo, a voz da nostalgia, das saudades de um passado deixado para trás, da necessidade de busca pelas referências pessoais, a um sentimento de pertencimento e, talvez, uma lembrança que reflete um deslumbrante imaginário. É a voz dos desterrados de sua pátria.

Nesse sentido, é possível entender como um desafio para os problemas gerados pelas fronteiras culturais, que abraçam as diferenças e dão boas-vindas aos desterrados.

Mas tal deslocamento subjetivo é suscitado justamente pelo percurso das trilhas da fronteira entre Argentina e Brasil, Misiones e Paraná. Os desterrados vão pelo trajeto inverso do caminho do desterro, em busca do seu lugar natal, não da sua terra prometida, mas da sua terra recordada. A travessia, sugestivamente, termina no alto de um monte da serra de Misiones, onde podem ver as araucárias brasileiras. Precisamente aí, tendo as duas terras ao alcance da vista, é que João Pedro e Tirafogo, já não sabemos de que lado do seu porto de passagem, encontram o atalho ao caminho de casa pela via do delírio, que compensa no desejo da volta a fraqueza das pernas. “-¡Ya cheguei, mamae... O João Pedro tinha razón... ¡Vou com ele!...” Tirafogo e João Pedro morrem na passagem, num entre-lugar tanto físico quanto linguístico (Fioruci, 2015, p. 98).

Em contextos gerais e conforme já apontado, a mobilidade humana e a globalização apresentam as questões de mescla entre as línguas como um fenômeno de constante contato e de transculturalidade. É a partir de então que se destaca a translanguagem no que tange aos usos linguísticos presentes no conto. É esse transcender dos sistemas estruturados de uso das línguas que trata da comunicação abrangente, que perpassa as barreiras entre as línguas.

Em observação das falas dos desterrados de Quiroga, é evidente que, por suas representações, e considerando também o ano de publicação, o portunhol não é uma variação, e sim uma prática linguística que versa sobre a vida do “eu fronteiriço”. No conto, o narrador adverte que o relato da viagem de João Pedro se dá em língua de fronteira: “[...] concluyó en esta forma y en esta lengua de frontera el relato del viaje: – Después tivemos um disgusto... E dos dois, volvió um solo” (Quiroga, 1926, p. 65).

Sobre o repertório linguístico dos personagens, marcado por práticas translíngues que, conforme aponta Canagarajah (2013), transcendem as línguas individuais e envolvem diversos recursos semióticos, o autor afirma ainda que as línguas em contato se influenciam mutuamente e rotulá-las como entidades separadas é um ato ideológico.

Nessa perspectiva, é possível observar a forma e função das falas dos personagens nas seguintes passagens do conto: “– Después tivemos um disgusto... E dos dois, volvió um solo. – Olvidose de que eu era home como ele... É canchel o

francês.” Nesse momento, o personagem João Pedro inicia e finaliza a frase em espanhol, no entanto, no meio da estrutura sintática surgem vocábulos em português, sua língua materna. Neste outro exemplo: “– Eu vengo – respondió João Pedro – a quitar a você de en medio. Atire você primeiro, e não erre.” (Quiroga, 1926, p. 67), o desterrado se utiliza de uma estrutura frasal em sua língua materna quase em sua totalidade, porém, complementa o enunciado na língua do exílio, como uma estratégia de fazer-se entender.

Portanto, vale considerar, também, que os usos linguísticos presentes em “Los Desterrados” não fazem referência ao sistema de duas línguas separadas, mas sim a recursos semióticos misturados e que, juntos, performam sentidos e constroem identidades, como um possível translinguismo.

4. A transculturação: do encontro entre culturas à transformação cultural dos sujeitos

Conforme abordado ao longo do trabalho, é importante considerar que o enunciado dialoga com seu meio, reflete e refrata seu redor; uma vez que é pela relação de qualquer enunciado com outras enunciações, a partir de então, que será possível apontar sua relação com a transculturação. Posto que uma enunciação, em um dado momento histórico particular, não pode apagar os marcos sociológicos de seu ambiente, senão que assume o papel de participante ativo em um diálogo social, como podemos ver no conto:

Para mayor extravío, se iniciaba en aquellos días el movimiento obrero, en una región que no conserva del pasado jesuítico sino dos dogmas: la esclavitud del trabajo, para el nativo, y la inviolabilidad del patrón. Se vieron huelgas de peones que esperaban a Boycott como a un personaje de Posadas, y manifestaciones encabezadas por un bolichero a caballo que llevaba la bandera roja, mientras los peones analfabetos cantaban apretándose alrededor de uno de ellos, para poder leer la Internacional que aquél mantenía en alto. Se vieron detenciones sin que la caña fuera su motivo, y hasta se vio la muerte de un sahib (Quiroga, 1926, p. 65).

Seguindo o preceito de entender que o vocablo “transculturación expresa mejor las diferentes fases del proceso transitivo de una cultura a otra” (Rama, 2008, p. 39), pode-se destacar neste momento que elementos da cultura local incidem e transformam as influências externas. Portanto, é possível inferir que no conto a fronteira entre o natural e o civilizado, em conflito pela imposição de um sobre o outro, representará o território descrito na narrativa. “En aquel tiempo – como ahora –, el Brasil desbordaba sobre Misiones, a cada revolución,

hordas fugitivas cuyos machetes no siempre concluían de enjuagarse en tierra extranjera” (Quiroga, 1926, p. 64). Conforme retratado no início do conto, o lugar onde se passa a narrativa – a província de Misiones – tinha como característica a selva e a ausência de urbanização. Mas, vale destacar principalmente o fato de poder ser estereotipado como terra-de-ninguém, uma vez que sua formação populacional se dava principalmente pela migração de fugitivos. Conforme iam chegando os estrangeiros e estes se misturavam aos trabalhadores locais, o espaço ia tomando forma e seus povos incorporando e adaptando as características próprias, ou seja, a transculturação como zona de contato. Segundo Pratt (2010, p. 32, tradução própria⁹):

Etnógrafos têm usado essa palavra para descrever como grupos marginalizados ou subordinados selecionam e inventam a partir dos materiais que lhes são transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Embora os povos subjugados não possam controlar o que a cultura dominante lhes apresenta, podem, no entanto, determinar o que absorvem para si, como o utilizam e que significado atribuem a isso.

Horácio Quiroga, instalado em Misiones, posiciona-se, inscreve-se e aprende a zona marginal. Percebe-se no imbricamento entre representação narrativa, pela dimensão de um fazer e ler transculturador, o princípio de fuga como uma necessidade de fugir do centro pelos limites de sua própria imaginação no projeto estético: em um ambiente determinado aos tipos que por eles são determinados.

Los Desterrados, Misiones, surge não como um lugar, mas como um destino e como uma fronteira. É um lugar que tem a capacidade de interromper o paradigma circular de partida e retorno que produz a literatura de viagem. É um lugar de exílio para onde exilados excêntricos acabam e ficam retidos após serem expulsos da narrativa principal da modernidade. (Pratt, 2010, p. 409, tradução própria¹⁰).

9 No original: “Los etnógrafos han utilizado esta palabra para describir cómo los grupos marginales o subordinados seleccionan e inventan a partir de los materiales que les son transmitidos por una cultura dominante o metropolitana. Si bien los pueblos subyugados no pueden controlar lo que la cultura dominante introduce en ellos, pueden, sin embargo, determinar entradas diversas lo que absorben para sí, cómo lo usan y qué significación le otorgan.”

10 No original: Los Desterrados, Misiones aparece no como un lugar sino como un destino, y como un confín. Es un lugar que tiene la capacidad de interrumpir el paradigma circular de partida y retorno que es el que produce la literatura de viajes. Es un lugar de exilio donde ex hombres excéntricos van a dar y quedan varados después de haber sido expulsados del relato principal de la modernidad (Pratt, 2010, p. 409).

Nesse sentido, é notória a seletividade e a invenção como elementos para o preceito defendido de que a arte e a literatura criam a realidade. “En el mismo tiempo, Tirafofo no carpía más para los vecinos. Aceptaba todavía algún trabajo de lonja que demoraba meses en entregar, y no se vanagloriaba ya de ser antiguo en un país totalmente transformado” (Quiroga, 1926, p. 63).

É nesse momento da narrativa que podemos destacar a observação da transculturação de Rama a partir das dicotomias: regionalismo – moderno, interior – capital, lado de cá – lado de lá da fronteira, uma vez que enfatiza as transformações sociais e aponta o local como um país totalmente transformado. Portanto, as tensões existentes retratam a tendência à transformação e influências culturais: o conflito pela imposição do civilizado sobre o natural.

Las costumbres, en efecto, la población y el aspecto mismo del país, distaban, como la realidad de un sueño, de los primeros tiempos vírgenes, cuando no había límite para la extensión de los rozados, y éstos se efectuaban entre todos y para todos, por el sistema cooperativo. No se conocía entonces la moneda, ni el Código Rural, ni las tranqueras con candado, ni los breeches. Desde el Pequirí al Paraná, todo era Brasil y lengua materna, hasta con los francéss de Posadas (Quiroga, 1926, p. 60).

É, então, a partir desse conflito entre regionalismo e modernismo que percebemos no conto a dialética entre uma literatura voltada às questões locais, com suas tradições e modismos, e a influência externa que faz surgir o diferente relacionado ao conceito de transculturação, em seu sentido, como algo para além da fronteira. Segundo Ángel Rama, em todo processo de transculturação narrativa é necessário considerar a literariedade e a invenção, sendo estas resultado de um processo de perdas, seleções, redescobrimientos, incorporações; sem esquecer a invenção (Rama, 2008, p. 47). Portanto, analisando “Los Desterrados” como obra narrativa de arte que propõe uma nova forma de ver, ser e estar no mundo – o ser e estar na fronteira – o lugar retratado na obra, pode-se dizer que há uma visão pragmático-discursiva do literário.

5. Considerações finais

Este trabalho propôs uma reflexão sobre os conceitos de fronteira e linguagem ao analisar o conto “Los Desterrados” de Horacio Quiroga, autor que, conforme percebe-se por sua própria biografia, sendo sujeito fronteiriço, apresenta na obra personagens que se identificam como tais, sendo o espaço da narrativa a própria fronteira, entendida como um tipo particular de lugar de ser e estar. É

este lugar que transforma, inclusive, e define a identidade dos sujeitos. Ou seja, a fronteira mais que espaço: o ser e estar dos indivíduos.

Ademais, a partir da perspectiva da identidade linguística, consideramos de relevância analisar o conto como uma possível prática translíngua, apresentando uma defesa do portunhol como traço identitário dos sujeitos representados. Neste aspecto, além de sensibilizar para valores universais e marcos sociológicos do ser humano e do meio ambiente, a literatura também contribui para evidenciar os registros culturais e de fala do momento e lugar apresentados e representados. Para tanto, foi de suma importância ressaltar a transculturação como objeto da transformação cultural que resulta do contato entre duas culturas diferentes: do encontro entre as culturas à transformação cultural dos sujeitos. É a transculturação em seu sentido como algo para além da fronteira, ao perceber-se, por exemplo, que Horácio Quiroga, instalado em Misiones, posiciona-se, inscreve-se e aprende a zona marginal. Isso é refletido no imbricamento entre representação narrativa, pela dimensão de um fazer e ler transculturador.

Referências

ANZALDÚA, G. **Borderlands/ La Frontera**: the new mestiza. São Francisco (EUA): Aunt Lute, 1987.

BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (org.). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade. Em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP, 1994.

BEZERRA, W. A. As nacionalidades latino-americanas: a Argentina vista pela luz dos olhos de Mário de Andrade e pelas sombras de Horacio Quiroga. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 174-189, dez./fev. 2004-2005.

CANAGARAJAH, S. **Translingual practice**: global englishes and cosmopolitan relations. London/New York: Routledge, 2013.

CARRASCO, Iván. **Literatura y texto literario. Documentos Lingüísticos y Literarios** 15: 18-23, 1989. Disponível em: www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=331. Acesso em: 15 ago. 2024.

DA COSTA, G. V. Fronteiras e margens em Horacio Quiroga: Uma leitura de “Los Desterrados”. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 23, n. 46, p. 144-161, jul./dez. 2016.

FIORUCI, W. As palavras e o mundo na prosa de Quiroga. **Revista Língua & Literatura**, v. 17, n. 28, p. 98-108, ago. 2015.

KUSCH, R. El hombre argentino y americano. *In*: KUSCH, R. **E. Azcuy, Kusch y el pensar desde América**. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro, 1989. p. 139-149.

PRATT, M. L. **Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación**. Tradução Ofelia Castillo. México: FCE, 2010.

QUIROGA, H. **Los Desterrados**. Buenos Aires: Babel, 1960.

RAMA, Á. **Transculturación narrativa en América Latina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2008.

RÍOS, M. **Exilio, invención, autodestrucción**: la unidad de lugar de los desterrados de Horacio Quiroga. 2011. Dissertação (Master of Arts) – University of Georgia, Georgia, 2011.

STURZA, E. R. Fronteiras e práticas linguísticas: um olhar sobre oportunhol. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, v. 2, n. 1 (3), Políticas da Linguagem no Brasil, p. 151-160, 2004.

Como citar este trabalho:

TALLEI, Jorgelina; FARIAS, Juliana Medeiros de. Literatura e fronteira sob a perspectiva translíngua no conto “Los Desterrados” de Horacio Quiroga. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 291-306, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

O discurso bélico do futebol brasileiro: em pauta os pré-discursos

Manuel VERONEZ¹

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Divinópolis, Minas Gerais, Brasil;
| manuel.junior@uemg.br | <https://orcid.org/0000-0002-8777-9859>

Resumo: O presente artigo, com base em fundamentos do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo a partir da noção de Pré-discursos formulada por Marie-Anne Paveau em seu livro *Os Pré-discursos: sentido, memória, cognição* (2013), tem o objetivo de analisar alguns dados relacionados às questões do futebol brasileiro com o intuito de verificar como se dá o imbricamento entre o discurso do futebol brasileiro e os Pré-discursos relacionados às guerras e aos conflitos armados. Dessa forma, nossas hipóteses são: i) o discurso do futebol brasileiro parece ser de configuração bélica; e ii) os Pré-discursos em torno dos quadros de crenças, saberes e práticas relacionadas às guerras e aos conflitos armados parecem alimentar e retroalimentar o suposto discurso bélico do futebol brasileiro. Por fim, nosso resultado é de que esses pré-discursos se imbricam com o discurso do futebol brasileiro, dando a este um tom bélico, por meio de uma linguagem de guerra ressignificada semanticamente e da metáfora do conflito, numa espécie de violência simbólica. Portanto, concluímos que nossas hipóteses podem ser, num primeiro momento, sustentadas, cabendo, assim, mais investigações.

Palavras-chave: Pré-discursos. Futebol brasileiro. Discurso bélico. Linguagem de guerra. Metáfora.

The War Speech of Brazilian Football: Prediscourses on the Agenda

Abstract: Drawing on the theoretical-methodological framework of French Discourse Analysis, particularly the notion of Prediscourses as formulated by Marie-Anne Paveau in her book *The Prediscourses: Meaning, Memory, Cognition* (2013), this article aims to analyze data related to Brazilian football issues. The objective is to verify how the overlap between Brazilian football discourse and prediscourses related to wars and armed conflicts occurs. Thus, our hypotheses are: i) the discourse of Brazilian football appears to be warlike; and ii) the Prediscourses surrounding frameworks of beliefs, knowledge, and practices related to wars and armed conflicts seem to both nourish and reinforce the perceived warlike discourse of Brazilian football. Finally, our results indicate that these Prediscourses overlap with the discourse of Brazilian football, lending it a warlike tone through a semantically re-signified language of war and the metaphor of conflict, in a form of symbolic violence. Therefore, we conclude that our hypotheses can initially be supported, thus warranting further investigation.

Keywords: Prediscourse. Brazilian football. Warlike discourse. Language of war. Metaphor.

| Introdução

Valendo-nos de Franco Júnior (2017), é evidente que ninguém questione que devemos levar em consideração as condições sócio-históricas de produção e de surgimento de fenômenos filosóficos, literários, artísticos, políticos etc. Para além disso, é também inquestionável que toda e qualquer manifestação cultural exprime a cinesia da história que, por sua vez, em certa medida, também intervém na(s) manifestação(ões) cultural(ais).

Contudo, quando se trata de jogos, como o futebol, parece não ser tão evidente esse imbricamento entre a manifestação específica do esporte e suas correlações sócio-históricas-culturais. De acordo com Franco Júnior (2017, p. 9), o futebol não se constitui e não se legitima autonomamente, como se estivesse alheio à história: “Para entendê-lo em profundidade [o futebol], é imprescindível levar em conta as articulações entre ele e a sociedade global na qual se insere – sem, é claro, ver nelas relações causais, mecânicas”.

Segundo o autor, até mesmo o futebol moderno criado pelos ingleses é fruto das transformações e dos desdobramentos históricos, sociais, culturais de inúmeros outros jogos que utilizam a bola e que são/foram praticados por civilizações mais antigas. Dessa maneira, apesar de o futebol ser encarado, na maioria das vezes, como algo ligado à emoção e à diversão, Franco Júnior (2017, p. 11) propõe o seguinte: “Todavia, é legítimo e desejável pensar no futebol também de forma não episódica, usando a ‘pequena história’ factual e imediata para tentar alcançar as estruturas do fenômeno”.

Sendo assim, com o intuito de abordar o futebol de maneira acadêmica e científica, o recorte de nossa pesquisa se justifica pela necessidade de compreender de que modo os Pré-discursos relacionados às guerras e aos conflitos armados podem alimentar e retroalimentar o possível discurso bélico do futebol brasileiro. Tal discurso tem atraído um número significativo de seguidores e tem se tornado objeto de preocupação devido às suas mensagens e narrativas que reforçam a violência nos estádios entre torcedores e jogadores, torcedores e torcedores e jogadores entre si.

À guisa de apresentação, segundo Paveau (2013, p. 130), os pré-discursos são “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para interpretação do sentido no discurso”. Consoante a autora, esses quadros apresentam seis propriedades específicas: coletividade; imaterialidade; transmissibilidade; experimentalidade;

intersubjetividade; e discursividade. Retomaremos essas questões na seção de análises desse artigo.

Por conseguinte, nossas hipóteses são: i) o discurso do futebol brasileiro parece ser de configuração bélica; e ii) os Pré-discursos em torno dos quadros de crenças, saberes e práticas relacionadas às guerras e aos conflitos armados alimentam e retroalimentam o suposto discurso bélico do futebol brasileiro, legitimando, assim, esse tipo de discurso.

Nesse sentido, nosso objetivo geral é verificar como se dá o imbricamento entre esse possível discurso de guerra do futebol brasileiro e os Pré-discursos que o permeiam; já para o objetivo específico, buscamos analisar alguns dados relacionados ao futebol brasileiro que usam termos ligados à guerra, e a um certo glossário específico das Forças Armadas do Brasil (2015), ao enunciarem sobre o futebol, tais como: artilheiro; artilharia; guerra; bomba; tiro de meta; tiro livre direto/indireto; ataque; defesa; contra-ataque etc. Dessa forma, nosso intuito é traçar uma relação entre os Pré-discursos bélicos em questão e o possível discurso bélico do futebol brasileiro.

Para as próximas seções, apresentaremos as condições sócio-históricas de relação entre futebol e guerra; mobilizaremos as análises de nossos dados à luz da teoria dos pré-discursos proposta por Marie-Anne Paveau (2013); apresentaremos os resultados; e teceremos as considerações finais.

| Futebol e guerra: condições sócio-históricas de relação

Apoiado em Ehrenreich (1998), Franco Júnior (2017) vai afirmar que a autora conseguiu verificar que mesmo as mulheres, no passado, quando não privadas de participar dos jogos guerreiros das sociedades das quais faziam parte, apresentavam comportamentos brutais iguais aos dos homens. Ademais, o cristianismo, ao longo do tempo, também contribuiu para uma certa violência dos comportamentos ao aliar religião e guerra, esta sendo sacralizada e aquela bestializada. Quer dizer, a guerra estaria no DNA humano, pois, de caça dos grandes animais do passado pré-histórico, passou a caçador.

Buscando, dessa maneira, uma conexão entre o futebol e o que foi dito alhures, Franco Júnior (2017) apresenta dois exemplos no futebol feminino: i) Em 2007, pela segunda divisão francesa, Celtic Marseille jogou contra VGA Saint-Maur e duas jogadoras brigaram. Após o fim da partida, as torcedoras do Marseille emboscaram a torcida adversária e agrediram violentamente uma torcedora;

ii) uma outra equipe francesa, na mesma época, o ES Le Cannet-Rocheville, chegou a afirmar em seu *blog* que a violência era algo bom.

Nesse sentido, corroborando um pouco mais com essa conexão pretendida entre futebol e guerra, Franco Júnior (2017) se vale das sociedades ocidentais europeias para exemplificar que, há séculos, por meio de suas religiões, elas cultuam e até mesmo idolatram deuses beligerantes: os celtas, que têm um conjunto vasto de deuses bélicos, masculinos e femininos; os antigos romanos, que, para além do deus Marte (deus da guerra), têm figuras divinas associadas ao mundo bélico, como Jano, Júpiter e Quirino; os germanos, que tem Thor como deus da guerra e o mais prestigiado; etc.

É nesse contexto de um alto grau de força, poder e destruição cultivados pela civilização ocidental que, em 1863, conforme Franco Júnior (2017, p. 167), foram consolidadas as regras do futebol, embora ele tenha surgido anteriormente no interior dos liceus ingleses para disciplinar alunos insubordinados e extremamente violentos. Parecia ser uma espécie de desdobramento da ideia de humanização da guerra, como parte de um projeto maior: “[...] como procurou fazer no ano seguinte [1864] a Convenção de Genebra ao estabelecer um acordo internacional sobre a forma de feridos, doentes e prisioneiros serem tratados durante conflitos armados”.

Assim, pautando-se em Sun Tzu (1996), cuja obra é conhecida pelo Ocidente desde 1772, o qual afirma que a simulação é primordial para conduzir uma guerra, Franco Júnior (2017) igualmente afirma que a simulação também é crucial para o futebol, dentro e fora de campo: dentro seria o drible sempre inesperado, desconcertando o oponente; fora poderia ser o acontecimento da semifinal das Olimpíadas de 1924 em que a Iugoslávia espionou o treino do Uruguai que, sabendo da artimanha, realizou um treinamento falso para enganar o adversário e ganhou a partida por sete a zero (7 x 0).

É, pois, devido às características de euforia, alegria, sentimento de liberdade que o futebol passa a ser, no início do século XX, uma prática importantíssima no interior das políticas internacionais dos países, por parecer ser algo que exalta, de forma pacífica, os sentimentos de pertencimento a uma determinada nação. Franco Júnior (2017, p. 168) exemplifica com uma partida realizada em Bruxelas entre Bélgica e França quatro meses após o fim da Primeira Guerra Mundial: o intuito era celebrar a aliança entre os dois países; a partida contou com 25 mil torcedores. Esse evento comemorativo perdurou por mais de meio século e era sempre realizado em 11 de novembro, data da assinatura do Armistício de Rethondes (11/11/1918): “Era a guerra simbólica substituindo a guerra concreta”.

Jules Rimet, criador da Copa do Mundo e presidente da FIFA em 1921, acreditava que o futebol proporcionaria a harmonia entre as nações. Dessa forma, um campeonato mundial poderia acalmar os ânimos e evitar novas guerras funestas, como foi a Primeira Grande Guerra. No entanto, o futebol não teve esse poder, pois, posteriormente, em 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial. Todavia, de acordo com Franco Júnior (2017, p. 168), Rimet acreditava que o futebol era uma espécie de metaforização dos confrontos armados, pois apresentava características semelhantes da chamada “guerra ritual primitiva”. Isso poderia ajudar a evitar as guerras reais: os clãs (os times) organizariam para si um corpo de solidariedade interna; e procurariam construir entre si (entre clãs/times) um equilíbrio:

De fato, ele ocorre numa savana (terreno de jogo) entre jovens que, com gestos de força e habilidade físicas (correr, chutar, saltar, cabecear, agarrar, peitar), procuram atingir seu alvo (gol) mais vezes que o adversário. Cada batalha é de curta duração (noventa minutos), com períodos de tréguas entre elas (de extensão variável conforme os calendários esportivos). Todo confronto é regulamentado (dezessete regras do jogo) para os guerreiros (jogadores) e de livre manifestação para os civis dos clãs (os torcedores), que estimulam seus soldados (literalmente, “aqueles que lutam por um soldo, uma remuneração”, como é o caso dos futebolistas profissionais) e depreciam os membros do clã contrário (Franco Júnior, 2017, p. 168).

Esses tipos de jogos existem e existiram no mundo todo, a exemplo dos maias e astecas com o seu *tlachtli* que, de certa maneira, gerava para a população uma redistribuição política e econômica, evitando conflitos e guerras; do Ceilão antigo que, não querendo a morte do rival, bastava apossar-se das insígnias reais para vencer; e do próprio futebol moderno que, de forma simbólica, tem no ato de fazer o gol a aniquilação do adversário. Parafraseando Franco Cardini (1995), Franco Júnior (2017) afirma que há a possibilidade de pensar o futebol como sendo uma espécie de guerra benigna, se considerarmos que a guerra é um tipo de festa cruel, como afirmou o autor italiano supracitado.

Quer dizer, a essência bélica é intrínseca ao futebol e podemos perceber isso nas partidas, pois os jogos deixam determinadas comunidades, ao mesmo tempo, muito longe (identitariamente falando) e muito perto (geograficamente falando) umas das outras, provocando, assim, um certo combate. Franco Júnior (2017) nos apresenta alguns exemplos: i) a nível de clubes – temos o Celtic (católico) e o Rangers (protestante); o Arsenal (burguês) e o Tottenham (proletário); o Lazio (fascista) e a Roma (socialista); o Boca Juniors (pobre) e

o River Plate (rico); o Grêmio (elitista) e o Internacional (popular) etc.; ii) a nível mundial, provocando certos simbolismos históricos – temos Inglaterra x Escócia; Inglaterra x Alemanha; Alemanha x Holanda; Holanda x Bélgica; Bélgica x França; França x Itália; Portugal x Espanha; Brasil x Argentina etc.

Mesmo o futebol, em certa medida, tendo uma característica violenta, Franco Júnior (2017) defende uma relativização dessa violência para considerar, por exemplo, que a simulação de guerra feita pelo futebol, por meio de suas práticas (jogos, torcidas, comentaristas, imprensa etc.), pode contribuir na amenização e/ou no impedimento de um conflito real. Apesar de alguns atos de violência concretos e explícitos, por vezes, acontecerem, como entre torcidas, entre jogadores, entre torcidas e jogadores etc.

O futebol, para o autor, de maneira geral, funciona como uma guerra simbólica na qual, por exemplo, consegue suspender uma guerra real: em 1969, para ver Pelé e a sua equipe Santos jogarem, a guerra civil nigeriana foi paralisada por um período. Percebemos, nesse sentido, um imbricamento forte entre futebol e guerra/futebol e conflitos armados.

| Os pré-discursos em ação: descrição dos dados e análises

Iniciaremos as análises de nossos dados à luz do quadro teórico-metodológico dos Pré-discursos proposto por Marie-Anne Paveau (2013, p. 129). Dessa forma, segundo a autora, e retomando o que falamos no início desse artigo, os pré-discursos são uma tentativa de imbricamento entre discurso e cognição, mais especificamente, a cognição distribuída (Hutchins, 2000). Trata-se de determinados elementos que decorrem da concepção de mundo organizada pelos seres humanos viventes em sociedade e de seus acúmulos de experiências: “dados que não são materialmente discursivos, porém não são mais totalmente estranhos à discursivização”.

Nesse sentido, esses elementos pré-discursivos são uma espécie de construtivos discursivos prontos para a criação de discursos, os conduzindo de forma quase coativa. Dessa maneira, os pré-discursos, segundo Paveau (2013), são um agrupamento de quadros compartilhados de saberes, crenças, práticas que instruem a produção e a interpretação de sentidos nos discursos. Esses quadros, para conseguirem instruir semanticamente os discursos, precisam apresentar seis propriedades: coletividade; imaterialidade; transmissibilidade; experimentalidade; intersubjetividade; e discursividade.

Vale destacar que há uma relação entre os pré-discursos e o pré-construído mobilizado por Pêcheux (1997, 2002). No entanto, Paveau (2013, p. 72) afirma haver algumas diferenciações: enquanto o pré-construído se manifestaria de forma indireta na superfície linguística dos enunciados, nas “estruturas sintáticas particulares”, os pré-discursos podem se manifestar em dimensões que vão além do funcionamento linguístico em si, viabilizando, assim, outros níveis de análise linguística.

É nessa perspectiva que mobilizaremos a análise de nossos dados, operacionalizando as seis propriedades dos pré-discursos a fim de verificar a sustentação, ou não, de nossas hipóteses, o alcance de nossos objetivos e buscar também compreender o modo pelo qual se dá a possível relação entre os pré-discursos relativos às guerras e o provável discurso bélico do futebol brasileiro. Sendo assim, dividiremos, a seguir, cada propriedade pré-discursiva em subseções ligadas a essa seção.

| Coletividade

Segundo Paveau (2013), essa propriedade propõe uma cooperação entre indivíduo e sociedade. Para a autora, os pré-discursos são compartilhados coletivamente, mas são apropriados singularmente por cada sujeito. A coletividade, assim, produz uma certa intersubjetividade, pois os pré-discursos conhecidos por todos de uma determinada comunidade são apropriados de forma inconsciente e individual pelo sujeito, na ilusão de estar produzindo enunciados originais e inéditos.

Os pré-discursos, conforme Paveau (2013, p. 131), não se reduzem às máximas e/ou aos enunciados estereotipados, eles “circulam sob as diversas formas expressas pelos locutores a partir de sua apropriação dos quadros coletivos”. No Brasil, os quadros de saberes, crenças, práticas vinculados às guerras e aos conflitos armados são compartilhados coletivamente por vários meios: escola, novelas, livros, revistas, redes sociais etc. É na escola que aprendemos sobre as guerras e os conflitos armados nacionais e internacionais – Guerra de Canudos (1896-1897); Revolta da Chibata (1910); Guerra do Paraguai (1864-1870); Guerra da Independência do Brasil (1822-1824); etc. São as novelas que têm como pano de fundo, para legitimar seu enredo, guerras nacionais – *A Muralha* (2000 [1968-1969]), para saber sobre a expansão dos bandeirantes; *A casa das sete mulheres* (2003), para conhecer a Guerra dos Farrapos; *Éramos seis* (2019 [1958]), para conhecer a Revolução Constitucionalista de 1932; etc.

Ainda, são nos livros acadêmicos e/ou revistas especializadas que os aspectos das guerras são debatidos – *As grandes guerras da história* (1967), de B. H. Liddell Hart; *História das Guerras* (2011), organizado por Demétrio Magnoli; *A história do Brasil nas duas Guerras Mundiais* (2019), organizado por Mary Del Priore e Carlos Daróz; etc.. E é nas redes sociais que nos informamos, hoje, ao vivo, sobre as guerras internacionais atuais: Rússia x Ucrânia; Israel x Hamas/Hezbollah; Guerra civil do Sudão (menos divulgada nas mídias); etc.

No discurso do futebol brasileiro, observamos que, de maneira singular, os sujeitos desse discurso específico parecem apropriar-se de alguns termos, léxicos, verbetes relacionados aos quadros de saberes, crenças e práticas das guerras e dos conflitos armados e os ressignificar a partir do posicionamento futebolístico em que se inscrevem, tais como: artilheiro/artilharia e seus derivados; atacante/ataque e seus derivados; esquadrão; reserva; matador; guerra; bomba; tiro de meta (tiro livre direto e indireto) e seus derivados; capitão; tática; defesa e seus derivados; contra-ataque² etc. Isso, de certa forma, parece tornar o discurso do futebol brasileiro um discurso relativamente bélico.

| Imaterialidade

A imaterialidade, de acordo com Paveau (2013, p. 131), é uma propriedade que apresenta um caráter tácito aos pré-discursos, como se estes, ocultamente, não estivessem explícitos aos discursos produzidos por determinados locutores/sujeitos e não pudessem, assim, existir. “Os pré-discursos não se inscrevem, diretamente, na materialidade discursiva, eles imprimem nela marcas indiretas (o que eu chamo de ‘apelo aos pré-discursos’)”.

Para a autora, os sujeitos dos discursos, em suas práticas, não têm ciência dos pré-discursos que mobilizam: “imateriais, eles [pré-discursos] não são formuláveis, nem traduzíveis no discurso, mas são identificáveis, como veremos, pelos traços de sua presença” (Paveau, 2013, p. 132). Além disso, a pesquisadora reitera que os pré-discursos têm a ver com fontes de natureza social e cultural, não política e ideológica, e podem ser aplicados em quaisquer discursos, do mais comum ao mais sofisticado.

Nesse sentido, no discurso do futebol brasileiro, o traço tácito da presença dos pré-discursos vinculados às guerras e aos conflitos armados estaria no

2 É importante ressaltar que sabemos que as palavras “ataque”, “defesa”, “contra-ataque” não são palavras usadas exclusivamente pelo futebol, outros esportes, normalmente coletivos, também as usam, mas, mesmo assim, não podemos descartá-las de nossas análises (é preciso levá-las em consideração), pois estão, em certo nível, relacionadas aos pré-discursos vinculados às guerras e aos conflitos armados.

sentido produzido pelos enunciados e interpretado pelos sujeitos de dentro e de fora do discurso futebolístico, por meio da mobilização de palavras, léxicos, verbetes, termos inerentes. Dessa forma, esse possível discurso bélico do futebol brasileiro parece apelar, pré-discursivamente, a uma metaforização da guerra, pois a cada jogo, uma nova tensão se instala, porém, ninguém morrerá efetivamente se perder a partida (como morreria numa guerra real, por exemplo, àqueles que perderam a batalha), o que é sabido (tácito) por todos da sociedade em que esse discurso está inserido, amantes ou não do futebol.

Castanho Filho (2016) propõe um dicionário do futebol brasileiro, compilando 725 verbetes que ele apurou ao longo de campeonatos assistidos e transmitidos pelos *streamings*. Ao observarmos as definições dadas pelo autor aos verbetes vinculados ao mundo bélico, constatamos que elas se distanciam muito, em sentido e interpretação, das definições dadas, por exemplo, pelo Glossário das Forças Armadas (2015), o qual falaremos na próxima seção.

Recortamos, a seguir, desse dicionário, alguns verbetes relacionados às questões bélicas e suas definições no interior do discurso do futebol:

- (1) artilheiro: “que faz muitos gols” (p. 2);
- (2) atacante/ataque: “jogador(es) de frente” (p. 3);
- (3) esquadrão: “time de boa qualidade” (p. 13);
- (4) reserva: “jogador que substitui o titular que está jogando” (p. 24);
- (5) matador: “artilheiro” (p. 19);
- (6) bomba: “chute forte” (p. 5);
- (7) tiro de meta: “recomeço do jogo feito a partir da pequena área” (p. 26);
- (8) capitão: “líder formal do time” (p. 6);
- (9) tática: “organização do time em campo” (p. 26);
- (10) contra-ataque: “ataque feito em velocidade com o outro time desorganizado na defesa” (p. 9); etc.

Percebemos que essas definições são de conhecimento tácito da sociedade brasileira, mesmo aquele ou aquela que não gosta ou não sabe de futebol entenderia o que é ser um artilheiro, um matador, aquele que chutou uma bomba no ângulo etc. e não vincularia esses termos a uma guerra de verdade entre povos e nações. Quer dizer, não precisaria de um dicionário específico do futebol brasileiro para formalizar seus significados para a sociedade brasileira.

| Transmissibilidade

A transmissibilidade, por sua vez, é uma propriedade que retoma o caráter coletivo dos pré-discursos, já abordado alhures. Dessa maneira, para compreender melhor seu funcionamento, afirma Paveau (2013, p. 135), a ideia de coletividade precisa ser desdobrada em dois segmentos: o eixo sincrônico e o eixo diacrônico. O eixo sincrônico é responsável por construir, difundir e fazer circular os quadros de saberes e crenças dos pré-discursos. É o eixo “da comunicabilidade enciclopédica”, em que os sujeitos inscritos em determinados discursos, e até mesmo a sociedade como um todo, partilham de algum tipo de conhecimento, instrução, saber.

Segundo a investigadora francesa, além dos sujeitos dos discursos, os chamados dispositivos de saberes e crenças (a natureza, o tempo, ferramentas do dia a dia, obras/livros em geral, cursos, aulas etc.) também são encarados como agentes pré-discursivos. Nessa perspectiva, esses dispositivos também contribuem para a construção de saberes e de crenças pré-discursivos.

Já o eixo diacrônico é responsável pela transmissibilidade no tempo. Paveau (2013, p. 136) assevera que, em termos discursivos, tudo aquilo que adquirimos numa anterioridade e reelaboramos para reproduzir posteriormente é coletivo, e é por meio da memória que se dá, fundamentalmente, essa transmissibilidade comunitária. No entanto, não é uma simples memória que guarda e joga fora os dados semânticos e enciclopédicos, é “uma memória cognitivo-discursiva, que constrói linhagens discursivas [...], ou seja, as configurações semânticas transportadas pelos discursos transmitidos”.

Observando nossos dados analíticos, em relação ao eixo sincrônico, e indo além das possibilidades de transmissibilidade já apresentadas na primeira propriedade – coletividade (escola, novelas, livros etc.), vamos nos deter, nesse momento, ao Glossário das Forças Armadas (2015), documento no qual nos parece ser um conhecimento enciclopédico bastante relevante e constitutivo dos pré-discursos possíveis que alimentam e retroalimentam o também possível discurso bélico do futebol brasileiro, pois conceitua/define uma gama de verbetes relacionados às forças armadas e à guerra (de modo geral) e que são também usados/mobilizados no interior do discurso do futebol brasileiro.

Retomaremos, assim, os léxicos, e seus derivados, já citados na propriedade dois – imaterialidade – para compararmos como o discurso futebolístico brasileiro e as Forças Armadas do Brasil definem os verbetes artilheiro/artilharia; atacante/ataque; esquadrão; reserva; bomba; tiro de meta; tática; e contra-ataque. Dessa

forma, como a conceituação/definição desses léxicos pelo discurso do futebol brasileiro já foi apresentada alhures, nos concentraremos aqui à conceituação/definição desses mesmos léxicos pelo viés das Forças Armadas brasileira. Ademais, é importante ressaltar que, como apresentaremos as definições *ipsis litteris* do Glossário das Forças Armadas (2015), mostraremos apenas trechos destas por uma questão de espaço, mas que será suficiente para nosso procedimento analítico.

Nesse sentido, temos o seguinte:

(1) artilharia (um derivado de artilheiro), que está subdividido em três – artilharia antiaérea; artilharia de campanha e artilharia divisionária. Mostraremos a definição desta última: “Grande unidade de artilharia de uma divisão de exército. Para fins operacionais, é toda artilharia colocada sob o comando do comandante da divisão de exército e por este empregada diretamente” (p. 38);

(2) ataque: “1. Ato ou efeito de dirigir uma ação ofensiva contra o inimigo, buscando neutralizar alvos previamente localizados e identificados. 2. Emprego de meios aéreos para neutralizar ou destruir alvos inimigos, previamente localizados e identificados” (p. 39);

(3) esquadrão: “1. Grupamento de navios organizado para fins administrativos ou táticos. 2. Tropa de valor subunidade do Exército, podendo ser independente ou orgânica de um regimento de cavalaria ou batalhão de aviação do Exército. [...]” (p. 106);

(4) reserva: “1. Tropa disponível para servir de reforço durante o combate. 2. Meios não empregados inicialmente, conservados sob o controle do comandante, para emprego em ocasião oportuna, como elemento capaz de influir na ação. [...]” (p. 240);

(5) bomba: o Glossário não apresenta uma definição própria de bomba, mas ela aparece nos verbetes relacionados a bombardeios, dado como algo já conhecido por todos: “BOMBARDEIO EM MANOBRA ASCENDENTE – Tipo de bombardeio em que a bomba é largada quando o avião está no ramo ascendente de uma manobra acrobática contida num plano vertical.” (p. 49);

(6) tiro de meta: para este verbete, o Glossário apresenta apenas a palavra tiro, mas ela também não apresenta um conceito autônomo, pois aparece em vários outros verbetes. No entanto, temos o verbete “tiro livre”; “tiro direto”; e “tiro indireto”, em que poderíamos associar ao tiro livre direto e indireto

do futebol: “TIRO LIVRE – Estado de ação da defesa antiaérea onde o tiro é liberado sobre quaisquer alvos não identificados como amigos. Esse estado de ação corresponde à condição de sobrevoo proibido.” (p. 268); “TIRO DIRETO – Tiro executado contra alvo visado diretamente pela alça da arma (canhão, metralhadora ou obuseiro) ou pela alça diretora.” (p. 268); “TIRO INDIRETO – Tiro executado, sobre alvo que pode ser visível ou não pelo atirador, com base em dados calculados de direção, distância e ângulo vertical, resultando em uma trajetória curva da arma até o alvo.” (p. 268);

(7) tática: “Arte de dispor, movimentar e empregar as forças militares em presença do inimigo ou durante o combate. [...]” (p. 265);

(8) contra-ataque: o Glossário apresenta o “Contra-atacar”: “Ação ofensiva, temporária e local, desencadeada por parte ou pela totalidade de uma força defensora, para conquistar terreno perdido ou para isolar, desorganizar ou destruir forças atacantes.” (p. 73).

Percebe-se, fazendo uma comparação, que os conceitos dos verbetes mobilizados pelo discurso futebolístico brasileiro são bastante diferentes dos conceitos dos verbetes propostos pelas Forças Armadas do Brasil. Contudo, parece haver uma áurea, uma espécie de essência bélica incorporada pelo discurso do futebol brasileiro, no sentido de escolher esse léxico e não outro específico em seu lugar, pois a metaforização de uma guerra real ainda parece ser o ponto central do referido discurso analisado.

No que concerne ao eixo diacrônico para a nossa investigação, essa transmissibilidade pelo tempo parece se instaurar numa ideia de conflitos, rixas, revanches virtuais entre nações e clubes nacionais do Brasil, por meio do jogo de futebol, numa espécie de simulação de confrontos. Desta feita, apresentaremos alguns clássicos do futebol mundial e alguns clássicos de clubes nacionais com a finalidade de tentar mostrar essa memória cognitivo-discursiva funcionando a qual, temporalmente, parece instruir outros sentidos e interpretações no interior do discurso do futebol brasileiro no que diz respeito às mobilizações das questões militares (embora haja momentos de violência real).

Nessa perspectiva, Utz (2021) lista oito maiores clássicos mundiais de seleções que disputam a Copa do Mundo de Futebol (para exemplificar, citaremos três): Peru x Chile – O Clássico do Pacífico. A rivalidade ultrapassa o campo, pois os dois países já se guerrearam por conta de territórios; Argélia x Marrocos – A rixa também vem do extracampo. Ambos os países disputam territórios e fecham

fronteiras; e Inglaterra x Escócia – Ambas disputam a criação do futebol. Há quase 150 anos se digladiam em campo para afirmarem seus protagonismos, pois a Inglaterra afirma ter inventado as regras, e os escoceses afirmam ter aprimorado o jogo³.

Por sua vez, os clássicos nacionais, em sua grande maioria, têm a rivalidade operando em questões regionais, geográficas, de identidade etc. Sarmiento (2024) nos apresenta alguns: Fla-Flu – Flamengo x Fluminense (Rio de Janeiro); Derby Paulista – Palmeiras e Corinthians (São Paulo); Gre-Nal – Grêmio x Internacional (Rio Grande do Sul); Clássico dos Milhões – Vasco x Flamengo (Rio de Janeiro); Ba-Vi – Bahia x Vitória (Bahia); Re-Pa – Remo x Paysandu (Pará); San-São – Santos e São Paulo (São Paulo); Super Clássico Mineiro – Cruzeiro x Atlético Mineiro (Minas Gerais), dentre outros. Percebemos, nessa perspectiva, que parece haver uma metaforização de conflitos armados, brigas e guerras entre as seleções mundiais e as equipes nacionais, que buscam vencer sempre e se impor perante seu rival.

Para esse eixo, observamos uma memória de guerra real metaforizada em partidas de futebol, tanto nacionais quanto internacionais. Dessa maneira, mais uma vez percebemos, tanto sincronicamente quanto diacronicamente, que o discurso do futebol brasileiro parece buscar uma aproximação com a prática, o saber e a crença de uma guerra real para legitimar seu discurso de tom bélico, por meio da ressignificação conceitual de certos léxicos militares (eixo sincrônico enciclopédico) e de uma metaforização dos jogos em que simbolizam uma guerra e/ou conflitos armados (eixo diacrônico temporal).

| Experimentalidade

De acordo com Paveau (2013), essa quarta propriedade integrante dos quadros pré-discursivos coletivos fica responsável por organizar a experiência que, ao mesmo tempo, cria e pré-cria o entendimento individual do mundo. Isso, de certa maneira, mostra que os pré-discursos têm uma dimensão cognitiva, e tal dimensão perpassa por uma memória conceitual de ordem ideológica, social e cultural.

Além de organizador da experiência, a experimentalidade, segundo a autora, dá aos pré-discursos uma antevidência dos prováveis discursos a serem produzidos. “Os quadros pré-discursivos servem, na verdade, tanto para

³ É importante ressaltar que nossas análises focarão os aspectos brasileiros, mas que a relação entre futebol e guerra se dá também em outras línguas, em que mobilizaremos em pesquisas futuras.

organizar o passado quanto para prever o futuro, o futuro sendo interpretado nas categorias elaboradas graças à leitura das experiências passadas” (Paveau, 2013, p. 136).

A investigadora francesa ainda destaca que, por meio da experimentalidade, os pré-discursos são organizadores dinâmicos de saberes e de crenças, essenciais para o sujeito conseguir se situar no tempo e apreender situações discursivas ainda não experienciadas. Nesse sentido, cada sujeito irá organizar a experiência de forma singular, ainda se tratando de um mesmo acontecimento ocorrido no interior de uma coletividade na qual compartilha crenças, saberes e práticas. Isso é possível graças a uma memória-cognitiva-discursiva de ordem cultural, social, dentre outros fatores, que torna cada prática do sujeito uma singularidade discursiva.

Posto isso, em relação aos nossos dados de análises, percebemos que há, minimamente, duas formas distintas e singulares dos possíveis sujeitos do discurso do futebol brasileiro (jogadores, torcidas, jornalistas etc.) organizarem a experiência do futebol: i) uma compreendendo a metáfora do conflito por meio do jogo com a bola, sem violências explícitas, em que a aniquilação é simbolizada no fazer o gol e vencer a partida; e ii) outra compreendendo literalmente o futebol como uma guerra, um conflito, um meio de violência, em que a aniquilação é a morte real do adversário ou a provocação de danos e ferimentos.

Para exemplificar o que temos em i), apresentamos uma postagem da página oficial do Clube de Regatas do Flamengo no Instagram, em 2022, em razão do dia internacional da paz, 21 de setembro: “Por um mundo melhor, em que artilheiro seja apenas o jogador que faz muitos gols; em que bomba seja só um chute indefensável; e combater seja somente roubar a bola do adversário” (n.p.); apresentamos também uma notícia do Globo Esporte (2024), na ocasião, o Sport Club Corinthians Paulista ainda sonhava com o título da Copa do Brasil. Botta e Matos (2024) enunciam o seguinte: “O discurso está alinhado: ‘domingo é guerra’. Os gritos dos torcedores do Corinthians depois da goleada sobre o Athletico-PR por 5 a 2, [...], foram reproduzidos por Emiliano Díaz na coletiva de imprensa projetando o próximo compromisso do Timão” (n.p.).

Já para exemplificarmos o que temos em ii), apresentamos uma fala de Rizek (2024) sobre as torcidas organizadas violentas do futebol brasileiro, em especial, sobre o fato de a torcida organizada do Palmeiras ter emboscado a torcida organizada do Cruzeiro matando um torcedor e ferindo outros: “A guerra não vai parar. Imagina você estar pegando a estrada, com sua família, domingo de

manhã, e se vê com esse cenário. Poderia ser na Ucrânia, poderia ser na Faixa de Gaza, mas aconteceu por causa de futebol [...]”; temos também um comunicado oficial do Clube de Regatas do Flamengo (2024) postado no Instagram em que o clube repudia o ambiente de guerra e violência ocasionado pelos torcedores do Atlético Mineiro na final da Copa do Brasil de 2024: “Infelizmente, o cenário de guerra visto ontem não é uma novidade em jogos realizados em Belo Horizonte, contra a equipe do Atlético Mineiro”.

Constatamos, dessa forma, que a experimentalidade é uma propriedade que também parece corroborar com nossas hipóteses de que o discurso do futebol brasileiro tem um tom bélico e este tom se dá pelos pré-discursos relacionados às guerras e conflitos no geral que o alimentam e retroalimentam. Seja metaforizado, seja real, os sujeitos desse discurso codificarão suas experiências e realizarão suas práticas de forma singular, no entanto, no interior dessa singularização, haverá em comum as práticas, os saberes e as crenças da guerra e dos conflitos, funcionando, assim, como uma espécie de pano de fundo: seja em sua simbolização, seja interpretada de forma literal.

| Intersubjetividade

A quinta propriedade, denominada de intersubjetividade, dá aos quadros pré-discursivos coletivos um caráter de aproximação e de relatividade em relação à verdade de determinados conteúdos e significados que são produzidos em determinadas sociedades e em determinados discursos, segundo Paveau (2013). A autora explica que esse caráter de aproximação significa algo que não é/foi submetido a um critério de verdade lógica (verificação, demonstração etc.), como o caso da doxa, do prejulgamento, do estereótipo etc.

A pesquisadora francesa, baseando-se em Martin (1983), também afirma que o caráter de relatividade está imbricado com a ideia de que a verdade é uma questão de relação. Dessa forma, é possível constatar que os pré-discursos abarcam conteúdos e significados que são imprecisos no que se refere à definição e até mesmo falsos no que diz respeito ao plano da realidade objetiva. Por exemplo: em termos de Física, seria falso afirmar que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar – mas há um certo ditado popular que afirma o contrário; em termos meteorológicos, seria impreciso, hoje em dia, afirmar que no dia de finados sempre chove, devido ao aquecimento global – mas há quem afirme a certeza dessa antiga constatação (antes de um aquecimento climático mais severo).

Assim, indo um pouco mais além, Paveau (2013, p. 139) propõe que o caráter de relatividade dos quadros de crenças, saberes e práticas pré-discursos seja encarado enquanto adaptação. Quer dizer, os pré-discursos são adaptáveis: “os critérios de verdade dependem de parâmetros da situação”. Em suma, os quadros pré-discursivos coletivos, por meio dessa quinta propriedade, apresentam um enfoque prático: servem para o sujeito, inscrito em um determinado campo e espaço social discursivos, assumir comportamentos adequados às conjunturas.

Observando nossos dados analíticos, depreendemos que, por meio da intersubjetividade, questões tão antagônicas como guerra e futebol parecem poder se imbricar/se relacionar, construindo uma certa verdade possível, como vimos em dados e exemplos anteriores apresentados nas quatro últimas propriedades. Em outras palavras, como os pré-discursos são relativos (adaptativos) e aproximados, a verdade, qualquer que ela seja, é construída. Dessa forma, o discurso que busca reivindicar determinada verdade, por meio de suas práticas, saberes e crenças, também busca sua legitimação a partir das contingências enunciativas. Sendo assim, um tipo de verdade é construído.

Percebemos, por conseguinte, que esses caracteres adaptativo e aproximado dos pré-discursos corroboram uma vez mais com a nossa questão de hipotetizarmos um possível batimento entre futebol e guerra: algo que tem como fim a destruição, a dominação e a morte (guerra); e o futebol, que tem a questão do jogo, das vitórias, das premiações, das não mortes. Sendo assim, parece possível que os pré-discursos relativos às guerras e aos conflitos armados e o discurso do futebol brasileiro possam ser postos em relação por meio de uma mesma verdade construída, dada a intersubjetividade imanente.

Constatamos também que a propriedade da intersubjetividade está fortemente imbricada com a quarta propriedade, a experimentalidade, pois a partir da maneira pela qual os sujeitos inscritos no discurso do futebol brasileiro que, por sua vez, está inscrito num determinado campo e espaço discursivos, apreendem as crenças, os saberes e as práticas que dispõem sobre a guerra e os conflitos armados, vai fazer com que esses sujeitos construam uma verdade possível de que o futebol é um tipo de guerra, mas uma guerra metaforizada (por vezes, vemos violências explícitas e reais).

Isso nos leva a acreditar que esses sujeitos, a partir de uma situação específica, em uma determinada situação enunciativa, vão realizar práticas discursivas e produzir enunciados que conseguem legitimar, relacionar, adaptar e aproximar coisas, *a priori*, contrastantes: o futebol e a guerra. Nesse sentido, as crenças, as práticas e os saberes coletivos pré-discursivos relacionados à guerra e aos

conflitos armados parecem conseguir se adaptar e se aproximar das conjunturas do discurso do futebol brasileiro.

| Discursividade

A última propriedade apresentada por Paveau (2013, p. 140) é a discursividade, que tem como característica a junção de todas as outras propriedades, em certo sentido. Para a autora, os quadros pré-discursivos coletivos se desvendam no discurso e são analisáveis do ponto de vista linguístico. No entanto, eles não se inscrevem na materialidade linguageira, eles são reivindicados, numa espécie de apelo, por meio de sinais, formas linguageiras etc. Quer dizer, os pré-discursos evocam “uma partilha do sentido comunicável por distribuição e transmissível por herança memorial. No entanto, esses pré-discursos, não acessíveis ao locutor, são tácitos”.

Em outras palavras, o caráter de discursividade dos pré-discursos sinaliza nos discursos a coletividade, a imaterialidade, a transmissibilidade, a experimentalidade e a intersubjetividade que alimentam e retroalimentam esses mesmos discursos. No nosso caso, o discurso do futebol brasileiro, que apresenta um tom bélico, podendo ser denominado de discurso de guerra do futebol brasileiro.

Por fim, para finalizar nossas análises, apresentamos uma notícia de uma mídia esportiva do Brasil (ge) que parece, em uma única matéria, indicar esse jogo quase maniqueísta de guerra metaforizada e guerra real praticada, legitimada e constituída pelo discurso do futebol brasileiro: “Jogo da Série D é marcado por gols, lei do ex, artilharia e polícia em campo; assista”. Um trecho da matéria enuncia o seguinte:

A partida entre River-PI e Fluminense-PI, pela 11ª rodada da Série D do Campeonato Brasileiro, reservou diversos ingredientes de um jogo pegado entre rivais do mesmo estado. O confronto, que terminou em 2 a 2, listou belos gols, polêmica por pênalti não marcado, expulsões, invasão da torcida em campo e polícia na proteção dos árbitros (ge, n.p., 2024).

A parte metaforizada de um conflito, semelhante a uma guerra, estaria nos léxicos “rivais”, “confronto”, “expulsões”, termos que, no futebol, simbolizam uma luta para se ganhar pontos e melhorar a posição na tabela do campeonato. Entretanto, ao mesmo tempo, temos nessa prática futebolística enunciações que parecem apresentar uma certa vontade de estabelecer uma guerra real,

um conflito violento que pode chegar a feridos e mortos: “invasão da torcida”; “polícia na proteção dos árbitros”.

Constatamos novamente a possibilidade de sustentação de nossas hipóteses: o discurso do futebol brasileiro tem um aspecto bélico, de guerra, de conflito e esse tom é alimentado e retroalimentado pelos quadros de saberes, crenças e práticas relacionadas às guerras e aos conflitos armados.

| Considerações finais: resultados e conclusões

Buscamos, com essa pesquisa, aferir como se dá o imbricamento entre esse possível discurso de guerra do futebol brasileiro e os Pré-discursos que o permeiam; buscamos também examinar alguns dados relacionados ao futebol brasileiro que usam termos ligados à guerra, e a um certo glossário específico das Forças Armadas do Brasil (2015), ao enunciarem sobre o futebol, tais como: artilheiro; artilharia; guerra; bomba; tiro de meta; tiro livre direto/indireto; ataque; defesa; contra-ataque etc. Dessa forma, nosso intuito foi delinear uma relação entre os Pré-discursos bélicos em questão e o possível discurso de guerra do futebol brasileiro.

Por esta razão, levantamos duas hipóteses: i) o discurso do futebol brasileiro parece ser de configuração bélica; e ii) os Pré-discursos em torno dos quadros de crenças, saberes e práticas relacionadas às guerras e aos conflitos armados alimentam e retroalimentam o suposto discurso bélico do futebol brasileiro, legitimando esse tipo de discurso.

Procuramos, assim, compreender de que modo os Pré-discursos relacionados às guerras e aos conflitos armados podem alimentar e retroalimentar o possível discurso bélico do futebol brasileiro. Após nossas análises, nossos resultados foram de que esses pré-discursos em questão alimentam e retroalimentam o discurso de guerra do futebol brasileiro por meio de uma linguagem ressignificada semanticamente de determinados léxicos, termos e verbetes relacionados às guerras e aos conflitos e da metáfora, numa espécie de violência simbólica, permeados pelas seis propriedades constitutivas dos pré-discursos.

Concluimos, dessa forma, que nossas hipóteses, a princípio, podem ser sustentadas, mas sendo necessário mais investigações para verificar a regularidade e a efetividade de nossas proposições. Buscaremos, em pesquisas futuras, ampliar a interlocução com outras pesquisas recentes que discutem práticas culturais e linguagens esportivas no contexto brasileiro, fortalecendo ainda mais a atualização bibliográfica e o impacto acadêmico do estudo.

| Agradecimentos

Agradecemos a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) pelo apoio e fomento por meio do Edital nº 06/2023 – Programa de bolsas de produtividade em pesquisa (PQ/UEMG).

| Referências

A CASA das sete mulheres. Autores: Maria Adelaide Amaral, Walther Negrão. Direção: Carter Redwood, Jayme Monjardim, Marcos Schechtman. Gênero: Drama. Brasil: Globo Comunicação e Participações S.A., 2003. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/a-casa-das-sete-mulheres/t/ZsVHhwYMqZ/detalhes/>. Acesso em: 09 out. 2024.

A MURALHA. Autor: Maria Adelaide Amaral. Gênero: Drama, Época. Brasil: Globo Comunicação e Participações S.A., 2000. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/a-muralha/t/fKG6b2HRzC/detalhes/>. Acesso em: 09 out. 2024.

BOTTA, E.; DE MATOS, J. E. “Domingo é guerra”: entenda missão (cumprida) do Corinthians de olho em final da Copa do Brasil. **ge**. São Paulo, [s. v.], [s. a.]. 19 out. 2024. 11h00 (Atualizado há 3 semanas). Corinthians. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/2024/10/19/domingo-e-guerra-entenda-missao-cumprida-do-corinthians-de-olho-em-final-da-copa-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CARDINI, F. **Quell’antica festa crudele**: guerra e cultura dela guerra dal Medioevo ala Rivoluzione Francese. Milão: Mondadori, 1995.

CASTANHO FILHO, E. P. **Vocabulário do futebol**. Eucalyptus: página da internet, 2016. Disponível em: https://www.eucalyptus.com.br/artigos/C47_Vocabulario+Futebol.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. Comunicado. Rio de Janeiro. 11/11/2024. **Instagram**. @flamengo. Disponível em: <https://www.instagram.com/flamengo/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. Por um mundo melhor. Rio de Janeiro. 21/09/2022. **Instagram**. @flamengo. Disponível em: <https://www.instagram.com/flamengo/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DEL PRIORE, M.; DARÓZ, C. (org.). **A história do Brasil nas duas Guerras Mundiais**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

EHRENREICH, B. **Blood Rites: Origins and History of the Passions of War**. Nova York: Metropolitan, 1998.

ÉRAMOS seis. Autor: Maria José Dupré. Gênero: Drama. Brasil: Globo Comunicação e Participações S.A., 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/eramos-seis/t/FDMcMpvPhM/detalhes/>. Acesso em: 09 out. 2024.

FRANCO JÚNIOR, H. **Dando tratos à bola: ensaios sobre futebol**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HUTCHINS, E. Distributed cognition. **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, Elsevier Science, p. 1-10, 2000.

LIDDELL HART, B. H. **As grandes guerras da história**. 6. ed. São Paulo: Ibrasa, 1967.

MAGNOLI, D. (org.). **História das Guerras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTIN, R. **Pour une logique du sens**. Paris : PUF, 1983.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

PAVEAU, M-A. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Tradução Greciely Costa e Débora Massmann. Revisão da Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

Por REDAÇÃO do ge. Jogo da Série D é marcado por golaços, lei do ex, artilharia e polícia em campo; assista. **ge**. Teresina, [s. v.], [s. a.]. 01 jul. 2024. 07h48. Brasileirão Série D. Disponível em: <https://ge.globo.com/pi/futebol/brasileirao-serie-d/noticia/2024/07/01/jogo-da-serie-d-e-marcado-por-golacos-lei-do-ex-artilharia-e-policia-em-campo-assista.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.

RIZEK, A. Sobre as torcidas organizadas violentas no futebol brasileiro. **Seleção Sportv**. Rio de Janeiro. Sportv. 28/10/2024. TV. Disponível em: <https://ge.globo.com/sportv/programas/selecao-sportv/video/andre-rizek-diz-temer-por-retaliacoes-das-organizadas-a-guerra-nao-vai-parar-13050456.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SARMENTO, P. Quais são os principais clássicos brasileiros? Veja lista. **ge**. Rio de Janeiro, [s. v.], [s. a.]. 09 abr. 2024. 07h30. Futebol. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/lista/2024/04/09/c-quais-sao-os-principais-classicos-brasileiros-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2024.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

UTZ, F. As 8 maiores rivalidades de seleções do futebol mundial. **90MIN**. Cidade não informada, [s. v.], [s. a.]. 09 jul. 2021. Hora não informada. Posts. Disponível em: <https://www.90min.com/pt-BR/posts/as-8-maiores-rivalidades-de-selecoes-do-futebol-mundial>. Acesso em: 23 out. 2024.

Como citar este trabalho:

VERONEZ, Manuel. O discurso bélico do futebol brasileiro: em pauta os pré-discursos. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 307-328, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

FRANCISCO, Felipe Benjamin:
The Arabic Dialect of
Essaouira (Morocco):
Grammar and Texts.
Prensas de la Universidad de
Zaragoza, 2023 (Estudios de
Dialectología Árabe, vol. 20),
160 p.

Terlan DJAVADOVA¹

¹ University of Vienna (Univie), Vienna, Austria;
| terlan.djavadova@univie.ac.at | <https://orcid.org/0000-0001-5626-6164>

The Arabic dialects of Morocco are well studied, nevertheless we are still in need of comprehensive descriptions of many dialects of Morocco that could help us understand the complex linguistic situation of this country. The study of Moroccan Arabic dialects began with the arrival of colonial settlers and scholars from Europe, e.g.: Kampffmeyer (1912), a German researcher, and Loubignac (1952), an administrator of the French colonial rulers. The variety of Essaouira was described by the Swiss Orientalist, Albert Socin, in 1893, based on an interview with a single informant. Since then, a few short studies have been published on this dialect, but they have always focused on Jewish dialects, ignoring the Muslim variety due to the false idea that Essaouira was mainly ethnically Berber, or Amazigh (p. 14).

The study discussed here fills a gap that has long been waiting to be filled: The description of the Muslim variety of Essaouira. The publication was an updated version of the author's PhD dissertation, written originally in Portuguese, and defended at the University of São Paulo in 2019, as he mentions in the foreword. The monograph provides a concise description of the dialect of this city, including texts.

The Introduction, consisting of 39 pages, gives a historical overview of the city, which is located on the Atlantic coast to the north of Agadir and south of Casablanca. The author also pays attention to the social context of the city, which lies on the border between the Arabic dialects, which are of Bedouin origin (Hilali dialects) and a part of the country where Amazigh (Berber), more precisely Tachelhit, is the predominant language. During three fieldwork trips, the author collected almost 30 hours of free speech recordings and recorded questionnaires. Additionally, he provides comprehensive biographical and sociolinguistic information on seven key informants involved in his research. They are representative of different varieties (urban and rural; Muslim and Jewish), gender (male and female), generations (elder and young) and districts of the city (old medina and new neighbourhoods).

The second part of the book is devoted to the linguistic description of the Arabic varieties of the city and its surroundings. The study of Phonetics and Phonology, collectively occupies approximately 20 pages. This section is subdivided into three parts: vowels, consonants and syllabic structure. With regard to the vowel system, it is consistent with that of other Moroccan dialects, exhibiting the etymological long vowels of Classical Arabic as stable vowels and the short vowels *ə* and *ũ*. A topic that is frequently discussed in the study of Moroccan Arabic is whether the ultra-short *ũ* is an allophone of *ə* or a phoneme on its own. The author of this book provides minimal pairs which indicate that these

phonemes are distinct: *xrəḏ* 'he left' ≠ *xrūḏ* 'get out!' (p.41) demonstrates that the two phonemes are not identical. Furthermore, the author posits that the two ultra-short vowels exhibit a considerable number of allophones due to their consonantal environment. Regarding etymological long vowels, no distinctive changes are observed, and a considerable number of allophones are also evident, as documented in the referenced publication. It is noteworthy that the Essaouira dialect has preserved diphthongs in pharyngeal contexts, as evidenced by *bəyḏ* ~ *bīḏ* 'eggs', but also in plain contexts as in *mnəymta* 'a long time ago' (p. 46). The second subsection deals with consonants and is organized by their place of articulation. Noteworthy here is that, as in numerous Moroccan dialects with a significant influence of Amazigh, the affricated allophone of /t/ is found [tʃ], as in *inṭīwi* 'effeminate', although it remains marginal in many cases: *təmma* 'there' (p. 50). As expected, the author finds the realization of CA *q as g to be predominant in this dialect. Nevertheless, he also attests the change from /q / > [k] and even one occurrence of /q / > [ʔ], but only in the speech of Jewish informants as would be expected (p. 55).

The chapter on consonants concluded with a description of consonantal phenomena, such as labialization in the context of velars and uvulars, and the very interesting alternation between /l/ and /n/, which may be of Amazigh but also Jewish origin (p. 57). A fairly common phenomenon in this dialect is assimilation (e.g.: *kətt* < *kənt* 'I was'), which does not occur as a general rule (p.57), and the sibilant harmony also falls under this rule (example: *məššīd* 'mosque'). Regarding vocalic phenomena, it is noteworthy that there is a base alteration to avoid short vowels in open syllables: *bəgrətti* 'my cow', *mākləttək* 'your food' (p. 49). The last subsection of the Phonetics and Phonology chapter is about syllable structure, listing all the possible syllables in this dialect, which are not different from the majority of Moroccan Arabic dialects.

The next 60 pages are dedicated to morphology, which is divided into Verbal Morphology (p. 61-96) and Nominal Morphology (p. 97-124), which cover all the topics commonly dealt with in Arabic dialectology. With regard to verbal morphology, the following should be noted: There is no gender distinction in the perfective in the 2 SG, as in many Moroccan dialects. In the imperfective, however, the second person does differentiate between genders, unlike in the northern or Jewish dialects of Morocco. The chapter on verbal morphology goes on to list all the patterns of triliteral, hollow, defective and assimilated verb forms. The active participle is treated with the corresponding verb pattern. Interestingly, although the active participle mostly has the ending -in, it also occurs as a feminine plural with the ending -āt, e.g.: *xərḏāt* 'those coming out' (p. 64), which is rather rare in Morocco.

Regarding the conjugation of verbs, there are two points to be made which are covered in the book: First, the 1 and 2 SG of defective verbs may surface with *-āy*, e.g. *tebqāy* ‘you F stay’ (p.67). Second, defective verbs in the plural may end with *-u* instead of *-īw*, as in most Moroccan Arabic dialects, resulting in *ta-yišru* ‘they buy’ (p.68). The author identifies the ending on *-u* as a Bedouin variant (see Francisco, 2021).

This is also reflected in the conjugation of the verb *ža*, *yži*, which is mostly *ižiw* ‘they come’, but the variant *ižu* is also attested. The imperative of *ža* ‘to come’ may—only in the masculine form—be *tṣāla*, which the author also identifies as a rural Bedouin expression. The next few pages are devoted to the derived forms of verbs, analysed from the perspective of the Arabist tradition, in the sense that it is organized in stems. The chapter on Verbal Morphology concludes with a brief but very informative analysis of verbal aspects and auxiliary verbs.

The chapter on Nominal Morphology begins with a thorough description of morphological patterns, very often with reference to Classical Arabic. It then proceeds to describe aspects of gender (p. 101) and number (p. 102) are described. In these aspects the dialect of Essaouira does not differ from most mainstream Moroccan Arabic dialects. A particular highlight is the assimilation of the definite article *l-* with traditionally lunar letters: *b-dūk əl-b^wqā x-xăḍrīn* “with those green spots” (p.111). This is followed by 20 pages of descriptions of all kinds of pronouns and particles. The use of *hăqqān* ‘perhaps’ as a variant to the predominant *wāqīla* (p.122). The book does not contain a glossary as many works do, but it presents the Lexicon in different sections and delves into the etymology of some lexical items in footnotes, such as the local word *qəždər* ‘gecko’ (p.55). The last chapter of the book contains selected texts from the authors recording providing interesting information on anthropological and historical aspects of life in Essaouira now and then.

To sum up, this book is another very valuable publication on Moroccan Arabic dialects. The concise grammar contains all the important aspects for Arabic dialectologists to progress in their work. The author, Felipe Benjamin Francisco, has captured the dialect as it is today, as well as important aspects of life in this coastal town. With the rapid spread of Moroccan Koiné, this dialect could easily be forgotten. With his contribution, Francisco has saved a part of it for the future.

References

FRANCISCO, F. B. The Southern Moroccan Dialects and the Hilāli Category. **Languages**, v. 6, n. 4, p. 192, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/languages6040192>.

KAMPPFFMEYER, G. **Marokkanisch-Arabische Gespräche, im Dialekt von Casablanca**. Berlin: Druck und Verlag von Georg Reimer, 1912.

LOUBIGNAC, V. **Textes Arabes des Zaër**: Transcription, traduction, notes et lexique. Paris: Librairie Orientale et Américaine, 1952.

SOCIN, A. Zum arabischen Dialekt von Marokko. **Abhandlungen der Philologisch-Historischen Classe der Königlich-Sächsischen Gesellschaft der Wissenschaften**, Leipzig, v. 14, n. 3, p. 151-203, 1893.

Como citar esta resenha:

DJAVADOVA, Terlan. Resenha de FRANCISCO, Felipe Benjamin: **The Arabic Dialect of Essaouira (Morocco)**: Grammar and Texts. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2023 (Estudios de Dialectología Árabe, vol. 20), 160 p. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 329-333, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 10/12/2024.

PRISCIEN. Grammaire. Livre VIII – le verbe. 1. Caractères généraux. Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2023. 369 p.

Marcos MARTINHO¹

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| marcos.martinho@usp.br | <https://orcid.org/0000-0002-8201-3037>

Priscien, né à Césarée dans le dernier quart du V^e siècle, a publié sa volumineuse *Grammaire*, divisée en dix-huit livres, au début du siècle suivant, lorsqu'il vivait et enseignait à Constantinople. Au long des seize premiers livres, il expose les lettres et les syllabes et ensuite les huit parties du discours, en réservant les deux derniers livres à l'exposé de la syntaxe. L'ouvrage s'inspire de sources grammaticales diverses, aussi bien latines que grecques, en même temps que l'Auteur y introduit ses propres réflexions. Ses leçons ont influencé quantité de grammairiens médiévaux et modernes.

Malgré son importance, il n'y avait pourtant aucune traduction d'ensemble de la *Grammaire* de Priscien en langue moderne, jusqu'à ce que, à l'initiative de Marc Baratin (auteur de *La naissance de la syntaxe à Rome*, 1989), les latinistes qui en France travaillent sur les grammairiens latins antiques et médiévaux soient réunis en 2010 pour former le Groupe *Ars Grammatica* (CNRS, UMR 8163 STL) et alors se lancer dans l'entreprise aussi nécessaire que difficile de traduire (en français) et présenter la *Grammaire* de Priscien. Depuis lors, le Groupe a publié la traduction des Livres XI, XII et XIII, consacrés au pronom et au participe (2020) ; celle des Livres XIV, XV et XVI, consacrés à la préposition, à l'adverbe et à l'interjection (2013) ; et celle des Livres XVII et XVIII, consacrés à la syntaxe (2010 et 2017 respectivement), chaque volume étant composé d'une étude introductive, du texte latin accompagné des *loci communes*, de la traduction annotée, d'une bibliographie et de quelques index (auteurs et citations, formes et syntagmes en mention, terminologie grammaticale latine et grecque, notions grammaticales).

Plus récemment, le Groupe s'est tourné vers le Livre VIII, consacré au verbe, plus précisément à ses caractères généraux (2023). Priscien y expose les accidents du verbe, qui sont au nombre de huit : le type de sens (ou genre), le temps, le mode, l'espèce, la figure, la conjugaison, et la personne associée au nombre (p. 99).

Le type de sens (que les Grecs appellent disposition, ou diathèse) consiste en l'action exercée ou subie (p. 107), de sorte qu'il permet de distinguer entre les verbes actifs et leurs passifs, les verbes communs, les verbes neutres et les verbes déponents (p. 109-111). Priscien se sert du verbe *transire* « passer » pour définir les verbes transitifs : « ceux qui ... ont l'aptitude ... à passer [*transire*] à la personne en direction de qui l'acte s'exerce, et se construisent avec le génitif [p. ex., *abstineo irarum* vs. *abstineor a te*], le datif [p. ex., *inuideo tibi* > *inuideor a te*], l'accusatif [p. ex., *accuso te* > *accusor a te*] » (p. 111-113). En passant aux autres verbes, il remarque qu'il peut y avoir divergence entre la forme et le sens des mots, que ce soit des noms (p. ex., le nom *Athenae* est

formellement pluriel, mais sémantiquement singulier ; le nom *plebs* en revanche est formellement singulier, mais sémantiquement pluriel) ou des verbes (p. 117-119). Les verbes neutres, par exemple, présentent une forme active (en -o), mais ont un sens passif (p. ex., *uapulo a te*), ou bien un sens qui n'est ni actif ni passif (p. ex., *uiuo*), puisque le verbe signifie un acte qui n'est exercé ni par nous sur quelqu'un d'extérieur ni par quelqu'un d'autre sur nous (p. 115-123) ; les communs en revanche présentent une forme passive (en -or), mais ont ou bien les deux sens, c'est-à-dire l'actif et le passif (p. ex., *osculor te* vs. *osculor a te*), ou bien le seul sens actif (p. ex., *sequor te*), étant appelés dans ce cas déponents (p. 123-145), puisque le verbe dépose [*deponit*] l'un des deux sens, n'en conservant qu'un seul (p. 109).

Le temps sert à exprimer l'échelonnement de l'action. Priscien en distingue trois : présent, passé et futur, en ajoutant que le passé se divise à son tour en trois : passé imparfait, passé parfait et passé plus-que-parfait. Le passé présente trois variétés parce que nous pouvons avoir connaissance assurée de ce qui s'est produit au fil des différentes phases du passé. Ainsi, le passé imparfait est le temps où les actes ont commencé à se réaliser sans être encore achevés, le passé parfait celui où les actes sont présentés comme achevés, le passé plus-que-parfait celui où les actes sont achevés depuis longtemps. Pour le présent et pour le futur, il en est tout autrement. Quant au présent, il est non isolable, inachevé, de sorte que nous pouvons comprendre que l'acte continue à se dérouler ; quant au futur, il est également indéterminé, de sorte que nous ne pouvons pas dire si l'acte se déroulera dans peu de temps ou bien plus tard. C'est pourquoi le présent et le futur se sont contentés chacun d'une forme unique (p. 177-181). Ayant ainsi distingué les temps, Priscien expose les rapports entre ceux-ci et les modes (p. 181-207) et ensuite la parenté des temps (p. 207-219).

Les modes sont les différentes inflexions de l'esprit : l'indicatif, l'impératif, l'optatif, le subjonctif, l'infinitif (p. 227 ; cf. p. 233). Par l'indicatif, nous indiquons [*indicamus*], c'est-à-dire nous définissons ce qui est réalisé, par nous ou par d'autres (p. 227) ; l'impératif est celui par lequel nous ordonnons [*imperamus*] à d'autres d'agir ou de subir ; l'optatif est celui par lequel nous exprimons un souhait [*optamus*] à l'aide d'un adverbe de souhait ; le subjonctif a besoin non seulement d'un adverbe ou d'une conjonction, mais aussi d'un autre verbe pour exprimer un sens complet ; l'infinitif est un mode dépourvu à la fois de personnes et de nombres, raison pour laquelle il a été appelé du nom d'indéfini [*infinitus*] (parce qu'il ne définit ni les personnes ni les nombres) et pour laquelle il a besoin de l'un des quatre modes précédents pour exprimer quelque chose de complet (p. 233-239). De même que, dans le nom, le nominatif donne

naissance aux cas obliques, de la même façon, pour énoncer un mode, il faut d'abord connaître l'indicatif, qui est en quelque sorte la forme droite du verbe, tout comme, dans les temps, le présent occupe le premier rang parce que c'est là que nous nous trouvons quand nous parlons du passé et du futur (p. 231).

L'espèce et la figure concernent la formation des verbes – respectivement la dérivation et la composition. Aussi, il y a deux espèces dans le verbe : primaire (p. ex., *ferueo*) et dérivée (p. ex., *feruesco*). Quant à la deuxième, l'espèce inchoative provient de l'adjonction de -co à la forme de la 2^e personne du primaire, signifiant le début de l'acte (p. ex., *caleo calesco*) ; la désidérative provient de l'adjonction de -urio au participe passé ou au supin, signifiant la visée de l'acte (p. ex., *lectu lecturio*) ; la fréquentative dérive du supin avec changement de la voyelle -u en -o (p. ex., *scriptu scripto, cursu curso, flexu flexo*) (p. 245-255). Quant à la figure, il y a des verbes simples (p. ex., *cupio*), des composés (p. ex., *concupio*), des dérivés de composés (p. ex., *concupisco*) (p. 267-269). Certains verbes changent de conjugaison en composition (p. ex., *do das* vs. *reddo reddis*) ; d'autres changent non seulement de conjugaison, mais également de genre (p. ex., *sperno spernis* vs. *aspernor aspernaris*) (p. 269-271). Les verbes forment des composés avec des noms (p. ex., *amplum amplifico*), avec un autre verbe (p. ex., *caleo calefacio*), avec un adverbe (p. ex., *male maledico*), avec une préposition (p. ex., *in indico*) (p. 283-285).

La conjugaison est la flexion structurée des verbes (p. 291). Elle tient son nom [*coniugatio*] ou bien du fait que les consonnes qui constituent la règle d'organisation des conjugaisons en grec sont apparentées [*coniugatas*], ou bien du fait qu'un très grand nombre de verbes est conjoint [*coniungantur*] par un seul et même principe flexionnel (p. 291). Les conjugaisons sont au nombre de quatre. Quant aux verbes qui ont une flexion régulière se terminant en -o ou en -or, s'ils sont de la 1^{re} conjugaison, ils produisent une 2^e personne en -as (p. ex., *oro oras*) ; s'ils sont de la 2^e, en -es (p. ex., *moneo mones*) ; s'ils sont de la 3^e, en -is bref (p. ex., *cupio cupis, curro curris*), s'ils sont de la 4^e, en -is long (p. ex., *munio munis*). Quant aux verbes qui se terminent en -or, ceux de la 1^{re} conjugaison font une 2^e personne en -aris (p. ex., *criminator criminarius*) ; ceux de la 2^e en -eris avec la pénultième longue (p. ex., *doceor doceris*) ; ceux de la 3^e en -eris avec la pénultième brève (p. ex., *legor legeris*) ; et ceux de la 4^e en -iris (p. ex., *munior muniris*). Il y a des verbes, pourtant, qui, à partir d'une même base de 1^{re} personne, poursuivent dans des conjugaisons différentes, afin de diversifier le sens ; p. ex., *fundo fundis* (au sens de fusion) et *fundo fundas* (au sens de fondement) (p. 293). Cela dit, Priscien remet aux livres 9 et 10 l'exposé plus développé des règles propres à chaque conjugaison (p. 299, 303).

Les personnes sont rangées à la dernière place des accidents du verbe avec le nombre parce que la personne et le nombre ne sont pas inhérents à toutes les formes verbales (p. 303).

En voilà pour l'exposé de Priscien.

Quant à l'étude introductive du Groupe *Ars Grammatica* (p. 7-87), on présente, tout d'abord, la place que le verbe a occupée dans l'histoire des parties du discours (p. 7-13). Déjà au IV^e siècle av. J.-C., les philosophes grecs ont conçu *ónoma* et *rhêma* tantôt comme composantes d'une proposition, c'est-à-dire comme sujet et prédicat, tantôt comme classes morpho-lexicales, c'est-à-dire comme nom et verbe. C'est pourquoi l'approche fonctionnelle d'origine logique a influencé la tradition grammaticale déjà au II^e et au 1^{er} siècle av. J.-C., comme on peut le voir chez le grammairien grec Denys le Thrace ou chez le savant romain Varron (p. 7-11).

Ensuite, on présente la place que le verbe occupe dans la *Grammaire* de Priscien, plus précisément dans les livres 8, 9 et 10 (p. 13-9). Dans le livre 8, l'auteur procède à l'examen des différentes catégories morpho-sémantiques, ou « accidents » du verbe : le type de sens (ou genre, c'est-à-dire la diathèse), le temps, le mode, l'espèce (primaire ou dérivée), la figure (simple ou composée), la conjugaison, ainsi que la personne et le nombre, limités aux formes personnelles. La conjugaison, pourtant, n'y est abordée qu'à titre préliminaire, puisque Priscien en renvoie l'exposé aux livres 9 et 10. Ainsi, le livre 8 comporte la définition du verbe, puis l'indication de ses huit accidents, et l'examen de ceux-ci, qui occupe tout le reste du livre. Avant de se lancer dans cet examen, pourtant, Priscien aborde le problème de la défektivité et de l'irrégularité, lequel, dans le livre 8, ne concerne guère en fait que les catégories du temps et de la personne, tandis qu'il vise aussi les livres 9 et 10, où l'Auteur indique les exceptions de chaque catégorie ou sous-catégorie traitée, en en présentant la raison (p. 13-15). La présentation de la place occupée par le verbe dans la *Grammaire* de Priscien se termine par un tableau du plan des livres 8, 9 et 10 (p. 17-18).

Ensuite, on examine le détail des deux premiers accidents du verbe, le type de sens (p. 19-30) et le temps (p. 30-43), lesquels sont cités dans la définition même du verbe, de sorte qu'ils jouent le rôle d'accidents constitutifs de celui-ci. Ensuite, on passe aux deux accidents qui relèvent plus nettement de la morphologie, l'espèce (p. 44-49) et la figure (p. 49-53), qui ont trait à la dérivation et à la composition.

Dans les deux sections suivantes, on présente une étude approfondie des rapports du livre 8 au grec (p. 53-67) et à la tradition latine (p. 68-75). Quant à la langue grecque, Priscien y a recours pour justifier une forme verbale latine par le seul fait qu'il en existe le correspondant en grec, tandis qu'il met en valeur les spécificités du latin. Cette démarche pédagogique s'explique dans le contexte du public hellénophone qui était celui de Priscien à Constantinople, dans la mesure où la langue de l'apprenant est censée faciliter l'accès à la langue à apprendre (p. 53-55).

Quant aux sources grecques, le modèle le plus important est le *Sur le verbe* d'Apollonius Dyscole. Cet ouvrage, pourtant, ne nous est pas parvenu ; Schneider (1910) en a proposé une reconstitution fragmentaire en faisant largement appel au livre 8 de Priscien. Ainsi, toute tentative de reconstituer les emprunts du livre de Priscien au traité d'Apollonius risque la circularité. En tenant compte de ce problème, on examine de façon soigneuse les fragments rassemblés par Schneider. Quant aux fragments grecs, certains ne comportent aucune référence au traité ni au nom d'Apollonius, de sorte que, si Schneider les a intégrés à la reconstitution de l'ouvrage, c'est surtout parce que leur contenu ressemble à celui des œuvres conservées du grammairien grec (p. 57-61). Quant aux fragments latins, Schneider a considéré tout d'abord les correspondances entre les fragments grecs et toutes les sections du livre 8 de la *Grammaire* de Priscien ; Priscien, pourtant, n'y cite le *Sur le verbe* d'Apollonius qu'une seule fois (p. 61-65). Quant aux extraits de textes attribués à Macrobie, aucun ne permet d'affirmer que Priscien dépende de celui-ci et, donc, que Macrobie ait pu servir de médiation entre Apollonius et Priscien (p. 65-67).

Quant aux rapports à la tradition latine, Priscien en emploie plusieurs exemples-types dans le livre 8 de sa *Grammaire* et suit la même démarche pour décrire le verbe : définition du verbe suivie de l'examen des accidents du verbe l'un après l'autre. Mais il tâche d'enrichir les analyses des grammairiens latins en faisant appel aux innovations des grammairiens grecs (p. 68).

Pour finir, on présente une étude brève mais précieuse de la postérité de Priscien, plus précisément de quelques grammairiens postérieurs qui ont développé le classement des voix présenté par lui (p. 76-85). Il s'agit de la *Summa super Priscianum* (1140) de Pierre Hélié, du *Catholicon* (1286) de Giovanni Balbi, du *De causis* (1540) de Scaliger, de la *Minerua* (1587) de Sanctius, de la *Nouvelle méthode latine* (1644) de Lancelot.

En bref, dans son étude introductive, le Groupe *Ars Grammatica* embrasse les différents problèmes que le livre 8 de la *Grammaire* de Priscien peut poser, de façon précise, éclairée et savante.

Le texte latin adopté est bien celui qui avait été établi par Hertz (1855-1859), à l'exception de quelques modifications sérielles et ponctuelles (p. 85-87). Il s'accompagne des *loci communes*, où le lecteur est renvoyé à des textes grammaticaux, grecs et latins, antérieurs (Macrobe, Diomède, Charisius, Dosithée, Donat, Cledonius, etc.) et postérieurs (Julien de Tolède, Bède, Alcuin) à Priscien. La traduction à son tour s'accompagne de 417 notes, où l'on explique les termes et les concepts de l'artigraphie latine et où l'on renvoie à des textes de Priscien et d'autres grammairiens anciens.

Le volume apparaît comme un ouvrage de référence, un outil de recherche pour tous ceux qui s'intéressent aussi bien à Priscien qu'aux grammairiens anciens en général et à l'histoire des idées linguistiques.

| Références

PRISCIEN. **Grammaire. Livre VIII – le verbe. 1.** Caractères généraux. Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2023.

PRISCIEN. **Grammaire. Livres XI, XII, XIII – les hybrides.** Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2020.

PRISCIEN. **Grammaire. Livre XIV, XV, XVI – les invariables.** Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2013.

PRISCIEN. **Grammaire. Livre XVII – syntaxe, 1.** Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2010

PRISCIEN. **Grammaire. Livre XVIII – syntaxe, 2.** Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2017.

Como citar esta resenha:

MARTINHO, Marcos. Resenha de PRISCIEN. **Grammaire. Livre VIII – le verbe. 1. Caractères généraux.** Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: J. Vrin, 2023. 369 p. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 334-341, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 06/07/2025 | Aceito em: 27/08/2025